



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS**

THIAGO DUTRA HOLLANDA DE REZENDE

CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL

**BRASÍLIA - DF
2017**

THIAGO DUTRA HOLLANDA DE REZENDE

CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada para banca de defesa como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Daniela Neves de Sousa

BRASÍLIA - DF
2017

THIAGO DUTRA HOLLANDA DE REZENDE

CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada para banca de defesa como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Neves de Sousa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Daniela Neves de Sousa
Orientadora - UFRN

Prof^a. Dr^a Sandra Oliveira Teixeira
Membro Titular – UnB

Prof^a. Dr^a Adrianyce Angélica Silva de Sousa
Membro Externo – UFRJ

Prof^a. Dr^a. Ivanete Salete Boschetti
Membro Suplente – UnB

BRASÍLIA - DF
2017

AGRADECIMENTOS

*The years just pass like trains
I wave but they don't slow down
S. Wilson*

à minha orientadora, Daniela, pela acolhida, amizade, luz, disposição, paciência e lições compartilhadas antes e durante esse processo de confecção

à Adrianyce, por ser quem é e pelo privilégio que me concede ao compartilhar mais um momento de sua existência comigo

à Sandra pelas contribuições no exame de qualificação, pela inspiração em termos acadêmicos e humanos e grandeza que concede a este trabalho

aos professores das disciplinas do PPGPS pelos ensinamentos, debates e suscitações que foram fundamentais nesse processo formativo

à Domingas, cujo trabalho, atenção e disposição foram de suma importância na garantia de uma passagem tranquila no PPGPS

aos colegas mestrandos e doutorandos do PPGPS pela convivência e compartilhamentos em sala e nas ruas

ao Elcemir, de quem serei devedor intelectual enquanto respirar, pela amizade e sempre ricos esclarecimentos e contribuições

ao Eurico e à Sofia, pela paciência, companhia e compreensão durante todo o processo de desenvolvimento desse trabalho

à Rebeka, pelas mesmas razões acima de modo mais consciente, pelo amor e brilho que traz a cada dia de minha vida e pelos esforços imprescindíveis que garantem minha sobrevivência

ao meu pai, Jose Carlos, sem o qual nada disso seria possível, pelo amor irrestrito, apoio e incentivos imperiosos

ao Bruno, Gabriela e Pablo, que pela amizade, afeto e inteligência me auxiliam a manter a serenidade

EPÍGRAFE

Se o homem forma todos seus conhecimentos, suas sensações etc. do mundo sensível e da experiência dentro desse mundo, o que importa, portanto, é organizar o mundo do espírito de tal modo que o homem faça aí a experiência, e assimile aí o hábito daquilo que é humano de verdade, que se experimente a si mesmo enquanto homem. Se o interesse bem-entendido é o princípio de toda moral, o que importa é que o interesse privado do homem coincida com o interesse humano. Se o homem não goza de liberdade em sentido materialista, quer dizer, se é livre não pela força negativa de poder evitar isso e aquilo, mas pelo poder positivo de fazer valer sua verdadeira individualidade, os crimes não deverão ser castigados no indivíduo, mas [devem-se] sim destruir as raízes antissociais do crime e dar a todos a margem social necessária para exteriorizar de um modo essencial sua vida. Se o homem é formado pelas circunstâncias, será necessário formar as circunstâncias humanamente.

K. Marx

RESUMO

O presente trabalho parte da necessidade de se compreender a mediação realizada pelas instituições burocráticas nas lutas de classes capitalistas, de modo a esclarecer de que maneira o aparelho estatal pode ser instrumentalizado numa estratégia emancipatória nucleada pela perspectiva do trabalho no Brasil. Um dos principais aspectos dessa mediação na reprodução capitalista é a gestão estatal da moeda. Para compreender sua relação com as lutas de classes prosseguimos por quatro passos principais. Em primeiro lugar, buscamos determinar o caráter específico das classes sociais e das lutas de classes no modo de produção capitalista, partindo do ponto de vista idealista e/ou do mercado, demonstramos a adequação superior da perspectiva materialista na análise das classes sociais no capitalismo, que parte das relações sociais de produção e reprodução do capital, assim esclarecendo seu caráter fetichista e estranhado. Em um segundo momento, destacamos o fato de que essas relações universais do capitalismo necessariamente se manifestam de modo particular, sempre específico, daí a necessidade de se compreender a maneira como elas se constituíram na particularidade brasileira, donde constatamos o caráter específico da entificação do capitalismo pela via colonial. Num terceiro momento, definimos as relações entre capital, dinheiro e moeda. Apresentamos algumas controvérsias monetárias para esclarecer as diferenças entre ortodoxia e heterodoxia monetárias e explicitamos a teoria monetária de Marx, a qual tem por base a origem do dinheiro a partir da necessidade posta pela produção mercantil do equivalente geral. Após, apresentamos as características principais do dinheiro no capitalismo, até as suas formas mais fetichizadas como capital fictício. Por fim, analisamos a relação entre a política monetária e as classes sociais no Brasil pós-ditatorial. A análise desse período demonstra o contínuo isolamento das decisões em política monetária da maioria da população e o baixo nível de deliberação e controle democráticos, sejam nos choques heterodoxos durante o governo Sarney, seja na guinada ortodoxa iniciada em Collor, ou na instituição do Plano Real. Esse último, ao solucionar o problema da perda de reconhecimento social da moeda nacional e da hiperinflação, o fez na perspectiva das frações de classe do capital então hegemônicas, o capital financeiro nacional e internacional, assim, antes de ser neutra, a política monetária é instrumento essencial na dinâmica das lutas de classes no Brasil.

ABSTRACT

The present work starts from the need to understand the mediation carried out by bureaucratic institutions in the capitalist class struggles, in order to clarify how the state apparatus can be instrumented in an emancipatory strategy nucleated by the perspective of work in Brazil. One of the main aspects of this mediation in capitalist reproduction is the state management of money. To understand its relationship to class struggles we proceed by four main steps. In the first place, we seek to determine the specific character of social classes and class struggles in the capitalist mode of production, starting from the idealist and / or market point of view, we demonstrate the superior adequacy of the materialist perspective in the analysis of social classes in capitalism, that proceeds from the analysis of the social relations of production and reproduction of capital, thus clarifying its fetishistic and strange character. In a second moment, we emphasize the fact that these universal relations of capitalism necessarily manifest themselves in a particular and always specific way, hence the need to understand the way in which they were constituted in Brazilian particularity, where we find the specific character of the constitution of capitalism by the colonial route. In a third moment, we define the relations between capital, money and currency. We present some monetary controversies to clarify the differences between monetary orthodoxy and monetary heterodoxy and proceed to explain Marx's monetary theory, which is based on the origin of money from the need of the general equivalent put by the commodities production. After, we present the main features of money in capitalism to its more fetishized forms as fictitious capital. Finally, we analyze the relationship between monetary policy and social classes in post-dictatorial Brazil. The analysis of this period demonstrates the continued isolation of the monetary policy decisions from the majority of the population and the low level of democratic deliberation and control, be they in the heterodox shocks during the Sarney government, or in the orthodox shift initiated in Collor, or in the institution of the Real Plan. The latter, in solving the problem of the loss of social recognition of the national currency and of hyperinflation, did so in the perspective of the then hegemonic class fractions of capital: the national and international financial capital. So, before being neutral, monetary policy is an essential tool in the dynamics of class struggles in Brazil.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Composição do CMN e marcos legais.....	201
Tabela 1 - Inflação no Brasil - Variação Mensal/Anual - 1964 a 1985 (IGP-DI).....	211
Tabela 2 - Inflação no Brasil - Variação Mensal/Anual - 1986 a 1993 (IGP-DI).....	228
Tabela 3 - Inflação no Brasil - Variação Mensal/Anual - 1994 a 2016 (IGP-DI).....	238
Tabela 4 – Variação do IPCA durante a vigência do Plano Real.....	250
Tabela 5 – Evolução das reservas internacionais – 2002 a 2016 – Em US\$ milhões.....	251

LISTA DE SIGLAS

ADEP - Ação Democrática Parlamentar
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BB – Banco do Brasil
BCB – Banco Central do Brasil
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH - Banco Nacional de Habitação
CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CEF - Caixa Econômica Federal
CMN - Conselho Monetário Nacional
Copom - Comitê de Política Monetária
DES - Direitos Especiais de Saque
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU - Desvinculação de Receitas da União
EC – Emenda Constitucional
FMI - Fundo Monetário Internacional
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento
FSE - Fundo Social de Emergência
FUNTEC - Fundo Tecnológico
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP – DI - Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAI - Programa de Ação Imediata
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDS - Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND - Plano Nacional de Desestatização
PPE - Programa de Proteção ao Emprego
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito
TR - Taxa Referencial
URV - Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Questões procedimentais e estrutura do trabalho	27
CAPÍTULO 1. CLASSES SOCIAIS E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	33
1.1. Classes Sociais e o ponto de partida do mercado	33
1.2. Classes sociais e relações sociais de produção	38
1.2.1. Caráter fetichista das relações sociais capitalistas	40
1.2.2. Fetichismo, alienação e estranhamento	53
1.2.3. Dominação impessoal e classes sociais no capitalismo.....	59
CAPÍTULO 2. CLASSES SOCIAIS E PARTICULARIDADE BRASILEIRA: A VIA COLONIAL	70
CAPÍTULO 3. VALOR, DINHEIRO E POLÍTICA MONETÁRIA	133
3.1. Ortodoxia e Heterodoxia Monetária	133
3.1.1. Controvérsia Bullionista e Teoria Quantitativa da Moeda	133
3.1.2. Do desenvolvimento da Teoria Quantitativa da Moeda	140
3.1.3. Currency School vs Banking School: o real e o monetário.....	147
3.2. Valor e Dinheiro	157
3.2.1. Dinheiro e especificidade histórica	157
3.2.2. Valor.....	160
3.2.3. Forma valor e forma dinheiro	168
3.2.4. Processo de troca e funções do dinheiro como dinheiro	174
3.2.5. Metalismo e mercadoria dinheiro	181
3.2.6. Dinheiro como capital	182
3.2.7. Crédito, Mercado de Capitais e Capital Fictício	189
3.3. Política monetária e classes sociais	194
CAPÍTULO 4 - POLÍTICA MONETÁRIA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL	199
4.1. Aspectos Institucionais do Sistema Financeiro Nacional (SFN).....	199
4.2. Conflitos Distributivos e Choques Heterodoxos na Nova República	207
4.3. O Retorno à Ortodoxia	233
CONCLUSÃO.....	261
REFERÊNCIAS.....	264

INTRODUÇÃO

A relação entre burocracia e classes sociais é uma das fontes de polêmica mais antigas no interior das diversas correntes da tradição marxista. Sua importância não se dá por uma questão teórica ou explicativa apenas, mas pelo que pode representar na orientação da organização, tática e estratégia dos trabalhadores numa perspectiva emancipatória. A discussão a respeito da relação entre classes sociais e o aparelho estatal é mais ampla e não exclusiva das diferentes correntes marxistas. Mas o diferencial da análise de realidade materialista está em buscar compreender a relação entre as lutas sociais e as formas políticas que são desenvolvidas em cada particularidade, a partir da cada vez maior preponderância das relações de produção capitalista no mundo.

Essa polêmica nos remete aos debates entre anarquistas, sindicalistas e comunistas na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), com o ulterior desenvolvimento nas discussões desenvolvidas no seio do Partido Social-Democrata Alemão. É naquele momento, após as experiências dos movimentos dos trabalhadores nas revoluções de 1848, e contemporaneamente à Comuna de Paris em 1871, que se desenvolverá com maior importância o debate acerca da relação entre reformas sociais e revolução socialista. Seria somente no final do século XIX que as ideias socialistas e comunistas começariam a ter maior repercussão entre o proletariado. Um passo anterior a essa difusão, foi a iniciativa de sindicatos e organizações operárias europeias, que, em Londres, realizaram uma assembleia no St. Martin's Hall em 1864. Essa assembleia daria origem à AIT, na qual, inicialmente, preponderava uma ideologia “marcada por lemas gerais de caráter ético-humanitário, tais como a fraternidade entre os povos e a paz mundial, muito mais do que pelo conflito de classes e por objetivos políticos concretos” (MUSTO, 2014, p. 20). As duas principais correntes majoritárias da AIT eram a dos a) sindicalistas ingleses, os quais priorizavam questões de caráter econômico, como salários e condições de trabalho, sem colocar em questão o próprio modo de produção capitalista; e a dos b) mutualistas, os quais, inspirados em Proudhon, eram contra o envolvimento político dos trabalhadores e defendiam um cooperativismo que proporcionaria um acesso igualitário ao crédito. O terceiro seguimento, minoritário, era dos comunistas. Entretanto, essas proporções se alteraram ao longo de 12 anos, e assim a Internacional foi um espaço onde “o movimento operário pode compreender mais claramente os mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista, adquirir maior consciência da própria força e desenvolver novas e mais avançadas formas de luta” (p. 21).

O processo de expansão dessas ideias se deu de maneira sempre conturbada e marcada por disputas no interior da AIT. Não é nosso objetivo aqui aprofundarmos diferentes conflitos e confrontos que marcaram diferentes fases da AIT. Mas apenas destacamos pontos sobre esse debate que são importantes para a compreensão das relações entre classes sociais, forma política e particularidade histórica. Como já destacamos, a AIT foi fundada por dirigentes e organizações operárias com diferentes perspectivas, objetivos e modos de compreender as relações socioeconômicas. Por essa razão, desde o início, hostilidades e riscos de sectarismo a permearam. Nesse ponto, foi fundamental a participação de Karl Marx na AIT. Apesar de não ter sido um dos organizadores da mencionada assembleia que fomentaria a fundação da associação, tendo a assistido em silêncio, o papel de Marx foi fundamental para garantir a convivência de diferentes ânimos na mesma organização, além disso, foi ele “[...] quem deu uma finalidade clara à Internacional, quem realizou um programa político não excludente, embora firmemente classista, como garantia de uma organização que ambicionava ser de massas e não sectária” (MUSTO, 2014, p. 23). Graças ao prestígio que tinha junto a alguns setores, a ele foi dada a tarefa de redigir a *mensagem inaugural* e os *estatutos provisórios* da AIT. Tendo percebido a importância do que ali se desenvolvia, na sua redação Marx “[...] valorizou as melhores ideias dos vários componentes da organização, ao mesmo tempo que eliminou suas inclinações corporativas e acentos sectários” (p. 24).

Marx, a partir das análises, estudos e prática política acumulada, sabia da necessidade da conciliação de lutas econômicas e lutas políticas tendo em vista uma ação em escala internacional, a qual pudesse articular as diferentes lutas proletárias numa perspectiva emancipatória, levando indispensavelmente em consideração a particularidade de cada país. Nas resoluções do Congresso de Lausanne de 1867, consta a função da AIT como “[...] um centro comum de ação para as classes trabalhadoras, mulheres e homens, em sua luta progressiva até a completa emancipação da dominação do capital” (MARX, 1985a, p. 203). Antes, em 1866, no documento que continha instruções aos delegados que participariam do Congresso de Genebra, já defendia Marx (1985b) que “a Associação Internacional dos Trabalhadores tem como objetivo combinar e generalizar os *movimentos espontâneos* das classes trabalhadoras, mas não ditar ou impor qualquer sistema doutrinário, seja qual for” (p. 190). A AIT não poderia impor qualquer sistema ou conjunto de passos revolucionários porque as lutas dos trabalhadores deveriam levar em consideração sempre a *particularidade* e as condições específicas de sua ação e organização, sob pena de perecimento. Essa posição é reforçada pelo seu discurso no Congresso de Haia, em 1872, acerca dos meios para a persecução dos objetivos emancipatórios dos trabalhadores:

De forma alguma advogamos que os meios para atingir esses objetivos sejam idênticos em todo lugar. Nós sabemos que instituições, costumes e tradições devem ser levados em conta; e nós não negamos a existência de países como os Estados Unidos, a Inglaterra, e se eu conhecesse melhor suas instituições eu poderia somar a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir seus objetivos por meios pacíficos (MARX, 1988a, p. 255).

As lutas sociais e a organização política dos trabalhadores deveriam, portanto, levar em conta a relação entre lutas de classes, particularidade (cada lugar, costumes, tradições, diferentes meios) e forma política (instituições, meios pacíficos ou não). A necessidade dessa análise é reforçada numa entrevista concedida por Marx (2011a) em 1871:

As uniões de trabalhadores não podem ser absolutamente idênticas, em seus mínimos detalhes, em Newcastle e em Barcelona, em Londres e em Berlim. Na Inglaterra, por exemplo, o caminho para a demonstração de poder político está aberto à classe trabalhadora. A insurreição seria uma loucura, enquanto a agitação pacífica serviria aos fins de modo mais rápido e certo. Na França, uma centena de leis de repressão e um antagonismo mortal entre as classes parecem necessitar de uma solução violenta da guerra social. A escolha dessa solução é um assunto das classes trabalhadoras daquele país (p. 216-217).

É a partir da particularidade de cada lugar que se pode avaliar quais as condições de luta possível. Nesse sentido, a forma política, a luta parlamentar, podem se tornar importantes instrumentos, não como meio universal, assim como a revolução súbita e armada também não o é, mas como meio particular específico, circunscrito histórica e geograficamente. As lutas dos proletários, embora lidassem com elementos comuns relativos aos caracteres fundamentais do modo de produção capitalista, deveriam mediar adequadamente a relação entre essas relações universais, no sentido de comuns a um modo de produção historicamente específico, às características particulares de cada país, território, estado, distrito etc. Uma avaliação das análises marxianas aponta a necessidade de se “[...] levar em conta as particularidades das vias de entificação do capitalismo e as correspondentes expressões concretas das formas políticas que a dominação econômica assume (e por isso não seria possível uma “teorização autônoma do político)” (PAÇO CUNHA, 2015a, p. 6).

Dada essa impossibilidade de teorização autônoma do político, Marx partia do próprio solo material das lutas de classes para avaliar a importância do que é conhecido contemporaneamente como “lutas por direitos”, não a partir de princípios arbitrariamente tomados em abstrato. Parte do modo concreto que os trabalhadores passaram a atuar simultaneamente junto ao Estado para garantir direitos legais.

Na já mencionada comunicação de 1866, Marx (1985a) considerava que “uma condição preliminar, sem a qual todas as demais tentativas de melhorias e emancipação serão abortadas de início, é a *limitação da jornada de trabalho*” (p. 187, grifos no original). Marx ressaltava a relevância da necessidade de preservação da saúde dos trabalhadores e da importância do período de descanso, ressaltando o valor do *tempo livre* que possibilitaria o “[...] desenvolvimento intelectual, relações sociais e ativismo social e político” (p. 187). As proposições sugeridas mostravam uma preocupação com as previsíveis formas de burlar a legislação trabalhista pelos capitalistas, não crendo cegamente na força do direito positivo, assim, iam além de assentar o limite de 8 horas, mas também indicavam um horário fixo de abertura e fechamento das fábricas. Da mesma forma, o eventual trabalho noturno necessário deveria ser especificado por lei, quando não totalmente suprimido. Outra preocupação aventada era relacionada ao trabalho infantil, cuja carga horária deveria ser reduzida substancialmente, além de se garantir a educação básica às crianças e adolescentes. Naquele momento, era preconizado que “o *direito* de crianças e adolescentes deve ser reivindicado. Eles não podem agir por eles mesmos. Assim, é dever da sociedade agir em sua defesa” (p. 188). A defesa dos direitos dos filhos da classe trabalhadora era fundamental por deles depender o futuro da classe e da humanidade, sendo necessário preservá-los dos efeitos devastadores do capitalismo. De acordo com Marx:

Isso só pode ser atingido pela conversão da *razão social* em *força social*, e, dadas as circunstâncias, não existe outro meio se não através de *leis gerais*, compelidas pelo poder do estado. Ao impelir essas leis, a classe trabalhadora não fortifica o poder governamental. Pelo contrário, ela transforma aquele poder, hoje usado contra ela, em seu próprio interesse. Ela efetiva por um ato geral aquilo que não seria possível pelos esforços de uma multidão de indivíduos isolados (MARX, 1985a, p. 189).

O poder do estado utilizado contra os trabalhadores deveria ser revertido em seu favor. Essa preocupação não passava por um aperfeiçoamento gradual do estado em geral, mas pela necessária compreensão de que, dadas as condições concretas, o estado poderia fornecer os meios para meios políticos para as lutas por emancipação econômica dos trabalhadores. Por meio de leis gerais impostas pela coerção que só o Estado pode exercer, os trabalhadores realizaram em conjunto o que isolados não poderiam. A garantia dos limites à exploração e do acesso à educação por meio de garantias legais manifesta a complexa relação que pode ser estabelecida entre as classes sociais e o aparelho estatal. Esse sistema educacional defendido nessa comunicação compreenderia uma educação mental, desenvolvimento corporal e treinamento politécnico, donde se deduz a necessidade de um complexo aparelho escolar a ser garantido pelo Estado, a qual necessariamente envolveria uma reorientação da burocracia

estatal em favor da tática dos trabalhadores. Isso, claro, era considerado à luz da análise de realidade que leve em conta a particularidade de cada lugar.

Em Marx, esse tipo de ação não significa um abandono da perspectiva revolucionária em prol de uma aposta numa gradual melhoria de condições por meio de conquistas sucessivas por meio da maior participação política dos trabalhadores. A objeção de Marx a essa noção é clara em sua análise dos eventos relacionados à Comuna de Paris. Em 1871, Marx, o então secretário-geral da AIT redige *A Guerra Civil na França*, material que, junto dos seus rascunhos, é fonte importante para se compreender o sentido da relação entre emancipação e forma política. Diferente das formas anteriores de governo, essencialmente repressivas, Marx considerava a Comuna uma forma política completamente flexível, sendo que seu segredo era o fato de que “[...] era essencialmente um governo da classe operária, o produto da classe produtora contra a classe apropriadora, *a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho*” (MARX, 2011b, p. 59, grifos nossos). Assim, foi ela:

A Comuna – a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão –, a forma política de sua emancipação social, no lugar da força artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão (p. 129).

A Comuna retomou as forças sociais usurpadas por meio do aparelho político burguês. O poder estatal foi reabsorvido na forma do poder das próprias massas populares. A Comuna procedeu à destruição da forma política de dominação do trabalho. Os revolucionários parisienses pretendiam que seu modelo fosse replicado por toda a França, sabendo que isolada a derrota seria certa.

Toda a França seria organizada em Comunas auto-operantes e autogovernadas, sendo o exército permanente substituído pelas milícias populares, o exército dos parasitas estatais removido, a hierarquia clerical dando lugar ao mestre-escola, o juiz estatal transformado em órgãos comunais, o sufrágio para a representação nacional deixando de ser um truque para um governo todo-poderoso e tornando-se a expressão deliberada das comunas organizadas, as funções estatais sendo reduzidas a algumas poucas funções para fins nacionais gerais (MARX, 2011b, p. 131).

As funções estatais seriam sucessivamente reduzidas até se tornarem supérfluas, na medida em que as novas formas de autogestão e de organização social a partir das comunas às substituíssem. Como fica claro, isso não se daria a partir de um aperfeiçoamento das instituições burguesas, mas da sua completa subversão. Marx identificava o parlamentarismo

estatal como órgão geral de dominação das classes dominantes. Em contraposição, a Comuna consistia nos meios organizados de ação da classe trabalhadora em seu movimento emancipatório.

A Comuna não elimina a luta de classes, através da qual as classes trabalhadoras realizam a abolição de todas as classes e, portanto, de toda [dominação de] classe (...), mas ela fornece o meio racional em que essa luta de classe pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional e humana possível (MARX, 2011b).

Nesse sentido, fica claro o lugar da *forma política* na análise de realidade marxiana. Ela se configura enquanto meio, enquanto instrumento, modo de ser a partir de condições concretas. No caso, a comuna surgiu a partir da ação revolucionária dos trabalhadores de Paris. Embora condicione e estabeleça o *meio racional* e mais *humano* possível para a luta da classe trabalhadora, a Comuna não a resolve definitivamente, era imperiosa a revolução e a transformação econômica da sociedade, era cogente que se altere o modo de produção que condiciona as suas formas políticas possíveis, em suma, era necessário o avanço para além da própria Comuna, sendo que, com o tempo, ela mesma poderia colocar obstáculos a esse avanço. Conforme Marx (2011b, p. 132), “[...] essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedia pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classes”. Até mesmo os direitos adquiridos podem vir a serem obstáculos a uma ação emancipatória, por essa razão, “a luta política não pode ser um fim em si mesma, e a supremacia dos trabalhadores será temporária se assim for” (PAÇO-CUNHA, 2016, p. 21). Daí a ênfase dada por Marx na necessidade de se combinar luta política com luta econômica, evitando-se as armadilhas do *economicismo* e do *politicismo*. A realidade coloca aos trabalhadores o imperativo de se atuar concomitantemente nas diferentes esferas e espaços possíveis a ação organizada dos trabalhadores. Por essa razão, Marx também criticava o horizonte limitado dos sindicalistas e organizações que ao focar sua ação nas lutas econômicas cotidianas contra o capital, afastavam-se dos movimentos sociais e políticos em geral.

Ao mesmo tempo, e para além da servidão geral envolvida no sistema de salários, as classes trabalhadoras não devem exagerar para si mesmas o resultado final dessas lutas cotidianas. Elas não devem se esquecer que estão lutando contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que elas estão retardando o movimento descendente, mas sem mudar sua direção; que estão aplicando paliativos, mas sem curar a doença. Elas devem, portanto, não ser totalmente absorvidas nessas inevitáveis lutas de guerrilha, as quais são continuamente geradas pelos abusos incessantes do capital ou flutuações do mercado. Elas devem entender que, com todas as misérias impostas a elas, o atual sistema simultaneamente engendra as *condições materiais* e as *formas sociais* necessárias para a reconstrução econômica da sociedade. Ao invés do lema *conservador*: “Um salário justo por uma jornada de

trabalho justa!”, elas devem escrever em sua bandeira a palavra de ordem, “*Abolição do sistema de salários!*” (MARX, 1985c, p. 148-149, grifos no original).

Daí a motivação de Marx para ingressar na AIT. Era necessário levar aos trabalhadores a informação e a necessária crítica ao modo de produção capitalista. Tratava-se de buscar influenciar os movimentos organizados dos trabalhadores, especialmente os sindicatos, os quais geralmente se limitavam às lutas contra os efeitos do sistema existente, desperdiçando forças sociais, as quais poderiam ser “[...] uma alavanca para emancipação final da classe trabalhadora, isto é, a abolição definitiva do sistema de salários” (p. 149). Além disso, ao não curarem a doença, os trabalhadores estariam sempre sujeitos a convalescerem novamente. As sucessivas crises do capital colocavam (e colocam) em cheque as conquistas atingidas nos limites da sociedade do “sistema de salários”. A consideração da forma política também seria um ponto central de embate entre comunistas e anarquistas na AIT. Os anarquistas se opunham à participação dos trabalhadores nas eleições gerais e na política burguesa em geral. Embora ambos os grupos compartilhassem uma posição crítica ao Estado, no sentido de que era forma política a ser superada, divergiam no plano tático, com os anarquistas defendendo a abstenção dos trabalhadores da política. Em discurso para uma conferência de 1871, Engels criticou essa posição:

Abstenção absoluta da política é impossível; todos os jornais abstencionistas fazem política também. Apenas depende como ela é feita e qual é o tipo de política. Além disso, para nós, abstenção é impossível. O partido dos trabalhadores já existe como um partido político na maioria dos países. Não cabe a nós arruiná-los pregando a abstenção. A experiência da vida real e da opressão política imposta a eles pelos governos existentes - seja por fins políticos ou sociais - obriga os trabalhadores a se preocupar com questões políticas, queiram ou não. Pregar abstenção seria jogá-los nos braços da política burguesa (ENGELS, 1986a, p. 417).

Além de salientar o ponto da necessidade de se considerar a relação entre lutas de classes e luta política, cumpre salientar que Engels, assim como Marx, não faz sua análise partindo de um pré-requisito ou modelo de luta emancipatória, mas parte da realidade concreta de que as classes trabalhadoras em diferentes países *já* se organizam para responder a questões materiais postas a elas. Nesse sentido, cumpre ressaltar o papel da análise de realidade e a consideração das particularidades nas formulações de Marx e Engels. É a experiência da vida real, a ação política dos governos existentes e os meios desenvolvidos

pelos trabalhadores realmente existentes¹ que condicionam a análise engelsiana e sua crítica à defesa do abstencionismo. Mas é preciso deixar claro que isso não significa o endosso das práticas políticas burguesas, ou a luta pelo aperfeiçoamento dos instrumentos políticos burgueses tomados como forma política universal. Engels esclarece que a dominação política do proletariado é um meio para atingir a abolição das classes, sendo que a

[...] *revolução é o ato supremo da política*, quem a deseje também deve desejar os meios, ação política, a qual prepara para ela, que dá a educação revolucionária aos trabalhadores [...]. Mas a política necessária é a política classista dos trabalhadores; o partido dos trabalhadores não deve ser constituído como a cauda de algum partido burguês, mas como um partido independente com seu próprio objetivo, com sua própria política (p. 417, grifos nossos).

A ação e organização política dos trabalhadores parte das próprias necessidades e objetivos dos trabalhadores, não das formas de organização, valores e limites das organizações e formas políticas burguesas. Do mesmo modo, não parte de conceitos e formulações ideais descoladas da realidade material por uma teorização autônoma do político. Engels, assim como Marx, salienta a necessidade de se considerar a tática por simultaneidade, da necessidade dos trabalhadores estarem atentos e prontos a utilizar todos os meios possíveis na sua luta emancipatória.

As liberdades políticas, o direito de reunião e associação e a liberdade de imprensa, essas são nossas armas - deveríamos cruzar nossos braços e nos abster quando tentam nos roubar esses direitos? É dito que todo ato político implica no reconhecimento do status quo. *Mas quando o status quo nos dá meios de protestar contra ele, então fazer o uso desses meios não é reconhecer o status quo* (p. 417-418, grifos nossos).

Marx e Engels não autonomizavam formas políticas como as universais ou descartavam meios políticos para as lutas de classes por princípio². A consideração dos meios

¹Aqui nos recordamos da clássica formulação que sinaliza a perspectiva materialista de Marx e Engels (2007): “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica” (p. 86-87). A realidade não deve ser encaixada nos pressupostos ideais, pelo contrário, as formulações ideais devem ter sempre como pressuposto a realidade.

²A teorização autônoma do político ignora os fundamentos materiais e concretos das relações sociais cujas formas políticas são expressão: “As relações de produção dos indivíduos até aqui estabelecidas igualmente devem ganhar expressão em relações políticas e jurídicas. No âmbito da divisão do trabalho, essas relações obrigatoriamente se tornam independentes dos indivíduos. Todas as relações só podem ser expressas em termos de linguagem na forma de conceitos. O fato de essas generalidades e esses conceitos serem considerados como forças misteriosas é uma consequência necessária da autonomização das relações reais [*realen*], cuja expressão eles constituem. Além dessa validade para a consciência comum, essas generalidades ainda adquirem uma validade e uma conformação especial dos políticos e juristas, os quais, em virtude da divisão do trabalho,

de luta depende da avaliação das condições concretas, daí que os próprios meios oferecidos pelo “status quo” podem ser utilizados pelos trabalhadores contra ele. Isso envolve a necessidade da classe trabalhadora conhecer e estar preparada a utilizar os diferentes meios de dominação das classes dominantes contra elas. Por essa razão, ao analisar a Comuna de Paris, escreveu Engels (2011):

Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal (p. 197).

Daí a necessidade de se conhecer não somente as relações econômicas fundamentais e fetichizadas que estruturam o modo de produção capitalista, mas também as diferentes determinações histórico-particulares das formas políticas que se desenvolvem em cada lugar, compreender sua gênese, estrutura e função social. Mesmo no momento pós-revolucionário a forma política não deve ser desconsiderada e o trabalho de sua destruição não é simples medida a ser resolvida por decreto. Por essa razão, temos a crítica do que Marx chamou de *indiferentismo político* em uma publicação de 1873. Nesse texto, Marx ironiza as posições que diminuam a importância das lutas políticas e econômicas em prol dos “[...] eternos princípios da emancipação da classe trabalhadora!” (2010e, p. 392). Com sarcasmo, Marx critica as posições, especialmente proudhonistas, que negavam a importância das concessões dentro do Estado burguês, como a limitação da jornada de trabalho, o financiamento estatal da educação básica, o repúdio aos meios pacíficos etc. por serem contrárias aos “princípios eternos”. Após simular como seria se os expoentes dessas posições expressassem claramente o que queriam dizer, arremata Marx:

Não pode ser negado que se os apóstolos do indiferentismo político se expressarem com tanta clareza, a classe trabalhadora faria pouco caso deles e se ressentiria por ser insultada por esses deslocados senhores doutrinados pela burguesia, que são tão estúpidos e ingênuos a ponto de negar a classe trabalhadora qualquer meio real de luta (1988b, p. 393-394).

Marx então explica que os limites das análises dos socialistas utópicos, como Owen, Fourier, Saint-Simon, eram condicionados socialmente. Não havia um movimento da classe

dependem do cultivo desses conceitos e veem neles, e não nas relações de produção, o verdadeiro fundamento de todas as reais [*realen*] relações de propriedade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 352).

trabalhadora organizado politicamente que colocasse novas possibilidades de ação social e política. Por essa razão, esses autores só podiam sonhar com ideais de uma sociedade modelo, não podendo avançar em sua análise por conta dos limites postos pela realidade de sua época. Mais uma vez, fica claro que a análise de Marx sempre parte da materialidade concreta, não de princípios e ideias, mas do solo real onde se desenvolvem as práticas dos agentes sociais. Por essa razão, Marx nega qualquer preponderância de princípio universal sobre as possibilidades concretas para a ação emancipatória dos trabalhadores. O indiferentismo político tenderia apenas a deixar os trabalhadores desarmados diante da ação política organizada e sem oposição da burguesia. Marx destaca a importância das concessões conquistadas para possibilitar condições objetivas e subjetivas de organização e formação política dos trabalhadores.

A importância da ação política da classe trabalhadora, portanto, não significava aprovar o Estado burguês, a disputa parlamentar burguesa e os seus meios burgueses de agir politicamente. Diferente da ação que visa à disputa por vantagens na estrutura no aparelho de dominação política, a ação dos trabalhadores organizados tinha por objetivo a emancipação e o fim da própria dominação de classes, com seus aparelhos inclusos. Por essa razão, como já mencionamos, Engels deixou clara a classe trabalhadora deveria se organizar de maneira independente, não sendo caudatária de partidos e práticas políticas burguesas. Essa crítica engelsiana é desenvolvida em sua análise da questão da moradia dos trabalhadores alemães. Engels (2015) evidencia os limites da posição do reformista pequeno-burguesa que visava aplicar paliativos aos problemas de habitação dos trabalhadores, sem exigir a transformação do próprio modo de produção, o qual continuamente gerava as circunstâncias reprodutoras dos problemas habitacionais vivenciados pela classe trabalhadora alemã. Assim, criticou o socialismo pequeno-burguês de inspiração proudhoniana, o qual tentava solucionar a questão da moradia sem tocar nas contradições fundamentais da exploração especificamente capitalista. Entre os vários elementos da rica análise de Engels, destacamos a sua crítica à especulação utópica dos proudhonianos acerca de uma sociedade futura, quando Engels argumentava que num processo de superação da sociedade capitalista, “[...] mesmo as medidas transitórias terão de orientar-se, em toda parte, *pelos condições momentaneamente vigentes*, devendo ser essencialmente *distintas* em países de pequenas propriedades fundiárias e em países de grandes propriedades fundiárias etc.” (2015, p. 138-139, grifos nossos). Engels enfatiza a importância da análise das determinações particulares de cada país, de partir do concreto. E para o autor, “o primeiro passo no ato de chegar-se às condições concretas e bem determinadas da sociedade consiste certamente em tomar conhecimento delas, examiná-las

quanto ao seu nexu econômico vigente” (p. 139). É o mesmo raciocínio apresentado por Marx no seu discurso já comentado no Congresso de Haia em 1872, nas escolhas dos seus meios táticos, a classe trabalhadora tem que levar em consideração as condições históricas específicas e as diferentes formas de organização classista em cada lugar. Posição essa reforçada no *Prefácio de 1872 ao Manifesto Comunista*, onde Marx e Engels argumentam que a aplicação dos princípios ali apresentados depende “[...] em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final da seção II” (2010a, p. 71). As medidas políticas dependem sempre das condições concretas e das específicas determinações sociais. A partir da experiência concreta da Comuna de Paris, os autores também ressaltam o limite da noção de que seria suficiente aos trabalhadores tomarem o poder estatal para servirem-se dele aos seus próprios fins.

A necessidade da organização política independente dos movimentos das classes trabalhadoras nos diferentes países e a polêmica com os anarquistas levaram à AIT aprovar, na Conferência de Londres de 1871, um novo artigo em suas regras gerais que defendia a necessidade de constituição do proletariado como um partido independente, na nova redação lia-se que “na sua luta contra o poder coletivo das classes proprietárias, a classe trabalhadora não pode agir senão por se constituir como um partido político, distinto e oposto a todos os velhos partidos formados pelas classes proprietárias” (MARX; ENGELS, 1988a, p. 243). Desse modo a AIT se posicionou, em sua maioria, contrária ao abstencionismo pregado pelos apoiadores de Bakunin. Essa noção, entretanto, não se transforma em uma regra arbitrária. A organização desse partido depende do estágio das lutas de classes e das condições concretas de cada lugar. Não havia, nem poderia haver, a determinação de um modelo universal de partido e de forma de luta. Por essa razão, no *Prefácio de 1882 ao Manifesto Comunista*, Marx e Engels (2010a) chegaram a cogitar que “[...] a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (p. 73). A prioridade do concreto ante qualquer designação formal e autonomizada da realidade é o fio condutor das análises realizadas por Marx e Engels³.

A correta consideração e apreensão dos meios políticos são essenciais para a atividade prática, para o direcionamento das ações dos trabalhadores organizados para a sua

³Essa afirmação pode dar razão a quem afirme a identidade de pensamento entre Marx e Engels ou que o segundo seria um apêndice do primeiro. Entretanto, há diferenças importantes em questões centrais entre os autores, quanto a questões metodológicas e também táticas. Além disso, Engels desenvolveu um pensamento original e abordou temas diferenciados de Marx. Para uma análise dessa relação, ver Paço Cunha (2015b).

emancipação do capital. Exemplar dessa consideração é a análise que Engels (1988a) fez em 1873 para tentar, através da AIT, apoiar e orientar os trabalhadores no processo revolucionário que acontecia na Espanha entre 1868 e 1874, a revolução burguesa que ficaria conhecida como *La Gloriosa*. Entre os trabalhadores espanhóis, além da influência forte dos burgueses republicanos de esquerda, era forte a presença das ideias bakuninistas⁴. Engels tenta então demonstrar uma alternativa a essas duas posições. Naquele momento, havia sido proclamada em 11 de fevereiro de 1873, a Primeira República Espanhola, que teve curta duração até dezembro 1874. Engels escreve seu texto no final de fevereiro de 1873.

Por um lado, ele ressalta o fato de que a república é a forma consumada da dominação burguesa, assim ele descarta qualquer crença miraculosa nos efeitos da república. Além disso, lembra que a república, por conta das experiências francesa e norte americana, já não era mais o ideal de liberdade a ser atingido e mesmo os republicanos puros já não existiam mais. Mas, por outro lado, ao eliminar as diferenças de classes e estamentos *no* Estado, ao estabelecer a igualdade civil e jurídica, a república rompe com a política tradicional, requerendo que toda instituição política tenha sua existência justificada. “Em outras palavras: se a república moderna é a forma consumada da dominação burguesa, ela é também o tipo de estado que liberta a luta de seus grilhões e prepara o campo de batalha. A república moderna é, de fato, esse campo de batalha” (ENGELS, 1988a, p. 419). Ao eliminar todas as superstições acerca da supremacia das casas reais, a república clareia o campo de batalha para a oposição dos trabalhadores à burguesia. Como as condições objetivas para uma revolução proletária não existiam na Espanha, Engels apontou a necessidade dos trabalhadores atuarem politicamente por meio dos espaços abertos pela instauração da república. Questões a serem disputadas envolviam o exército, a legislação financeira, o confisco de propriedades da Igreja e o desenvolvimento de estradas.

Essas considerações reforçam a crítica ao economicismo e ao abstencionismo, e afirmam importância dos trabalhadores considerarem as formas políticas em tática revolucionária. Isso não significa, como já foi deixado claro, uma defesa da república ou qualquer outra forma política como etapa necessária numa estratégia dos trabalhadores. As formas políticas são consideradas na medida em que se desenvolvem na própria realidade, a partir do seu nexos fundamental com as demais relações que conformam o ser social. A

⁴De acordo com Bakunin (2003), o povo espanhol, a partir da bancarrota geral, pública e privada, se preparava para “[...] fundar sobre as ruínas do Estado e do mundo burguês em decomposição, a sociedade do homem-trabalhador emancipado” (p. 54). Para Bakunin, o objetivo óbvio dos socialdemocratas alemães era “[...] formar um Estado pangermânico, isto é, uma imensa prisão alemã” (p. 83).

consideração acerca das comunas rurais russas mencionada no *Prefácio de 1882 ao Manifesto Comunista* deixa isso claro. Sobre essa mesma questão, a oposição a qualquer universalização arbitrária é reforçada por outro documento importante para expor a importância da análise de realidade que parte dos seus elementos concretos, e não de *concepções*. Trata-se da correspondência (e os seus esboços) que Marx travou com a revolucionária russa Vera Ivanovna Zaslitch em 1881, onde ele afirmou que:

[...] na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e *se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional*. É justamente graças a contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis (2013a, p. 89-90, grifos nossos)

Não há espaço algum para qualquer etapismo ou para qualquer autonomização das formas políticas. Essa é uma posição que Marx desenvolvera desde sua crítica ao idealismo hegeliano. De fato, ainda em 1843, Marx começara a proceder uma crítica ontológica do complexo político do ser social (CHASIN, 2009), o qual não poderia ser considerado descolado de suas determinações concretas. De acordo com Marx (2010a), a consideração dos atos políticos deveria ser levada em conta como uso de um meio, seja enquanto ato destrutivo, seja como meio de administração da miséria, que é o limite das ações políticas e da administração estatal no modo de produção capitalista.

[...] frente às consequências decorrentes da natureza associal dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências a *lei natural* da administração é a *impotência* (MARX, 2010a, p. 39, grifos no original).

Temos assim que a determinação ontológica da administração enquanto atividade organizativa do Estado é *sua impotência*. As condições de agir são determinadas pelas condições sociais específicas das quais se demanda a intervenção estatal, não pelo caráter da forma política tomada de forma autônoma. Daí que:

O princípio da política é a *vontade*. Quanto mais unilateral, ou seja, quando mais bem-acabado for o entendimento *político*, tanto mais ele acredita na *onipotência* da vontade, tanto mais cego ele é para as *limitações naturais* e intelectuais da vontade, tornando-se, portanto, tanto menos capaz de desvendar a fonte das mazelas sociais (MARX, 2010a, p. 41, grifos no original).

Ou seja, trata-se aqui de ir além das formas políticas e desvelar a fonte das mazelas sociais nas relações sociais que necessitam das diferentes formas políticas que são determinadas pelas “[...] necessidades práticas e o estágio da luta de classes que são postos pelo movimento interno e contraditório da sociabilidade do capital” (PAÇO-CUNHA, 2015b, p. 17). A revolução social, a emancipação do trabalho, deve ir além dos caminhos oferecidos pelos meios políticos, porém não deve desconsiderá-los, reforça-se a necessidade da tática por simultaneidade de ações dos trabalhadores, em todas as esferas disponíveis à prática revolucionária.

A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas – é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse *ato político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu próprio fim, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu invólucro *político* (MARX, 2010a, p. 52, grifos no original).

A ação política atua no sentido de destruir as relações antigas ao mesmo tempo em que a organização da atividade produtiva avança para gerar novas relações sociais e combinações que tornam supérfluas o aparelho de dominação política. Subordinada às relações sociais de produção dadas pela análise da própria realidade, o procedimento científico marxiano mostra como toda análise que autonomiza as formas políticas, que parte do entendimento político, torna-se incapaz de revelar as raízes dos problemas sociais concretos. Desse modo, ela se torna também obstáculo à própria organização dos trabalhadores, afinal, uma vez que seres humanos agem teleologicamente, é necessário que se compreenda corretamente os meios para qualquer ação concreta que vise uma mudança na realidade. Vinte anos depois dessa constatação marxiana, constaria nas Regras Provisórias da AIT escritas por Marx (1988c) que “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o grande fim para qual todo movimento político deve ser subordinar como meio” (p. 3). Temos, assim, que “as lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética; conseqüentemente, descuidar da dimensão socioeconômica priva a política de sua realidade” (CHASIN, 2000a, p. 97).

A breve análise até aqui apresentada, com o recurso das remissões textuais, faz-se necessária para constatar a importância dada por Marx e Engels da tática por simultaneidade nas lutas emancipatórias dos trabalhadores, com a total rejeição das visões economicistas e suas irmãs rivais politicistas. As análises apresentadas demonstram que “é melhor uma tática de simultaneidade - e aí, sim, uma real fusão entre luta econômica e política por mediação do movimento da classe dos trabalhadores - do que uma tática de caminho único a partir do qual

se fecham todas as demais alternativas” (PAÇO CUNHA, 2016, p. 22). Essa apresentação foi necessária até aqui porque ao longo do século XX, e ainda no final do século XIX, diferentes correntes se desenvolveram sob a alcunha geral do marxismo. Movimentos sociais, partidos representantes das classes trabalhadoras e perspectivas teóricas se desenvolveram priorizando e/ou desconsiderando diferentes aspectos das análises realizadas por Marx.

Em maio de 1875, foi realizado o Congresso de Gotha. Nesse evento, foram fundidos os dois maiores partidos dos trabalhadores alemães, o maior de inspiração lassalliana e o segundo maior, o qual tinha inspiração marxista, especialmente na figura de seus dirigentes August Bebel, Wilhelm Bracke e Wilhelm Liebknecht, os quais pertenciam também ao círculo de relações pessoais de Marx e Engels. A partir dali seria fundado o Partido da Social-Democracia Alemã. Para um breve entendimento de sua evolução apenas citamos as posições gerais defendidas pelas duas organizações fundidas.

Lassalle (1999) defendia a atuação exclusiva dos trabalhadores por meio da via parlamentar, de modo que o estado seria o meio necessário e absoluto para as transformações sociais desejadas pelos trabalhadores. Para o duelista de Genebra:

Só a representação das classes trabalhadoras nas câmaras legislativas alemãs pode satisfazer seus interesses legítimos em matéria política. Na dimensão política, o programa do Partido Operário é, e tem que ser, o início de uma mobilização pacífica e ordenada rumo a esse objetivo, com todos os meios legais ao seu alcance (p. 52).

Por essa razão, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, fundada em 1863, e comandada inicialmente por ele, e depois tributária de seu pensamento após sua morte em 1864, acreditava e atuava no sentido de buscar a intervenção estatal e a reorientação do estado para o atendimento das demandas e necessidades dos trabalhadores. Diferente da tática de simultaneidade, os lassallianos tinham a representação parlamentar como o *único* meio tático a ser utilizado pelos trabalhadores. O estado seria responsável por promover e desenvolver cooperativas operárias, as quais poderiam quebrar a “lei de bronze” dos salários. De fato, objetivo seria transformar o estado através do sufrágio universal, tornando-o o demiurgo racional de uma sociedade livre. Além disso, Lassalle defendia a unificação alemã sob a liderança da monarquia prussiana, indo contra todas as concepções internacionalistas defendidas pelos marxistas e pela AIT. Na *Crítica ao Programa de Gotha*, que unificaria os dois partidos, Marx apontava que “Lassalle, ao contrário do *Manifesto Comunista* e de todo o socialismo anterior, concebeu o movimento dos trabalhadores sob a mais estreita ótica nacional” (2012, p. 35). Marx considerava a organização lassalliana uma “[...] organização

puramente sectária, e como tal, hostil à organização do *verdadeiro* movimento dos trabalhadores visado pela Internacional” (1989a, p. 255).

O Partido Social Democrata dos Trabalhadores foi fundado em 1869 pelos já citados Liebknecht, Bracke e Bebel. Diferente da organização lassalliana, esse partido era vinculado à AIT e, compartilhando da influência marxista, tinha um posicionamento mais crítico ante a representação parlamentar, além de manter uma perspectiva revolucionária. O Programa do Partido, estabelecido no Congresso de Eisenach em 1869, continha elementos convergentes e divergentes das análises e proposições marxistas. O Programa de Eisenach tinha como um de seus fundamentos que “a luta pela libertação da classe trabalhadora não é uma luta por privilégios de classe e imunidades, mas por iguais direitos e obrigações e pela abolição de toda dominação de classe”, além do internacionalismo das lutas proletárias, o que ia ao encontro dos princípios gerais da AIT. Mas continha elementos estranhos às análises marxianas, como defesa da garantia do “fruto inteiro do trabalho” ao trabalhador e da afirmação de que a solução da questão social seria possível apenas no Estado Democrático, ou seja, caindo no problema da eleição de uma forma política universal. Apesar dessas divergências, Marx (1985d) considerou importante a fundação dessa organização democrática, a qual reunia delegados representantes de 150.000 trabalhadores alemães e contava com “um programa que literalmente incorporava os princípios gerais dos Estatutos” (p. 79) da AIT.

Quando ocorreu a unificação dos partidos a partir do Congresso de Gotha, as teses lassallianas prevaleceram sobre as marxistas. Em carta a Wilhelm Bracke, Engels teceu duras críticas ao programa resultado da unificação, *o Programa de Gotha*: “Fraseologias lassallianas e termos que não poderiam ter sido adotados sob nenhuma condição. Se duas frações se unem, não se põe no programa de união aquilo que é controverso. Ao permitir que isso ocorresse, nossos homens se submeteram espontaneamente ao mais degradante jugo” (2012a, p. 61). Além disso, objurgou as reivindicações vulgares e vagas de inspiração liberal democrática bem como as várias referências distorcidas ao *Manifesto Comunista*. Por essa derrota em pontos essenciais, Engels, que viria a se provar enganado, acreditava que a unificação não duraria muito tempo. Marx, em carta ao mesmo remetente em maio de 1875, também deixou claro que ele e Engels se distanciavam “[...] totalmente desse programa de princípios e não temos nada a ver com ele” (2012, p. 19-20), afirmando que “[...] o programa não vale nada, mesmo que não se leve em conta a canonização dos artigos de fé lassallianos” (p. 21). Marx não se limitou à carta, elaborou e enviou a Bracke uma crítica contundente a cada ponto do Programa. Entretanto, dado o teor das críticas, em prol da manutenção da

unidade, Liebknecht evitou que essa crítica fosse divulgada, sendo somente publicada em 1891. Ao ser publicado, entretanto, o documento mostrou-se muito mais que uma crítica a um programa, de acordo com Lenin (1970), “a parte polêmica dessa obra notável, que constitui uma crítica do lassallismo, lançou na sombra, por assim dizer, a parte positiva da obra, ou seja, a análise da correlação entre o desenvolvimento do comunismo e a extinção do Estado” (p. 95). Nessa *Crítica* que abarca diversos pontos de polêmica e questões relativas à transição socialista como Lenin destacou, nos ateremos a um ponto importante para o desenvolvimento do nosso trabalho. Marx (2012) crítica à noção lassalliana de tornar o Estado “livre”, sendo o objetivo dos trabalhadores não tornar o Estado “livre”, mas se livrar das relações sociais que demandam a existência da dominação social expressa no Estado. Também denuncia o abuso do uso dos termos “Estado atual”, “sociedade atual” no Programa, segundo ele:

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “Estado atual”, ao contrário, muda juntamente com os limites territoriais do país. No Império prussiano-alemão, o Estado é diferente daquele da Suíça; na Inglaterra, ele é diferente daquele dos Estados Unidos. “O Estado atual” é uma ficção (p. 42).

Essa crítica confirma os pontos salientados até aqui, da necessidade de se partir das diferentes particularidades locais na consideração do Estado. Desse modo, não é possível falar de maneira arbitrariamente abstrata em um “Estado Atual” ou uma “sociedade atual”. Os Estados realmente existentes mudam em cada território, comportando diferenças específicas que não podem ser desconsideradas, daí que Marx questiona a presença de tal fraseologia no programa de um partido que se propõe revolucionário.

No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais (MARX, 2012, p. 42).

É necessário se considerar a reciprocidade entre as determinações culturais, sociais e historicamente condicionantes de cada lugar com os nexos sociais capitalistas *mais ou menos* desenvolvidos.

Se a base real comporta variabilidades em referência aos traços essenciais do modo de produção capitalista, as formas políticas comportam variações em razão das circunstâncias históricas de cada país, as relações de classes, o estágio da consciência de classe etc., sem mencionar as múltiplas influências entre os países, não somente no que se refere ao mercado mundial. Quer dizer, os modos de atuação

dos estados capitalistas particulares guardam semelhanças e diferenças entre si em razão das contingências históricas das formas particulares de entificação do capitalismo, as forças motrizes de ordem primária (PAÇO CUNHA, 2015b, p. 13).

Por essa razão, a análise de realidade e a orientação prática dos trabalhadores não pode se pautar por princípios que sobreponham a sua formação sócio histórica e o grau de desenvolvimento das relações capitalistas, na medida em que se desenvolvem, convivem e se articulam com outras relações econômicas específicas nos diferentes processos de entificação do capitalismo em cada lugar.

Todo esse rigor necessário apontado pela crítica marxiana não foi levado totalmente em conta nas diferentes disputas e elaborações que foram desenvolvidas no seio da socialdemocracia alemã, movimento que contava com dirigentes teórica e pessoalmente envolvidos com Marx e Engels. O partido então fundado no Congresso de Gotha cresceria e as lutas dos trabalhadores alemães passariam a gravitar em torno dessa organização. A realidade alemã abriu mais espaços para a atuação política e, assim, as tendências reformistas, que já tinham base por conta do estatismo lassalliano, passam a ganhar mais força. Diferente da ênfase dada por Marx da importância da tática por simultaneidade, da consideração das condições específicas para a ação dos trabalhadores, passou a ganhar corpo e força a orientação de que a luta parlamentar é a forma da luta política dos trabalhadores. Conforme demonstra Paço Cunha (2015a), mesmo um importante texto de Engels serviu de base à armadilha de dicotomizar os caminhos entre a ação revolucionária e a ação de conquistas graduais. Trata-se do *Prefácio* à coletânea *As lutas de classes na França*, escrito em 1895. Nesse texto, Engels afirma que a sua posição e a de Marx, quando da época dos textos publicados, 1848 a 1850, provou-se equivocada pela própria história. Segundo ele, a história demonstrou que “hoje as formas de luta de 1848 são antiquadas em todos os aspectos” (2012b, p. 14). O crescimento da socialdemocracia alemã parecia ter impactado a análise engelsiana: “hoje temos um só grande exército de socialistas, avançando incessantemente, crescendo diariamente em número, organização, disciplina, noção das coisas e certeza da vitória” (p. 17). Desse modo, afirmou que “foi-se o tempo dos ataques de surpresa, das revoluções realizadas por pequenas minorias conscientes à testa de massas sem consciência” (p. 26). Em contraposição, o trabalho de conscientização e formação no longo prazo se tornara a tarefa possível e necessária, “um trabalho longo e persistente” para fazer as massas compreenderem o que deveria ser feito. A luta parlamentar, impulsionada pelo crescimento do partido no final do século XIX, o levou a expor a conclusão que sua principal tarefa seria “[...] manter esse crescimento ininterruptamente em marcha até que ele por si só sobrepuje o

sistema de governo atual” (p. 28). Nesse texto, Engels parece defender esse meio político como o meio então encontrado para emancipação dos trabalhadores. As intervenções partidárias por meio das instituições estatais e da propaganda colocavam-se como a tática definitiva para os trabalhadores.

A tendência dicotômica de Engels – força ou parlamento, encontrada também mais tarde entre dirigentes políticos no século XX, como se o parlamento prescindisse da força, inclusive a econômica – é generalizada como o meio adequado, sem fazer distinção entre as condições concretas de cada contexto particular, sem levar muito em conta as particularidades das formas políticas nos modos também particulares de objetivação capitalista (PAÇO CUNHA, 2015a, p. 158).

Dicotomia posta pela rejeição dos “meios anteriores” em prol dos “novos meios”, o contrário da tática por simultaneidade. Essa publicação sugere um Engels pendente a um reformismo, contrariando muitas de suas próprias análises anteriores, onde, avaliava a necessária conjugação entre lutas socioeconômicas e políticas tomadas a partir das configurações sócio-históricas específicas. Essa posição seria encontrada em vários dirigentes com o crescimento do estatismo na socialdemocracia alemã, mas também adotada por vários dirigentes políticos e teóricos do século XX. O fato é que Engels seguiu o pedido do então Secretário Executivo do Partido Social-Democrata Alemão, Richard Fischer, o qual solicitou que Engels abrandasse o teor revolucionário dos textos que compõem *As lutas de classes na França* quando de sua republicação. Tal pedido baseava-se no receio de que o teor revolucionário ali exposto servisse de argumento para o aumento da censura e qualificação das atividades dos socialdemocratas como subversivas. Em carta a Kautsky, Engels manifestou que o seu “texto sofreu em certa medida por conta das objeções apreensivas de nossos amigos em Berlin, inspiradas pelo Código de Subversão [Umsturzvollage] - objeções às quais, dadas as circunstâncias, eu não poderia ignorar” (2004a, p. 480). Em carta a Fischer, ao informar que tinha levado em conta suas objeções, Engels manifestou seu desconforto e preocupação com a posição cada vez mais forte de repúdio à revolução:

Levei o máximo possível em consideração as suas graves objeções, embora eu não possa, de coração, ver o que é censurável sobre, digamos, metade dos casos que você cita. Por que não posso afinal assumir que você pretende inscrever-se de corpo e alma à *legalidade absoluta, legalidade sob quaisquer circunstâncias*, legalidade, mesmo vis-à-vis às leis violadas por seus promulgadores (...). Minha visão é de que você não tem nada a ganhar ao *abdicar completamente da força*. Ninguém acreditaria em você, nem nenhum partido iria tão longe a perder o direito de resistir à ilegalidade pela força das armas (2004b, p. 438, grifos nossos).

Mas Engels seguiu boa parte das objeções, e o tom brando e reformista do *Prefácio* viria a ser enfatizado e ressaltado pelos socialdemocratas, afinal, nada mais valioso naquele conturbado momento de disputas políticas que ter o aval de um dos “fundadores” do marxismo para a estratégia parlamentar como meio de luta mais avançado e acertado dos trabalhadores. Isso, no entanto, ocorreu para o desgosto de Engels, o qual manifestou seu descontentamento em carta a Paul Lafargue de abril de 1895:

Liebknecht acaba de me pregar uma boa peça. Ele tomou de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França 1848-1850 tudo o que poderia servir ao seu propósito de apoio de táticas pacíficas e anti-violentas a qualquer preço, tática que ele escolheu para pregar já há algum tempo, especialmente neste momento, quando leis coercitivas estão sendo elaboradas em Berlim. Mas eu defendo essas táticas unicamente para a *Alemanha de hoje* e, mesmo assim, com muitas *reservas*. [...] elas poderiam se tornar inaplicáveis amanhã (ENGELS, 2004c, p. 489-90, grifos no original).

Como é possível observar, os reformistas passaram a prevalência de sua posição a qualquer custo, tomando por absolutas táticas que eram viáveis pelas condições concretas dadas, de forma alguma replicáveis em outros países e/ou contextos históricos arbitrariamente. Com o texto já desfigurado em sua versão publicada à época e, pior, com o uso de passagens selecionadas e interpretadas de maneira enviesada, os reformistas iriam clamar que mesmo Engels, ao fim de sua longa jornada de lutas socialistas, tinha abandonado a posição revolucionária e apontado o caminho da legalidade como o correto. As cartas de Engels a Fischer e Lafargue citadas só viriam a ser publicadas em 1967 e 1959, respectivamente. Além disso, o texto completo sem as alterações demandadas por Fischer, só seria publicado em 1926. Ou seja, por um longo período as críticas de Engels ficariam desconhecidas, e o conto de que ele teria se tornado um reformista e adotado uma perspectiva evolucionista pode ser contado pelos socialdemocratas e crido também por muitos outros marxistas que passaram a rejeitá-lo, dando ensejo a uma das críticas dos que considerariam Engels o primeiro deformador de Marx⁵.

⁵ Engels, assim como Marx, considerava que “cada passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas”, procurou manter a vitalidade e a difusão das teses marxistas entre os trabalhadores após a morte de Marx em 1883. Dada a influência e o caráter popular do Partido Social-Democrata Alemão, Engels procurou manter sua relação com a socialdemocracia alemã apesar de manifestar suas discordâncias e críticas sempre que possível. Como já apresentamos inicialmente nas breves considerações sobre a AIT, os marxistas sempre tentaram evitar sectarismo e respeitar a prioridade do movimento real em suas decisões políticas. Entretanto, nos parece inadequado considerar que Engels tenha pendido para o reformismo nos seus últimos anos de vida. U texto que sustenta nossa percepção é *A critique of the draft social-democratic programme of 1891*, onde Engels (1990a) critica o politicismo socialdemocrata, ao não perceberem que os meios políticos são apenas alguns dos vários meios para a luta dos trabalhadores, além de não perceberem que era utópico contar com uma solução democrática na Alemanha tomando por base as repúblicas democráticas da França e dos Estados Unidos.

No campo prático, o reformismo se fortaleceu porque após a queda de Bismarck em 1890, as leis antissocialistas foram retiradas e os trabalhadores se encontravam mobilizados, assim, a socialdemocracia alemã viu acontecer a sua maior vitória eleitoral até então, obtendo cerca de 20% do total dos votos para as cadeiras do parlamento em 1890 (COLE, 1963). A ameaça de um retorno à ilegalidade assustava os dirigentes socialdemocratas. Se por um lado Bebel e Liebknecht se destacavam como porta-vozes do partido, Kautsky e Bernstein ganhavam reputação como teóricos do partido. Ao mesmo tempo em que a liberdade e o número de apoiadores do partido cresciam, se fortaleciam os elementos reformistas. Essa tendência reformista e estatista já estava nas raízes do partido, com a preponderância das ideias lassallianas na sua fundação. Um discurso de Liebknecht (1963) no Congresso de Erfurt, em 1891, deixa clara a guinada cada vez maior do Partido Social-Democrata Alemão em direção ao reformismo, e a eleição da democracia parlamentar burguesa como uma forma política universal que poderia servir aos objetivos dos trabalhadores alemães e de qualquer outro lugar:

Parlamentarismo é simplesmente o sistema de representação do povo. Se até agora nós não atingimos nossos objetivos no Reichstag, a culpa não deve ser posta no parlamentarismo: esta é simplesmente a consequência de nós não termos tido nesse país, entre o povo, o poder necessário. Se tivéssemos o apoio dos votos necessários, e assim a força, como os partidos burgueses têm, o Reichstag seria tão infrutífero para nós como o é para eles. Isso não significa dizer que toda questão pode ser resolvida pela legislação; mas deixemos que alguém me mostre outra estrada para nosso objetivo! Eu sei que há outra estrada que, na opinião de muitos entre nós, é mais curta - aquela da violência... mas essa estrada leva ao Anarquismo (...). A essência do revolucionismo está não nos meios, mas no fim (p.253-254)

Essa firme defesa da ação política parlamentar demonstra claramente a adesão de Liebknecht ao reformismo, que motivaria a manipulação das palavras de Engels em 1895. Diferente da tática de simultaneidade, o reformismo aceitava o jogo parlamentar burguês como regra geral a qual os trabalhadores deveriam se submeter, além disso, como deixa clara a comunicação do líder socialdemocrata, a revolução era apagada do horizonte prático, relegada a um “fim” a ser naturalmente atingido a partir dos avanços pela luta parlamentar. Essa extrapolação politicista tinha como impulso o crescimento eleitoral do partido e o fato de que os socialistas “[...] tinham que se preocupar com melhorias imediatas das condições dos trabalhadores” (PRZEWORSKI, 1988, p. 11). Ao analisar as eleições de 1898, Liebknecht (2005) comemorava o fato do partido ter obtido 800.000 votos a mais que seus rivais católicos, sendo que só não tinha acentos a mais por conta do caráter distrital das eleições

alemãs. Assim, apontava a necessidade do partido buscar novos eleitores, para além da sua base proletária.

O Partido Social-Democrata Alemão se tornaria o eixo da *Segunda Internacional*, a qual fundada em 1889, até o início da Primeira Guerra Mundial ela desempenharia o papel de articular as organizações dos trabalhadores no plano internacional e divulgar as proposições e teorias marxistas (NETTO, 2009). Novas questões seriam colocadas pela complexa realidade que marcaria essa turbulenta transição do século XIX ao XX. Os partidos de trabalhadores e socialistas experimentaram um crescimento significativo nesse período. O próprio partido alemão que já obtivera a maior votação em 1890, chegaria 34,8% dos votos em 1912, mais que o dobro do segundo colocado. Em outros países como Finlândia, Áustria, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega entre outros, o crescimento também foi significativo, o que aumentava a força dos advogados do caminho parlamentar (PRZEWORSKI, 1988). Esse desenvolvimento separaria ainda mais as correntes revolucionária e reformista da socialdemocracia. No caso do partido alemão, surgiria cada vez mais pressão para uma revisão programática que permitisse a seus membros ter cargos no governo e montar coalizões com outras organizações. O Estado, tomado cada vez mais como um provedor de reformas sociais que obliterava a necessidade da revolução social, já não era mais interpretado como o era na Primeira Internacional pelas correntes cada vez mais fortes na socialdemocracia.

Kautsky (1912), partindo da noção de que a pobreza da massa é a base da riqueza capitalista, defendia o papel das reformas sociais, na medida em que a proteção social minava uma das bases da produção capitalista. Além disso, afirmava o papel que essas conquistas tinham para a consciência de classe dos trabalhadores, na medida em que essas lutas os acordaram, “[...] dando a eles respeito próprio e confiança, reverteram sua falta de esperança, e deram às suas aspirações um objetivo maior que os meros ajustes reformistas” (p. 11). Em que pese ter sido, junto de Bernstein, a mente teórica por trás do Programa de Erfurt, criticado por Engels por fazer desaparecer o conteúdo revolucionário, Kautsky, diferente de Bernstein, não negou a possibilidade da revolução, expondo uma posição ambígua entre evolução e revolução. É com a figura de Bernstein que o reformismo faria uma revisão das teses marxistas e proporia a prioridade absoluta da reforma sobre a revolução.

Dados os limites de nosso estudo, não nos acabe penetrar em mais detalhes nos desenvolvimentos diferenciados dessas correntes, até porque a história dos movimentos dos trabalhadores se ampliaria e se complexificaria desse período em diante. O movimento revolucionário russo, a Primeira Guerra Mundial, a adesão do Partido Social-Democrata Alemão à guerra imperialista, a Revolução Russa entre outros grandes eventos, traria cada vez

mais complexas questões para o desenvolvimento das relações entre as classes sociais e as formas políticas.

Ao longo do século XX, nos países capitalistas, partidos dos trabalhadores, socialdemocratas, comunistas e socialistas desempenhariam importantes papéis nas lutas políticas e nas configurações dos aparelhos estatais. Przeworski (1988) aponta que o momento de virada tática de muitos partidos socialistas se deu por conta de vários fracassos de greves e lutas relacionadas a questões econômicas:

Todas essas greves foram derrotadas; na sequência, os sindicatos eram dizimados e a legislação repressiva entrava em vigor. Essas experiências comuns de derrota e repressão tinham um efeito decisivo quanto a direcionar os partidos socialistas para táticas eleitorais. A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento, tendo em vista a repressão esta era a lição que os líderes socialistas aprendiam (p. 47).

A própria realidade colocou às organizações dos trabalhadores novos desafios e possibilidades para sua organização. Entretanto, a dicotomia entre politicismo e economicismo elevaria muitas de suas práticas ao pragmatismo. Formas políticas surgidas ao longo das lutas de classes do século XX, como o Estado Soviético, o Estado de Bem-Estar Social, a Democracia Liberal, entre outras, eram tomadas como meios e fins universais, descolados das análises particulares. A teorização autônoma do político ganhou cada vez mais base social para se desenvolver. Além disso, um economicismo vulgar se desenvolveria e afirmaria um etapismo de modos de produção que resultaria numa orientação geral a partir da Terceira Internacional, com a influência do stalinismo sobre os partidos comunistas (REZENDE, 2010). Dados os limites da representação parlamentar, novas questões sobre a participação popular no Estado surgiriam, com a difusão do participacionismo. Uma vasta literatura surgiu para além do “marxismo” e passou a influenciar cada vez mais os movimentos trabalhistas, os quais seriam fortemente impactados pelos rumos tomados pelos países socialistas do Leste Europeu. Além disso, houve o surgimento de novos movimentos e correntes teóricas anticapitalistas como o maoísmo, o juche, o socialismo libertário entre outras, além do desenvolvimento independente das correntes anarquistas, algumas das quais retomariam o contato com as contribuições teóricas marxistas.

Com as derrotas dos movimentos socialistas ao longo do século XX que culminaram no trágico final de século representado pelo fim de várias experiências e tentativas de transição, a problemática entre lutas de classes e Estado toma um novo corpo. Mesmo as conquistas das socialdemocracias passaram a sofrer recuos cada vez mais fortes, sem o

restabelecimento significativo de qualquer força contra-hegemônica dentro da ordem. Os movimentos revolucionários ou partidos que guardavam siglas e lemas que movimentaram massas no começo do século XX, chegam ao começo do século XXI minoritários. Nem reforma, nem revolução. O final do século XX e o início do século XXI colocam difíceis questões a serem resolvidas e pensadas para quem ainda percebe a necessidade de superação da dominação do capital e das classes sócias. Ao mesmo tempo, temos o fato de que em vários países abriram-se portas para participação política e espaços para ação dos trabalhadores, ou seja, espaços abertos à participação e a possibilidade de atuação política por meio da burocracia estatal.

A nossa digressão sobre o movimento dos trabalhadores e as considerações de Marx e Engels sobre as lutas sociais e políticas de seu tempo foi necessária para restabelecer os argumentos defendidos pelos revolucionários alemães acerca da importância da “tática por simultaneidade que comporta complexas reciprocidades: a luta política não exclui a luta econômica, mas a pressupõe simultânea” (PAÇO CUNHA, 2016, p. 21). Como vimos, mesmo ao seu tempo, e com colabores próximos política e pessoalmente, essas considerações não foram adequadamente compreendidas ou levadas em conta.

A análise e a consideração dos meios de luta emancipatória dependem da análise de realidade que parta de cada particularidade, donde o papel das instituições, cultura, tradição, em suma, a gênese, formação, e constituição das relações sociais particulares devem ser levadas em conta para pensar as possibilidades concretas das lutas emancipatórias. Assim, analisar e conhecer as funções sociais de cada instituição estatal é de fundamental importância para a adequada apreensão da realidade. Afinal, as instituições estatais são lugares onde, na prática social, foram, são e serão resolvidos muitos dos complexos que conformam os antagonismos sociais. Compreender as relações entre estado e sociedade, entre classes sociais e estado, é fundamental para a correta apreensão da realidade social, tendo em vista sua transformação.

Ao longo do século XX, as lutas políticas dos trabalhadores culminaram em importantes conquistas sociais, relativas a direitos de educação, saúde, previdência, assistência social, lazer, esporte entre outros, de acordo com as diferentes particularidades e desenvolvimentos das lutas de classes em cada país. Diferentes instituições e estruturas estatais foram rearticuladas e reconfiguradas de acordo com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Até mesmo o orçamento público se tornaria um espaço de lutas de classes (SALVADOR, 2010; OLIVEIRA, 1998). As políticas públicas se colocaram historicamente como uma nova forma necessária da função social a ser cumprida pelos

estados capitalistas, a qual se articula a funções herdadas de modos de produção anteriores, como o monopólio da violência e até mesmo o desempenho direto ou indireto de atividades produtivas. Tendo em vista as relações sociais que esse modo de produção engendra, o modo de atuação do estado é necessariamente *sincrético*, sendo produto da própria lógica interna do capitalismo (PAÇO CUNHA, 2015a). Assim, diversas funções sociais são exigidas necessariamente do aparelho estatal, de acordo com as circunstâncias específicas, para a viabilização, desenvolvimento e manutenção das relações sociais capitalistas.

Se por um lado, esse modo de atuação sincrético significa uma ampliação dos espaços de atuação do estado burguês, ele, dialeticamente, põe novos momentos e espaços para a atuação política dos trabalhadores organizados. Além disso, essa atuação sincrética fez desenvolver um corpo burocrático e uma estrutura organizada para cumprir as variadas funções estatais. Essa burocracia estatal, tendo em vista o caráter não neutro do estado, também se tornou mais um objeto posto para as lutas de classes. Souza Filho (2013) chega a afirmar que o fortalecimento da estrutura burocrática do Estado, aproveitando o caráter “racional” da burocracia, deve ser a estratégia central nas ações contra-hegemônicas. Para o autor, a construção contra-hegemônica passaria pela “[...] formação de um quadro administrativo que tenha condições de se colocar a serviço da classe trabalhadora” (p. 76). Essa consideração explicita a necessidade de se pensar a possibilidade de se “[...] recolocar a burocracia estatal [...] e, logo, a administração pública na tática possível de uma emancipação dos trabalhadores sem perder de vista os antagonismos estruturais” (PAÇO CUNHA, 2016, p. 15). Pensar essa tática, que envolve o restabelecimento da tática por simultaneidade, envolve, além das medidas organizativas e ações no campo prático das lutas sociais, também desenvolver o conhecimento e a análise adequada das funções das diferentes instituições estatais, consideradas as suas relações com as classes sociais e com a estrutura geral de reprodução capitalista.

Uma função fundamental dos estados capitalistas tem sido até aqui a gestão da moeda. Essa atividade, que em muitos lugares tem origens mais remotas e anteriores à preponderância social das relações capitalistas de produção, geralmente é tomada sob seu aspecto meramente técnico e abstratamente tomada como uma função estatal que tem por finalidade o bem geral da nação, afinal, trata-se de manter o valor da moeda e as taxas de juros em níveis adequados ao “bom” funcionamento da economia. Não por acaso, cai tão bem a defesa da autonomia do Banco Central, supõe-se assim retirar a atividade “técnica” de gestão da moeda do cobertor político dos governos. Isso se deve ao fato de que “o governo, ao tomar uma decisão que concerne o valor da moeda nacional, deve “representar-se” e apresentar seu próprio relatório

desta decisão como uma arbitragem, efetuada em nome do interesse nacional” (BRUNHOFF, 1978, p. 172). Ou seja, a política monetária deve parecer motivada por aspectos técnicos e decisões neutras em relação a qualquer ideologia política. Mas, ao analisar a política monetária das grandes nações capitalistas, Brunhoff (1978) avalia que “os papéis da moeda e da ação estatal, ainda que específicos, são determinados em última análise pelas necessidades da reprodução do capital em benefício da classe burguesa” (p. 176). Combinada à gestão da força de trabalho, o conjunto de políticas públicas e decisões estatais que influenciam no valor e disponibilidade da força de trabalho, envolvendo as finanças públicas, a política monetária torna-se um dos cerne da política econômica, que tem uma função estratégica para os capitalistas.

Com a ofensiva neoliberal iniciada a partir dos anos 1970 na Europa Ocidental e Estados Unidos, e hoje tornada prática ostensiva dos diferentes governos do espectro político disponível aos eleitores das diferentes economias capitalistas, a política econômica tem tido seu papel de salvaguarda neutra e técnica cada vez mais reforçado. Qualquer contestação de um mínimo paradigma neoliberal é considerada um intervencionismo irresponsável e equivocada dos governos. E ir contra uma “recomendação econômica” é entendido da mesma forma que ir contra uma “recomendação médica”. Entretanto, a política econômica, assim como os diferentes modos da atuação sincrética do Estado, é determinada pelo grau das lutas de classes, pela forma como estão organizadas as diferentes classes sociais e pela forma que efetivam suas lutas políticas. Mas não só, “as relações entre instituições, que são internas ao aparelho do Estado e à política econômica, dependem ao mesmo tempo da política geral capitalista e das condições mercantis desta” (BRUNHOFF, 1985, p. 94). Trata-se das condições fundamentais que conformam o capitalismo como um modo de produção mercantil específico que põe as condições sociais para o desenvolvimento das diferentes formas políticas.

Assim, dois passos são importantes para a análise da política econômica que busque escapar do senso comum/da ideologia burguesa: a análise das classes sociais (lutas de classes) e análise do caráter mercantil da economia capitalista. Quanto ao segundo ponto, trata-se de compreender a função do dinheiro no modo de produção capitalista, tendo em vista que a forma de riqueza capitalista é abstrata, somente existindo na forma monetária (MARX, 1982a), e de que modo o estado é demandado a responder essa característica específica do capitalismo. Em relação ao primeiro ponto, Ianni (1977) constatou que “as políticas econômicas governamentais podem revelar o modo pelo qual se organizavam e mudavam as relações entre as classes sociais” (p. 5). Para o autor brasileiro, a política econômica é um

momento particularmente estratégico, nas relações políticas e econômicas, sendo “elemento essencial das relações econômicas e políticas entre as classes sociais” (p. 247). Ianni ainda afirma que “a política econômica do governo pode ser uma área privilegiada para o estudo das relações entre as classes sociais e das peculiaridades de um subsistema capitalista como o brasileiro” (p. 311).

Tendo em vista esse privilégio que a política econômica pode ter para o estudo das relações entre as classes sociais, o presente trabalho, partiu da análise de um dos seus núcleos, da política monetária, para compreender a articulação entre classes sociais, burocracia e capitalismo na particularidade brasileira. Tal escolha se justificou pela importância socioeconômica geral da gestão da moeda, manifesta especialmente na intervenção sobre as taxas de juros e inflação. Além do mais, as decisões da política monetária afetam a própria ação estatal em geral, condicionando o orçamento público e os limites da atuação sincrética do Estado, afetando várias áreas como as políticas sociais.

Questões procedimentais e estrutura do trabalho

Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos. K. Marx

A perspectiva materialista que foi adotada na nossa pesquisa já foi indiretamente mencionada ao longo de nossa introdução. Conforme Marx alertou no *Prefácio à Primeira Edição de O Capital*, “na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de *abstrair* deve substituir ambos” (1996a, p. 130, grifo nosso). Isso significa, que diferente do que é crível conseguir nas ciências naturais, onde é possível observar alguns processos naturais específicos isolados de influências perturbadoras, através de experimentos e do controle de processos e condições específicas, nem que para isso seja necessário um Super-Kamiokande, na análise da realidade sociais, não é possível fazer esse isolamento objetivamente na própria realidade. Assim, na identificação de leis sociais, Marx buscou compreender as leis fundamentais do desenvolvimento especificamente capitalista, que só é possível proceder pela força da abstração.

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é

que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (1996a, p. 140).

Ao pesquisador cabe captar a matéria por meio da pesquisa dedicada, a partir dos dados concretos disponíveis para sua análise de realidade, por meio da qual, pela força da abstração, ele rastreia suas conexões internas, as quais são conexões da própria materialidade. Após esse processo, o movimento real pode ser transposto no pensamento. Se na dialética hegeliana esse processo culmina com o pensamento tomando prioridade ontológica sobre a realidade, e assim a ideia se torna o demiurgo da realidade, Marx argumenta que sua posição é oposta. Para o Mouro, “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (p. 140). Diferente do engano hegeliano de conceber a realidade como produto do pensamento que se movimenta e parte de si mesmo, Marx (2011c) entendeu que “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental” (p. 54-55). O concreto é sempre o ponto de chegada e partida das abstrações, as quais são a única forma possível de sua apreensão. “O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo *do único modo que lhe é possível*, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental” (p. 55, grifos nossos). As abstrações, a força do pensamento, são o único caminho para a apreensão da realidade pelos sujeitos cognoscentes. A atividade intelectual não cria a realidade, a qual é inalterada pelos processos mentais do sujeito que a quer conhecer, só sendo alterada por atos efetivos fora da esfera abstrata do pensamento. Mas essa atividade de abstrair é a única forma do pensamento apreender esse real em seus nexos mais íntimos, para além de sua manifestação empírica, na medida em que parta dele e retorne a ele em sucessivas aproximações que apuram a qualidade das abstrações realizadas. “No método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação” (ibidem). Esse método, portanto, é sempre historicamente condicionado, na medida em que tanto sujeito quanto objeto são constituídos historicamente.

De acordo com Lukács (2012), a tendência básica de Marx é “[...] desenvolver as generalizações filosóficas a partir dos fatos verificados pela investigação e pelo método científico, ou seja, a constante *fundação ontológica* das formulações tanto científicas quanto filosóficas” (p. 321, grifo nosso). Por essa razão, as abstrações marxianas são diferentes das especulativas, que partindo de ideais, conceitos e modelos *a priori*, interdita a correta apreensão da realidade como concreto pensado. Elas são fundadas ontologicamente, não em

qualquer arranjo gnosiológico pré-ordenado da subjetividade. De acordo com o autor húngaro, no procedimento científico marxiano, “[...] o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (p. 322). Por essa razão não há em Marx um método e arranjo subjetivo *a priori* a ser adotado antes do contato com a matéria tratada. A análise das categorias sociais, somente possível pela força das abstrações, depende do caminho a ser destrinchado na própria lógica do objeto investigado. É necessário que a análise também se atente para o fato de que essas categorias, mesmo as mais abstratas, “[...] na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (p. 58). Dessa forma, as categorias do ser social, na medida em que este é histórico, são também categorias necessariamente determinadas historicamente. Daí uma condição essencial para a pesquisa científica que tenha por objeto os complexos do ser social: a presença histórica do objeto.

Com o exemplo da *produção em geral*, Marx (2011a) destaca a *abstração razoável* como o ponto de partida do processo de apreensão do real. “A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição” (p. 41, grifo no original). A abstração razoável é o ponto de partida do procedimento científico, fixando os elementos mais gerais ou mais simples da depuração da realidade pelo pensamento, sendo a outra ponta do resultado final, que é “o todo como um todo de pensamentos”. Nesse procedimento, a abstração razoável fixa os elementos e aponta os caminhos e considerações que o intelecto deve destrinchar e desenvolver para a sua análise, sempre retornando à totalidade concreta a cada momento em que desvela as determinações de uma abstração razoável. Assim, ele pode retornar à realidade para agora a observar “como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (p. 54). Tendo em vista que o objeto é a reprodução do concreto como concreto pensado, sendo este “a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (ibidem), é necessário que se compreenda como se esclareça o que é o processo de síntese.

O segredo da síntese está na já citada noção de se elevar-se do abstrato ao concreto. Esse processo ocorre por meio da metamorfose das abstrações razoáveis, as quais vão perdendo seu caráter abstrato para adquirir um caráter cada vez mais concreto.

Um dos aspectos fundamentais dessa transformação compreende a intensificação da razoabilidade dessas categorias simples, ou seja, a atualização das virtualidades de sua natureza ontológica enquanto forma de apropriação ideal dos objetos reais. O

que é operado pela *exata aproximação e comparação delas aos traços efetivos*, portanto, *determinados e delimitados dos objetos*, de modo que sejam medidas por eles e, conseqüentemente, ajustadas aos mesmos, de forma que sua *capacidade de os reproduzir se torne mais precisa* e, por isso mesmo, maior. Em termos bem sintéticos, na rota que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, as abstrações razoáveis *devem perder generalidade por especificação*, adquirindo os perfis da particularidade e da singularização, ou seja, a fisionomia de abstrações razoáveis *delimitadas* (CHASIN, 2009, p. 129-130).

As abstrações razoáveis são apuradas e aproximadas cada vez mais das categorias da própria realidade. Esse processo é realizado pela saturação de suas determinações, que o sujeito pesquisador busca na realidade, realizando a partir da aproximação das abstrações razoáveis aos traços efetivos identificados no concreto. Essa especificação é, portanto, um processo que delimita e torna concretas as abstrações razoáveis, sendo realizado por meio da relação mediada entre sujeito e objeto, por meio da qual a realidade é tomada não apenas como a objetividade empírica, no sentido de ponto de partida, ou de variável a ser considerada. Mas tomada também a partir das abstrações cada vez mais concretas desveladas pela depuração da realidade. Assim, é a coisa mesma que dá o caminho, o “método” da sua própria pesquisa. Por meio das aproximações sucessivas e da reprodução das legalidades reais pelo pensamento, o caminho científico é aquele que avança pela absorção e revelação da lógica da própria coisa.

[...] a totalidade deste complexo ideal, em qualquer grau de seus emaranhados, nunca pode ser outra coisa do que um produto do trabalho das abstrações, ou seja, um modulado de abstrações trabalhadas, cuja matéria-prima única são as próprias abstrações, sobre as quais incide a atividade propriamente dita da elaboração, constituída pelos atos de depuração, intensificação, delimitação, articulação e quaisquer outros do gênero compreendidos pela teoria das abstrações (CHASIN, 2009, p. 246).

As diferentes atividades de especificação que depuram e tornam cada vez mais concretas as categorias sociais reproduzidas no pensamento, são necessariamente atividades de abstrações, procedimento analítico que é determinado em cada momento pela especificidade do objeto investigado. Essa atividade, também foi identificada por Lukács como *crítica ontológica*, sendo esta a crítica que “[...] ascende à decifração da mundaneidade imperfeita em sua realidade, para *esclarecê-la, compreendendo sua gênese e necessidade*, ou seja, para capturá-la em seu *significado próprio* [...]” (CHASIN, 2009, p. 74). Trata-se da “[...] investigação do ente autoposto em sua imanência, seja esse uma formação real ou ideal [...]” (ibidem), de modo a reproduzir idealmente a lógica dos objetos analisados a partir deles mesmos, de seus nexos constitutivos, desvendando sua gênese e necessidade próprias.

A crítica ontológica volta-se à objetividade, à materialidade e aos diferentes modos de entificação dos complexos sociais na realidade concreta. De acordo com Lukács (2012), “tão só uma ininterrupta e vigilante crítica ontológica de tudo o que é reconhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, é que pode reconstituir no pensamento a verdadeira inteligibilidade dos fenômenos” (p. 306). Segundo Rago Filho (1998), a crítica ontológica busca a “captura da integridade das determinações objetivas dos entes históricos, por sua gênese e necessidade histórica” (p. 43).

A partir dessa perspectiva materialista, buscamos compreender a gênese, função e necessidade social da política monetária no Brasil, considerada no conjunto da articulação entre classes sociais, capital, forma política e particularidade brasileira.

A análise de uma instituição estatal, de uma política pública, de um órgão estatal corre sempre o risco de inclinar-se para o politicismo. Segundo Chasin (1982), “politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional. Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo” (p. 7). Por essa razão, para não politicizarmos, nem também cairmos numa seara regulacionista, foi essencial a análise e a apresentação das principais determinações da política econômica.

Destarte, chegamos à seguinte estrutura de exposição da nossa pesquisa. Após discutimos a importância da consideração das relações particulares de cada lugar ou país na análise das relações entre classes sociais e Estado (forma política), especialmente quando consideradas as possibilidades abertas na burocracia estatal para a tática emancipatória dos trabalhadores na *Introdução*, discutimos, no *capítulo 1*, as categorizações das *classes sociais*. Num primeiro tópico apresentamos as análises não-marxistas, as quais tomam como ponto de partida o mercado como dado, para então expormos a necessidade de se considerar as relações de produção para a análise das classes sociais. No *capítulo 2*, recuperamos, a partir de revisão de literatura, legislação e dados estatísticos, os traços que conformam a particularidade brasileira das relações entre classes sociais e Estado a partir da análise de sua formação histórica específica. No *capítulo 3* são discutidos *o caráter mercantil do capitalismo, as funções e a necessidade da moeda e da política monetária em geral*. Expomos as condições fundamentais para a própria manutenção do capitalismo que, a partir de deter quadra histórica, demandam a gestão estatal da moeda. No *quarto capítulo* foi desenvolvida a análise do nosso objeto singular, a política monetária no Brasil, em particular, no período pós-ditatorial. Analisamos a função social de reprodução e gestão da moeda, considerada a realidade econômica e política marcada pelo combate ao descontrole inflacionário e elevado

endividamento público. Por fim, em *conclusão*, tecemos breves considerações finais sobre a maneira que a política monetária age, responde e impacta nas lutas de classes no Brasil e na reprodução das relações capitalistas de produção.

CAPÍTULO 1. CLASSES SOCIAIS E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

1.1. Classes Sociais e o ponto de partida do mercado

As classes sociais não são um ponto de partida no presente trabalho, especialmente se tratamos de classes como no senso comum, ou na maneira como geralmente são definidas pelos aparelhos e institutos oficiais, um conceito geralmente baseado no nível de renda ou poder de compra. As relações sociais que se expressam na divisão de classes fundamental das formações sociais aqui estudadas, qual seja, a divisão de classes das sociedades cujo modo de produção predominante é o capitalista, tem sua raiz nas relações de produção, distribuição, troca e consumo articuladas enquanto totalidade concreta. A análise marxiana apreendeu os caracteres fundamentais para pensar essa relação e compreender seus fundamentos. Entretanto, seja por motivos políticos ou teóricos, esse corpo teórico tem sido criticado e rejeitado desde o século XIX por múltiplas e diferentes razões que são impossíveis de serem abordadas no presente trabalho. Nesse sentido, no presente trabalho nos ateremos a abordar a pertinência de tal análise para nossos objetivos, na medida em que expressa relações sociais efetivas, nos valendo do debate crítico apenas como ganchos para o desenvolvimento de nossa argumentação.

Assim, partimos de um ponto próximo ao senso comum, a economia vulgar e apologética. Ludwig von Mises (1996) ao definir que o “principal dogma de Karl Marx é a doutrina do conflito irreconciliável de classes econômicas”, o autor reclama que ele “nunca disse o que é uma classe social e o que ele tinha em mente quando falava em classes e antagonismos de classes e de relacionar classes a castas”, assim todos seus escritos estão centrados em “termos nunca definidos” (p. 101). Afirma ainda que “nem Marx ou ninguém do exército de autores marxianos poderia nos dizer o que uma classe social é, muito menos de que maneira as classes sociais realmente cumprem na estrutura social o papel destinado a elas pela doutrina”. Para Mises, essa ausência de explicação se dá porque uma definição clara do que são classes sociais revelaria a sua futilidade e falta de valor dos conflitos de classes para a análise dos problemas sociais e econômicos, já que para Mises é um absurdo relacionar classes com castas sociais, pois a característica principal de uma casta é sua rigidez. Diversamente, no capitalismo há uma “mudança perpétua na composição das várias classes” (p. 102) porque o “acesso às várias estações da moderna sociedade capitalista está aberta a todo mundo” (p. 102), diferente do que ocorre numa sociedade estruturada em classes sociais. O autor exemplifica que poderíamos chamar os senadores dos Estados Unidos de uma classe,

“mas seria um erro ligá-los a uma casta aristocrática hereditária, mesmo que alguns senadores possam ser descendentes de outros senadores de períodos anteriores” (p. 102). Ou seja, as classes sociais seriam um conceito inócuo e infrutífero para análise dos problemas sociais e econômicos por não serem definidoras das possibilidades concretas do que o indivíduo pode vir a ser numa sociedade capitalista, sendo o que realmente importa são as forças autônomas no mercado e a preferência dos consumidores “através de sua própria capacidade e esforço”. Assim, “no capitalismo todo mundo é o arquiteto da sua própria fortuna” (p. 103), basta atingir às expectativas dos consumidores, cuja decisão não passa por julgar a pessoa que vende o serviço, mas a qualidade deste, “trabalho bem feito e serviços bem prestados são os únicos meios para ser bem sucedido” (p. 103).

Mises, nessa breve exposição de seus argumentos, questiona a importância e a efetiva capacidade explicativa das classes sociais para explicar as relações sociais no capitalismo. Como, para o autor austríaco, não há mais uma sociedade baseada em castas ou estamentos, no capitalismo o que importaria seria o sucesso do indivíduo em corresponder às demandas, expectativas e percepções dos consumidores, algo que faria de cada indivíduo o responsável pela sua própria sorte, pouco importando sua origem. Assim, as classes sociais não comportariam antagonismos estruturais ou seriam nucleares na explicação dos conflitos sociais. Dois pontos principais da “crítica” miseana podem ser destacados. Primeiramente, qual a relação entre estrutura social e classes sociais? Segundo, como a flexibilidade interclasses inexistente em outras sociedades para os indivíduos, anula ou não anula a importância das classes sociais para a compreensão da sociedade capitalista?

Segundo Giddens (1975), um autor que “consegue o que está faltando em Marx: uma discussão explícita do conceito de classe” (p. 46) é Max Weber. Em outro nível teórico e crítico, a abordagem weberiana das classes sociais tem sido muito utilizada para complementar a abordagem marxista, formando o tipo de corrente teórica conhecida como webero-marxista, apesar de o resultado dessa combinação ser geralmente mais neoweberiano que neomarxista (CROMPTON; GUBBAY, 1978). A conceituação weberiana parte do pressuposto de que “classes”, junto de “estamentos” e “partidos”, “são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade” (WEBER, 1982, p. 212). O “poder” é entendido como a possibilidade de que um homem ou um grupo tem de realizar “sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (p. 211). Weber se preocupa em deixar claro que o poder econômico não é idêntico ao poder enquanto tal, sendo que o poder existente por outras causas pode ser a raiz do poder econômico. Além disso, o poder econômico pode ser desejado muitas vezes não por si

próprio, mas pelo que pode acarretar, como as “honras sociais” ou o prestígio. A “ordem social” é conceituada como a forma em se distribuem as honras sociais, sendo ela condicionada em alto grau pela “ordem econômica”, mas não idêntica a ela. Assim, sendo a classe um fenômeno da distribuição de poder, aduz Weber que:

Podemos falar de uma “classe” quando: 1) certo número de pessoas têm em comum um componente causal específico em suas *oportunidades de vida*, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos *interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda*, e 3) é representado sob as *condições de mercado* de produtos ou mercado de trabalho (WEBER, 1982, p. 212, grifos nossos).

Central para o conceito de classes de Weber, o qual é entendido como bases possíveis de ação comunal, é a noção de “oportunidades de vida”. Estas oportunidades são determinadas “pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. Assim, “a palavra “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma “situação de classe” (p. 212). A situação de classe significa a “probabilidade típica de 1) aquisição de bens, 2. Atingir uma posição na vida e 3. Realizar satisfações interiores” (1978, p. 302). A noção de classe para Weber se relaciona diretamente à existência de um mercado, sendo este o espaço onde as pessoas competem com a finalidade de troca e lugar de mediação das oportunidades de vida. Assim, “o tipo de oportunidade no *mercado* é o momento decisivo que apresenta condição comum para a sorte individual. “Situação de classe”, nesse sentido, é, em última análise, “situação de mercado”. Por isso, para Weber, os escravos não seriam uma classe, mas sim um “estamento”, já que seu destino “não é determinado pela oportunidade de usar, em proveito próprio, bens e serviços no mercado” (1982, p. 214).

O objetivo da exposição de Weber é demonstrar que embora o fator que cria a “classe” se ligue a uma situação de mercado, a um interesse econômico, ela não tem relação a uma estrutura de classes determinadas num nível anterior ao mercado, de modo que um interesse de classe, ou “o aparecimento de uma ação societária ou mesmo comunitária, partindo de uma situação comum de classe, não é de modo algum um fenômeno universal” (p. 215). Há aqui um diálogo telegráfico de Weber com Marx, ou, melhor, com o “marxismo vulgar”. Giddens (1975) avalia que “a maior parte da sociologia de Max Weber constitui um ataque à generalização marxista de que as lutas de classes formam o principal processo dinâmico no desenvolvimento da sociedade” (p. 56-57). Há da parte de Weber a acusação de um certo determinismo econômico no entendimento marxista das classes sociais, esse economicismo

foi qualificado por Weber em outro texto como “materialismo histórico ingênuo” (2004a, p. 48). Assim, o sociólogo alemão questiona a validade da associação direta entre uma “situação de classe” e uma “ação de classe”. (1982, p. 215). Referindo-se (in)diretamente a um “talentoso autor” que faz o “uso pseudocientífico dos conceitos de “classe” e “interesse de classe”, Weber rechaça a noção de que “o indivíduo pode errar em relação a esses interesses, mas que a “classe” é “infalível” em relação a esses interesses” (p. 216). Diferente do que pensava Weber, essa percepção equivocada também é rechaçada por Marx, como veremos no próximo tópico.

Anteriores às classes, nós temos os “grupos de status” ou “estamentos”, os quais “dificultam a realização rigorosa do princípio de mercado puro e simples” (p. 217). Nesse debate crítico com o “marxismo vulgar”, Weber tenta demonstrar que além da existência das classes não levar necessariamente a ações de classes, elas podem ter sua determinação pelo mercado afetada e/ou dificultada pela existência dos grupos de status. Em contraste com as classes, os grupos de status são comunidades frequentemente de tipo amorfo. Assim, diferente da “situação de classe”, a “situação de status” é determinada por uma estimativa específica da honraria. “O lugar autêntico das “classes” é no contexto da ordem econômica, ao passo que os estamentos se colocam na ordem social, isto é, dentro da esfera da distribuição de “honras”” (p. 227). Essa “honra estamental é expressa normalmente pelo fato de que acima de tudo um *estilo de vida* específico pode ser esperado de todos os que desejam pertencer ao círculo” (p. 219). Essas características de prestígio, moda, estilo etc. passam até mesmo a determinar as oportunidades de emprego, conforme exemplifica com o que acontecia nos Estados Unidos. A relação de predominância entre estamentos e classes se media pela estabilidade e instabilidade. Em períodos de condições econômicas estáveis, os estamentos e sua ordem tendem a predominar e em períodos de transformações econômicas e tecnológicas, a situação de classe é colocada em primeiro plano.

Tendo em vista que classes significam todas as pessoas na mesma “situação de classe”, Weber estabeleceu três grandes tipos de divisão de classes: “a) uma “classe proprietária” é determinada por diferenças de propriedade, b) uma “classe comercial” pela negociabilidade de bens e serviços, c) uma “classe social” resume a totalidade daquelas situações de classe em que amobibilidade individual e geracional é fácil e típica” (1978, p. 302). A partir dessas três categorizações ocorrem outras diferenciações. As classes proprietárias podem ser positivamente privilegiadas, como no caso de rentistas, ou negativamente privilegiadas, como no caso dos pobres. Entre elas, Weber afirma a existência das “várias “classes médias” (Mittelstandsklassen), que vivem de sua propriedade ou de suas habilidades

adquiridas” (p. 303). Algumas dessas classes podem ser “classes comerciais”, como empreendedores, mas muitos não são, como artesãos, funcionários públicos e oficiais. Assim, Weber argumenta que “a mera diferenciação das classes proprietárias não é “dinâmica”, ou seja, ela não resulta necessariamente em lutas de classe e revoluções” (p. 303). Assim, classes com diferenças de propriedade podem conviver sem antagonismos, e mesmo quando ocorre, elas não focam necessariamente numa mudança no sistema econômico, “mas objetivam primariamente a redistribuição da riqueza” (p. 304), como os conflitos entre patrícios urbanos e camponeses ou artesãos. As diferenças entre as “classes comerciais” privilegiadas positivamente e negativamente se dão pelas habilidades que permitem a alguns indivíduos adquirir muitos retornos no mercado aos que não tem retorno algum. Por fim, as “classes sociais” são “a) a classe trabalhadora como um todo (...), b) a pequena burguesia, c) a intelligentsia sem propriedade e especialistas (...), d) as classes privilegiadas através da propriedade e educação” (p. 305). Assim, as classes sociais comportam uma gama imensa de combinações relacionadas aos privilégios comerciais e de propriedade.

Portanto, Weber define que os elementos relativos aos privilégios de status, que podem ou não estar definidos por fatores econômicos, podem influenciar e até determinar completamente uma posição de classe. Assim nós temos a ambiguidade de que as oportunidades de vida podem ou não ser determinadas por fatores econômicos primeiramente. Destaca-se ainda, que as situações de classe são sempre definidas por fatores relacionados à aquisição de vantagens de mercado, sejam através de privilégios de propriedade ou de mercado. Por essa razão, Crompton e Gubbay (1978) criticam o ponto de partida da análise weberiana das classes sociais, qual seja, o mercado. Os autores argumentam que “a existência de um mercado de bens e serviços é simplesmente tida como certa, não como um fenômeno que necessita de uma explicação” (p. 17). Basicamente, não há um questionamento do porque bens e serviços assumem essa negociabilidade e o caráter de mercadorias, porque o mercado se torna essa necessária forma de mediação onde são medidos os privilégios de propriedade, habilidade e os fatores de status. Os autores não negam a importância do reconhecimento dos conflitos que são gerados a partir das diferenças de privilégios de acesso ao mercado, como os centrados na distribuição e redistribuição da riqueza, mas essa análise não é capaz de apreciar adequadamente os “conflitos e tensões mais fundamentais que são inerentes ao modo capitalista de produção” (p. 18). Ao defender a necessidade de se retomar a análise de Marx das classes sociais, os autores avaliam que as relações de produção não são devidamente levadas em conta em Weber, o que limita a compreensão da realidade que parte de sua categorização. Ao tomar o mercado como dado, a análise da estrutura de classes weberiana

foca na maneira como os bens sociais são adquiridos, diferentemente, a teoria marxiana “foca na maneira pela qual novos valores são *criados* e nas relações sociais que resultam e sustentam esse processo” (p. 16). Portanto, a análise marxiana, mesmo que em um alto nível de abstração, “provê um melhor entendimento da estrutura de classes das sociedades capitalistas que a análise weberiana” (p. 17). Crompton e Gubbay argumentam a necessidade de se ir para além dos processos de troca no mercado e compreender a natureza da exploração capitalista e relações de classes decorrentes. Marx (2013c) alerta o limite da compreensão das classes sociais pelo mercado, já que “como as compras e as vendas são efetuadas apenas entre indivíduos singulares, é inadmissível que nelas busquemos relações entre classes sociais inteiras” (p. 662). Nesse sentido, é necessário que passemos a uma breve exposição desse relacionamento entre classes sociais e relações sociais de produção.

1.2. Classes sociais e relações sociais de produção

O último capítulo do livro terceiro de *O Capital* intitulado *As Classes (Die Klassen)* poderia (ou não) solucionar muitas dúvidas e debates entre marxistas se não se encerrasse abruptamente após cinco breves parágrafos. De acordo com Marx (1986b, p. 317):

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a fonte rendiária, portanto, assalariados (Lohnarbeiter), capitalistas (Kapitalisten) e proprietários da terra (Grundeigentümer), constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. Indubitavelmente, é na Inglaterra que a sociedade moderna (moderne Gesellschaft), em sua estruturação econômica, está desenvolvida ao máximo, do modo mais clássico. Contudo essa divisão em classes mesmo lá não aparece de modo puro. Também lá, estágios intermediários e de transição (embora incomparavelmente menos no campo do que nas cidades) encobrem por toda a parte as determinações de limites.

O que percebemos nessa classificação de classes é relação entre tipo de propriedade e fonte de rendimento, as três grandes classes são definidas a partir da identidade de rendimentos. Além disso, já entre essas classes fundamentais vários estágios intermediários e de transição, que Marx não deixa claro se poderiam ou não vir a ser classes. Outro ponto a ser destacado, é o parâmetro sempre referido por Marx da Inglaterra, e a distinção que faz entre o modo de produção capitalista e a “sociedade moderna”, sendo esta baseada naquele. De início, essa classificação não parece distinta daquela que parte do ponto de vista do mercado, já que poderíamos dizer que se trata da forma de relação entre indivíduos e mercado, de onde, a partir de privilégios positivos ou negativos de propriedade ou comércio, são definidos os

potenciais de aquisição de bens e serviços no mercado. Marx destaca esse ponto ao questionar o que constitui uma classe:

À primeira vista, a identidade de rendimentos e as fontes de rendimento. São três grandes grupos sociais, cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda fundiária, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária (MARX, 1986b, p. 317).

Entretanto, ao partirmos desse ponto de vista, pondera Marx, “médicos e funcionários públicos, por exemplo, também constituiriam duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais diferentes, em que os rendimentos dos membros de cada um deles fluem da mesma fonte” (1986b, p. 318). Sendo o mesmo válido para a infinita fragmentação de interesses que separa proprietários da terra “em viticultores, agricultores, donos de florestas, donos de minas, donos de pesqueiros” (ibidem). Nesse momento do texto, o manuscrito é interrompido e o leitor é deixado a pensar onde o autor chegaria. Seria um esforço meramente especulativo se Marx não houvesse deixado todo o conteúdo dos capítulos anteriores e dos dois outros livros para chegarmos a uma ponderação razoável das duas questões que foram deixadas em aberto: “o que constitui uma classe?” e “o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra se tornem os formadores das três grandes classes sociais?” (p. 317).

Inicialmente, é necessário que nos voltemos para o início do livro terceiro d’*O Capital* para termos clareza do que se trata essa obra. Ao introduzir o livro no primeiro capítulo, Marx destaca que no *Livro Primeiro* foram considerados e investigados os fenômenos do processo de produção capitalista direto, fazendo-se “*abstração* ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias estranhas a ele” (1986a, p. 23), no *Livro Segundo* foi realizada a análise do processo de circulação, também abstraído de outras relações. Mas, como o modo de produção capitalista é unidade de processo de produção e circulação, temos que:

Do que neste Livro se trata não pode ser da formulação de reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se muito mais de encontrar e expor formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvidas neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, *da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção* (MARX, 1986a, p. 23, grifos nossos).

O Livro Terceiro trata então de categorias que expressam a realidade das relações capitalistas na forma como aparecem para imediata percepção dos agentes econômicos. Ou seja, da forma como são percebidas as relações sociais capitalistas na superfície da sociedade

e, também, do modo como os agentes da produção tomam consciência dela em suas ações. Isso não significa que essas categorias expressem uma mera aparência enganadora, no sentido de vedarem o acesso a uma essência verdadeira, elas, na verdade, expressam o caráter fetichista das relações sociais que configuram o modo de produção capitalista. Ou seja, a partir da compreensão do caráter fetichista e mistificador que adquirem as relações sociais capitalistas, nós temos um caminho para pensar a problematização iniciada e inacabada de Marx sobre as classes sociais ao final d’*O Capital*, e, mais importante, podemos avançar para compreender o sentido das classes sociais na análise de realidade que considera não somente as relações de mercado, mas que parte do processo de produção especificamente capitalista.

1.2.1. Caráter fetichista das relações sociais capitalistas

Para os economistas neoclássicos, a racionalidade do comportamento individual é ponto de partida da análise econômica. Segundo os postulados da teoria da escolha racional, adotados pelo mainstream econômico, trata-se de entender a “sociedade moderna” como o resultado da interação entre diferentes indivíduos naturalmente racionais competindo por recursos escassos⁶. O sentido economista de racionalidade é bem estreito: “o tomador de decisões economicamente racional *otimiza*, isto é, persegue não qualquer ação que atinja seu objetivo, mas a ação que *melhor* atinja o resultado desejado” (FOLEY, 2004, p. 331). Esses objetivos econômicos têm que ser reduzidos ao consumo direto de bens materiais e serviços, apesar da preferência não se dar por produtos singulares específicos. De acordo com o nobel de economia, Gary Becker (1976, p. 5), “essas preferências subjacentes são determinadas sobre aspectos fundamentais da vida, como saúde, prestígio, prazer sensual, benevolência, ou inveja, as quais nem sempre têm uma relação estável com bens e serviços de mercado”.

Para que essa racionalidade seja possível de forma plena, é necessário que haja condições de equilíbrio econômico, quais sejam, informação completa, preços de equilíbrio de mercado e competição intensa. Sob essas condições, os indivíduos racionais “encaram o problema de maximizar utilidade condicionados a um orçamento restrito [...]” (FOLEY, 2004, p. 333). Nessa perspectiva, a “sociedade moderna” aparece como “[...] o resultado racional da confrontação de indivíduos independentes e naturalmente constituídos com interesses conflitantes” (p. 336). Esse programa, que parte dos “atores racionais”, é marcado pelo

⁶ “Os pressupostos combinados de comportamento maximizador, equilíbrio de mercado e preferências estáveis, usadas implacavelmente e com firmeza, forma o coração da abordagem econômica como eu vejo” (BECKER, 1976, p. 5).

individualismo metodológico, somente aceitando “[...] explicações dos fenômenos sociais que surjam como resultado de interações individuais explicáveis” (p. 337). Ao colocar esse ponto de partida, a teoria da escolha racional deixa em suspenso a pergunta: por que deveríamos supor que há conflitos por trás desses agentes racionais se eles não tem características socialmente determinadas que os ponham em conflito?

Entretanto, apesar dos apriorismos e arbitrariedades da teoria da escolha racional, ela apresenta muitos aspectos que a tornam aceitável e identificável com o nosso contexto social. Tal fato se justifica porque “os atores racionais imaginários decidindo como dividir o seu bolo imaginário são representações espectrais de seres humanos reais agindo no contexto real das instituições sociais capitalistas” (FOLEY, 2004, p. 339). Ou seja, não se trata de uma “ação humana” racional, mas do comportamento que é determinado por um contexto social específico, num momento histórico particular. Não se trata de indivíduos naturalmente constituídos, mas historicamente determinados. “O comportamento calculista e egoísta que está no centro do discurso da teoria da escolha racional é um produto das relações sociais da moderna sociedade capitalista” (p. 339). A teoria da escolha racional, a partir do individualismo metodológico, tende a negar ou ignorar o fato de que apenas com a emergência da mercadoria e do dinheiro como mediações fundamentais que determinam a decisão social do trabalho é que esse aspecto quantitativista e calculista a partir do próprio interesse impõe-se às ações humanas em geral. Dessa forma, a teoria da escolha racional tenta nos fazer aceitar “[...] as instituições da sociedade moderna capitalista como inevitáveis” (p. 340).

Esse desenvolvimento, ao apresentar-se como decorrente de um pressuposto natural, oculta seu caráter ideológico. Ao inverter a maneira pela qual as relações sociais capitalistas constituem o indivíduo egoísta, calculista e “racional”, a teoria da escolha racional pretende afirmar que “[...] indivíduos “naturalmente” constituídos iriam racionalmente impor a eles mesmos as estruturas institucionais da sociedade capitalista moderna, ou algo aproximado a elas” (FOLEY, 2004, p. 340). Becker (1976) chega a defender que o poder de sua abordagem econômica está no fato de que toda relação humana pode ser reduzida ao ato de maximizar a utilidade, mesmo atos de altruísmo ou até a amamentação materna.

Subjacente à noção de ranking de preferências comum a maioria dos economistas utilitaristas está a dicotomia entre prazer e dor formulada por Jeremy Bentham (2000), o qual desenvolveu o *princípio da utilidade*. Segundo o iluminista britânico, prazer e dor são os dois mestres soberanos que “[...] governam-nos em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos [...]” (p. 14). O princípio da utilidade admite essa sujeição e explica

que o fundamento de cada ação humana está condicionado ao cálculo que avalie a sua probabilidade de aumentar o prazer e evitar a dor. Jevons (1957) admirou “o caráter matemático dado por Bentham à ciência moral (p. 10)”, assim, desenvolve a sua teoria econômica tendo por base o fato de que prazer e dor são os objetos finais do cálculo econômico⁷. Maximizar prazer e minimizar dor conformam, portanto, o problema econômico por excelência⁸. Por essa base, é possível o desenvolvimento das teorias econômicas que atribuem o valor dos bens materiais e serviços ao seu grau de utilidade. Segundo Jevons (1957), “reflexão e investigação repetidas me levaram a de algum modo nova opinião de que *o valor depende inteiramente da utilidade*” (p. 1). Pretendendo refutar as teorias do valor-trabalho, o autor argumenta que o trabalho apenas determina o valor de maneira indireta, “ao variar o grau de utilidade da mercadoria por meio do aumento ou redução da sua oferta”⁹ (p. 3). O neoclássico britânico, a partir de questões como a variação de qualidade e eficiência entre os diferentes tipos de trabalho, os quais são mais ou menos escassos, tem seu próprio valor variável, sendo, portanto, determinados pelo valor do seu produto, não o contrário. Do mesmo modo, objetos raros e de luxo demonstrariam a inadequação do trabalho como substância do valor, a variação dos preços de bens como milho, algodão, ferro, entre outros, deixariam claro que o valor é determinado pelo grau de utilidade e não pela quantidade de trabalho utilizada na sua produção¹⁰. Assim, o valor é determinado pelo grau de utilidade avaliado pelos compradores no mercado.

De acordo com Menger (2007), “[...] não somente a *natureza*, mas também a *medida* do valor é subjetiva” (p. 146). O valor dos bens é determinado assim, pelo grau de satisfação

⁷“Jeremy Bentham apresentou a teoria utilitarista da maneira mais firme possível. Segundo ele, tudo o que é de interesse ou importância para nós deve ser a causa de prazer ou de dor; e quando os termos são usados com um significado suficientemente amplo, prazer e dor incluem todas as forças que nos levam à ação” (JEVONS, 1957, p. 23).

⁸Becker (1991) vai além, ele afirma que “a análise econômica é uma ferramenta poderosa não só para entender o comportamento humano, mas também o comportamento de outras espécies” (p. 307). Isso não é surpreendente já que o agente racional não precisa necessariamente pensar, como afirma Teixeira (2004), para Jevons não há incertezas econômicas e cada indivíduo tem perfeito conhecimento de suas necessidades, “se é assim, nada é exigido do indivíduo. Este age sob o império do princípio da utilidade, que manda que cada um maximize sua satisfação e minimize seus sacrifícios. Por paradoxal que apareça, porque age de forma racional, o indivíduo não pensa” (p. 121).

⁹“Valor depende unicamente do grau final de utilidade. Como podemos alterar este grau de utilidade? Ao termos mais ou menos da mercadoria para consumir. E como teremos mais ou menos mercadorias? Ao gastarmos mais ou menos trabalho na obtenção de sua oferta” (JEVONS, 1957, p. 165).

¹⁰“Uma grande empreitada como a Great Western Railway, ou o túnel de Tamisa, podem incorporar uma grande quantidade de trabalho, mas o seu valor depende inteiramente do número de pessoas que acham que são úteis. Se nenhum uso pode ser encontrada para o navio a vapor Great Eastern, o seu valor seria nulo, exceto para a utilidade de alguns dos seus materiais” (JEVONS, 1957, p. 164).

que ele proporciona aos consumidores¹¹. Assim, o valor dos bens é dado não por qualidades intrínsecas a eles, dadas pela sua natureza ou pelo trabalho despendido neles, não é objetivo. O que determina o valor é sua utilidade, da maneira como é percebida, subjetivamente, pelos agentes econômicos individuais.

O que as teorias da escolha racional e da utilidade têm em comum é partir de características empíricas e específicas dos sujeitos condicionados pelas relações de produção capitalistas e transformá-las em universais¹². A partir dos axiomas metafísicos benthamianos, da forma como as relações comerciais aparecem na troca e em condições arbitrárias como o valor da água e do diamante no deserto, temos o desenvolvimento de uma abordagem sedutora e, ao mesmo tempo, tão abstrata e arbitrária que pode tanto explicar a bolsa de valores como o mercado de acasalamento de diferentes espécies (BECKER, 1993)¹³. Essas teorias, entretanto, nada mais são do que expressões do caráter fetichizado que as relações sociais adquirem no capitalismo. “Pois as determinações reflexivas das formas fetichistas de objetividade têm por função justamente fazer aparecer os fenômenos da sociedade capitalista como essências supra-historicas” (LUKÁCS, 2003, p. 86). O fetichismo é, portanto, uma forma de objetividade, como procuramos evidenciar a seguir, a qual transforma a própria percepção dos sujeitos, fazendo com que processos e comportamentos sociais historicamente determinados sejam naturalizados.

A primeira ocorrência histórica registrada do termo fetichismo encontra-se na obra do escritor francês Charles De Brosses em 1760. O autor utilizou o termo para definir a forma de religião mais primitiva, comum aos africanos modernos e os egípcios antigos, a qual se caracterizaria pela adoração de coisas, objetos e eventos naturais por suas supostas

¹¹ “O fator determinante para o valor de um bem, então, não é nem a quantidade de trabalho ou outros bens necessários para a sua produção nem a quantidade necessária para sua reprodução, mas sim a magnitude da importância dessas satisfações em relação às quais estamos conscientes de nossa dependência em relação à soberania do bem. Este princípio de determinação do valor é universalmente válido, e nenhuma exceção a ele pode ser encontrado na economia humana” (MENGER, 2007, P. 147).

¹² Esse processo não é exclusivo dos economistas neoclássicos, por motivos diferentes, Marx (2011c) também demonstrou os limites do “método da economia política”. Em seu primeiro confronto com a economia política em 1844, Marx (2004) também já percebia que “a economia política parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade, por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não *concebe* estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia política não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra” (p. 79).

¹³ “A teoria da escolha racional invadiu ciências sociais como a sociologia com os seus devotos declarando triunfantes que ela pode “explicar” os fenômenos sociais sutis como o altruísmo, a honra, a confiança e dever.[...] Explicação, insistimos, é muito mais do que correlação empírica. E um ajuste perfeito empírica não implica necessariamente qualquer explicação dos processos causais subjacentes ao comportamento. O debate então se move para a questão vital sobre a forma como tais explicações causais podem ser obtidas” (HODGSON, 2012, p. 104).

propriedades mágicas¹⁴. “Essa, para De Brosses, é a forma mais absurda e simples de religião: a adoração das coisas encontradas ao acaso. Esses objetos-deuses seriam chamados “fetiches” pelos africanos” (SANSI, 2008, p. 124)”. Ao designar o absurdo e o caráter primitivo dessa forma de culto aos objetos, o fetichismo demonstraria inferioridade desses povos diante da sociedade moderna europeia¹⁵.

Eis uma das razões da escolha do termo fetichismo por Marx, ao demonstrar que a sociedade capitalista necessariamente comporta relações sociais que estão mistificadas na base da sua produção e reprodução, ele ironiza a suposição de que a sociedade moderna estaria fundada na razão e na ciência ao demonstrar que a forma de sociabilidade mediada pelo valor comporta um fetichismo fundamental. Contra a suposição de uma aparente intelectualização e racionalização¹⁶ que tornaria a modernidade desencantada, sem poderes misteriosos a governar o mundo, Marx demonstra que a sociedade moderna está baseada em relações que são necessariamente mistificadas, fantasmagóricas.

Quando publicou seus ensaios sobre a *Teoria Marxista do Valor* em 1924, Rubin (1987) começou por constatar que “a teoria de Marx sobre o fetichismo não ocupou o lugar que merece no sistema econômico marxista” (p. 18). Segundo o economista russo, muitos autores, defensores e adversários do marxismo, “[...] trataram a teoria do fetichismo principalmente como uma entidade separada e independente, pouco relacionada internamente a teoria econômica de Marx” (ibidem). Para ele, ao contrário, “a teoria do fetichismo e, per se, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (p. 19). Segundo Netto (1981), “[...] a exposição do movimento (do processo do desenvolvimento) da produção capitalista, fulcro do livro I d'O Capital, só é possível, exatamente, com o

¹⁴ “Os fetiches, os deuses, não representam nada, mas eles se fazem presente, eles são o deus” (SANSI, 2008, p. 140).

¹⁵ Curiosamente, o termo utilizado pelos africanos tem origem europeia, sendo “[...] não mais do que uma versão crioulezada do termo português “feitiço”; mas parece que essa origem portuguesa foi esquecida, ou escondida, e o feitiço se tornou africano” (SANSI, 2008, p. 125). Para Sansi, o problema é “[...] que o feitiço não é radicalmente incomensurável para os europeus, mas pelo contrário, ele é próximo demais. Ele lembra aos viajantes europeus outra religião que eles conhecem bem: o catolicismo. Bosman, junto com outros protestantes e livre-pensadores, fala explicitamente: o fetichismo parece com o Papismo. Evidentemente, já que a idéia do feitiço, bem como da feitiçaria, vem de Portugal!” (p. 140). Além disso, “hoje, muitos ignoram que o uso prístino da palavra feitiço remete a objetos mágico-religiosos da África Ocidental, que tanto espantaram observadores europeus alguns séculos atrás” (PIRES, 2014, p. 348).

¹⁶ Segundo Weber (1982), os processos de intelectualização e racionalização que caracterizariam a sociedade moderna significavam “[...] que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isso significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço” (p. 165). Enquanto para os “selvagens”, a existência dos poderes misteriosos estava nas suas cabeças, a existência do feitiço das mercadorias está na própria estrutura social.

descobrimto e a dissolução (teórica) do fetichismo que envolve as suas formas” (p. 39). Isso decorre do reconhecimento de que as categorias econômicas “[...] expressam formas de ser, determinações da existência [...]” (MARX, 2011c, p. 59), nesse sentido, a aparência não é mera expressão enganadora de uma essência escondida, muito menos coincide imediatamente com sua essência¹⁷, mas a aparência, a expressão fenomênica das relações sociais, é próprio modo necessário de sua manifestação, ela vela não por uma ação subjetiva que tente mascarar as relações reais, apesar disso também ser possível, mas o que o fetichismo estudado por Marx significa, é que as específicas relações sociais de produção capitalista são necessariamente mistificadas a partir da sua própria forma de ser ou, ainda, formas fetichistas de objetividade, segundo Lukács (2003). É por essa razão que o fetichismo não é algo que desaparece na medida em que as pessoas são “esclarecidas” a respeito, não se trata de uma “falsa consciência” a respeito das relações reais.

O fetichismo da mercadoria também não significa um determinado apreço ou apego exagerado das pessoas por determinadas mercadorias ou marcas, fazendo com que seu preço de venda seja aparentemente muito superior ao seu preço custo material, de fato, “não há nenhum “segredo” por trás da posse de mercadorias caras como símbolos de status que precisa ser decifrado” (HEINRICH, 2012, p. 71).

É ao final do primeiro capítulo d’*O Capital*, num tópico específico, que Marx (2013c) trata do fetichismo da mercadoria e seu segredo, após desvelar as categorias fundamentais que objetivam a mercadoria. Ele começa por alertar que “uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas [metaphysischer Spitzfindigkeit] e melindres teológicos [theologischer Mucken]” (p. 146). O valor de uso de uma mercadoria é auto evidente, Marx exemplifica com uma mesa: “É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa” (ibidem). Entretanto, mesmo que a mesa continue sendo mesa, um objeto material definido e com propriedades físicas empiricamente constatáveis o suficiente para sua utilidade, quando ela é produzida como mercadoria, “[...] ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível [ein sinnlich übersinnliches Ding]” (p. 146). Por que “sensível-suprassensível”? Qualquer pessoa socializada numa sociedade mercantil pode constatar na vida cotidiana que uma mesa que seja mercadoria tem um valor

¹⁷ “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]” MARX (1986b, p. 271).

de uso e um valor de troca, expresso na etiqueta colada à mesa na loja. Entretanto, o que é suprassensível, extra-sensorial, somente constatável pela análise, no caso, pelas abstrações, é o fato de que a objetividade do valor da mercadoria só pode ser expressa em outra mercadoria, não sendo possível ser expressa pela própria mercadoria. A mesa “[...] não só se mantém com os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria” (ibidem). Tanto a magnitude quanto a forma do valor dependem da relação da mercadoria com todas as outras mercadorias, dependem do trabalho abstrato, “o caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso” (ibidem). A “substância do valor” não é intrínseca à própria mercadoria. Se a magnitude do valor de uma mercadoria depende do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, este não pode ser medido a partir de diferentes processos de trabalho isolados, mas somente constatado na totalidade das relações mercantis, por isso é necessário analisar a *forma social*¹⁸ do trabalho no capitalismo.

De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge dessa própria forma. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho (MARX, 2013c, p. 147).

Se em outros modo de produção a relação entre as pessoas no processo de produção era determinante para este processo, relações pessoais de dominação, no modo de produção capitalista as relações sociais entre os produtores assumem a forma de relação entre seus produtos.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (MARX, 2013c, p. 147).

¹⁸ “Sob quaisquer condições sociais, o tempo de trabalho requerido para a produção dos meios de subsistência havia de interessar aos homens, embora não na mesma medida em diferentes estágios de desenvolvimento. Por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social [gesellschaftliche Form]” (MARX, 2013c, p. 147).

Os caracteres sociais do trabalho produtivo no capitalismo são as determinações do valor, trata-se do tempo socialmente necessário à sua produção, de trabalho abstrato. Diferente das propriedades sensíveis da mesa, como cor, tamanho, peso etc., o valor da mesa não é intrínseco a ela. Ele só existe quando ela é produzida como mercadoria, quando ela é trocada, quando ela é equiparada a outra mercadoria, e, sendo as relações mercantis as dominantes, equiparada a todas as outras mercadorias na medida de seu valor pelo dinheiro¹⁹. Nas relações práticas da cotidianidade capitalista, essas propriedades sociais do trabalho que produz mercadorias aparecem como propriedades naturais dos objetos produzidos. Entretanto, longe de ser uma mera ilusão a ser desfeita pela consciência, é dessa própria forma que os produtos do trabalho se tornam mercadoria. A relação social entre os produtores se torna uma relação social entre os produtos do seu trabalho, uma relação social entre coisas.

[...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2013c, p. 147).

O fantasmagórico e fantástico desse processo é que uma relação puramente social, totalmente independente da natureza física dos produtos do trabalho e, logo, da qualidade e natureza específica dos diferentes trabalhos úteis, aparece não como uma relação social entre os produtores, mas como propriedade natural de coisas, de objetos materiais determinados, como intrínseca a eles. Assim, as mercadorias impõem aos produtores as regras que devem seguir no mercado, as coisas determinam o que pode ou não se trocado e produzido. O caráter mercantil do modo de produção capitalista impõe a todos produtores uma forma totalmente social de dominação, uma dominação impessoal. É por essa razão que Marx argumenta que “[...] para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso”, isso porque na religião

[...] os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu

¹⁹ “[...] trabalho que põe valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho. Trabalho de alfaiate, por exemplo, em sua determinidade material como atividade produtiva particular, produz a roupa, mas não o seu valor de troca. Este é produzido pelo trabalho, não como trabalho de alfaiate, mas sim como trabalho abstratamente geral, que está inserido em um conjunto social, e cuja textura não saiu das mãos do alfaiate” (MARX, 1982, p. 37).

chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013c, p. 148).

Assim como na religião, onde os produtos da *mente humana* ganham vida própria e independente da vida humana, passando a determinar as relações sociais entre humanos e entre humanos e divindades, na sociedade onde predominam relações mercantis de produção, como é o caso da sociedade capitalista, dessa vez os produtos da *mão humana* tornam-se figuras independentes e com características sociais intrínsecas. Daí o *fetichismo* das mercadorias, assim como nos fetiches místicos, em que são atribuídas propriedades divinas a objetos materiais independentes de suas propriedades físicas, são atribuídas propriedades sociais ao produto do trabalho humano como decorrentes de suas propriedades materiais, não do caráter social do trabalho que o produziu. “O valor, o dinheiro, etc., não são consideradas expressões de relações humanas “aderidas” às coisas, mas como características diretas das próprias coisas, características que estão "diretamente interligadas" as características técnico-naturais das coisas” (RUBIN, 1987, p. 40). Não são mais as pessoas que estão em uma relação social entre elas, mas são as mercadorias, com seus próprios caracteres sociais. Essa aparência não é uma mera falsa consciência dos produtores, como Marx deixa claro, esse fetichismo “cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias”, ou seja, a reificação das relações sociais é uma consequência necessária e inseparável da produção de mercadorias.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do *caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias*. Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2013c, p. 148, destaque nosso).

Qual é o caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias? Trata-se do “duplo caráter social do trabalho” que produz mercadorias, que é característico da sociedade que passou a produzir coisas úteis para troca. Nessa sociedade, os produtores se relacionam com outros produtores por meio da troca, de modo indiretamente social. Assim, eles não têm

um relacionamento diretamente social, mas se relacionam com os outros produtores privados através dos produtos de seu trabalho independente dos demais produtores. Por essa razão, é apenas na troca que o caráter social dos trabalhos privados dos produtores é manifesto. Assim, se o trabalho social total é o conjunto dos trabalhos privados, é apenas por meio da troca que agem as determinações sociais da totalidade social do trabalho da sociedade mercantil. A produção é então regulada a partir do resultado da troca e da efetivação ou não dos valores das mercadorias produzidas de maneira isolada, por essa razão, as mercadorias estabelecem as relações sociais entre os produtores²⁰. “A interação e a influência mútua da atividade de trabalho dos produtores individuais de mercadorias ocorre exclusivamente através das coisas, através dos produtos de seu trabalho que aparecem no mercado” (RUBIN, 1987, p. 22). As relações sociais entre as pessoas são reificadas, coisificadas, a relação social entre os produtores individuais se torna uma relação social entre coisas. Não se trata, portanto, de uma ilusão a ser desfeita pela consciência, na sociedade produtora de mercadorias, o trabalho social total aparece como uma relação social entre coisas.

Para que os produtos dos diferentes trabalhos úteis sejam trocáveis, ou seja, é necessário que sejam equivalentes, é necessária uma abstração de sua desigualdade efetiva baseada “[...] na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato” (MARX, 2013c, p. 148). É no intercâmbio prático, na efetivação da troca de diferentes produtos por equivalentes que se manifesta o caráter de “[...] valor comum a coisas materialmente distintas, os produtos do trabalho” (ibidem).

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem (MARX, 2013c, p. 149).

Essa conexão social dos produtores através do produto de seus trabalhos, o elo estabelecido pelo valor a partir duplo caráter do seu trabalho, é estabelecida independentemente do conhecimento dos produtores a respeito dessa conexão entre valor e trabalho. Eles não partem do conhecimento dessas condições para trocar, mas porque trocam,

²⁰ Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo útil de trabalho privado, portanto, na medida em que lhe é equivalente (MARX, 2013c, p. 148).

porque equiparam os diferentes objetos de uso como objetos de valor, equiparam os diferentes trabalhos úteis como trabalho humano abstrato. Por essa razão, o fetichismo das mercadorias tem uma objetividade material²¹, que é específica da sociedade cujo caráter mercantil é predominante. Os produtores individuais tomam consciência da utilidade social de seu trabalho somente pela troca, quando a mercadoria realiza o seu “salto mortal”. Por essa razão, “o que, na prática, interessa imediatamente aos agentes da troca de produtos é a questão de quantos produtos alheios eles obtêm em troca por seu próprio produto, ou seja, em que proporções os produtos são trocados” (MARX, 2013c, p. 149). Os produtores dependem da grandeza de valor do conjunto das mercadorias ofertadas para troca no mercado. Mas “estas variam constantemente, independentemente da vontade, da previsão e da ação daqueles que realizam a troca” (p. 150). Assim, o movimento de coisas controla o movimento de pessoas, o movimento social das mercadorias determina o movimento social dos produtores²². Isso significa que numa sociedade mercantil, como o é a capitalista, as pessoas encontram-se sob o domínio das coisas, sob o domínio de forças sociais que não podem controlar. Como o nexo social dos produtores independentes é realizado pelo mercado, pela troca, “[...] a atividade produtiva de um membro da sociedade só pode influenciar a atividade produtiva de outro membro através de coisas” (RUBIN, 1987, p. 24). Diferente de organismos sociais onde o indivíduo se encontrava em relações diretas e pessoais de dominação, no organismo burguês, surge um modo de dominação impessoal ao qual todos os indivíduos estão sujeitos.

É verdade que a economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo (MARX, 2013c, p. 154-5).

²¹ O que é válido apenas para essa forma particular de produção, a produção de mercadorias – isto é, o fato de que o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste em sua igualdade como trabalho humano e assume a forma do caráter de valor dos produtos do trabalho –, continua a aparecer, para aqueles que se encontram no interior das relações de produção das mercadorias, como algo definitivo, mesmo depois daquela descoberta, do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea (MARX, 2013c, p. 149).

²² “Devido a estrutura atomizada da sociedade mercantil, devido a ausência de regulação social direta da atividade de trabalho dos membros da sociedade, os vínculos entre empresas individuais, autônomas, privadas, são realizados e mantidos através das mercadorias, coisas, produtos do trabalho” (RUBIN, 1987, p. 22).

A determinação social do pensamento na sociedade burguesa fez com que os economistas políticos enxergassem as formas econômicas específicas do capitalismo como naturais e eternas, enxergando-as mais ou menos desenvolvidas ao longo da história. Ao não desvelarem o segredo do fetichismo das mercadorias, os economistas políticos enxergam essa dominação impessoal do processo de produção sobre os indivíduos como uma necessidade natural, a reificação das relações sociais passa-se como condição humana. O fetichismo que se cola nas mercadorias, que são o começo e o fim dos ciclos do metabolismo social capitalista, naturaliza e transforma as relações sociais especificamente burguesas em eternas propriedades sociais. Como Marx deixa claro, não se trata de uma falha ou ilusão pessoal desses economistas burgueses, “Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 151). As formas de pensamento burguesas baseiam-se na objetividade das relações sociais burguesas, as quais são necessariamente fetichizadas. E Marx esclarece que o segredo da determinação do valor pela abstração dos diferentes tipos de trabalho na forma do trabalho humano abstrato só pode ser desvelado a partir de um alto grau de desenvolvimento dessas relações sociais de produção baseadas na troca. O caráter duplo do trabalho que produz mercadorias só pode ser reconhecido a partir de sua aparência fetichizada.

[...] somente a análise dos preços das mercadorias conduziu à determinação da grandeza do valor, e somente a expressão monetária comum das mercadorias conduziu à fixação de seu caráter de valor. Porém, é justamente essa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente [sachlich], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados (MARX, 2013c, p. 150).

A forma-dinheiro, o desenvolvimento final da forma equivalente universal, que é responsável por velar o caráter social dos trabalhos privados, responsável por tornar natural o processo de reificação das relações sociais, somente essa forma, a partir da análise do preço, que permitiu descobrir o que determina a grandeza do valor.

Quando digo que o casaco, a bota etc. se relacionam com o linho sob a forma da incorporação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos a sandice dessa expressão. Mas quando os produtores de casaco, bota etc. relacionam essas mercadorias ao linho – ou com o ouro e a prata, o que não altera em nada a questão – como equivalente universal, a relação de seus trabalhos privados com seu trabalho social total lhes aparece exatamente nessa forma insana (MARX, 2013c, p. 150-1).

Por essa razão que Marx procedeu à crítica dos pressupostos da economia política. “Eles consideram as categorias materiais como dadas, "condições" prontas do processo de produção que afetam as motivações dos produtores e estão expressas em suas consciências; não examinam o caráter dessas categorias materiais como resultados do processo social” (RUBIN, 1987, p. 40). Apesar de terem percebido o conteúdo daquela forma insana, da forma-dinheiro, do valor das mercadorias, os economistas políticos não se perguntaram porque essas relações sociais toma essas formas sociais necessariamente. Somente a exposição do caráter específico da forma social do trabalho na sociedade capitalistas, pode ir além da objetividade fetichista das categorias econômicas burguesas. O fetichismo da mercadoria se torna mais agudo com a forma-dinheiro, pois esta forma se coloca absurdamente ao lado das mercadorias como uma manifestação independente de valor. O dinheiro se torna diretamente a coisa de valor, toda a produção social parece controlada por ele, assim como todas as relações sociais se tornam precificáveis. A necessidade do equivalente universal inverte o intercâmbio social na consciência imediata dos indivíduos, o movimento das mercadorias aparece como decorrência do movimento do dinheiro.

Em tentativa de síntese, o fetichismo é “[...] inerente às economias mercantis” (NETTO, 1981, p. 32), ele existe onde a forma social do trabalho se caracteriza pelo duplo caráter do trabalho que produz mercadorias, ou seja, trabalho que produz valor de uso para troca, ou seja, trabalho historicamente determinando que produz valor. No modo de produção baseado nessa forma social do trabalho, os produtores individuais são independentes e apenas tomam conhecimento da necessidade social dos produtos de seu trabalho pela troca, pelo mercado. É apenas através da venda dos produtos de seu trabalho e da compra dos produtos do trabalho de seus produtores que os produtores autônomos têm elementos e informações para regular a sua produção. Para que haja troca é necessária a troca de equivalentes, o que leva à abstração prática das qualidades dos diferentes tipos de trabalho na forma de trabalho humano abstrato. O tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias, tempo abstrato, se torna a base reguladora da produção. Sendo a troca privada a forma do estabelecimento do vínculo social e da relação entre os diferentes trabalhos que conformam a totalidade social do trabalho, as relações sociais são mediadas por coisas, o que é o resultado da ação de pessoas, do comportamento social dos indivíduos, aparece como resultante de propriedades sociais dessas coisas. O fetichismo é manifestação da dominação impessoal do processo de trabalho sobre os produtores individuais, do metabolismo social alienado. As relações sociais são reificadas e naturalizadas, o domínio das coisas e, na sua forma mais fetichizada, a forma-dinheiro, transforma e conforma a totalidade das relações sociais da

sociedade baseada num modo de produção mercantil. Trata-se de um processo objetivamente social, que independe da consciência dos indivíduos a seu respeito para sua efetivação. Do mesmo modo, a mera ciência de sua existência não o elimina, o fetichismo cola nos produtos do trabalho a partir do momento em que são produzidos como mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis.

1.2.2. Fetichismo, alienação e estranhamento

O fato de uma relação social entre os homens assumir a “[...] forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013c, p. 147) nos remete à problemática da alienação e do estranhamento. Netto (1981) sustenta que “sem uma teoria da alienação é impossível pensar a problemática do fetichismo. Para Marx, o *fetichismo é uma modalidade de alienação*” (p. 73, destaque no original). A forma-mercadoria, ao refletir os caracteres sociais de uma forma de trabalho especificamente social como características de uma coisa, ao reificar as relações sociais, expressa o fato dessas relações ocorrerem “[...] à margem dos produtores” (MARX, 2013c, p. 147). Antes de chegar na problemática do fetichismo, a qual toma forma mais definida a partir de 1857-58, o estranhamento das relações sociais, essa autonomização das forças sociais frente aos indivíduos, comparece na obra marxiana a partir do momento em que ele faz a crítica ontológica da inversão especulativa hegeliana, que apreendia família e sociedade civil como resultado da divisão do Estado, sendo o seu organismo, o ente propriamente político, o predicado do desenvolvimento da Ideia dentro de si mesma²³. Marx, em 1843, critica esse “misticismo lógico, panteísta” ao constatar que “família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos; mas, na especulação, isso se inverte” (MARX, 2010b, p. 30). Na especulação, “[...] a Ideia é feita sujeito, as distinções e sua realidade são postas como seu desenvolvimento, como seu resultado, enquanto, pelo contrário, a Ideia deve ser desenvolvida a partir das distinções reais” (p. 33). É necessário que se explique as ideias a partir de suas determinações reais. Na especulação,

O único interesse é, pura e simplesmente, reencontrar “a Ideia”, a “Ideia lógica” em cada elemento, seja o do Estado, seja o da natureza, e os sujeitos reais, como aqui a “constituição política”, convertem-se em seus simples nomes, de modo que há apenas a aparência de um conhecimento real, pois esses sujeitos reais permanecem

²³ “O importante é que Hegel, por toda parte, faz da Ideia o sujeito e do sujeito propriamente dito, assim como da “disposição política”, faz o predicado” (MARX, 2010b, p. 32).

incompreendidos, visto que não são determinações apreendidas em sua essência específica (MARX, 2010b, p. 34).

Marx pugna pelo procedimento inverso da especulação, para ele, é necessário que se parta da relação real, não da ideia abstrata, não se trata de encontrar a ideia na realidade, mas da realidade, com o desvelamento de sua essência, explicar as ideias, é necessário explicar a *differentia specifica*. É apenas partindo das relações reais, da materialidade, da efetividade que se pode esclarecer as diferenças específicas, o caráter concreto do real. E qual a necessidade dessa tarefa? Marx esclarece na *Introdução de 1843*, ao salientar a importância e o limite da crítica religiosa. Se esta pôde demonstrar que o “[...] o homem faz a religião, a religião não faz o homem” e que “a miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real” (2010b, p. 145), ela ainda não é suficiente. A crítica religiosa desengana o homem, mas não retira o fundamento material da necessidade religiosa, que é a autoalienação prática, real dos sujeitos.

Portanto, a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [Selbstentfremdung] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política (MARX, 2010b, p. 146).

A autoalienação humana é resultado da própria atividade humana, a crítica religiosa consegue apontar para isso, mas não explica. Retirar as flores dos grilhões não os eliminam, exigir que os homens “[...] abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões” (p. 145-146). A alienação, portanto, já comparece como condição a ser desvelada a partir da essência específica das relações sociais, a crítica do aquém da verdade é o caminho a ser procedido. No *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, Marx esclarece essa sua conclusão.

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil” (bürgerliche Gesellschaft), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII, mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 1982a, p. 25).

A tarefa de desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas foi ser empreendida a partir da crítica da economia política, que era a ciência que desenvolvia a

análise das categorias econômicas. De acordo com Netto (1981), os *Manuscritos de 1844* assinalam “[...] o primeiro confronto de Marx com a economia política” (p. 54). Nesse conjunto de rascunhos publicados postumamente, Marx procede a uma crítica filosófica imanente às categorias econômicas da economia política. Apesar dos limites dessa primeira crítica e confronto com a economia política, ao analisar a questão da alienação (*Entäusserung*) e do estranhamento (*Entfremdung*) do trabalho na sociedade burguesa, a problemática do fetichismo já apresenta alguns de seus traços. A problemática da alienação e do estranhamento no mundo do trabalho se liga diretamente à reificação.

De acordo com Costa (2005), alienação e estranhamento são categorias complementares nos *Manuscritos de 1844*, sendo o estranhamento consequência necessária da alienação do trabalho.

A *Entfremdung*, ou estranhamento, seria a realização da *Entäusserung*, alienação. Em outras palavras, a alienação enquanto separação do homem de seu produto, sua atividade, do gênero e dos demais homens acaba por gerar a *Entfremdung* - o estranhamento - do homem em relação ao produto, atividade, gênero e dos homens entre si (p. 4).

A separação colocada pela mediação da propriedade entre a atividade produtora e o seu produto, entre sujeito e objeto, “[...] acaba por forjar o antagonismo entre homem e produto, invertendo a relação de tal forma que o produto e a atividade tornam-se poderosos e estranhos frente aos indivíduos” (p. 4-5). O processo se torna crítico na sociedade burguesa, dado que nessa sociedade, a produção é direcionada à venda, à troca de mercadorias. Segundo Marx (2004), na sociedade burguesa, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (p. 80). Apesar da importante ausência da descoberta da categoria força de trabalho, fundamental para compreensão da exploração especificamente capitalista, Marx já é capaz de perceber importantes traços do processo de reificação característico da forma de alienação especificamente burguesa. Nessa sociedade, “com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*)” (ibidem). Tal dominação do mundo das coisas sobre o mundo dos homens é resultado decorrente do caráter estranhado do trabalho. Na produção de mercadorias, “o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor” (ibidem). Dada a divisão social do trabalho determinada pela propriedade privada, é o trabalhador, despojado das condições de efetivação

quem sofre as consequências mais deletérias dessa forma social específica de trabalho, manifesta já diretamente no estranhamento do próprio resultado do seu trabalho.

A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (Entfremdung) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeitet), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. E do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto (MARX, 2004, p. 81).

O estranhamento é determinado não apenas pela expropriação determinada pela usurpação do produto do trabalho pela personificação do capitalista, mas o próprio trabalho que produz mercadorias tem por efeito aumentar o domínio das coisas sobre os homens. A alienação do trabalho que se efetiva nessa específica forma de exteriorização da atividade humana é desefetivação da essência do trabalhador, empobrecimento objetivo da subjetividade do sujeito que trabalha. O caráter puramente social dessa forma de trabalho, o fato de que ele resulta não de determinações naturais, já é salientado por Marx nos *Manuscritos de 1844*.

Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador. Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto (MARX, 2004, p. 81).

O duplo sentido aqui é diferente do duplo caráter do trabalho que produz mercadorias, trabalho útil e trabalho abstrato, apesar dos traços fundamentais dessa distinção estarem postos nessa análise do estranhamento. Se trata aqui do processo pelo qual o metabolismo entre homem e natureza se torna cada vez mais social, ou seja, menos determinado relativamente pelas determinações físicas da natureza do que pelas características das relações sociais estabelecidas entre os homens. Como o trabalho social é alienado e o seu resultado é estranhado, o mundo exterior sensível, cada vez mais social, se torna cada vez mais estranho, cada vez mais hostil ao trabalhador. Como são os trabalhadores que, a partir desse mundo sensível, na sociedade burguesa, produzem a riqueza social na forma de capital, esse mundo, cada vez mais capitalista, se torna cada vez poderoso frente ao trabalhador, ele se torna cada

vez mais servo do seu objeto. “O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (MARX, 2004, p. 82). Essa degradação do indivíduo a mero trabalhador, característica do estranhamento resultante da forma social específica do trabalho modo de produção capitalista, como veremos a frente, também estará presente nos *Grundrisse*, conjunto de textos de 1857-1858, quando a problemática do fetichismo já está muito mais esclarecida.

Essa degradação do sujeito físico a mero trabalhador se deve também ao fato de que o estranhamento não se limita à relação do trabalhador com os produtos do seu trabalho, “[...] não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva” (MARX, 2004, p. 82). O trabalhador estranha a si mesmo no ato de produção, no próprio processo produtivo. “O produto é, sim, somente o resumo (Resumé) da atividade, da produção” (ibidem). O trabalhador “[...] não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito” (p. 82-83). Essa crítica de forte tom humanista à ausência de sentido do trabalho para o sujeito que trabalha na produção de mercadorias já sinaliza a contradição fundamental entre riqueza material e riqueza social na forma-valor. A reificação das relações sociais no capitalismo decorre do caráter estranhado dos produtores já no processo de produção. O estranhamento do trabalhador e sua produção tem como consequência o estranhamento do ser genérico do homem, o que junto aos outros dois momentos conforma o estranhamento do homem pelo próprio homem. Embora a atividade degradante do trabalhador seja fruição e fonte de riqueza para outros homens, os capitalistas, a superação do trabalho estranhado não passa pela melhoria das condições materiais do trabalhador nessa sociedade ou na redistribuição dos produtos do trabalho estranhado como defendiam os proudhonistas, todos indivíduos estão encerrados nos limites dessa do estranhamento específico do modo de produção capitalista. A forma de dominação impessoal do valor, das coisas sobre os produtores, embora ainda não desenvolvida como será exposta a partir de 1857-8, já está sinalizada na crítica do estranhamento.

[...] o estranhamento aparece tanto no fato de meu meio de vida ser de um outro, no fato de aquilo que é meu desejo ser a posse inacessível de um outro, quanto no fato de que cada coisa mesma é um outro enquanto si mesma, quanto [também] no fato de que minha atividade é um outro, quanto finalmente - e isto vale também para os capitalistas - no fato de que, em geral, o poder não humano domina (MARX, 2004, p. 146).

O poder não humano domina até mesmo os relativamente privilegiados na divisão social do trabalho capitalista. Os capitalistas estão sujeitos a todas as determinações sociais da propriedade privada, sendo personificações e suportes dessas relações sociais, eles não decidem o que produzir e no que investir livremente, dependem da correta avaliação das condições de produção e mercado para continuarem a ser capitalistas. O modo mais desenvolvido desse domínio das coisas sobre os homens é expresso na vida cotidiana pela figura do dinheiro e da concorrência. Ao comparar o papel da propriedade fundiária no capitalismo com o seu papel na sociedade feudal, Marx já constata em 1844 que:

[...] é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arrumem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval: *nenhuma terra sem senhor (nulle terre sans seigneur)*, o provérbio moderno: *o dinheiro não tem dono (l'argent n'a pas de maître)*, no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre o homem (MARX, 2004, p. 75, destaque nosso).

O estranhamento determina diretamente ao fetichismo e à reificação das relações sociais, sendo que “o que distingue a impositação marxiana no enfoque da alienação, em 1844, da tematização ulterior do fetichismo é a concretização histórico-social a que Marx submete o objeto da sua investigação” (NETTO, 1981, p. 61). Mas é justamente na percepção marxiana da importância fundamental do estranhamento ligado à propriedade privada e da dominação impessoal expressada no fenômeno do dinheiro e da concorrência, já estão dadas as possibilidades de superação dos limites dessa análise. A problemática do fetichismo dessas categorias, embora não descoberta em seus traços específicos, já está colocada. Por isso, tem razão Netto (1981) ao afirmar a ligação fundamental entre alienação, reificação e fetichismo. A compreensão do estranhamento, processo social objetivo, torna mais claro o caráter objetivo do fetichismo, impugnando qualquer interpretação desse mecanismo como um fenômeno da consciência.

Em 1844, Marx já percebe os limites da crítica da economia política ao tomar as categorias econômicas como dadas e não explicar porque as relações sociais tomam necessariamente aquela forma²⁴. Na primeira obra publicada de Marx sobre economia política, em 1847, *A Miséria da Filosofia*, Proudhon é criticado porque

²⁴ “A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo material da propriedade privada, que passa, na realidade (Wirklichkeit), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como leis para ela. Não concebe (begreift) estas leis, isto é, não mostra como tem origem na essência da propriedade privada” (MARX, 2004, p. 79).

[...] não viu que os homens, ao desenvolverem suas faculdades produtivas, isto é: vivendo, desenvolvem certas relações entre si, e que o modo destas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento destas faculdades produtivas. Não percebeu que as *categorias econômicas* não são mais do que *abstrações* destas relações reais e que somente são verdadeiras enquanto estas relações subsistem. Incorre, por conseguinte, no erro dos economistas burgueses, que vêem nestas categorias econômicas leis eternas e não históricas, válidas exclusivamente para certo desenvolvimento histórico, desenvolvimento determinado pelas forças produtivas (MARX, 1985f, p. 210-1).

A eternização e naturalização das categorias econômicas burguesas, assim como do comportamento dos indivíduos engendrados por estas relações sociais, como ocorre com a teoria da escolha racional e do valor utilidade, decorre do procedimento que não vai além de explicar o movimento destas categorias, de compreender suas características e estabelecer seus conceitos explicativos. Ao ir além desse momento, ao identificar a problemática do estranhamento na produção e reprodução social dos homens, Marx procede de modo diferente, busca, a partir das relações sociais reais, explicar porque essas categorias sociais tomam necessariamente essa forma. A partir da percepção do estranhamento generalizado na sociedade burguesa, do vislumbre de que “[...] nesta sociedade, a autonomia dos indivíduos é puramente ilusória, eles estão subordinados a mecanismos e processos que não controlam e sequer reconhecem como oriundos das suas próprias relações” (NETTO, 1981, p. 69), está aberto o caminho para, a partir do concreto, ser desvelado o complexo social do fetichismo. No modo de produção capitalista, “[...] alienação é o processo de objetivação do trabalho abstrato. Ela não leva à exteriorização de uma essência humana preexistente, pelo contrário, leva ao surgimento dos poderes não humanos na forma alienada” (POSTONE, 2014, p. 189). Essa forma específica e historicamente determinada de alienação se enraíza não apenas na propriedade privada e na divisão social do trabalho decorrente desta, mas na própria *forma social* do trabalho.

1.2.3. Dominação impessoal e classes sociais no capitalismo

A compreensão do complexo social do estranhamento é fundamental para esclarecer de que maneira o capitalismo se caracteriza tanto por antagonismos de classes sociais quanto por uma específica dominação impessoal através de suas legalidades sociais. Ainda n’A *Sagrada Família*, Marx enfatiza como a problemática das classes sociais não elimina a autoalienação humana mais geral, que subjuga até mesmo as classes possuidoras.

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, *sabe* que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (MARX, 2011b, p. 48, destaque nosso).

O que o desenvolvimento da pesquisa e a crítica futura da economia política que culminará na descoberta do fetichismo demonstram é que não necessariamente a classe possuinte sabe dessa alienação. Conforme foi apresentado, os homens não precisam saber para agir, a mediação das relações sociais de produção pela troca não pressupõe o conhecimento de que são trocados produtos de trabalho medidos pela abstração do tempo de trabalho que os produziu. O que, no entanto, essa afirmação corretamente aponta, é que tanto capitalistas quanto proletários estão sujeitos à mesma dominação social das coisas sobre os homens.

A autonomização das forças sociais na esfera da produção e reprodução da vida material toma a aparência de um “poder não humano” (MARX, 2004, p. 146) que domina a todos, inclusive os capitalistas. Entretanto, desenvolvida a crítica da economia política, Marx pôde, a partir da própria materialidade das relações sociais burguesas, expor que essa relação social humana é o capital, “[...] trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2013c, p. 307). Na sociedade capitalista, a produção material se torna meio para produção de valor. O processo de trabalho se torna processo de valorização. Isso é conseqüente à distinção entre trabalho útil e trabalho humano abstrato, sendo que o dispêndio deste último é o que cristaliza valor, sendo o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. A forma mercadoria é a forma da unidade de valor de uso e valor de troca e “o valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra” (MARX, 2013c, p. 117). Assim, na sociedade da produção de mercadorias plenamente desenvolvida, “[...] o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém” (p. 150). O trabalho abstrato torna-se o centro nervoso do metabolismo social da sociedade onde predomina o modo de produção capitalista.

O sistema constituído pelo trabalho abstrato corporifica uma nova forma de dominação social que exerce uma forma de compulsão social cujo caráter objetivo é

historicamente novo. A determinação inicial compulsão social abstrata é serem os indivíduos compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Essa compulsão exercida não é função da dominação social direta, como se dá por exemplo, com o trabalho escravo ou servil; ela é, ao contrário, função das estruturas sociais “abstratas” e “objetivas” e representa uma forma de *dominação abstrata e impessoal*. (POSTONE, 2014, p. 186).

Essa dominação impessoal e abstrata é constituída socialmente e se retroalimenta automaticamente na reiteração das trocas. A sociedade passa a ser mediada pela troca de mercadorias, os indivíduos são condenados a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Na circulação capitalista, “o valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo” (MARX, 2013c, p. 229-30). Esse fato tem consequências deletérias para a sociabilidade armada sobre esse modo produção, porque:

O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o tempo disponível como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo. Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares. (MARX, 2013c, p. 591, grifos nossos).

Essa forma social específica de trabalho, o trabalho abstrato, impõe também como critério de valor a sua própria medida, o tempo abstrato. “Devido ao caráter mediador do trabalho no capitalismo, a sua medida também tem um caráter socialmente mediador. A forma da riqueza (valor) e sua medida (tempo abstrato) são constituídas pelo trabalho no capitalismo como mediações sociais “objetivas”” (POSTONE, 2014, p. 221). Dado o caráter autonomizado dessa forma social e duplo caráter do trabalho que produz mercadorias, nesse modo de produção, a tecnologia não liberta o ser humano do trabalho, pelo contrário, ao degradá-lo a *mero trabalhador*, a divisão do trabalho capitalista “[...] torna supérfluo o próprio trabalhador” (MARX, 2013c, p. 557) e uma “[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário e [...] condição de existência do modo de produção capitalista [...]” (p. 704). A pobreza de uma classe e a riqueza de outra é posta não a partir da dinâmica das lutas de classes, mas a partir das próprias leis sociais que regem a acumulação capitalista. A contradição entre trabalho excedente e população excedente conforma o núcleo das mazelas sociais do capitalismo.

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o

tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário [...]. As forças produtivas e as relações sociais – ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem somente como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder produzir a partir de seu fundamento acanhado (MARX, 2011c, p. 589).

Diferente da compreensão do mundo antigo do ser humano como finalidade da produção, no mundo moderno, “[...] a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção” (MARX, 2011c, p. 389) e essa “exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como *estranhamento total*, e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior” (p. 400, destaque nosso). O modo de produção capitalista produz uma riqueza totalmente estranhada e compulsoriamente crescente, que subordina o trabalho vivo e amplia necessariamente o contingente de trabalhadores supérfluos, subordinando o tempo livre gerado pelo desenvolvimento das forças produtivas ao fundamento miserável da riqueza na forma abstrata do valor.

O impulso ao enriquecimento do capitalista é diferente do entesourador em outros modos de produção, “[...] o que neste aparece como mania individual, no capitalista é efeito do mecanismo social, no qual ele não é mais que uma engrenagem” (MARX, 2013c, p. 667). No modo de produção capitalista, mesmo a classe mais favorecida por sua divisão social do trabalho, é mera engrenagem, o indivíduo capitalista é respeitável apenas na medida em que conserva riqueza abstrata suficiente para ser personificação do capital. Ao capital não interessam nomes e sobrenomes, a única linguagem que ele entende é monetária. Se não importam as qualidades úteis dos produtos do trabalho na medida de valor das mercadorias, muito menos importam as qualidades pessoais dos capitalistas para o capital. O impulso à acumulação progressiva é dado pela necessidade contínua de ampliação do capital para sua conservação. Como a riqueza, na forma de valor, é sempre crescente, a mera estagnação significa perder valor e, por conseguinte, para o capitalista, o risco de deixar de ser capitalista, “[...] a concorrência impõe a cada capitalista individual, como leis coercitivas externas, as leis imanentes do modo de produção capitalista” (ibidem). Se o tempo de trabalho socialmente necessário é a medida da riqueza social abstrata no capitalismo, o impulso à extração de mais-valor é posto por essas leis imanentes, por essa forma de dominação abstrata da própria forma social que assume o trabalho no capitalismo. Assim, a exploração do trabalho é necessidade imaneente não só na forma, mas em grau. O capitalista está socialmente condicionado a estar sempre buscando aumentar o grau de exploração da força de trabalho, não por mera avareza

ou ganância desmedida, mas porque “[...] sua força motriz não é o valor de uso e a fruição, mas o valor de troca e seu incremento” (ibidem). Esse comportamento medíocre e indiferente é posto ao capitalista por essas leis imanentes ao capital, por essa razão, o trabalhador está sempre sujeito a ver seu nível de degradação no trabalho ampliado.

Enquanto o trabalho em máquinas agride ao extremo o sistema nervoso, ele reprime o jogo multilateral dos músculos e consome todas as suas energias físicas e espirituais. Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível (MARX, 2013c, p. 494-5).

As forças produtivas e as relações sociais subordinadas a uma finalidade exterior às necessidades humanas, aos múltiplos objetivos dos indivíduos sociais e da sociedade como um todo são o fundamento do modo limitado das relações sobre base capitalista. Trata-se do grande desperdício de individualidades tornadas supérfluas ou reduzidas a meros trabalhadores. Diferente de outras formas de sociabilidade em que “[...] trabalhador, independentemente do trabalho, tem uma existência objetiva” (MARX, 2011c, p. 388), na sociedade que tem a conexão social expressa no *valor de troca*, temos que para o indivíduo, “seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso” (p. 105). Entretanto, essa forma de relação entre os homens e entre os homens e a natureza aparece como naturalmente constituída por conta do fetichismo que caracteriza as relações sociais de produção burguesas, a necessidade de trabalhar para viver, trabalhar para ter, trabalhar para ser, aparece como molde social específico das individualidades no capitalismo.

Dado que o papel mediador social específico desempenhado pelo trabalho produtor de mercadorias é velado, e esse trabalho aparece como trabalho *per se*, esses dois tipos de necessidades se combinam na forma de uma aparente necessidade trans-histórica: é preciso trabalhar para sobreviver. Portanto, uma forma de necessidade social específica do capitalismo aparece como a “ordem natural das coisas”. Essa necessidade aparentemente trans-histórica - de que o trabalho é o meio necessário para o seu próprio consumo (e o de sua família) - serve como base de uma ideologia legitimadora fundamental da formação social capitalista como um todo, ao longo de todas as suas fases (POSTONE, 2014, p. 188-9).

A eternização das relações sociais burguesas que a economia política expressa ocorre também no pensamento prático da vida cotidiana. O trabalho abstrato se torna o regulador abstrato e impessoal que conforma todos os indivíduos numa específica forma de dominação capitalista. “Essa universalidade social do tempo de trabalho socialmente necessário enquanto

regulador de toda produção econômico-social aparece no capitalismo numa forma fetichizada-reificada e, também por essa razão, é vista como peculiaridade de tal formação” (LUKÁCS, 2013, p. 124). O trabalho aparece como necessidade natural, como o meio digno natural de acesso aos bens de consumo. Além disso, “no evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (MARX, 2013c, p. 591). Quanto maior a preponderância das relações sociais capitalistas, engendradas sempre com o fetichismo que se cola nos objetos do trabalho na medida em que são produzidos como mercadorias, mais naturais essas relações e suas leis historicamente específicas aparecem aos sujeitos.

O caráter fetichista da forma econômica, a reificação de todas as relações humanas, a extensão sempre crescente de uma divisão do trabalho, que atomiza abstratamente e racionalmente o processo de produção, sem se preocupar com as possibilidades e capacidades humanas dos produtores imediatos, transformam os fenômenos da sociedade e, com eles, sua percepção (LUKÁCS, 2003, p. 72).

A consciência espontânea nessa sociedade está determinada pelo fetichismo da mercadoria e do dinheiro. O fetichismo afeta a percepção dos fenômenos sociais de modo isolado, o que se manifesta na divisão das áreas do conhecimento científico sobre essa sociedade. A consciência espontânea dos indivíduos é afetada, as leis historicamente determinadas e específicas da sociedade burguesa são tomadas como leis naturais e evidentes por si mesmas. Esse ponto é central para a compreensão das relações sociais entre as classes sociais numa sociedade cujo modo de produção capitalista prepondera enquanto base do seu metabolismo social. Isso porque, com os elementos até aqui elencados, fica claro que não há nenhum privilégio de percepção da essência das relações sociais capitalistas a partir de uma ou outra classe social. Há diferentes níveis de conforto e degradação aos quais os sujeitos são expostos de acordo com sua classe social, mas não há um “ponto de vista” privilegiado. Tanto capitalistas quanto trabalhadores, em sua percepção cotidiana, estão sujeitos ao fetichismo e os diferentes absurdos que conformam a consciência dos agentes sociais de produção no capitalismo. “Isso significa que quando as pessoas na sociedade burguesa, sejam elas trabalhadores ou capitalistas, tentam esclarecer seus interesses, elas o fazem a partir das formas fetichizadas de pensamento e percepção que são dominantes na consciência espontânea do cotidiano” (HEINRICH, 2012, p. 197).

As classes sociais não podem ser compreendidas pelo que seus indivíduos pensam ou entendem relativamente à sua posição na divisão social do trabalho. O fetichismo está

expresso no fato de que os indivíduos fazem sem necessariamente saber o quê e porque fazem em sua essência²⁵. A consciência de classe, quando considerado o complexo do fetichismo, não pode ser o critério preponderante que define as classes sociais. Pelo contrário, a consciência de classe se explica pelo desenvolvimento da acumulação capitalista e o consequente desenvolvimento das lutas de classes²⁶. Essa é uma das razões porque a análise das classes sociais, das lutas de classes, não pode ter como ponto de partida as classes sociais. Na sociedade burguesa, a divisão entre classes sociais é determinada pelo modo peculiar de exploração que é demandado pela forma social específica que o trabalho assume no modo de produção capitalista.

A luta de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados também está enraizada nas formas específicas pelas quais as necessidades e as exigências são compreendidas e articuladas em um contexto social estruturado pela mercadoria - isto é, como consciência social e concepções de direitos associados a uma relação estruturada dessa forma (POSTONE, 2014, p. 368).

O modo pelo qual os indivíduos tomam consciência dos antagonismos de classes determinados pela relação capital, assim como a maneira como endereçam seus interesses, estão condicionados socialmente pelas concepções inerentes à sociabilidade que tem o trabalho abstrato como mediação social estruturante. Destarte, podemos então retomar a problemática da formulação inacabada sobre as classes sociais ao final do Livro 3 d’o *Capital*. A questão das classes sociais comparece nos três livros do capital, especialmente no livro 1, quando se estuda o processo de produção do capital. Entretanto, o que fica claro é que uma sistematização sobre as classes sociais, uma esquematização dessas, não é pré-condição para o entendimento das relações sociais capitalistas. Pelo contrário, é a partir do desvelamento do caráter dúplice da forma social do trabalho no capitalismo, do fetichismo da mercadoria e do dinheiro, da compulsão à acumulação, da forma específica de exploração capitalista, na forma do mais-valor, enfim, a partir desses elementos é que se pode compreender porque, em abstrato, a sociedade burguesa assume uma determinada divisão em classes sociais. Por essa razão o rascunho inacabado, quando comparamos com *fórmula trinitária* torna-se mais compreensível, as relações entre as classes sociais são determinadas pela função que ocupam no processo social de produção do mais-trabalho total da sociedade. Por essa razão, as classes

²⁵ Que o trabalho abstrato “[...] seja o elemento geral criador de valor – elemento que o distingue das demais mercadorias –, é algo que está fora do alcance da consciência ordinária” (MARX, 2013c, p. 611).

²⁶ “[...] com a acumulação do capital, desenvolve-se a luta de classes e, por conseguinte, a consciência de si [Selbstgefühl] dos trabalhadores” (MARX, 2013c, p. 729).

sociais no capitalismo e as lutas de classes não podem ser compreendidas partindo-se das relações de exploração de classes, mas sim das leis sociais específicas da acumulação capitalista.

Ao tratar da *acumulação primitiva*, Marx expõe o fato elementar de que para que dinheiro e mercadoria sejam transformados em capital, num primeiro momento,

[...] é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho (MARX, 2013c, p. 786).

Na produção do mais-valor está colocada a relação fundamental entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. Embora a relação pareça ser determinada meramente pela propriedade privada dos meios de produção, o que temos é a determinação das classes sociais a partir da relação capital. O trabalhador livre, cuja única mercadoria que possui é sua força de trabalho, depara-se com o possuidor de dinheiro e meio de produção o capitalista, onde estabelecem uma relação de troca de equivalentes²⁷. Assim, a posição de classe dos sujeitos parece ser determinada pela posse ou não dos meios de produção. Entretanto, o que se depreende quando compreendemos o caráter de engrenagem que tanto capitalistas e trabalhadores assumem no modo de produção capitalista, é que as suas relações de classe são definidas em relação ao processo de produção²⁸. Quando analisa a duração da jornada de trabalho, especialmente a partir do processo que leva à sua regulamentação na Inglaterra, Marx demonstra de que maneira ela é resultado das disputas entre capitalistas e trabalhadores estruturadas a partir da relação de troca de mercadorias como equivalentes.

²⁷ “Ao dinheiro é totalmente indiferente em que tipo de mercadoria é transformado. Ele é a forma geral de equivalente de todas as mercadorias, que já mostram em seus preços que representam idealmente determinada soma de dinheiro, que esperam sua transformação em dinheiro e que, só mediante sua troca de lugar com o dinheiro, recebem a forma sob a qual podem converter-se em valores de uso para seus possuidores. Portanto, uma vez que a força de trabalho se encontra no mercado como mercadoria de seu possuidor, cuja venda ocorre sob a forma de pagamento pelo trabalho, na figura de salário, então sua compra e venda não representam nada mais digno de atenção do que a compra e venda de qualquer outra mercadoria. Não que a mercadoria força de trabalho seja comprável, mas que a força de trabalho apareça como mercadoria é o característico (MARX, 1985e, p. 28).

²⁸ “Do lado do trabalhador: a ativação produtiva de sua força de trabalho só se torna possível a partir do momento em que, em decorrência de sua venda, é posta em contato com os meios de produção. Ela existe portanto antes da venda, separada dos meios de produção, das condições objetivas para sua ativação. Nesse estado de separação, ela não pode ser utilizada diretamente para produzir valores de uso para seu possuidor, nem para a produção de mercadorias, de cuja venda este pudesse viver. Mas assim que, mediante sua venda, é posta em contato com os meios de produção, ela constitui parte integrante do capital produtivo de seu comprador, tanto quanto os meios de produção” (MARX, 1985e, p. 29).

[...] a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador faz valer seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a uma duração normal determinada. Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. (MARX, 2013c, p. 309).

A mediação social da atividade produtiva pelo trabalho abstrato e sua medida, o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadoria, são os fatores em torno dos quais giram as lutas de classes determinadas relativas ao processo de produção. O antagonismo posto nessa relação social específica deixa clara a imanência das lutas de classes ao processo de acumulação capitalista. Longe de ser um fator crítico, as lutas de classes são inerentes a este modo de produção, podendo variar em intensidade ao longo da história e de acordo com as particularidades, elas não são um limite à reprodução do capital, mas são a maneira pela qual se resolve o conflito de direito contra direito. De fato, a partir dos relatórios oficiais dos inspetores de fábrica, Marx (2013c) constata que a regulamentação da jornada de trabalho “[...] foi o primeiro freio racional aplicado aos volúveis caprichos da moda, homicidas, carentes de sentido e, por sua própria natureza, incompatíveis com o sistema da grande indústria” (p. 550). A ação coletiva dos trabalhadores como classe na luta pela jornada de trabalho colocou as condições adequadas para a reprodução do capital, a limitação legal e coercitiva da jornada de trabalho coloca as bases para o desenvolvimento da produção baseada no mais-valor relativo, sendo que a produção deste a que “[...] revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (p. 578).

O mais-valor relativo representa a superação da subsunção formal do trabalho sob o capital por sua subsunção real. As disputas em torno do excedente produzido, em torno da duração da jornada de trabalho e outras questões relativas às condições de trabalho, como intensidade, ergonomia, descanso remunerado, aposentadoria etc. tornam-se aspectos imanentes à reprodução do capital e à sociabilidade por ele constituída. Incorporada e determinada nas formas sociais da mercadoria e do capital, “a luta de classes torna-se um elemento propulsor do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista” (POSTONE, 2014, p. 369). As lutas de classes entre trabalhadores e capitalistas são um momento da totalidade social do capital, constituem-se no modo pelo qual são criados os freios racionais à acumulação adequada ao sistema da grande indústria, adequando as regras produtivas aos diferentes momentos históricos e particularidades onde se entifica a relação capital.

A tendência natural do capital é a degeneração e degradação dos indivíduos que trabalham e das relações sociais constituídas por eles, Marx deixa isso claro ao demonstrar a problemática do pauperismo na *lei geral da acumulação*. Entretanto, a ação coletiva dos trabalhadores e o desenrolar das lutas de classes colocam os freios racionais e reconfiguram as relações sociais de modo que o desenvolvimento capitalista seja suportável e reproduzível para uma parcela dos trabalhadores, pelo menos o suficiente para que não cesse a acumulação capitalista. Isso coloca um dos limites para o entendimento da noção de “interesse de classe”. Em 1843, antes de se confrontar com a economia política, Marx vislumbrou no proletariado uma classe com grillhões radicais, uma classe que estava à margem das classes, que não reivindicava um direito particular por que sofria a injustiça por excelência, representando a dissolução da sociedade baseada na propriedade privada. Vinte anos depois, a sua exposição do movimento do capital demonstra que as lutas de classes e a ação coletiva do proletário antes de representar a dissolução da sociedade, pode representar a adequação da acumulação capitalista aos limites sociais. O proletariado não carrega em si naturalmente um germe emancipatório, por mais que suas condições de vida o levem a revolta contra a classe capitalista. A luta entre capital e trabalho não é a luta entre capitalismo e socialismo. De fato, as lutas dos trabalhadores organizados em sindicatos, conselhos e partidos ao longo do século XIX e XX, seguindo na contemporaneidade, demonstra que o seu interesse de classe, na maioria das vezes, é melhorar suas condições de vida e trabalho enquanto membros da classe trabalhadora. A mera situação de classe não determina um interesse emancipatório.

Outro ponto importante a ser salientado em relação às lutas de classes no capitalismo é que as classes sociais precisam ser entendidas de modo mais profundo do que a posse formal os meios de produção pode indicar, mas sim a partir das funções sociais inerentes a capital e trabalho. Dois exemplos esclarecem esse ponto. Um executivo de uma grande corporação multinacional decide sobre o que produzir, organiza o modo de exploração da força de trabalho, a forma de cooperação e outras atividades que o fazem agir como um capitalista funcional, sem necessariamente ser proprietário da empresa, geralmente sendo remunerado de acordo com o lucro produzido anualmente. Por outro lado, uma costureira que trabalha em regime domiciliar para uma indústria de confecção pode ser proprietária de seu meio de produção, sua máquina, sua casa e sua cadeira, mas insere-se no processo de produção de modo subalterno, é remunerada de acordo com o tempo de trabalho dedicado à sua atividade produtiva, geralmente condicionada a condições precárias de trabalho, muitas vezes piores que a de um assalariado despojado dos meios de produção.

Assim, as lutas de classes ocorrem de acordo com mediações sociais específicas, que vão além da mera propriedade ou não dos meios de produção, especialmente quando é considerada a totalidade social do trabalho. Capital e trabalho devem ser compreendidos a partir de complexos funcionais (CROMPTON; GUBBAY, 1978). Essas funções sociais não são definidas pelas tarefas executadas, mas pelas relações sociais nas quais essas tarefas são determinadas.

O mais-produto é a parte do produto em se representa o mais-valor. “Como a produção de mais-valor é o objetivo determinante da produção capitalista, o que mede o grau de riqueza não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto” (MARX, 2013c, p. 304). Crompton e Gubbay (1978) definem as situações de classe pelas locações nos fluxos do mais-produto. Assim, percebem três eixos de diferenciação a partir da análise das sociedades capitalistas ocidentais e orientais ao longo do século XX: controle versus trabalho coordenado, capital versus não-capital²⁹ e propriedade estatal versus propriedade privada. Essas dicotomias não são absolutas, e diferentes graus de combinação são possíveis entre os três eixos e entre cada eixo em si. Isso faz com que muitos indivíduos e grupos se encontrem em situações de classe ambíguas. Por essa razão que a problemática da consciência de classe se torna mais complexa com o desenvolvimento histórico do capitalismo, além da própria análise a partir da alocação produtiva. Os interesses dos indivíduos tendem a ser definidos a partir de posições de classe ambíguas.

O capital pode ser compreendido como o complexo de papéis que exploram trabalho, coordenando e organizando a produção de mais-trabalho para a produção de mais-valor. Do mesmo modo, o trabalho pode ser compreendido como o complexo funcional de tarefas coordenadas em vários níveis organizacionais que garante a produção do mais-produto. O trabalho em diferentes complexos sociais privados e estatais age de modo a garantir a reprodução do capital, produzindo ou não valor diretamente. Considerados esses aspectos, a estrutura das classes sociais de uma sociedade só pode ser desvelada a partir da consideração de sua particularidade, compreendido o processo histórico específico de entificação do modo de produção capitalista em cada lugar.

²⁹ Para Crompton e Gubbay (1978), não-capitalistas são empreendimentos que não acumulam capital geralmente, mas cuja função é garantir a viabilidade e a estabilidade da acumulação capitalista. Exemplos são as funções sociais de defesa, educação, assistência social, justiça etc., as quais podem ser exercidas sob controle estatal direto, indireto (parcerias público-privadas, terceirização, concessões etc.) ou pela iniciativa privada. Grandes capitalistas, especialmente quando estatais, podem assumir algumas funções de não-capitalistas pela importância que venham a adquirir socialmente, no que se tornam quasi-capitalistas.

CAPÍTULO 2. CLASSES SOCIAIS E PARTICULARIDADE BRASILEIRA: A VIA COLONIAL

Conforme já aludimos, em 1875, Marx (2012) expressou sua constatação de que, nos países em industrialização, a sociedade capitalista existia “mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo *desenvolvimento histórico particular de cada país*, mais ou menos desenvolvida” (p. 42, grifo nosso). Assim, embora o capitalismo tenha suas legalidades próprias que se impõem na medida em que este se torna o modo de produção preponderante e cada vez mais mundializado, a sua entificação concreta se dá pelo desenvolvimento particular de cada país. Desse modo, as relações sociais e, logo, as classes sociais e as lutas de classes, não podem ser compreendidas efetivamente apenas pela delucidação do antagonismo fundamental entre capital e trabalho, mas exigem a perscrutação da particularidade histórica de cada lugar. No mesmo sentido, nos alertam Marx e Engels (2007) que “a observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (p. 93). Trata-se da perspectiva materialista aqui adotada, cujos únicos pressupostos “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (p. 86-7). Desse modo, é a história que nos fornece os elementos e o caminho para a compreensão da mundaneidade conformada pelos ações dos homens em sociedade. O exame da história dos homens se faz necessário “pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela” (p. 87, nota d). A questão da particularidade histórica é fundamental para a compreensão da universalidade das relações sociais capitalistas.

Segundo Lukács (1970, p.2), as relações entre universalidade, particularidade e singularidade constituem um dos complexos de problemas mais antigos do pensamento humano, sendo a delimitação recíproca dessas categorias uma necessidade não apenas teórica, mas também fundamental para a orientação da práxis. Para o filósofo húngaro,

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que dêste conjunto de leis pode-se sempre retornar - ainda que freqüentemente através de muitas mediações - aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (p. 81).

Assim, as relações e conexões do complexo reciprocamente determinado entre singularidade, particularidade e universalidade correspondem a determinações da própria realidade, daí serem as três categorias ontológicas (LUKÁCS, 2012, p. 78). Ao sublinhar o caráter aproximativo da ciência, argumenta Lukács (1970) que:

De fato, o processo desta aproximação é essencialmente ligado à dialética de particular e universal: o processo do conhecimento transforma ininterruptamente leis que até aquele momento valiam como as mais altas universalidades em particulares modos de apresentação de uma universalidade superior, cuja concretização conduz muito freqüentemente, ao mesmo tempo, à descoberta de novas formas da particularidade como mais próximas determinações, limitações e especificações da nova universalidade tornada mais concreta (p. 95).

A universalidade e suas legalidades, no caso do ser social, compreendida como tendências e processos, são concretizadas de modo particular, nunca direto e puro, como na forma abstrata em que essas leis podem só ser apreendidas pelo pensamento por meio das abstrações razoáveis. Além disso, “[...] jamais é possível captar sem resíduos o singular como ponto de cruzamento e de combinação das particularidades e das universalidades, e menos ainda "deduzi-lo" simplesmente delas” (p. 99). Isso porque o que confirma a universalidade, e pode expor corretamente o modo particular de sua realização, é a análise correta da realidade a partir de sua própria imanência. De fato, as múltiplas relações entre particularidade e singularidade “[...] já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência dêste só podem ser exatamente compreendidas quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediatividade forem postas à luz” (p. 98). Isso posto porque nas interações e determinações recíprocas entre universal, particular e singular, diferentes tendências e contra tendências incidirão, sendo seu resultado não definido pelo crivo lógico imaginado por uma relação formal dessas três categorias, mas pelo próprio movimento do real. Assim, aduz Lukács (2012) que:

Se Marx, como vimos, considera indispensável para o processo cognoscitivo as abstrações e as generalizações, igualmente indispensável lhe aparece a especificação dos complexos e das conexões concretas. Em termos ontológicos, especificação significa aqui o seguinte: examinar a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, de sua atuação concreta em determinadas situações concretas, em determinados complexos concretos. O conhecimento só pode abrir caminho para esses objetos investigando os traços particulares de cada complexo objetivo (p. 258).

Portanto, é a análise dos traços particulares que pode esclarecer de que modo as incidências das determinações universais se concretizam em cada complexo objetivo, “[...] trata-se de compreender o ser-propriadamente-assim de um complexo fenomênico em conexão

com as legalidades gerais que o condicionam e das quais, ao mesmo tempo, ele parece se desviar” (p. 258). É apenas desse modo que se evitam simplificações deformadoras, que longe de simplificarem o acesso ao real, o interditam de início.

Deve-se, portanto, rejeitar qualquer “dedução ontológica” do edifício, do ordenamento das categorias (aqui os valores), partindo do seu conceito geral, abstratamente apreendido. Pois, através dele, conexões e constituições cuja peculiaridade se acha fundada, de modo ontologicamente real, na sua gênese histórico-social contêm a aparência de uma hierarquia conceitual-sistemática, através da qual, como consequência dessa discrepância entre o ser autêntico e o conceito supostamente determinante, acabam sendo falsificadas a sua essência concreta e a sua interação concreta. Deve-se rejeitar, do mesmo modo, a ontologia vulgar-materialista que vê as categorias mais complexas como simples produtos mecânicos das mais elementares e fundantes e, desse modo, por um lado, obstrui para si mesma toda compreensão da particularidade das primeiras e, por outro, cria entre as primeiras e as segundas uma falsa hierarquia, supostamente ontológica, segundo a qual só se pode atribuir um ser em sentido próprio às categorias mais simples (LUKÁCS, 2013, p. 87).

O reconhecimento da importância da análise e delucidação da particularidade se dá não por uma hierarquia ou sistema de conceitos, mas devido ao próprio modo concreto por meio do qual as categorias mais gerais se impõem na realidade concreta, categorias aqui entendidas como determinações da existência, do próprio ser. Temos, portanto, imposta a nós, nem que de modo breve dados os nossos limites, a necessidade da exposição da particularidade da objetivação do capitalismo no Brasil.

O caminho para uma correta apreensão da particularidade brasileira foi a sina de diversos pesquisadores brasileiros, Carlos Nelson Coutinho (1974) procedeu à seguinte analogia com a assim chamada *via prussiana*:

O caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – ocorreu sempre no quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lênin chamou de “via prussiana” para o capitalismo. Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular. [...]. No quadro desse profundo divórcio entre o povo e a nação, torna-se assim particularmente difícil o surgimento de uma autêntica consciência democrático-popular (1974, p. 3).

O autor faz menção às também chamadas *formas clássicas* de transição para o capitalismo (CHASIN, 1978). Muitos autores tentaram explicar a realidade brasileira transpondo o que ocorreu na transição para o capitalismo em outros lugares para a realidade brasileira, tentando assim encaixar as particulares lutas de classes nacionais em um esquema já pré-formatado. Entretanto, essas formas de transição não são obrigatórias, como a própria

via prussiana demonstra, “de maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas” (p. 621). Marx faz menção à peculiaridade da transição tardia da Alemanha para o capitalismo em um dos prefácios de *O Capital*:

Onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós, por exemplo, nas fábricas propriamente ditas, as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, tortura-nos — assim como em todo o resto do continente da Europa ocidental — não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. Le mort saisit le vif! (MARX, 1996a, p. 130-1).

Combinavam-se assim as particulares mazelas provocadas pelo desenvolvimento capitalista com as herdadas do caráter feudal da produção anterior. Oprimiam os trabalhadores alemães não apenas o relógio e a sirene da moderna fábrica, mas também a carência do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, conformando assim uma particular miséria alemã, em suma, há uma opressão específica do modo particular de concretização do capitalismo na Alemanha. A partir dessa análise e outras que não nos cabe aqui citar, sintetiza Chasin (1978):

A via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, tendo por eixo a conciliação entre o *novo* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os pecados de todas as formas de estado” (p. 625).

O processo de entificação do capitalismo pela via prussiana constitui-se em base teórica que demonstra a possibilidade concreta de diferentes modos de transição para o capitalismo, trata-se de um “particular contrastante do qual se avizinha o caso brasileiro, também diverso dos casos clássicos” (CHASIN, 1978, p. 627). Desse modo, o desenvolvimento capitalista e a relação entre suas classes sociais não podem ser derivados unicamente das características gerais do modo de produção capitalista, mas dependem da análise desse modo particular de constituição do capitalismo.

Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil, quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclue as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progresso da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreios decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta susumaríssima indicação do problema, que o *novo* paga alto tributo ao *velho* (p. 627).

Temos nas duas particularidades elementos semelhantes, especialmente no caráter retardado e retardatário do processo em comparação com os casos clássicos. Além disso, a concentração da propriedade rural, o reformismo pelo alto que afasta a participação das classes subalternas e a ausência de rupturas. Entretanto, a análise seria incompleta se não pudesse indicar a diferença específica, portanto,

Se aos dois casos convém, o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiámos verdadeiramente a concreção ao atentar como ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se, está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo, da economia mercantil pela empresa colonial (p. 628).

Portanto, se no caso alemão a grande propriedade rural tem origem na propriedade feudal, o latifúndio brasileiro deriva da economia mercantil de extração colonial. Além disso, enquanto a industrialização alemã ocorre nas últimas décadas do século XIX, desenvolvendo-se ao ponto da Alemanha ter se tornado uma nação imperialista, no Brasil ela ocorre já na época das guerras imperialistas, onde o país não rompe seu caráter subordinado aos polos hegemônicos do capitalismo internacional, “de sorte que ‘o verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio” (p. 628). Por este motivo, Chasin designa o caminho particular de transição para o capitalismo no Brasil de *via colonial*, já que este particular tem suas raízes na relação do país com a acumulação primitiva da metrópole. A via colonial pesou fortemente no desenvolvimento da sociabilidade burguesa no Brasil e na relação entre as classes sociais e o poder político, razão pela qual precisamos fazer uma breve digressão sobre essa particularidade brasileira.

De acordo com Caio Prado Júnior, a era colonial termina propriamente em 1808, antes mesmo da separação oficial em 1822. A fuga dos soberanos portugueses para o Brasil tornou a colônia relativamente autônoma, com várias consequências importantes para a política e a economia local, destaque-se, por exemplo, a instituição do Banco do Brasil em outubro daquele ano³⁰. Naquele momento, a colonização ocupava apenas uma pequena parte do território brasileiro, dispersa, porém com imensos vácuos, com uma concentração maior na faixa costeira, mas nela também dispersa, com a formação de alguns núcleos, com destaque para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Essas poucas aglomerações formavam os raros núcleos urbanos da colônia, em parte estimulados pelas atividades portuárias. Também nas zonas de mineração, em menor escala, se formaram alguns núcleos urbanos. Aos fins do século XVIII, as cinco maiores cidades do país representavam 5,7% da população do país, que era estimada em aproximadamente 2.850.000 habitantes (COSTA, 1999)³¹. Essa pequena expressão dos núcleos urbanos decorre do caráter geral da produção colonial e da política a ela lhe dirigida pela metrópole. Tendo em vista que sua finalidade era o atendimento dos objetivos metropolitanos, a colônia foi organizada através de um rígido sistema de monopólios e privilégios que a limitava à importação e exportação de produtos através da metrópole. Estabeleceu-se aqui uma “[...] economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu” (SAFFIOTI, 1976, p. 140).

Com uma população de 0,3 habitantes por km², a distribuição do povoamento territorial reflete o seguinte caráter da empresa colonial no Brasil:

Os diferentes setores que o compõem têm uma atividade econômica variável [...]: as grandes lavouras tropicais, a cana-de-açúcar, o tabaco, o arroz, o anil, o algodão, ao longo do litoral; aquelas primeiras mais próximas do mar, a última um pouco mais arredada para o interior; a colheita de produtos naturais (sobretudo o cacau) no Extremo-Norte; a mineração do ouro e dos diamantes no Centro-Sul; a pecuária no sertão do Nordeste e no Extremo-Sul. Eses são em suma, desprezados os pormenores, os gêneros de vida econômica da população colonial. Um traço os aproxima e sintetiza: é o caráter geral da economia brasileira [...] e que permanece

³⁰ Segundo Simonsen (2005, p. 499), “[...] toda a administração portuguesa passou a fazer um esforço considerável no sentido de erguer o Brasil à altura de um grande império, para que continuassem, nas terras americanas, as tradições que tanto enobreciam seu passado. Essa mudança veio suprimir, portanto, muitos dos aspectos meramente coloniais que caracterizavam a economia brasileira. Sob o ponto de vista político e administrativo, criou mesmo no país organizações marcantes de uma monarquia absoluta, necessárias ao funcionamento de nação política e administrativamente independente”.

³¹ “Dados relativos aos fins do século XVIII revelam que o Rio de Janeiro, sede do vice-reinado desde 1763 e porto por onde se escoava o ouro e se importavam produtos manufaturados, possuía 50.000 habitantes, seguindo-se-lhe em importância a Bahia, com 45.500, Recife, com trinta mil, São Luís do Maranhão, com 22.000; e São Paulo, com 15.500, única aglomeração que foge à regra, situando-se no planalto, distante do mar” (COSTA, 1999, p. 234).

apesar de todas as vicissitudes e incidentes de sua evolução; e que vem a ser a exploração dos recursos naturais de um amplo território em proveito do comércio europeu. Não se chegará a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficará-se, modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos à sua população, e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 72).

Temos, portanto, como traço essencial da economia colonial a ausência de um caráter propriamente nacional. A abundância de terras e de recursos naturais foram determinantes, de um lado, na configuração do caráter agroexportador da economia brasileira, com um sistema de produção organizado a partir das demandas do mercado externo, não da população local. Essa mesma população, era mero suporte desse impulso exportador característico dessa economia de extração colonial. Assim, ausente estava uma organização econômica voltada para os interesses nacionais, pois “todas as suas atividades giram em torno deste fim precípua de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário, acessório, e serve apenas para tornar possível a realização daquele fim” (p. 72). Ou seja, os interesses nacionais, da própria população que extrai pelo seu trabalho essa riqueza exportada, ficam em segundo plano, especialmente quando se considera que nesse momento a base do trabalho era formada pelos escravos negros. Outras produções extrativas também ocorriam no Brasil ao final de seu período colonial, tais como a indústria extrativa da madeira, da pesca da baleia, do sal e salitre e da erva-mate. No começo do século XVIII, com matéria-prima abundante e um mercado local significativo, desenvolveram-se as manufaturas têxteis e do ferro. Embora inicialmente vinculadas e limitadas ao atendimento dos grandes domínios rurais locais, algumas alcançaram alguma autonomia, tornando-se manufaturas próprias e comercialmente organizadas, entretanto, a lei colonial não permitiu seu maior desenvolvimento.

Temendo por motivos políticos o desenvolvimento da indústria colonial, e alarmada também com a concorrência que iria fazer ao comércio do Reino, a metrópole manda extinguir em 1785 todas as manufaturas têxteis da colônia com exceção apenas das de panos grossos de algodão que serviam para vestimenta dos escravos ou se empregavam em sacaria. Era o golpe de morte na indústria da colônia; e isto apesar da exceção que a lei incluía, à sombra da qual se pôde manter um fio de vida precária e incerta. Quanto à indústria do ferro, não ficou ela atrás na perseguição que lhe moveu a administração colonial. Favorecia-a, em certas regiões de Minas Gerais, não só a abundância de minérios ricos e facilmente exploráveis, como o alto preço do ferro e das ferramentas, onerados como estavam por direitos elevadíssimos de entrada no país e na capitania, bem como pela dificuldade de transporte da mercadoria. Estas circunstâncias muito estimulavam a indústria, proporcionando-lhe bastante perspectivas; o consumo de ferro na mineração era avultado. E não fosse a tenaz oposição oficial, ela teria com certeza tomado importância. Mas esta foi

tremenda; o simples fato de saber fundir o metal era suficiente muitas vezes para tornar alguém suspeito de idéias extremadas e subversivas, sujeitando a vítima a toda sorte de perseguições. Temia-se a concorrência numa mercadoria que embora não fosse natural do Reino, dava grandes lucros ao seu comércio; e se temia também a sempre perigosa independência econômica da colônia, prelúdio da política (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 76-7).

A oposição oficial à industrialização, temendo especialmente as consequências políticas, entretanto não foi a razão pela qual a indústria brasileira fosse combalida na sua infância durante o período colonial. Conforme ressalva Prado Júnior (2008a), “se a situação política e administrativa do país, simples colônia de uma metrópole ciosa de seus privilégios e de vistas muito pouco largas, constitui óbice muito sério oposto ao seu desenvolvimento industrial, muito mais contribuiu para isto o regime econômico [...]” (p. 77). Ou seja, óbice marcante foi o próprio regime econômico, “os estreitos horizontes desta colônia produtora de alguns gêneros tropicais destinados precipuamente à exportação” (ibidem). Uma economia organizada “[...] na base da produção de gêneros tropicais e metais preciosos para o fornecimento do mercado internacional” (p. 82). Esse mesmo nervo central da produção se tornará o elemento essencial das atividades comerciais da colônia, cujo traço fundamental “deriva imediatamente do próprio caráter da colonização, organizada como ela está na base da produção de gêneros tropicais e metais preciosos para o fornecimento do mercado internacional” (p. 83), o monopólio comercial português também afetaria a formação de uma classe de comerciantes com interesses próprios na então colônia pré-independência. Esse caráter geral da colonização condicionou a formação social do Brasil e o seu povoamento,

[...] constituído, ao lado de uma pequena minoria de dirigentes brancos, da grande maioria de outras raças dominadas e escravizadas, índios e negros africanos, cuja função não foi outra que trabalhar e produzir açúcar, tabaco, algodão, ouro e diamantes que pediam os mercados europeus. O mesmo se deu na distribuição daquele povoamento, condensando-se exclusivamente lá onde era possível produzir aqueles gêneros e se pudessem entregá-los com mais facilidade ao comércio internacional. Na organização propriamente econômica, na sua estrutura, organização da propriedade e do trabalho, encontramos ainda, dominante, aquela influência. E finalmente, neste quadro que sumaria as correntes do comércio colonial, e com elas a natureza da nossa economia, é a mesma coisa que se verificará (p. 86).

Assim, temos por eixo das atividades coloniais a exportação dos produtos tropicais e minerais destinados, via metrópole, ao comércio internacional, produzidos a partir da exploração do trabalho escravo negro. Esse modelo de escravidão, o qual tinha finalidade comercial, e tinha que atender à dupla lucratividade na colônia e na metrópole, e, posteriormente, na economia periférica e na central, era forçosamente baseado na

superexploração da força de trabalho. Conforme observou George M. Weston (1857), nesse tipo de unidade produtiva, “é a tentação de grandes, imediatos lucros, que, mais do que qualquer outra coisa, provoca o excesso de trabalho dos escravos” (p. 133). Além disso, “é na cultura tropical, onde os lucros anuais frequentemente igualam o capital total das grandes plantações, que a vida do negro é sacrificada de maneira mais impiedosa” (p. 132). Na empresa colonial, “o escravo não apenas se constituía numa mercadoria capaz de mobilizar grandes capitais comerciais, como também se transformava num capital fixo, portanto, em meio de produção para as grandes explorações agrícolas empenhadas na acumulação de capital” (SAFFIOTI, 1976, pp. 141-2).

É em torno desse eixo que se agrupam os demais elementos da empresa colonial. Ao final do século XVIII, seus dois polos principais eram as economias do ouro e do açúcar, sendo que articulado à última estava a pecuária nordestina. Ao núcleo mineiro se articulava a pecuária que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Além disso, no norte se organizava a economia extrativista florestal no Maranhão e no Pará. Essa segunda, organizada pelos jesuítas e com base na exploração da mão-de-obra indígena, chegou a ter uma produtividade relativamente alta, mas entrou em decadência com a perseguição que sofreu do marquês de Pombal³². Já o Maranhão, beneficiado pela supressão dos jesuítas, pode desenvolver-se por base do plantio de algodão e arroz, tendo se aproveitado também da alteração do mercado mundial de produtos tropicais com a Guerra de Independência dos EUA. Esse evento, somado à Revolução Francesa e as subseqüentes guerras napoleônicas, que desarticularam o império espanhol na América, e o colapso da grande colônia açucareira do Haiti, que culminaria em sua revolução em 1791, criaram uma base para trazer uma nova etapa de prosperidade para o açúcar, além do já mencionado algodão, beneficiado pela demanda industrial da Inglaterra. “O valor total da exportação de produtos agrícolas praticamente duplica entre os anos 80 do século XVIII e o fim da era colonial, aproximando-se dos 4 milhões de libras” (FURTADO, 2007, p. 141). No entanto, tratava-se de uma prosperidade precária, fundada “[...] nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais”

³² De acordo com Simonsen (2005), em meados do século XVIII, só existiam, entre o Ceará e o Oiapoque, nove povoações de brancos, sendo três delas paupérrimas e em extremo estado de decadência. A luta dos colonos era para obtenção de escravos, que era oposta pelos missionários jesuítas, os quais, através do uso da servidão para o trabalho, controlavam cerca de 80 aldeias indígenas com relativa prosperidade, exportando cacau, cravo e baunilha. Essa relação local, somada à não sujeição dos jesuítas ao jugo pastoral de Roma, conformariam um forte sentimento de repulsa aos jesuítas. Em 1750, o futuro Marquês de Pombal assumiu as Pastas do Exterior e da Guerra do reino de Portugal, cuja política econômica forte e definida se chocava diretamente com as missões jesuíticas, a lei de liberdade dos índios, os exílios e a pressão junto à Roma levariam à abolição da Ordem em 1773 e ao estabelecimento do controle dos portugueses na região.

(ibidem), além de estar abaixo do valor exportado antes da crise do açúcar, “as exportações, que em torno de 1760 se haviam aproximado de 5 milhões de libras, pouco excederam em média, nos últimos 25 anos do século, os 3 milhões” (p. 137), logo, tratou-se de uma falsa euforia..

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, entretanto, com a nova política por ela inaugurada e a posterior emancipação política, assinalaram uma alteração e novas possibilidades para o desenvolvimento econômico da ex-colônia, mesmo que conservada a estrutura anterior que presidiu a evolução da colônia, “é, aliás, na base das contradições geradas por aquela estrutura na nova situação e ordem para ela criada, que evoluirão os acontecimentos”, através de “um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 101). Com a “abertura dos portos”, o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 e o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 1827, a Inglaterra se tornaria potência privilegiada, “[...] com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais extremamente baixas” (FURTADO, 2007, p. 143). Esses acordos e a política adotada em relação aos ingleses somariam-se a ascensão ao poder político diretamente pela classe dos grandes senhores agrícolas para se constituírem em grandes obstáculos à industrialização no Brasil. O monopólio comercial da metrópole impediu a formação de uma classe comerciante de importância na colônia, assim, a única classe com expressão era a dos grandes proprietários rurais. Esses viam Portugal como entreposto que dificultava e encarecia a exportação de sua produção, daí que se tornaram partidários das ideias de livre comércio. Assim, no projeto constituinte de 1823, onde estavam representados majoritariamente os proprietários rurais, era possível observar seu forte caráter classista, com, por um lado, a supressão de “[...] todas as restrições de ordem econômica - monopólios, privilégios etc. - estabelecendo a mais ampla liberdade econômica e profissional” (PRADO JÚNIOR, 1993, p. 56) e, por outro lado, “[...] excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos de representação nacional aos proprietários rurais” (p. 57). Os tratados com os ingleses, entretanto, sinalizaram uma aplicação unilateral dos princípios liberais, já que “[...] os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências antilhanas” (p. 145). Essa competição foi um dos fundamentos da pressão inglesa contra o tráfico de escravos e pela abolição da escravidão no Brasil, uma vez que esses viam na escravidão brasileira o principal fator que mantinha baixos os preços do açúcar.

Contradição fundamental da nação que passaria a ser livre dos entraves políticos da metrópole para se apropriar dos avanços produtivos industriais do século XIX foi a manutenção do trabalho escravo. Na escravidão repousava a base das atividades econômicas do Brasil e ela sobreviveu por mais algumas vergonhosas décadas, embora seu anacronismo com uma nação recém independente fosse evidente. José Bonifácio d'Andrada e Silva (1825)³³, então ex-ministro do Reino do Brasil, assim se manifestou sobre a incongruência entre a construção de uma nação homogênea e a manutenção do estatuto da escravidão:

He preciso que não venhão mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morrião abafados no porão de nossos navios, inais apinhados que fardos de fazenda : he preciso que cessem de huma vez todas essas mortes e martirios sem conto, com que flagellavamos e flagellamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território. He tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com hum trafico tão bárbaro e carniceiro; he tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós , para que venhamos a formar em poucas gerações (p. 7-8).

A contradição era patente, uma vez que “a população do Brasil, na primeira década do século XIX, era de cerca de três milhões de habitantes, sendo que, destes, 1,6 milhões eram escravos. Havia ainda cerca de 400 mil negros e mulatos libertos e um milhão de brancos” (THEODORO, 2008, p. 21). Além disso, ao longo do século XIX, o subgrupo populacional dos negros e mulatos libertos seria o que teve maior crescimento. Mas, apesar da pressão interna e externa, a posição escravista se reforçou após a independência, pois ascendeu ao poder a classe mais interessada na manutenção do escravismo, “os proprietários rurais que se tornam sob o Império a força política e socialmente dominadora” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 104). Segundo Werneck Sodré (1988), “a classe dos senhores estava interessada no livre comércio, mas não no trabalho livre. O trabalho escravo era um dos elementos básicos de seu sistema, pois proporcionava uma rentabilidade insubstituível” (p. 51-2). O interesse no livre comércio era fundamental porque a condição básica para o desenvolvimento econômico brasileiro na primeira metade do século XIX era expandir suas exportações, sendo que a industrialização não tinha base econômica, política e técnica para ser fomentada naquele

³³ Sobre José Bonifácio, a partir da análise de sua participação objetiva no processo de emancipação política do Brasil, conclui Emília Viotti da Costa (1999): “O caráter contraditório de seu programa, politicamente conservador mas avançado no nível econômico e social, possibilitou a sobrevivência da imagem de José Bonifácio, herói nacional, na medida em que na sociedade brasileira sobreviveram o liberalismo antidemocrático, a desconfiança em relação às soluções revolucionárias, a preferência pelas fórmulas reformistas e gradualistas, o receio à “suja e caótica democracia”, o ideal de integração nacional, e, ao mesmo tempo que o processo de modernização do país, os avanços do capitalismo vieram dar razão ao seu programa em favor do trabalho livre, da mecanização da lavoura, suas críticas ao latifúndio improdutivo, suas idéias em favor de uma Confederação Americana” (p. 129).

momento. Ainda na regência de Dom João VI, foi notável a tentativa do desenvolvimento da siderurgia no país, com investimento de fundos da Fazenda Real em favor da indústria do ferro especialmente, “[...] providenciando a vinda de técnicos e operários estrangeiros, empenhando-se com os capitalistas do país para que subscrevessem ações e tentando, efetivamente, implantar a grande indústria siderúrgica no Brasil” (LUZ, 1968, p. 38). Entretanto, a ausência de mercado, sem outras atividades que demandassem significativamente o ferro no país e a ausência de rede logística e de transportes adequada levariam ao fracasso da iniciativa.

Não é por acaso que prevaleceram, no começo do século XIX, as ideias econômicas de José da Silva Lisboa, agraciado Visconde de Cairu por Dom Pedro I em 1826. Para o nobre baiano, era absurda a tentativa de se introduzir, com auxílio de medidas de governo, no Brasil, “[...] as fábricas de imitação da Europa, para se afetar independência do comércio e indústria dos estados estrangeiros” (CAIRU, 1999, p. 105), tal expediente era:

[...] contrário à evidente economia do regedor do universo, que fez os homens essencialmente sociais, constituindo por isso a todos os povos unidos e dependentes uns dos outros pelo comércio, variando climas, produtos, localidades, e circunstâncias; a fim de sustentar-se o trabalho e a geral indústria em todas as regiões, e nas direções mais produtivas e proporcionadas às vantagens privativas de cada estado, e conseqüentemente bem se manter, e adiantar a harmonia, civilização, e perfectibilidade do gênero humano. O que Deus uniu, não devem os homens separar. (CAIRU, 1999, p. 105).

Assim, dada a regência econômica divina e a conseqüente divisão natural do trabalho entre os povos, qualquer ação do governo seria danosa e desastrosa, para Cairu (1999, p. 112) “Smith mostra, que a nação, que, sem força alguma das leis, dirige espontaneamente para a cultura das terras a sua indústria, é mais populosa e rica, se é maior a proporção dos capitais destinados à agricultura [...]”. Assim, embasado no baluarte escocês da economia política, além das próprias perspectivas postas pela economia brasileira, Cairu opunha-se à interferência estatal para o fomento da indústria, embora não fosse contra a industrialização em si, considerava que, no caso brasileiro, ela se desenvolveria a partir de atividades ligadas à vocação agrária do país. Silva Lisboa achava que era mais vantajoso adquirir os suprimentos das manufaturas estrangeiras melhores e mais baratas, já que não havia condições de se produzir no Brasil nas mesmas condições, considerando vantajosa as relações com os ingleses³⁴, as quais poderiam ser tensionadas por medidas protecionistas para o

³⁴ “Se cortássemos estas relações, e a sua franqueza, com prepóstera introdução de manufaturas menos adaptadas às nossas circunstâncias, seríamos as vítimas das nossas vaidades, ciúmes, e espírito de abarcamento; e

desenvolvimento da manufatura local. Assim, em defesa da paz e da concorrência, defendia que “o governo deixe marchar tranqüila e majestosamente a indústria na sua ordem natural, protegendo com igualdade e imparcialidade toda a sorte de empregos e industriais do campo, e cidade” (p. 113). Nesse sentido, evitando-se desnecessária rivalidade, para o Brasil, o mais conveniente eram as fábricas associadas à agricultura, comércio, navegação e artes da acomodação geral do povo, sendo que a consequência da introdução de fábricas similares às da Europa seria “[...] vermos diminuída a nossa agricultura, exportação, e navegação” (p. 72).

As ideias do Visconde de Cairu encontrariam sólida base social e econômica. De fato, a concorrência estrangeira e a ausência de mercado interno eram grandes entraves à industrialização. Além disso, como já salientamos, o país era dirigido por uma classe de grandes senhores agrícolas escravistas. Entretanto, as exportações estavam estancadas na primeira metade do século XIX³⁵, e assim, a queda na renda real gerada pela exportação do açúcar e do algodão provocariam uma sensível queda na renda real per capita. Como não havia solução por meio da industrialização e do desenvolvimento das zonas urbanas, o que contrabalanceou essa estagnação e decadência foi a gestação da economia cafeeira. Essa alternativa não modificou o caráter agroexportador da economia brasileira³⁶, mas o deu novo fôlego e tinha características distintas que alterariam sensivelmente a economia política brasileira.

O café fora introduzido no Brasil no começo do século XVIII, sendo inicialmente produzido para consumo local, assume importância comercial no final daquele século. “Já no primeiro decênio da independência, o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão” (FURTADO, 2007, p. 169). Nas duas décadas seguintes, já assumiria a primeira posição nas exportações brasileiras, representando mais de 40% do seu valor. Seu desenvolvimento ocorreu concentrado inicialmente na região montanhosa próxima da capital, onde existia relativa abundância de mão-de-obra com a desagregação da economia mineira. A empresa

sentiríamos o rápido retrocesso da nossa agricultura, comércio, e navegação com ela ligada, perdendo-se, ou muito proporcionalmente diminuindo-se, grandes ramificações de indústrias, para que aliás temos mais naturais oportunidades” (CAIRU, 1999, p. 114).

³⁵ Durante esse período, a taxa de crescimento médio anual do valor em libras das exportações brasileiras não excedeu 0,8 por cento, enquanto a população crescia a uma taxa anual de cerca de 1,3 por cento. (...) Excluído o café, o valor das exportações de 1850 é inferior ao que provavelmente foi no começo do século” (FURTADO, 2007, p. 160-1).

³⁶ “Com efeito, a era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam, e a mão-de-obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permanecia imobilizada na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos” (FURTADO, 2007, p. 168).

cafeeira também permitia o uso intensivo da mão-de-obra escrava, sendo, portanto, semelhante à açucareira. No entanto, “[...] apresenta um grau de capitalização muito mais baixo do que esta última, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra” (p. 169). Embora seu capital seja imobilizado, já que o cafezal é uma cultura permanente, não há grandes necessidades monetárias de reposição, “[...] pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local” (p. 170)³⁷. Esse capital aplicado na produção do café com fins comerciais se liga a formação de uma nova classe empresária que terá papel central na política nacional e no desenvolvimento econômico do país.

Desde a chegada da corte portuguesa, o Rio de Janeiro havia se tornado um importante centro administrativo e comercial que dinamizaria atividades para seu abastecimento. Essa atividade levou à formação de um grupo de empresários comerciais locais. “Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira” (FURTADO, 2007, p. 170-1). Esse fato tem resoluta importância por conta da diferença entre essa classe de produtores e os produtores de açúcar. Dado o monopólio comercial de grupos situados em Portugal e na Holanda, na constituição da classe dos senhores do açúcar, as fases de produção e comércio estavam separadas, com as decisões fundamentais tomadas partindo da fase comercial. Assim, a classe dos dirigentes da produção açucareira não tomaram uma consciência clara de seus próprios interesses, sem exercer sua verdadeira função econômica, deixando as tarefas diretivas a feitores e empregados, evoluindo “[...] numa classe de rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural” (p. 171). Não é por acaso que os interesses ingleses dominaram as atividades comerciais do Nordeste açucareiro no período subsequente à Independência.

No caso da vanguarda cafeeira, o processo de sua constituição foi diferente. Tratava-se de homens com experiência comercial, assim, os interesses das fases comercial e produtiva estavam entrelaçados. Esses produtores pensavam a produção numa frente ampla que envolvia: “aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica” (FURTADO, 2007, p. 171-2). De acordo com Werneck Sodré (1988, p. 60), o café, inicialmente, “apoia-se na grande propriedade e no trabalho escravo, e permanece orientado para o mercado externo, dando continuidade ao regime

³⁷ Diferentemente, “o engenho compreende numerosas construções e instalações: moenda, caldeira, casa de purgar, etc.; além de casa-grande, que é a habitação do senhor (...), a senzala dos escravos e instalações acessórias e suntuárias: oficinas, estrebarias, etc” (PRADO JÚNIOR, 2008b, 144-5).

colonial de produção sob novas condições, entre as quais convém ressaltar a do controle da esfera da circulação”. Assim, essa classe compreendia a importância de ter o governo como instrumento de ação, e a subordinação política do estado aos seus interesses alcançaria plenitude com a proclamação da República e a conquista da autonomia estadual. Uma das questões prementes para resolução dessa classe era a da mão-de-obra, a dependência do trabalho escravo tinha claros sinais de que não podia durar muito tempo.

O antiescravismo se tornava cada vez mais forte com o passar dos anos³⁸, internamente pela cisão em castas que determinava, mas também devido à pressão internacional, especialmente a partir da condenação do tráfico de escravos africanos, cuja pressão externa levaria à sua proibição legal em novembro de 1831. Entretanto, sua efetiva execução seria obra não das autoridades brasileiras, cujo governo regencial era dominado por representantes dos proprietários e senhores rurais, mas sim de responsabilidade da Inglaterra, diretamente interessada na supressão do tráfico de escravos africanos³⁹.

Apenas em 1850 seriam tomadas medidas efetivas, em lei e ação, contra o tráfico de escravos, conforme expressa a sanção da Lei Eusébio de Queiroz, uma vez que a intervenção inglesa estava colocando em cheque a própria soberania nacional. Some-se a isso o fato de que o endividamento dos proprietários rurais com traficantes de escravos fez com essa classe começasse a “[...] olhar com menos simpatia para um negócio que enriquecendo desmesuradamente seus adversários e credores, deixava-os na penumbra e na dependência de indivíduos que desprezavam” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 112). Desse modo, a repressão pode ser finalmente efetivada, e os últimos registros de desembarques clandestinos datam de 1855 e 1856. Segundo Calógeras (1966):

A 4 de setembro de 1850, a lei foi sancionada. Tudo dependia agora de execução. Sobre tal fase, nada mais eloqüente do que os números: em 1850, caíram as importações a 23 000 africanos, cêrca de dois terços dos algarismos de 18431849;

³⁸ Antes do fortalecimento do movimento antiescravista e abolicionista liberal que mobilizou intelectuais, militares e a classe média, a quilombagem foi “[...] o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional” (MOURA, 1992, p. 22). A quilombagem tem como epicentro o quilombo, mas nela podem ser englobadas outras manifestações de resistências dos negros em condição de escravos. “Era no quilombo ou nas demais manifestações da quilombagem que essa população marginalizada se recompunha socialmente. Por tudo isso, a quilombagem tem uma dimensão nacional. Articula-se nacionalmente, desde os primórdios da escravidão, atravessa todo o sistema escravista, desarticulando-o constantemente, e assume, muitas vezes, o aspecto ameaçador para a classe senhorial, como no caso da República de Palmares” (p. 25).

³⁹ Nesse momento os traficantes executavam as maiores barbaridades quando eram pegos: “[...] a repressão, apesar do direito de visita em alto mar, lutava com uma grande dificuldade: é que os navios negreiros, quando se viam acossados pelo inimigo e não lhe podiam escapar, lançavam ao mar sua carga humana, destruindo assim o corpo de delito comprometedor, e inocentando-se com isto perante os tribunais internacionais que os deviam julgar” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 109).

em 1851, 3 278 apenas; em 1852, somente 700. Ainda se fizeram duas tentativas até 1856, mas os negros foram quase todos capturados e libertos; eram ao todo 512 (pp. 211-2).

A escravidão ainda persistiria por mais algumas décadas, apesar de já fadada ao seu fim, mas ainda teve seus ajustes para sobreviver até o final do século⁴⁰. A ausência de uma solução para a questão da mão-de-obra era o elemento chave da sua forçada extensão no tempo. Havia-se formado no Império a opinião de que a mão-de-obra livre disponível, aquela ligada à agricultura de subsistência e nos centros urbanos, não servia para o trabalho na grande lavoura. No primeiro caso, a razão eram os vínculos sociais estabelecidos, uma vez que a roça estava geralmente vinculada a um grande proprietário de terras, em uma relação em que diferentes trocas e formas de dependência eram estabelecidas. No caso das zonas urbanas, sua população livre tinha dificuldades para se adaptar à disciplina do trabalho agrícola e às diferentes condições de vida na fazenda⁴¹. Além disso, a base laboral nessas áreas urbanas era o trabalho escravo, com trabalho de livres e libertos em segundo plano. “Os cativos, ao menos até a primeira metade do século, constituíam a base da atividade econômica, produzindo bens e serviços, trabalhando na limpeza e conservação das vias públicas, no transporte, entre outros” (THEODORO, 2008, p. 20). Com o fim do tráfico de escravos e o conseqüentemente aumento do preço dos escravos, essa alternativa também era muito dispendiosa à empresa cafeeira.

O fomento à imigração europeia surgiu como uma alternativa à questão da mão-de-obra. O Império já fomentava a instalação de colonos europeus desde a Independência, de modo irregular e sem fundamento econômico, baseando-se no mito da superioridade de algumas raças europeias. A Decisão de Governo nº 80, de 31 de março de 1824, que versava sobre o estabelecimento de uma colônia de alemães na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, era clara sobre esse sentido da imigração europeia: “Esperando-se brevemente nesta Côrte uma Colonia de Allemães, a qual não pôde deixar de ser reconhecida utilidade para este Imperio, *pela superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa*, tanto nas artes como na agricultura” (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1886b, p. 53, destaque nosso). Não por

⁴⁰ “O movimento abolicionista passou para a ordem do dia até 1888, quando será finalmente derogada a escravidão entre nós. Inicia-se, com a extinção do tráfico, uma nova etapa na luta sustentada pelos abolicionistas em várias frentes, tendo de enfrentar ainda um período de árduas lutas” (MOURA, 1981, p. 41).

⁴¹ “Durante a primeira metade do século XIX, a força de trabalho nos núcleos urbanos consistia, em sua maioria, de trabalhadores escravos. Entretanto, havia os trabalhadores chamados livres e/ou libertos, geralmente negros e mulatos que exerciam serviços de toda natureza, notadamente aqueles de alguma especialização. Esse segundo grupo vai ganhar corpo, gradativamente, no decorrer daquele século. Um terceiro agrupamento importante era o dos migrantes, que, no caso do Rio de Janeiro, eram, sobretudo, de nacionalidade portuguesa” (THEODORO, 2008, p. 18).

acaso, na Decisão n. 152, de 20 de julho de 1824, foram reservadas aos colonos as matas da borda do mar e dos rios navegáveis. Na ausência desses elementos, tentava-se estabelecer subsídios para a manutenção dos colonos, como exemplifica o Decreto de 20 abril de 1824, que concedia, por dois anos, subsídios aos colonos alemães estabelecidos em Nova Friburgo⁴². Entretanto, apesar desses incentivos, a ausência de um mercado para os excedentes de produção penalizava as colônias, as quais logo regrediam a um sistema econômico de subsistência.

A constatação dos alemães que visitavam o país das precárias condições de vida dos colonos levou à proibição da emigração alemã para o Brasil em 1859. Dado o caráter precário da imigração incentivada pelo governo imperial, coube aos próprios fazendeiros de café buscar a sua solução, utilizando-se dessa mesma instituição. Destaque-se a iniciativa do senador Vergueiro, o qual decidiu contratar camponeses alemães diretamente para a sua fazenda em Limeira, utilizando o método em que o imigrante vendia seu trabalho futuro e contraía as dívidas de seu transporte e estabelecimento, o que levava a uma servidão temporária⁴³. No caso brasileiro, o governo cobria a principal parte desse financiamento, que eram as passagens da família. “O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens” (FURTADO, 2007, p. 185). Houve reação internacional a essa prática brasileira e a acusação de que se praticava uma escravidão disfarçada dos imigrantes europeus. Para essa solução foi tentado o sistema de parceria, onde o colono e o grande proprietário dividia os riscos, essa situação desigual logo fracassou. A partir dos anos 1860, “[...] introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida a parte principal de sua renda” (p. 186). Mas a solução veio definitivamente na década de 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos custos imigrantes que vinham para trabalhar nas lavouras de café e os trabalhadores passaram a ser fixados nas fazendas como simples assalariados, “isto é, a sua remuneração deixará de

⁴² “[...] considerando que, em quanto se lhes não distribuem terras para cultivarem, e se lhes não proporcionam outros meios indispensáveis de poderem empregar-se allí vantajosamente, convem liberalisar-lhes o mesmo subsídio que se concedeu aos Suissos quando foram tambem estabelecer-se em dita villa de Nova Friburgo, dando-se-lhes por cabeça, no primeiro anno, a quantia de 160 rs. diarios, e no segundo a de 80 rs. tambem diarios” (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1886a, p. 31).

⁴³ “Introduziu ele na sua fazenda de Ibicaba, entre 1847 e 1857, 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas. O exemplo foi imitado por muitos outros lavradores de café da província de S. Paulo, e em menor escala noutros lugares. Os resultados do sistema foram, a princípio bons, e São Paulo chegou a contar cerca de 70 destas colônias. Mas aos poucos foram-se evidenciando seus inconvenientes. Os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embarçar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país onde se engajavam, eram geralmente redigidos em proveito exclusivo do empregador e não raro com acentuada má-fé” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 187).

ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 189). Nessas condições, a imigração de europeus aumentou sensivelmente⁴⁴, especialmente favorecida pelos eventos que ocorriam na Europa na segunda metade do século XIX, em destaque, a unificação italiana.

Essa solução não era unanimidade, como exemplifica o abolicionismo liberal limitado e prático do Visconde de Mauá, o qual, em 1878, dizia sempre ter ambicionado ver o país livre do elemento escravo da sua organização social, mas considerava que a lei do ventre livre acabava “com a escravidão em prazo *curtíssimo*”, o que poderia levar a grande lavoura à ruína por deixá-la “à míngua de braços” (MAUÁ, 1998, p. 202). Este considerava que os imigrantes europeus vinham com a intenção de “[...] serem eles mesmos *produtores* para si” (p. 203), assim não poderiam ocupar as vagas necessárias na grande lavoura, que, para ele, já estava em decadência. Para Irineu, era necessário “[...] *lançar uma ponte* que nos permita atravessar do trabalho *escravo* para o trabalho livre sem fazer estremecer até os seus fundamentos os elementos de produção *que existem*, até que os outros, que se *criam*, possam dar fruto” (ibidem). Clamando pela intervenção estatal, como todo liberal não teórico, Mauá defendia a transição por meio do “trabalho coolie”, que consistia na contratação de trabalhos asiáticos para trabalhar nas lavouras em regime semi-servil.

Oxalá que para o Brasil viessem uns 100.000 por ano, durante *dez anos*, desses *coolies*, pois a crise do *trabalho se acharia dominada*, embora tivéssemos de pagar as passagens de retorno aos que não fossem bons, pois jamais me passou pela mente *colonizar* o Brasil com essa raça, porém, sim,, desviar com esses braços uma crise que me preocupa há muitos anos, e com mais força depois de votada a lei de 28 de setembro de 1872 (MAUÁ, 1998, pp. 210-1).

Essa solução da questão da mão-de-obra através do emprego dos coolies era objetado pela questão racial, como o próprio Mauá deixa implícito na sua argumentação. A repulsa à “raça” dos asiáticos comparece na argumentação do destacado abolicionista Joaquim Nabuco, em 1883, que, argumentando contra os escravistas, apresentava o ideal dos abolicionistas de:

[...] um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nos sas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chi ne sa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de

⁴⁴ A corrente imigratória foi fundamental para a expansão da produção do café no estado de São Paulo. “O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobe de 13 mil, nos anos 1870, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total no último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália” (FURTADO, 2007, p. 188).

alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul (NABUCO, 2003, p. 205).

Mas não foi somente a questão da mão-de-obra e o debate racial que foram suscitados, o fim do tráfico de escravos liberou massivas quantidades de dinheiro para investimento, uma vez que essa atividade era responsável por um valor equivalente ao total das demais mercadorias importadas pelo país. Assim, esses capitais passam a ser investidos em outros setores, com novas iniciativas comerciais, financeiras e industriais que passam a se suceder em um nível até então desconhecido pelo recém-independente Reino⁴⁵. Como efeito reverso, o país terá então suas primeiras turbulências econômicas, especialmente as crises de 1857, 1864 e 1873, que se manifestaram em crises financeiras. Outro fator também estimulado pelo fim do tráfico foi o desentrelaçamento das relações políticas econômicas do Brasil com a Inglaterra, que haviam declinado nos anteriores.

Na segunda metade do século XIX, o país viveu o deslocamento da primazia econômica do Norte para o Centro-Sul, com a decadência das lavouras tradicionais da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco e a ascensão do café, que figurará como a grande estrela da economia brasileira, dando origem “[...] à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 123). Temos, assim, o fortalecimento político dessa aristocracia do café e da importância de São Paulo no cenário nacional, a lavoura cafeeira foi determinante no cenário político e social brasileiro, pelo menos até 1930.

Com a expansão da produção cafeeira, e a redução cada vez maior do número de escravos disponíveis com o fim do tráfico, a classe dos grandes senhores de terra tentou empregar o regime de parceria e o trabalho livre como alternativas combinadas com tentativas de promover o crescimento da escravatura existente, com leis de proteção à saúde dos escravos e incentivo aos casamentos. Medidas insuficientes e precárias, que tentavam manter algo cada vez mais anacrônico, especialmente quando do início da indústria manufatureira no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2008a). Segundo Moura (1981), “o incremento das atividades industriais nas últimas décadas que precedem à Abolição iria formar uma classe operária que embora pequena, tomou imediatamente a posição contra o escravismo” (p. 46). De acordo

⁴⁵ De acordo com Kovarick (1994), “o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tomou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando, ao mesmo tempo, vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando, sem maiores problemas, a reprodução do estoque de cativos na Colônia” (p. 22). Como consequência da liberação desse capital, Werneck Sodré (1988) destaca que “as primeiras linhas telegráficas datam de 1852; a primeira linha ferroviária foi inaugurada em 1854. Estende-se a rede bancária e a circulação monetária; existe um grande e visível conjunto de atividades” (p. 65-6).

com Theodoro (2008, p. 17), “a participação da mão-de-obra escrava nos empreendimentos industriais, assim como nos serviços urbanos, fora majoritária, pelo menos até 1850”, quando a mão-de-obra estrangeira passa a ganhar mais importância, dado que o aumento substancial do preço do cativo com o fim do tráfico tornava inviável seu emprego na manufatura.

Além desses fatos, some-se o fato da Guerra do Paraguai ter colocado em primeiro plano o problema de uma população em que quase 20% dos habitantes eram escravos, sendo que tiveram colaboração fundamental nesse evento. Esses elementos levaram a uma polarização entre conservadores e reformistas no país que ainda não havia sido presenciada no plano político, cujas disputas sobre a abolição acirravam-se, com avanços e retrocessos na disputa, como o que foi a Lei do Ventre Livre de 1871:

É a eterna ilusão (quando não má-fé) dos reformistas de todos os tempos. Uma reforma qualquer, quando não é compreendida como simples etapa, mero passo preliminar para ulteriores reformas mais amplas e completas, torna-se em força de reação. E foi o que efetivamente se deu no caso que analisamos. A lei de 28 de setembro nada produzirá de concreto, e servirá apenas para atenuar a intensidade da pressão emancipacionista. Ela estabeleceu para os filhos de escravos, até a sua maioria, um regime de tutela exercida pelo proprietário dos pais. Ele teria obrigação de sustentá-los, mas podia utilizar-se de seus serviços. De modo que continuaram escravos de fato, o mesmo que os pais. Calcula-se que por este processo a escravidão ainda levaria de cinquenta a sessenta anos para desaparecer no Brasil. No pé em que se encontravam as coisas, isto constituía na realidade uma vitória da reação escravista. Com relação às outras medidas previstas pela lei (como o fundo de emancipação para resgate dos escravos existentes), elas permaneceram praticamente letra morta; os governos que se sucedem depois de 1871, todos eles do mesmo espírito e orientação política, nada realizaram de efetivo e concreto (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 132).

A situação apenas ganharia contornos de sua efetiva solução nos anos 1880, quando da radicalização e ampliação dos movimentos organizados abolicionistas, onde papel fundamental foram as agitações dos próprios escravos. Tal percurso foi marcado por duras disputas, e até mesmo o golpe abrandador de 1871 teve uma nova versão em 1885 com a Lei dos Sexagenários, mas dessa vez não houve arrefecimento, afinal,

[...] o trabalho escravo estava em decomposição: os escravos na sua maioria já estavam convencidos de sua situação de explorados e, em maior ou menor grau, desobedeciam às ordens dos seus senhores formando quistos que não eram mais circunscritos aos quilombos mas se manifestavam dentro das próprias senzalas. Mesmo dentro do baixo nível de produtividade médio, a faina dos escravos não tinha mais aquela rentabilidade dos primeiros tempos, já pela tomada de consciência dos mesmos da sua situação de oprimidos, o que os levava a posição de revolta e oposição aos senhores, já por questões econômicas que escapavam ao seu controle e conhecimento, bem como dos senhores de engenho e fazendas (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 46-7).

Os escravos seguiram abandonando as fazendas e os militares já se recusavam a capturá-los. “Autoridades negavam-se, muitas vezes, a receber na cadeia escravos fugitivos, tendo o Clube Militar, que no momento contava com elementos democráticos na sua diretoria, respondido ao Trono em 25 de outubro de 1887 salientando a repugnância do grande número de seus associados em servir de capitão-do-mato” (p. 47). A agitação popular também aumentou nas ruas, o caminho da abolição era irreversível, e, finalmente, hipertadiamente, em 13 de maio de 1888 encerrava-se oficialmente a escravidão no Brasil. Clóvis Moura (1981) sumariza então como causas externas para a abolição no Brasil a pressão política e militar inglesa, a concorrência com o açúcar das Antilhas, a política emigratória na Europa, a necessidade das nações capitalistas de criar um mercado consumidor interno na África e a necessidade dos manufatureiros ingleses de ampliar o mercado consumidor brasileiro. Como causas internas pesaram a proibição do tráfico de escravos, as lutas dos próprios escravos, queda da produção e decadência da área açucareira nordestina, aparecimento das primeiras manufaturas industriais, rentabilidade inferior do trabalho escravo em relação assalariado, o surto do café, chegada dos imigrantes estrangeiros para trabalhos agrícolas e a campanha abolicionista com participação de intelectuais e da classe média. Apesar da vitória histórica que o 13 de maio representou nos dois artigos arrancados do então decadente Império, não houve qualquer assistência ou garantias para os ex-escravos:

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2008, p. 28).

Apesar do fato do negro ter sido responsável, durante séculos, pela maior parte da riqueza produzida no país, além de ter participado, como negro escravo ou livre, de importantes lutas na colônia ou no Império⁴⁶, a exploração e discriminação racial seguiram fortes após a abolição, segundo Moura (1992), “o negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade” (p. 62). A ciência do destino das

⁴⁶ Sobre o papel do negro nas lutas ocorridas no Brasil, escreveu Clóvis Moura (1992): “Nas lutas pela expulsão dos holandeses, nas lutas pela Independência e a sua consolidação, na Revolução Farroupilha, nos movimentos radicais da plebe rebelde, como a Cabanagem, no Pará, no Movimento Cabano, em Alagoas, ele esteve presente. Também na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, para lembrarmos mais alguns, sua presença é incontestável como elemento majoritário ou como participante menor” (p. 39).

massas de negros livres e libertos é fundamental para o entendimento das classes sociais no Brasil, pois trata-se da constituição do mercado de trabalho livre a partir de uma base econômica que teve como forma dominante de trabalho a mão de obra escrava até fins do século XIX. A alteração do modo fundamental de exploração do trabalho, do escravismo para o salariedade, também representou um momento necessário na constituição do capitalismo no país, assentando a base de regulação social do trabalho necessária à industrialização, embora ainda incipiente naquele momento.

A segunda metade do século XIX também foi marcada por uma aceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira e aumento do nível de renda. O café seria a grande locomotiva desse crescimento, alterando as relações econômicas e a geografia brasileira. Com a decadência das lavouras tradicionais da cana-de-açúcar, do algodão e do tabaco, assumirá a primazia econômica do país o Centro-Sul. A exportação de café que foi de 3.178 sacas de 60kg no decênio de 1821-30, chegaria a 27.339 no decênio de 1851-60 e a 51.631 sacas no último decênio do Império (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 160). Inicialmente concentrada nas montanhas que circundam a cidade do Rio de Janeiro, a produção cafeeira se estenderia para a serra próxima do litoral, para, depois, expandir na região do vale do Paraíba, que se tornaria um grande condensador de lavouras e de população, especialmente no terceiro quartel do século XIX. Entretanto, dado o modo de exploração descuidado e extensivo, que já provocara danos irreversíveis semelhantes na produção da cana-de-açúcar, as reservas naturais logo se esgotariam. Some-se a isso a erosão do solo estimulada pelo método inadequado de plantio em terrenos de fortes declives. O centro da produção do café se deslocaria para o oeste da província de São Paulo, com centro em Campinas, e dali se estendendo para o norte até Ribeirão Preto. Com o relevo mais unido, as culturas de café se estendiam em largas superfícies uniformes de plantações ininterruptas, resultando uma maior concentração de riqueza e densidade econômica mais elevada. O deslocamento para o oeste das lavouras cafeeiras provocará um importante efeito na economia e política brasileira, com o Rio de Janeiro perdendo o posto de grande empório do comércio do café para a capital da província de São Paulo, a qual situava-se como pólo entre a produção no oeste paulista e o porto de Santos. Outro elemento importante na constituição das classes sociais brasileiras, foi o fato de que o café, na larga escala produzida, exigia maior inversão de capitais, a planta começa a produzir apenas após 4 ou 5 anos de crescimento e é uma cultura permanente, passando por todas as estações do ano. Assim, o espaço para o pequeno proprietário de terras era muito pequeno.

A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. A frase famosa, "o Brasil é o café", pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada, correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 167).

Esse desenvolvimento da lavoura cafeeira foi um fator de reajuste forte na vida econômica brasileira.

Comparando os valores médios correspondentes aos anos noventa com os relativos ao decênio dos quarenta, depreende-se que o quantum das exportações brasileiras aumentou 214 por cento. Esse aumento do volume físico da exportação foi acompanhado de uma elevação nos preços médios dos produtos exportados de aproximadamente 46 por cento. Por outro lado, observa-se uma redução de cerca de 8 por cento no índice de preços dos produtos importados, sendo, portanto, de 58 por cento a melhora na relação de preços do intercâmbio externo. Um aumento de 214 por cento do quantum das exportações, acompanhado de uma melhora de 58 por cento na relação de preços do intercâmbio, significa um incremento de 396 por cento na renda real gerada pelo setor exportador (FURTADO, 2007, p. 206).

A economia brasileira quintuplicou em quase 50 anos, e as crescentes exportações levaram à restauração da balança comercial após a estagnação durante a primeira metade do século XIX. “A partir de 1860, o comércio exterior começa a se saldar invariavelmente com superávits crescentes” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 168), e isso mesmo com o aumento do volume de importações, o que se materializou numa ascensão do padrão de vida da população de certas classes e regiões do país. Também fora induzida a construção de “[...] estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas, etc” (ibidem). Mas apesar de tudo, tal desenvolvimento reforçava a estrutura tradicional da economia brasileira, “voltada inteiramente para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação” (ibidem), o que reforçou o papel socioeconômico da grande propriedade monocultural com produção baseada na exploração do trabalho escravo. Outro porém desse boom econômico é o que ocorre no nordeste brasileiro no mesmo período, os preços do algodão subiram apenas 32 por cento e os do açúcar caíram 11%, abaixo do índice geral das exportações, sendo que o volume exportado também aumentou menos que a média nacional, “sendo o açúcar e o algodão os dois únicos artigos de significação na exportação nordestina, depreende-se

claramente que o desenvolvimento da segunda metade do século XIX não se estendeu a todo o território do país” (FURTADO, 2007, p. 207).

Outra região com diferenciado desenvolvimento no mesmo período foi a das províncias do sul do país, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte do sul da província de Mato Grosso. A economia de subsistência lá desenvolvida a partir dos colonos organizados em pequenas propriedades encontrou um mercado interno, beneficiando-se indiretamente com as exportações, o que permitiu a alguns setores dessa economia expandir a faixa monetária de suas atividades produtivas. “Na região paranaense, por exemplo, a grande expansão da produção de erva-mate para exportação trouxe um duplo benefício à economia de subsistência, em grande parte constituída de populações transplantadas da Europa no quadro de planos nacionais e provinciais da imigração subsidiada” (FURTADO, 2007, p. 209). O mercado interno também estimulou o setor pecuário, especialmente no Rio Grande do Sul. Celso Furtado ainda destaca o desenvolvimento diferenciado que tiveram a Bahia e a Amazônia, com aumento significativo das exportações, em volume e preço, do cacau e da borracha.

Outro fator que concorreu para a alteração da situação econômica brasileira foi o aumento dos volumes de inversões inglesas no país, especialmente na forma de empréstimos públicos, que chegariam a cerca de 60 milhões de libras ao final do Império⁴⁷. Com esse capital inglês foram construídas estradas de ferro, montadas indústrias e aparelhados portos marítimos, além de, momentaneamente, ter sido reforçado o equilíbrio financeiro do país. Além disso, o já mencionado alívio provocado pela proibição de escravos, o qual reduziu quase à metade o valor das importações naquele momento. A Tarifa Alves Branco de 1844 também veio a compor essa série de determinações, influenciando sobre a balança comercial e impactando as finanças públicas. Embora o déficit orçamentário tenha persistido, as rendas públicas cresceram e permitiram a ampliação das possibilidades e realizações através do tesouro público. Além disso, as tarifas alfandegárias serviram de amparo às iniciativas produtivas no país⁴⁸, manufaturas de maior vulto começam a surgir a partir de 1860 além de ampliação do setor comercial, de transporte e financeiro⁴⁹.

⁴⁷ “Durante o Império, o nosso governo foi grande cliente da City de Londres, ali representado pelo Banco dos Rothschild. Entre 1825 e 1889, o Brasil levantou 17 empréstimos, dos quais apenas dois se destinaram a investimentos (em estradas) e dois tiveram motivação política imediata: o reconhecimento da nossa independência e o financiamento da Guerra do Paraguai. Dos restantes, nada menos que 10 se destinaram à liquidação de dívidas anteriores” (SINGER, 1974, p. 565).

⁴⁸ “A nossa política tarifária refletia bem a mentalidade predominante do século XIX. De fato, o regime tarifário, praticamente livre-cambista até 1844, oscilou entre as influências liberalistas e as ideias protecionistas até 1888,

O Brasil começa a experimentar de modo mais concreto o desenvolvimento de sua base capitalista, com o estímulo das atividades industriais e financeiras, ainda que fortemente vinculadas à expansão das lavouras de café. A Guerra do Paraguai retardou esse processo, o endividamento e alto custo humano de um conflito que não restou vantagem significativa ao país comprometeu as finanças do Império, e o estabelecimento de um sistema monetário sólido e estável foi adiado. Mas as atividades se dinamizaram no final do século, a concentração de capitais se desenvolvia, o trabalho assalariado em ascensão permitia a mobilidade do capital antes fixado nos cativos, os produtores podiam aplicar seus lucros em elementos diversos da remuneração da força de trabalho. “A multiplicação dos bancos, das empresas financeiras em geral, das companhias de seguros, dos negócios de bolsa, permitem captar e mobilizar em escala que se vai fazendo significativa, as fontes da acumulação capitalista” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 195). O Estado terá papel fundamental nessa acumulação incipiente ao estimular as iniciativas industriais. Em colaboração com o capital estrangeiro, especialmente inglês, serão construídas estradas de ferro, realizado o aparelhamento portuário, obras urbanas, desenvolvimento da rede telegráfica e algumas estradas de rodagem, projetos de porte ainda inacessíveis aos limites do capital privado brasileiro. O consumo interno também se desenvolve, conforme vimos no estímulo à agricultura de subsistência, por conta, em parte, da ampliação do trabalho assalariado, “Crescendo a massa de salários pagos, aumentaria automaticamente a procura de artigos de consumo” (FURTADO, 2007, p. 219), e “a massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno” (p. 220).

Ao final do Império, o país contava com certo progresso industrial, destacando-se as manufaturas têxteis, localizadas de acordo com a densidade demográfica e localização das fontes de matéria-prima. Na sociedade ainda escravista, uma parte da sociedade, que não era senhor ou escravo, era marginalizada, condenada a sobreviver sem ocupação fixa e de maneira irregular. Essa população de desajustados ao organismo social do escravismo será fonte de mão-de-obra barata para indústria, sendo a base do nascente proletariado brasileiro. Entretanto, a ausência de um mercado amplo para a manufatura brasileira tornaria bem difícil o seu desenvolvimento. A base econômica ainda era centrada na produção agrícola, e o

quando passou a ser protecionista, mais com o intuito de proporcionar rendas ao tesouro público, do que, propriamente, de fomentar a criação de indústrias” (SIMONSEN, 1973, p. 11).

⁴⁹ “No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, e finalmente 8 estradas de ferro” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 192).

desenvolvimento das demais atividades econômicas estava diretamente ligado ao sucesso e expansão das exportações.

O crédito brasileiro no exterior tinha se tornado sólido e, especialmente por meio de empréstimos públicos, aumentavam-se as inversões estrangeiras no país. “Este afluxo constante de capitais vindos de fora, garantia o equilíbrio do balanço de contas exteriores e das finanças públicas que sem ele, e mesmo com todos os progressos do país, não se teria podido manter” (PRADO JÚNIOR, 2008a p. 200). Entretanto, boa parte desses empréstimos eram destinados a saldar dívidas vencidas, o que tornava esse processo de equilíbrio condenado a um acerto de contas doloroso no futuro. O Império não tinha, nem poderia ter, uma política monetária definida, naquele momento, “as oscilações do volume do meio circulante independiam quase inteiramente do estado dos negócios, e eram função apenas da situação das finanças públicas. São os déficits do Tesouro que regulam o montante da moeda emitida” (ibidem). Apesar dessas emissões sem fundamento econômico sólido, a expansão da economia naquele momento absorvia essas emissões e evitava a inflação papalista. Mas essa política monetária orientada pelo acaso resultou numa instabilidade financeira permanente, com o ocorrência de violentas oscilações da moeda no câmbio exterior e no seu poder aquisitivo interno.

Assim, sob o Império, não gozou o Brasil de estabilidade e segurança financeira. Para Caio Prado Júnior (2008a, p. 201), “não há dúvida de que tal instabilidade é o principal responsável pela falta de consolidação da vida econômica e social brasileira e pela feição caótica que toma a evolução da nossa economia”. As atividades tomavam quase sempre um caráter especulativo e as fortunas privadas eram instáveis, o que dificultou as acumulações privadas. Segundo Furtado (2007), um dos problemas enfrentados pelo país era impossibilidade de adaptação ao padrão-ouro, que era a base da economia internacional naquele período. A regra desse sistema monetária exigia na disposição de reserva metálica suficiente para cobrir déficits na sua balança de pagamentos, entretanto, o fato do Brasil ter sua economia especializada na exportação de produtos primários e contar com um elevado coeficiente de importação tornava inviável a manutenção dessa reserva metálica imobilizada, especialmente com a ampliação do trabalho assalariado e o aumento da demanda monetária. Além disso, a economia majoritariamente agrícola e voltada para o exterior era extremamente depende do mercado externo e das flutuações de preços dos gêneros primários que produzia. Essa questão da impossibilidade do sistema do padrão-ouro no Brasil imperial será detalhada oportunamente na terceira parte do presente trabalho, já que nosso foco no momento é avaliar

condições históricas, sociais e econômicas que determinaram a divisão e as relações entre classes sociais na particularidade brasileira.

Entre a Independência e o fim do Império, o Brasil passou por importantes transformações sociais e econômicas, destacando-se, sem dúvida, o fim do regime escravocrata como o elemento mais marcante dessas mudanças. Além disso, vimos a alteração demográfica e geográfica que ocorreu com a alteração do centro econômico, com a primazia do centro-sul do país ao final do Império. Entretanto, essas alterações não foram feitas sem o reforço do elemento fundamental pelo qual se constituiu o domínio colonial. A locomotiva das transformações foi a grande lavoura cafeeira, reforçando o caráter particular da economia brasileira: exportação de gêneros primários para os grandes centros econômicos, tendo por base produtiva a grande propriedade rural monocultural⁵⁰. O caráter exportador de gêneros primários também pode ser observado no ciclo da borracha no Amazonas, que duraria até meados da República Velha. Assim, se durante o final do período colonial e início do período imperial, a hegemonia político-econômica foi exercida pela classe dos grandes proprietários rurais nordestinos ligados ao açúcar e ao algodão, os quais, como vimos, estavam situados numa estrutura em que as fases produtiva e comercial estavam desconectadas, o que impedia uma consciência clara dos seus interesses, a partir da segunda metade do século XIX, com o fim do monopólio comercial metropolitano, ganha cada vez mais poder social a classe dos senhores do café, inicialmente concentrados no Rio de Janeiro e Vale do Paraíba e, posteriormente, no Oeste Paulista, essa classe ruralista domina as fases comercial e produtiva, tendo uma consciência mais clara de seus interesses, valendo-se, assim, do poder estatal para favorecer seus interesses privados. Assim, terão papel fundamental na instauração da república, já que esta, com seu federalismo, permitiu uma maior organicidade destes com o poder político.

Ao mesmo tempo, vimos que durante a segunda metade do século XIX, desagregou-se o escravismo, jogando à margem da sociedade a maioria dos ex-escravos, os quais foram empurrados à informalidade e ao lumpemproletariado. Começou a se formar, ainda durante essa fase final do império, o operariado brasileiro, inicialmente baseado em parte da população marginalizada pelo sistema escravocrata e, posteriormente, reforçado pelos imigrantes de origem europeia, especialmente italiana.

⁵⁰ “[...] nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras” (PRADO JÚNIOR, 2008b, p. 30).

Essa transformação do mercado de trabalho ainda não se daria de maneira consequente como ocorreria a partir do primeiro decênio do século XX, mas ainda estaria configurada num dos traços da via colonial, que são os vários começos, as tentativas e surtos interrompidos do processo industrializador brasileiro (CHASIN, 1978). Os maiores contingentes da força de trabalho brasileira ainda estavam concentrados na agricultura, com uma fundamental divisão sexual do trabalho que marca a classe trabalhadora brasileira até os dias de hoje. De acordo com censo de 1872, “[...] as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação, sendo que 33% desse total de mulheres se ocupavam do setor de serviços domésticos. Da totalidade da população empregada nesse setor, as mulheres representavam nada menos que 81,2%” (SAFFIOTI, 1976, p. 238). O traço marcante da via colonial, que é a geração de lucros suficientes para a metrópole e para os produtores locais, o que sempre estimulou uma superexploração da força de trabalho, fato, que como vimos, levou a minar o sistema de parceria e levou o escravismo a ser mantido ao mais tardar possível, era também intensificado pelo caráter patriarcal da sociedade brasileira, a questão do sexo da força de trabalho influiria diretamente no grau de exploração e remuneração, assim como nos tipos de atividades consideradas “típicas” para cada sexo. De fato, ainda em 1872:

Do total de homens ocupados, 68% se dedicavam à agricultura e lavradores e criadores (inclusive jornaleiros) perfaziam 81,2% da população masculina trabalhadora. Das mulheres ocupadas, 35% estavam empregadas na agricultura, 33% nos serviços domésticos, 20% como costureiras, 5,3% nas indústrias de tecidos e 6,7% em outras atividades (SAFFIOTI, 1976, p. 238).

Nesse momento, a indústria têxtil era a mais representativa no setor das indústrias de transformação⁵¹, o que fazia com que “[...] o contingente ocupado nas atividades secundárias era constituído, em sua maior parte, de mulheres” (SAFFIOTI, 1976, p. 239). De fato, a forma particular do emprego da força de trabalho feminino na sociedade brasileira concretiza uma determinação do capitalismo à sua particular maneira:

⁵¹ “Em 1866, a indústria têxtil atingia maior desenvolvimento, com a existência de 9 fábricas com 14.875 fusos, 385 teares mecânicos, em que trabalhavam 768 operários produzindo 125.000 quilos de fio e 3.944.600 metros de panos [...]. Em 1881 já se elevava a 44 o número de estabelecimentos fabris de tecidos no Brasil [...]. Nessas fábricas, existiam 62.528 fusos, 1.994 teares, usando mais de 2.000 HP e empregando para mais de 3.000 operários” (SIMONSEN, 1973, p. 15). Ao final do Império, “dos capitais envolvidos na indústria, 60% estavam no setor têxtil, 15% no da alimentação; 10% no de produtos químicos e análogos; 4% na indústria de madeiras; 3,5% na de vestuários e objetos de tocador, e 3% na metalurgia” (p. 16). De acordo com Luz (1978), dentre várias circunstâncias que favoreceram o desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil na segunda metade da década de 1860, estão a guerra do Paraguai e a guerra civil nos EUA.

Nos limites estruturais do capitalismo, a força de trabalho feminina representa, pois, dadas as condições de sua maior espoliação no sistema produtivo dominante e sua grande vinculação com as formas não dominantes e já superadas de produção de bens e serviços, as forças do passado histórico das sociedades que, redefinidas e reexploradas, operam como fatores construtivos da nova estrutura econômica (SAFFIOTI, 1976, p. 236).

Essa redefinição e reexploração capitalista do patriarcado e da marginalização do trabalho feminino marcarão fortemente a entificação do capitalismo pela via colonial, sendo essa determinação favorecida pela constituição de um mercado de trabalho marcado pelo desemprego, subemprego e superexploração da força de trabalho.

Outro característica do Império foi a exclusão das massas populares das decisões políticas, além do caráter conciliado dos eventos marcantes que circunscreveram essa era política do país. O sete de setembro, a abolição e a proclamação da república se deram sem a participação popular, trataram-se de alterações e mudanças de posição acordadas no seio das classes dominantes do país. De fato,

A mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. O povo, no dizer de um dos fundadores da República, assistira "bestializado" ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 208).

Entretanto, a mudança do regime político não foi estéril, as fórmulas políticas e gastas da monarquia retardavam processos latentes para o desenvolvimento econômico e social do país. A república permitiu que o espírito, não novo, mas por ela desprezado, se tornasse o tônus do novo momento histórico do país: “[...] a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material. Isso na monarquia, nunca se tivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 208). Tal espírito correspondia, em verdade, ao momento econômico positivo do país. A resolução da questão da mão-de-obra, com a abolição da escravidão e a imigração, a ampliação do mercado de consumo interno e do mercado externo, também expansão, com o crescimento e prosperidade nos Estados Unidos e na Europa, estimulavam o investimento e a produção nacional. “A década de 1880 a 1890 ia revelar o primeiro surto industrial do Brasil. Nesse espaço de tempo, ocorreram as maiores exportações de café do regime imperial” (SIMONSEN, 1973, p. 15).

Nesse período também começou a se destacar a borracha amazônica, cujo auge se daria na década seguinte, se tornando o segundo produto mais exportado no período entre

1898 e 1910⁵². Esse surto promoveu o crescimento da população urbana, especialmente em Belém e Manaus, acompanhando de uma onda migratória proveniente sobretudo do Ceará. Embora as condições de vida de parte da população nessas cidades tenham melhorado, elas não alteraram as condições de vida miseráveis dos seringueiros que extraíam a borracha no interior. Além disso, não houve uma diversificação econômica que pudesse se aproveitar desse surto, extremamente dependente do mercado externo, como todo item primário destinado à exportação, a queda de preços a partir de 1910, dada a concorrência especialmente asiática, levou à crise da borracha e ao retorno à estagnação na região (FAUSTO, 2015; FURTADO, 2007). O surto da borracha, do auge à queda, foi um exemplo regional do sentido da via colonial.

O aspecto mais marcante da proclamação da república decorre da conquista da hegemonia política pelas oligarquias do centro-sul, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os quais imaginam que assim poderiam dar mais autonomia às unidades regionais. A primeira constituição republicana, dos então Estados Unidos do Brasil, facultava aos estados “celebrar entre si ajustes e convenções sem caráter político” e “em geral, todo e qualquer poder ou direito, que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição” (BRASIL, 1891). Assim, os estados gozavam de autonomia para até mesmo organizar suas próprias forças públicas estaduais e contrair empréstimos diretamente no exterior, o que seria vital para o café.

O capital financeiro internacional já fora importante ao longo do império, especialmente de origem britânica, mas é nesse período que sua presença se ampliou como nunca, “[...] a finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital, que vem interferir na vida brasileira procurando participação efetiva, constante e crescente, em todos os setores que oferecessem oportunidades e perspectivas de bons negócios” (PRADO JÚNIOR, 2008a, pp. 209-10). De acordo com dados analisados por George Paish (1909), a renda proveniente de empréstimos diretos de investidores britânicos para colônias e governos estrangeiros subiu de cerca de 25,3 milhões de libras esterlinas em 1897-98 para 31 milhões em 1906-07. Além disso, a renda proveniente de investimentos externos em títulos públicos, cupons, dividendos, investimentos diretos, bancos e ferrovias de propriedade de companhias britânicas localizadas em colônias ou governos estrangeiros subiu de cerca de 44,5 milhões de libras em 1886-87 para 79,56 milhões em 1906-07. Valores

⁵² Nesse período correspondeu a 25,7% do valor das exportações, sendo superada apenas pelo café (52,7%). Ficou muito à frente do item que vinha abaixo dela - os couros - com apenas 4,2% (FAUSTO, 2015, p. 250).

referentes apenas às rendas declaradas, o que para os comissários da receita federal britânica estava bem abaixo da realidade. O fato que importa reter é que se trata de um contexto de ampliação do mercado internacional e onde as finanças internacionais já passariam a exercer um papel fundamental na economia mundial. No caso do capital britânico, do total dos novos investimentos em países estrangeiros no período de 1908-9, £ 103.121.305, £14.794.697 foram investidos no Brasil, sendo cerca de 9 milhões para a união e governos estaduais, 1,7 milhões para municípios, 1,03 milhões em ferrovias e 2,77 milhões em outros títulos, sendo o terceiro país com maior valor de investimentos naquele ano. A Grã-Bretanha foi o país que mais exportou capitais até o fim da Primeira Guerra Mundial, conseqüente com o fato de ter sido praticamente a quase única potência industrial até os anos 1860, mas logo sua hegemonia seria tensionada com o desenvolvimento de outras potências imperialistas,⁵³ a América do Sul seria um campo de batalhas para esses capitais, e “[...]~de 10,5% em 1860/70, a América do Sul passa a concentrar 20% a 22% dos capitais britânicos de 1881/90 até 1927/29” (SINGER, 1974, p. 565), sendo que de 1913 a 1928, as inversões britânicas no Brasil somam £ 285,7 milhões.

Mas não foi apenas os capitais britânicos que transitavam com liberdade no país, no começo do século XX foram se instalando filiais de grandes bancos estrangeiros de origem inglesa, alemã, francesa, norte-americana entre outros. De acordo com Prado Júnior (2008a), há um aprofundamento dos interesses financeiros internacionais na economia brasileira “[...] até colocá-la inteiramente a seu serviço” (p. 210). Esse processo é contraditório, pois os capitais e créditos internacionais foram fundamentais à principal locomotiva da economia brasileira, que era o café⁵⁴, “boa parte dos fundos necessários ao estabelecimento das plantações e custeio da produção provém de bancos ingleses e franceses, ou então de casas exportadoras do produto ou outros intermediários, muitos deles firmas estrangeiras ou financiadas com capitais estrangeiros” (ibidem). De fato a oligarquia cafeeira passaria a reforçar cada vez mais seus interesses de classe por meio do estado, seja à nível regional ou nacional, o que ajudaria no acúmulo de tensões que colocariam fim ao arranjo político desenvolvido durante a república velha. Como a união, os estados autônomos e também as

⁵³ “Em 1870, o Reino Unido detinha 31,8% da produção industrial de todo mundo, sendo seguido com 23,3% pelos Estados Unidos, com 13,2% pela Alemanha e com 10,3% pela França. No período 1896/1900, o primeiro lugar já era ocupado pelos Estados Unidos com 30,1%, estando o Reino Unido em segundo com 19,5%, a Alemanha em terceiro com 16,6% e a França em quarto com 7,1%” (SINGER, 1974, p. 573). A Grã-Bretanha cairia ainda mais, sendo superada pela Alemanha em 1913.

⁵⁴ De acordo com Singer (1974), a participação do café na receita das exportações foi de 64,5% no período de 1890-1900, esta seria reduzida durante o primeiro decênio do século XX pelo auge da borracha e durante a primeira guerra mundial, mas ainda atingiria o pico de 72,5% de participação no período de 1924-29.

municipalidades podem recorrer ao crédito estrangeiro, “a dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930 alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões” (p. 211). O que agravava o risco desse endividamento é que a maior parte dele se deu no custeio e ampliação daquele sentido posto pela via colonial, que era para ampliação de atividades relacionadas a produção de poucos gêneros exportáveis, estruturando a economia brasileira em uma precária base dependente do mercado externo e da dinâmica de preços internacionais.

A necessidade do crédito estrangeiro e a precariedade do sustentáculo do desenvolvimento econômico conformou desde o começo da República um anel autopertuador da dependência financeira,

[...] entre 1890 e 1927, o Brasil efetuou pagamentos no valor de £ 344,8 milhões e recebeu novos empréstimos no valor de £ 325 milhões. Como se vê, o Brasil assumiu novas dívidas principalmente para pagar os juros das anteriores. Apesar de termos pago mais que o valor dos novos empréstimos, o saldo da nossa dívida externa cresceu de £ 31,1 milhões no fim do Império para £ 267,2 milhões no fim da República Velha (SINGER, 1974, p. 567).

A dependência do mercado externo e sua inserção subalterna na divisão internacional a partir do caráter de extração colonial é reforçada pela sua dependência ao capital estrangeiro, cuja entrada foi impulsionada pelas ações das classes dominantes durante esse período, em particular a oligarquia cafeeira, que como não tinha interesse em desenvolver um sistema tributário, alicerçava todo o financiamento público no crédito estrangeiro. Crédito este que ganharia novas origens ao longo da República Velha, de acordo com Arruda (2012), ainda em 1906 inicia-se timidamente a participação do capital financeiro estadunidense e alemão, e logo depois o francês. Mas já na década de 1920 os Estados Unidos se tornariam o maior credor brasileiro, superando a Inglaterra e refletindo as disputas imperialistas em nível global. Os Estados Unidos que eram o maior mercado para a exportação brasileira desde o império, também desbancariam os ingleses do posto de maiores exportadores para o mercado brasileiro, chegando a representar 40,6% das importações brasileiras em 1920 (SINGER, 1974).

A Constituição de 1891 manteve em seu artigo 7º algumas competências exclusivas da União, a autonomia dos estados não era afinal absoluta, assim, competia exclusivamente à União decretar impostos sobre a importação de procedência estrangeira e instruir casas de emissão de moeda. A questão cambial tomaria uma nova dinâmica com as novas disputas entre classes dominantes brasileiras, onde foi de destaque o elemento regional. Se no Império

não havia uma política monetária propriamente dita e as emissões correspondiam às necessidades postas pela emissão de títulos, durante a república velha o câmbio será um ponto de importantes disputas, dado que a balança comercial brasileira dependia profundamente de sua apreciação.

Ao final do Império, com assunção ao poder do Partido Liberal, foi aprovado o Decreto nº 3.403, de 24 de novembro de 1888, de iniciativa dos Viscondes de Ouro Preto e Cruzeiro, que ficou conhecido como a Lei Bancária de 1888. Esse decreto permitia “às companhias anonymas, que se propuzerem a fazer operações bancarias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em moeda corrente”. Ou seja, os bancos poderiam emitir notas conversíveis em moedas do Império, entretanto, o § 1º do seu 1º artigo era claro ao delimitar que “a emissão dos bilhetes só será permittida por somma igual á do valor nominal das apolices depositada”, ou seja o valor das emissões não podia exceder o valor dos títulos depositados na instituição bancária. De acordo com Pelaez e Suzigan (1981), “o resultado esperado era a criação de um sistema monetário com 100% de reservas” (p. 121). De fato, “[...] entre 1870 e 1887, o Brasil seguiu políticas monetárias austeras, M1 cresceu à taxa média de 0,6% ao ano e M2 a 1,9%” (p. 137). O monopólio das emissões pelo Tesouro gerava falta de liquidez, que se agravou com a abolição, embora esta não tivesse sido um choque súbito, uma vez que foi precedida pela substituição de mão-de-obra escrava pela imigrante, conforme já mencionamos. Outro fator que exigia um crescimento mais amplo da base monetária eram os superávits que o país vinha registrando no comércio exterior. Assim, a Lei Bancária atendia às necessidades postas pela evolução da economia cafeeira.

Com a proclamação da república, coube ao então nomeado ministro da fazenda, Ruy Barbosa, dar prosseguimento à reforma bancária iniciada por Ouro Preto. O ministro tinha compromisso no desenvolvimento industrial do país, conforme expôs em *Discurso na Imprensa Oficial*, em 13 de novembro de 1890. Falando entre outros, a representantes do Centro Industrial do Brasil e do Centro Industrial da Bahia, o polímata baiano argumentou “[...] que se o Brasil é um país exclusivamente agrícola, o Brasil pode ser um país igualmente industrial” e “o nosso desenvolvimento industrial não é uma derivação das forças que podem aumentar a indústria, a agricultura, é uma colaboração enérgica e útil em favor dela” (BARBOSA, 1946, p. 363). Temos, portanto, o oposto da visão exposta por Visconde de Cairu durante o Império, para quem o desenvolvimento industrial deveria decorrer do natural desenvolvimento posto a partir da natural vocação agrícola do país. Para Barbosa, o governo deveria auxiliar as classes produtoras, além de, por outro lado, tentar eliminar o serviço da dívida externa.

Três Decretos marcaram a busca por esses objetivos, o decreto nº 164, que dispunha sobre a criação de companhias ou sociedades anônimas, o decreto nº 165, que dispunha sobre a organização dos bancos de emissão e o decreto nº 165-A, o qual dispunha sobre as operações de crédito móvel em benefício da lavoura e indústrias auxiliares, todos de 17 de janeiro de 1890. De acordo com o decreto nº 165/1890, os bancos poderiam emitir bilhetes ao portador, bastando ter um fundo social com base em apólices da dívida pública, moeda corrente ou ouro. O parágrafo 7º do art. 1º determinava que “os bilhetes emittidos em conformidade com as disposições deste decreto serão recebidos, e terão curso nas estações publicas, gozando das regalias conferidas às notas do Estado”. Além disso, os bancos poderiam ter suas próprias oficinas para emissão dos bilhetes. Portanto, as notas bancárias seriam aceitas como moeda legal.

A tentativa de acelerar a economia brasileira não deu certo e a crise adveio.

Em retrospecto, parece que se tentou fazer demais num período muito curto. Sem dúvida, houve especulação descontrolada nas ações de empresas estabelecidas para atividades as mais fantásticas que se possa imaginar, chegando-se até a vender nomes para novas empresas. Entre maio de 1888 e outubro de 1890, o capital das sociedades anônimas estabelecidas no Brasil aumentou aproximadamente 377% (PELÁEZ; SUZIGAN, 1981, pp. 143-4).

Embora tenha ocorrido um estímulo ao desenvolvimento, uma vez que a política monetária austera do império influía na expansão econômica, o período foi marcado por grande especulação, entre maio de 1888 e outubro de 1890, o meio circulante cresceu 138 % (PELÁEZ, 1971).

A maioria das firmas fundadas na administração de Barbosa, porém, apresentava metas impossíveis e fantásticas. O período de 1889 e 1891 passou a ser conhecido no Brasil como o *Encilhamento*. A palavra tem sua origem nas barracas do Jóquei Clube onde os cavalos eram encilhados. Nessas barracas havia atividade febril, apesar de elegante e na moda, tanto de apostas como de troca de palpites de apostas. Mas, como êsses palpites, muitas das companhias se transformaram em desapontamento. Dos 57 bancos que existiam no Brasil nessa época, apenas o Banco do Brasil ainda existe. Foi fundado durante o Império, passando por várias transformações (PELÁEZ, 1971, p. 17).

Embora a liberalização das companhias anômicas e a proliferação dos bancos emissores possam ser vistos como a causa principal da crise do encilhamento, a verdade é que ela expressou os limites da própria economia brasileira. O baixo desenvolvimento das forças produtivas, a dependência externa, a concentração agrícola e mercado interno atrofiado fizeram com que o ânimo aberto pelas medidas econômicas de Ruy Barbosa fosse canalizado

para a especulação de papéis na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro⁵⁵. Um ano após os decretos liberalizantes, em 20 de janeiro de 1891, Ruy Barbosa, junto com todos os demais Ministros do Governo Provisório renunciou, e o Marechal Deodoro da Fonseca nomeou Tristão de Alencar Araripe como novo Ministro da Fazenda. “Êste foi fortemente criticado pela sua política cautelosa e por sua incapacidade em prosseguir as políticas liberais de Barbosa” (PELÁEZ, 1971, p. 18) O novo ministro foi duramente criticado por suas restrições postas sobre a comercialização de ações, que visavam impor limites às ações dos especuladores. O Decreto nº 1.362, de 14 de fevereiro de 1891, dentre outras normas, determinava no seu artigo 6º, que “Si dentro de seis mezes da constituição da sociedade anonyma esta não começar as suas operações, considerar-se-ha ipso facto dissolvida”, no artigo 10º que “E’ permittida a definitiva constituição das sociedades anonymas, quando estiver subscripto todo o capital e realizada a sua decima parte em dinheiro, sendo permittida a negociação de suas acções tão sómente quando estejam realizados 40 % do capital”. Assim, buscava-se reduzir a circulação de papéis de sociedades anônimas que só existiam no papel. Entretanto, em julho de 1891, o governo substituiu o ministro pelo Barão de Lucena, o qual enfatizava “a natureza especulativa da prosperidade econômica” (PELÁEZ, 1971, p. 19). Sua breve gestão visou resgatar privilégio de emissão para o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e aumentar o total de papel moeda em circulação no Brasil para 600 mil contos (idem),

Com a transição do governo, a partir de Floriano Peixoto e seu Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, passa a ser hegemônica a noção de “[...] ortodoxia monetária como remédio para os problemas econômicos do país” (PELÁEZ, 1971, p. 19). A contração econômica e a austeridade fiscal passaram a ser perseguidas, apesar do momento de diversificação industrial que começava no Brasil. Para Rodrigues Alves, que depois viria a ser presidente da república, havia uma relação entre volume de moeda e taxa de câmbio, sendo que “taxas de câmbio depreciadas tinham impacto negativo na atividade econômica. Também afetavam adversamente o ingresso de capitais. Os banqueiros europeus, por outro lado, suspeitavam dos países onde a oferta da moeda subia drasticamente” (p. 22). Assim, buscou-se reduzir os déficits fiscais do governo federal, que era a causa primária dos aumentos na oferta de moeda.

⁵⁵ “Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, toda sorte de negócios possíveis e impossíveis. Entre a data da proclamação da República e o fim da aventura (1891) incorporar-se-ão no Rio de Janeiro sociedades com capital global de 3.000.000 de contos; ao iniciar-se a especulação, isto é, em novembro de 1889, o capital de todas as sociedades existentes no país apenas ultrapassava 800.000 contos. Quintuplicara-se quase este capital em pouco mais de dois anos! Naturalmente a quase totalidade das novas empresas era fantástica e não tinha existência senão no papel!” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 220).

No entanto, mais uma vez a dependência do capital internacional constituída e não superada da colônia ao império não permitiu que as metas ortodoxas fossem atingidas, já que novos empréstimos junto à Inglaterra foram necessários para o pagamento de obrigações do governo brasileiro (idem).

A ortodoxia ganharia mais rigidez com a administração de Bernardino de Campos no Ministério da Fazenda, a partir do final de 1896 até o início de 1898. Tratou-se do “[...] primeiro exemplo da aplicação de políticas monetárias ortodoxas durante um período de grave contração dos negócios. A atividade econômica mais importante do Brasil, o café, estava sofrendo forte declínio de preços” (PELÁEZ, 1971, p. 23). De fato, “em 1897 o café brasileiro enfrenta sua primeira dificuldade comercial: os preços declinam, estoques invendáveis começaram a se acumular. Estava-se diante de uma situação nova e inteiramente insuspeitada no passado: a superprodução” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 221). Entretanto, o ministro achava que o Império tinha administrado mal as finanças, e era necessário conquistar a confiança nos negócios, as metas do governo deveriam ser: “[...] o equilíbrio orçamentário, a redução da oferta de moeda, o monopólio de emissão pelo Estado, a plena conversibilidade do papel em ouro à paridade de 1846, e a valorização da taxa de câmbio, para se ficar conforme a definição do papel em termos de ouro” (ibidem). O objetivo era seguir o exemplo dos Estados Unidos e desenvolver a economia pela atração de capital e imigrantes. A Lei nº 427, de 9 de dezembro de 1896, refletiu esse anseio ao determinar “que o Thesouro assumia a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancários actualmente em circulação e regula a substituição dos mesmos e o resgate do papel-moeda”, assim ficava extinta a faculdade emissora concedida a bancos pelas legislações anteriores.

A austeridade seria intensificada na gestão de Joaquim Murinho, ministro da Fazenda de 1898 a 1902, o qual considerava que havia uma crise generalizada decorrente do encilhamento, assim, restringiu-se mais ainda a oferta de moeda e crédito, algo que atacou justamente as condições de desenvolvimento industrial. “O monopólio de emissão, as notas conversíveis e a valorização cambial impediram que o estabelecimento da indústria no Brasil se processasse mais cedo” (PELÁEZ, 1971, p. 29). A ausência da infra-estrutura monetária adequada à industrialização também refletia a fraqueza da então classe de industrialistas em formação. Por outro lado, nem à classe cafeeira a valorização monetária favorecia, o que as medidas de ortodoxia monetária revelavam era a extrema subordinação da política monetária ao imperialismo estrangeiro. A manutenção do valor da moeda era de fundamental importância aos capitais investidos, uma vez que assegurava estabilidade e previsibilidade dos lucros. Tais medidas, entretanto, nem eram ao menos vantajosas ao setor cafeeiro. De fato o

ministro Murinho considerava como circunstâncias causadoras da crise econômica e financeira do país a discrepância entre a produção de café e seu consumo, a discordância entre a riqueza anual em ouro e a massa de papel-moeda em circulação e a discordância entre receita e despesa federal, o que gerava déficits orçamentários e o descrédito no exterior. A solução para Murinho guarda semelhanças com medidas econômicas que seriam adotadas no país um século depois:

[...] a solução da questão economico-financeira entre nós só se podia encontrar no restabelecimento da concordancia d'aquelles elementos: reduzindo a produção do café e aumentando o seu consumo, reduzindo a massa de papel-moeda e augmentando a receita, - operações todas estas duras, asperas, irritantes, antiphaticas, e às vezes mesmo com apparencia de crueldade, mas que o Governo executou com a firmeza, a calma e a serenidade que só pode dar a consciencia de estar em servindo ao paiz (MURTINHO, 1900, pp. iii-iv).

O compromisso de Murinho com seu serviço à nação não foi bem recebido pelos cafeicultores, os quais teriam que ser submetidos a uma espécie de choque darwinista, segundo Peláez (1971).

Convicto de que a intervenção official só poderia augmentar os nossos males, o Governo deixou que a producção do café se reduzisse por selecção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ella nas mãos dos mais fotes e dos mais bem organisados para a luta. Este processo provocou grande alarma entre muitos agricultores. Habituaos estes à tutella governamental, que só póde produzir beneficios apparentes no presente, multiplicando os males no futuro, algumas associações agricolas aggrederam com violencia o programma do Governo (MURTINHO, 1900, p. iv).

Ao governo caberia buscar acordos no exterior, como a diminuição de impostos sobre o café na França e na Itália. Era esperado que com a queda de preços do café no exterior com estabilidade cambial levasse à saída dos produtores ineficientes. Para atingir aos seus objetivos, Murinho buscou a taxação sobre o ouro e um empréstimo de consolidação da dívida. De acordo com Peláez (1971), esse acordo de empréstimo foi elaborado por um diretor do London and River Plate Bank, tendo sido assinado pelo presidente Campos Salles em Londres, em 15 de junho de 1898, tendo como contraparte a N. M. Rothschild Sons. Por esse funding loan, foram consolidados os juros de vários empréstimos externos em um fundo e foi feito acordo com a Casa Rothschild para o pagamento destes juros⁵⁶. O fato é que a gestão

⁵⁶De acordo com Peláez (1971), o mecanismo de pagamento consistia no seguinte: “No dia primeiro de janeiro de 1899 e, subseqüentemente, pari passu com a emissão dos títulos de consolidação, o Govêrno depositará no Rio de Janeiro à guarda do London and River Plate Bank Limited, do London anel Brazilian Bank e do Brasilianische Bank fur Deutschland, o equivalente dos títulos citados em papel-moeda corrente à taxa de

Campos Salles viu-se diante da possibilidade de não arcar com o serviço da dívida, especialmente após as boas colheitas de 1896-7 que reduziram os preços do café, mesmo que a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda demorasse mais de um século para vir ao mundo brasileiro, o governo tomou a questão fiscal como prioritária, mesmo que para isso ela travasse o desenvolvimento industrial e até mesmo afrontasse a classe dominante no país. Essa circunstância expressa a dupla subordinação da entificação capitalista pela via colonial. Por um lado, tem-se a subordinação e estranhamento da produção e seus objetivos em relação à dinâmica incontrolável do capital, onde os agentes e sujeitos têm que se adequar às flutuações determinadas pela necessidade de acumulação capitalista e reprodução ampliada do valor. Por outro lado, tem-se a subordinação específica da via colonial, onde tanto forma política quanto a base econômica se relacionam de modo subalterno às necessidades de acumulação capitalista dos polos hegemônicos do capital. No momento, se tratava de se subordinar às necessidades de acumulação e expansão do capital financeiro imperialista no final do século XIX. Segundo Caio Prado Júnior:

O grande beneficiário das reformas de 1898 foi sem dúvida a finança internacional. Representada neste caso pelo London & River Plate Bank, intermediário do acordo com os credores, ganhará novas posições no Brasil e junto a seu governo. Os seus representantes assumirão o direito de velarem diretamente pelo cumprimento do acordo feito, e fiscalizarão oficialmente a execução das medidas destinadas a restaurar as finanças do país. Entrelaçam-se assim intimamente seus interesses e suas atividades com a vida econômica e administrativa brasileira. E ela não lhes poderá mais tão cedo fugir. Consolidara-se uma situação de dependência que se vinha formando havia muito, mas que somente agora encontrará seu equilíbrio definitivo. O Brasil se torna um largo e seguro campo para a inversão de capitais, estes encontrarão melhor acolhida, e abrir-se-ão para eles as mais vantajosas aplicações. Onde quer que se apresente uma perspectiva favorável, no setor financeiro como no econômico, lá estarão eles como primeiros candidatos à oportunidade, e procurando tirar do país toda a margem de proveitos que ele era capaz de proporcionar. E com a posição dominante que ocupavam, sua segurança era absoluta (2008a, p. 223).

Essa posição dominante não foi abalada pela sucessão presidencial, o presidente Rodrigues Alves assumiu o cargo em 15 de novembro de 1902 e seu ministro da fazenda, Leopoldo de Bulhões, manteve a ortodoxia de Murinho, o que era condizente com a atuação de Rodrigues Alves como ministro da fazenda uma década antes. Assim, foi mantida a tarifa-

câmbio de 18 pence; e o papel-moeda, equivalente aos títulos emitidos entre 1º de julho e 31 de dezembro de 1898, será depositado da mesma forma durante um período de três anos, a partir de 1º de janeiro de 1899. O papel-moeda depositado ou será retirado da circulação ou destruído, ou, se e quando a taxa de câmbio fôr favorável, será aplicado na compra de letras sobre Londres em favor de N. "M. Rothschild & Sons, para ser colocado a crédito de" um fundo voltado para o futuro pagamento em ouro, dos juros sobre os empréstimos e as garantias de estradas de ferro" (pp. 34-5).

ouro, com a esperança de estabilização do mercado cambial e estabilizou-se o volume de moeda, buscou-se a redução dos déficits orçamentários e a redução da rentabilidade do plantio do café para eliminar os produtores ineficientes (PELÁEZ, 1971). Embora fossem paulistas, as gestões de Campos Salles e Rodrigues Alves não agradaram à oligarquia cafeeira, em 1906, a valorização da moeda combinada com a queda dos preços internacionais do café levaria o seu valor a um nível abaixo do custo de produção. Esta, sendo a classe que controlava o produto-chave da economia brasileira se organizou e, em 1906, impôs-se a intervenção oficial no mercado cafeeiro. O Convênio de Taubaté foi um acordo firmado, em 26 de fevereiro de 1906, entre os presidentes dos estados de São Paulo, Jorge Tibiriçá, Minas Gerais, Fernando Antonio de Salles, e Rio de Janeiro, Nilo Peçanha. Por ele se instituiu a política de valorização do café. O acordo foi aprovado pelo Congresso nacional e transformou-se no Decreto nº 1.489, de 6 de agosto de 1906, tendo “o fim de valorizar o café, regular o seu commercio, promover o augmento do seu consumo e a criação da caixa de conversão, fixando o valor da moeda”. De acordo com Celso Furtado:

Em essência, essa política consistia no seguinte:

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (2007, pp. 253-4).

Inicialmente posto pelos próprios governos estaduais, facultados pelo caráter descentralizado da primeira república, o plano de valorização logo surtiria efeitos e obrigaria o governo federal a tomar parte da sua garantia. O acordo terá a oposição da Casa Rothschild, a qual tinha interesse na manutenção do esquema anterior, mas os cafeicultores, necessitantes de financiamento estrangeiro, conseguirão respaldo junto ao capital alemão, estadunidense e a grupos ingleses concorrentes. Esses elementos farão os Rothschild mudarem sua avaliação e entrarem no negócio também. Tal interesse dos financistas era justificável, de acordo com Prado Júnior (2008a), embora os produtores de café estivessem impondo seus interesses de classe e fossem beneficiados, os grupos financeiros estrangeiros seriam os maiores vencedores da política de valorização do café, já que a compra dos excedentes se dava com mais empréstimos estrangeiros. Para contrabalancear a entrada de capital, a qual poderia valorizar o câmbio e anular o efeito desejado com a retirada de circulação das sacas excedentes, foi criada uma Caixa de Conversão, que consistia num fundo

de estabilização cambial. Tal iniciativa refletia o receio da classe dos produtores, de que a entrada de divisas provocassem a valorização da taxa cambial. Tem-se assim, a adequação da política monetária aos interesses dos cafeicultores, com o benefício superior do capital financeiro. O complexo esquema funcionaria bem até o final da República Velha, quando as suas próprias contradições seriam levadas ao colapso pelos efeitos da crise de 1929.

A oligarquia cafeeira conseguiu impor finalmente seus interesses de classe de maneira soberana, o que foi ratificado com a eleição de Afonso Pena para a presidência da república em 1906. Tal fato foi possível pela relativa autonomia que os estados tinham, o que permitiu aos estados mais fortes economicamente imporem seus interesses sobre o resto do país. A economia açucareira agonizava, tinha perdido praticamente todo o seu mercado externo e se tornara dependente do mercado interno. O ciclo da borracha fora passageiro, e o cacau no sul da Bahia não chegou a atingir a pujança suficiente para impor o interesse da maneira como o fizeram os cafeicultores. Além de setores dentro do próprio estado de Minas Gerais, ligados ao gado e às indústrias, a maior oposição aos interesses paulistas vinha do Rio Grande do Sul. “Os políticos gaúchos representavam um Estado dedicado essencialmente a atividades voltadas para o mercado interno. Nessa condição, trataram de garantir a proteção de seus produtos, especialmente o charque, que sofria a concorrência platina” (FAUSTO, 2015, p. 231). Por essa razão, esses políticos, vinculados ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul - PRR, defendiam uma política conservadora dos gastos do governo federal e a estabilização dos preços, sendo contrários à depreciação da moeda.

Se o estado brasileiro agiu de acordo com os interesses dos setor agroexportador, não foi essa sua postura em relação à indústria. De fato seu comportamento no primeiro período da república pode ser descrito de modo relativamente indiferente, tirando o curto período de Ruy Barbosa no Ministério da Fazenda, a ação do governo no que concerne câmbio e tarifas não visou a industrialização, sendo até mesmo hostil a ela, como vimos no caso de Joaquim Murinho. De acordo com Caio Prado Júnior (2008a), a política tarifária durante a república velha continuou dependente da necessidade de financiamento do tesouro público, assim os produtos eram tarifados sem discriminação, onerando por um lado os produtos que a indústria brasileira poderia substituir, mas, também, onerando os custos, já que a nascente indústria nacional dependia de importação de alguns insumos e maquinário. Isso era consequente da ausência de indústrias de base no país, em especial a siderurgia, cuja tentativa de estímulo por Dom João VI não foi à frente.

O surto industrial que ocorreu durante as duas últimas décadas do século XIX teve um obstáculo na política de revalorização da moeda iniciada em resposta à crise do encilhamento

e à imposição dos credores estrangeiros. Não obstante, “a partir de 1905, observou-se um ritmo sempre crescente em nossa evolução industrial, bastante acentuado entre 1910 e 1914 e mais acelerado entre 1915 e 1919, devido à conflagração européia” (SIMONSEN, 1973, p. 17). Se a industrialização enfrentava obstáculos na política econômica que visava apenas o favorecimento da exportação de produtos primários e a segurança dos credores estrangeiros, além do problema da falta de fontes de energia e rede de transportes, ela tinha como elementos propulsores o acesso a uma matéria-prima fundamental, o algodão. Além disso, o baixo custo da mão-de-obra com disponibilidade ampliada pelo processo imigratório e a abolição do trabalho escravo favorecia o desenvolvimento industrial.

Apesar da ortodoxia monetária do governo Campos Salles, é no seu governo que uma medida iria contrabalancear a desvantagem industrial posta pela política de valorização naquele momento. A Lei nº 559, de 31 de dezembro de 1898, ao versar sobre o orçamento federal para o ano de 1899, determinou em um de seus artigos que “Dos impostos de importação 10 % serão cobrados em ouro ao cambio de 27 ou pelo processo que o Governo julgar mais conveniente”. Tratava-se da cláusula-ouro, ou tarifa-ouro, a qual foi adotada pelo Tesouro Nacional para fazer frente aos seus compromissos externos. Seguindo a política restritiva do então ministro da fazenda Joaquim Murinho, a Lei nº 581, de 20 de julho de 1899, criou dois fundos especiais, um para o resgate de papel-moeda e outro para garantia do papel-moeda em circulação. Um dos recursos criados para o segundo fundo era a “quota de 5%, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo, que será percebida a partir de 1 de janeiro de 1900”. Embora a intenção não fosse proteger a indústria nacional, esse mecanismo reforçaria a barreira tarifária, vindo a contribuir positivamente com a indústria no país.

De acordo com censo realizado pelo Centro Industrial do Brasil em 1907 (1986 [1909], constatou-se a existência de 3.258 estabelecimentos industriais, com 665.576:663\$000 de capital investido e com valor de produção de 741.536:108\$000. Havia 151.841 operários empregados. A maior parte da produção industrial concentrava-se no Distrito Federal, com 662 estabelecimentos, 167.120:250\$000 de capital investido, 218.344:542\$000 de valor da produção (29,44%) e 34.856 operários, seguido de São Paulo, com 326 estabelecimentos, 127.702:191\$000 de capital investido, 118.087:091\$000 de valor da produção (15,92%) e 24.186 operários, e do Rio Grande do Sul, com 341 estabelecimentos, 46.205:919\$000 de capital investido, 99.778:820\$000 de valor da produção (13,45%) e 15.426 operários. Minas Gerais, contava com 529 estabelecimentos, 25.980:372\$000 de capital investido, valor da produção de 32.038:694\$000 (4,32%) e 9.408

operários. O maior número de estabelecimentos para um valor de produção mais baixo deve a grande quantidade de estabelecimentos produtores de manteigas e queijos, 113, tendo como carros-chefe as localidades de Palmyra e Baependy. Em suma, o que os dados demonstram já uma forte concentração da produção industrial na região sudeste e sul do país, com 58,2% e 19,8% do valor da produção industrial brasileira. Os fatores já foram adiantados e se assemelham àqueles que provocaram o surto industrial no final do Império, são a concentração de capitais ligados ao comércio e atividade portuária, além dos capitais ligados ao café, tanto os liberados com a decadência do Vale do Paraíba, quanto os decorrentes do auge da produção cafeeira e o aumento da imigração, esses últimos fatores, somados ao maior desenvolvimento da energia hidráulica permitiram que São Paulo logo ultrapassasse o Distrito Federal.

De acordo com Simonsen (1973), o recenseamento geral da República realizado em 1920 constatou que, em 1919, existiam “13.336 estabelecimentos industriais no país com 1.815.156\$000 de capital, empregando 275.512 operários e com uma produção de 2.989.176:281\$000” (p. 17). De acordo com Galvão (1991), a concentração da produção industrial se intensificaria no sudeste, que passaria a responder por 66,1% do valor bruto da produção, sendo São Paulo o estado a vir tomar o primeiro lugar, respondendo por 31,5% do valor bruto da produção industrial brasileira. Esse aumento reflete o grande impulso dado à indústria brasileira pela Primeira Guerra Mundial, período que foi acompanhado por um abandono da ortodoxia e pela depreciação do valor da moeda. Em 1916, o então presidente mineiro Wenceslau Braz indicou o ministro da Agricultura, Comércio e Indústria para a pasta da Fazenda, Pandia Calógeras. Apesar do novo ministro ter em boa conta o “[...] grande ministro da Fazenda Joaquim Murinho” (CALÓGERAS, 1966, p. 352), congratulando a sua ação e postura, que, na sua opinião, permitiu que “dentro dos prazos contratuais, o Brasil retomou regularmente a normalidade dos pagamentos e de seus compromissos. De tais aperturas financeiras haviam surgido atritos e distúrbios, mas tudo o país tolerou para se sair virilmente de sua prometida reabilitação” (p. 353). Sua gestão foi oposta a gestão ortodoxa de Murinho. Tal mudança de postura se deu pela imposição dos fatos, a situação brasileira em 1915 era crítica, a borracha entrava em crise e as exportações do café haviam caído durante guerra mundial e “grandes déficits nas finanças públicas verificaram-se pela primeira vez desde a reforma de Murinho” (PELÁEZ, 1971, p. 50). Assim, “não havia outra alternativa senão abandonar a ortodoxia monetária. Não se podiam obter empréstimos nos mercados estrangeiros para pagar os déficits do Governo federal. A única alternativa para a gerência normal dos negócios do Governo era a emissão de notas” (ibidem). Assim, adveio o Decreto

nº 2.986, de 28 de agosto de 1915, pelo qual foi “o Presidente da Republica autorizado a realizar operações de credito, mediante emissão, na quantia que fôr necessaria, de titulos, papel ou ouro, ao juro de 5 % pagavel no paiz, e de papel-moeda até o maximo de 350.000:000\$”. Essa medida tinha como objetivo sanear o déficit do governo federal e amparar e fomentar a produção, através do aumento de capital do Banco do Brasil, que seria habilitado para “desenvolver suas operações de desconto e de redesconto; de cauções de letras papel emittidas em virtude do art. 4º da lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914, até 50 % dos titulos em circulação; de cauções de apolices, preferidas as emittidas em virtude desta lei”. Com a exportação do café em queda durante a guerra, a indústria se tornara parte importante da economia brasileira, passando a dispensar importações e melhorar o equilíbrio das contas externas. Para Peláez (1971):

A decisão de emitir moeda foi de vital importância. Tal emissão de moeda facilitou a industrialização realizada durante a guerra. Na realidade, as taxas de câmbio permaneceram mais ou menos estáveis. Mas as relações de troca caíram substancialmente. Essa queda não foi somente causada pelo declínio dos preços do café, mas também pela elevação dos preços das importações. Traduzida em termos de lucros e rentabilidade da indústria interna, aumentou substancialmente em relação à atividade exportadora de café. Se tivesse havido um freio à atividade econômica através de políticas ortodoxas, a industrialização poderia não ter ocorrido. Torna-se óbvio por esses dados que a importância marcante da política monetária, cambial e fiscal não pode ser ignorada (p. 54).

Mas a base circunstancial e o caráter estrutural da economia brasileira conformaram um caráter débil ao caminho perseguido pela industrialização brasileira:

A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior. Quanto à concorrência entre os diferentes produtores nacionais, ela sempre será pequena porque o campo era grande demais, e os recursos deles reduzidos para empreendimentos de vulto e aspirações de envergadura. Os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 262)

Se as tarifas e a depreciação monetária tornavam a importação mais cara, favorecendo o desenvolvimento industrial para atender o mercado interno, elas também tornavam cara a aquisição de insumos no exterior, em especial o maquinário. “Constituirá isto sempre um obstáculo muito sério oposto à renovação e aperfeiçoamento das indústrias. E as já estabelecidas, mesmo quando obsoletas, gozavam com isto de um privilégio contra que

difícilmente podiam lutar concorrentes novos” (PRADO JÚNIOR, 2008a, pp. 262-3). Além desses obstáculos, haviam dificuldade de transporte, o mercado interno era débil, deficiência técnica e carência de capitais, o que tornava o processo de capitalização muito lento. “Isto se observa particularmente no fato de pertencer a firmas individuais (sociedades de pessoas e não de capitais) 42% do capital empregado na indústria brasileira em 1920” (pp. 263-4). A indústria nacional se debaterá com uma debilidade orgânica.

A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 265).

Essa fragilidade ficará evidente no período de 1924 a 1930, quando inverte-se a situação, já que a política de emissões é encerrada e retoma-se a busca pela conversibilidade em ouro. A gestão do presidente Artur Bernardes (1922-26) focou na retomada da ortodoxia monetária e na conseqüente busca pelo lastro em ouro. Com isso em mente, garantiu o monopólio das emissões ao Banco do Brasil em 1923, autorizado a partir do Decreto nº 4.635-A, de 8 de janeiro de 1923, que seria confirmado em contrato no dia 24 de abril do mesmo ano.

Tal como as reformas anteriores, a transformação do Banco do Brasil em 1923 estava intimamente ligada à dívida do Governo federal e às finanças governamentais. O Congresso autorizou o Executivo a consolidar a dívida federal através das operações de crédito que fossem necessárias e de transferência para o Banco do Brasil de 10 milhões de libras esterlinas do fundo de garantia (PELÁEZ, 1971, p. 56).

Essa reforma bancária não abarcava o financiamento à indústria, que continuaria sendo alijada diante dos interesses das finanças internacionais sobre o governo federal. De acordo com relatório do então secretário comercial da embaixada inglesa no Rio de Janeiro, Ernest Hambloch (1924), a depreciação monetária afetava investidores que, anos antes, “applicaram os seus capitaes a taxas camniaes acima de 12 d., e, em muitos casos, ao câmbio de 16 d. Em taes casos, ainda que os seus rendimentos augmentem, em moeda do paiz, a perda na remessa de dividendos, ao cambio de 6 d. Não fica compensada” (p. 9). No governo de Washington Luís, com seu ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, foi sancionado o Decreto nº 5.108, de 18 de dezembro de 1926, pelo qual se adotou “como padrão monetario, o ouro, pesado em grammas, cuhado em moedas, ao titulo de 900 millesimos de metal fino e 100

millesimos de liga adequada”, tendo a nova moeda a denominação de cruzeiro. Para Peláez (1971), “uma volta ao padrão-ouro, nessa época, dificilmente era compatível com uma política de desenvolvimento econômico de longo prazo, através da industrialização” (p. 62) e, de fato, “[...] depois da estabilização da taxa, a produção industrial caiu substancialmente. E tal queda já se deu em 1928, bem antes da contração da atividade econômica causada pela crise mundial” (ibidem). Assim,

Depois de um largo período de penúria total de ouro, o encaixe metálico do país subirá em poucos anos para 1.266.000 contos (31 milhões de libras). Esta situação atingirá profundamente a indústria que não poderá mais fazer frente à concorrência estrangeira favorecida pela grande folga nas finanças externas do país. A importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 266)

Com essas circunstâncias muitas indústrias perecem, à exceção das indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Estas inicialmente são instaladas apenas para realizar o acabamento ou mesmo só o acondicionamento de artigos já acabados na matriz, sua instalação visava “contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitarem-se de mão-de-obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 266). Esse processo não é exclusivo da particularidade brasileira, mas remete ao quadro mais amplo da expansão imperialista. De acordo com Marini (2013),

[...] diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista (p. 49).

Segundo Arruda (2012), “a penetração de capitais oriundos dos países imperialistas era tamanha, já nos primeiros anos da República brasileira, que das 201 sociedades anônimas constituídas entre 1899 e 1910, nada menos do que 160 - praticamente 80% - eram de propriedade estrangeira” (p. 135). É nesse momento que os empréstimos públicos deixam de ter um fim em si, e se tornam um mecanismo de tomada de posições⁵⁷.

⁵⁷ Segundo Lenin (2011), “concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra” (p. 161). De acordo com o revolucionário russo, “o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes” (p. 176).

Conforme já vimos, o financiamento do café era em sua maior parte realizado pelo capital estrangeiro, seja diretamente, seja por meio da política de valorização do café. Além do financiamento da produção, do comércio e da exportação, após o embarque, o capital estrangeiro ainda explorava o transporte e a industrialização do produto. “É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 272).

O capital financeiro estrangeiro ainda exploraria a especulação financeira, aproveitando a instabilidade das precárias finanças nacionais, em relação aos empreendimentos industriais, direcionou boa parte de seus investimentos nas estradas de ferro, instalações portuárias e fornecimento de energia elétrica, além do controle que passaria a exercer sobre a siderurgia nacional. Hambloch (1924), em seu relatório para o público britânico, alertava aos investidores da importância da nacionalização de seu capital:

Tratando da questão de colocação de capitais no Brasil (no meu último relatório anual) deixei perceber que, em minha opinião, a verdadeira política a ser adotada era a conversão desse capital em moeda nacional, para ser empregada em companhias constituídas no país. Isto não significa que a administração financeira e técnica das companhias locais deva ser outra que não a inglesa, mas significa que a direção de tais companhias deve ser centralizada no Brasil, onde gozariam dos benefícios de serem companhias nacionais (p. 9-10).

Essa orientação expressa o novo momento da disputa imperialista, onde o domínio de economias subordinadas como a brasileira era de fundamental importância para o desenvolvimento das grandes potências capitalistas. “A economia brasileira já não era, nas primeiras décadas do século 20, um simples apêndice do mercado mundial” (ARRUDA, 2012, p. 185), mas sim um elo dentro da corrente que ligava os países capitalistas, onde os grandes trustes internacionais aparecem no seu centro diretor. Assim, o desenvolvimento industrial brasileiro é debilitado, sendo passivamente arrastado pelas disputas internacionais, condicionado pela miséria particular de sua constituição pela via colonial.

Para Maria da Conceição Tavares (1986), não é possível falar de industrialização conduzida pela dominância do capital industrial no processo global de acumulação até a década de 1950, já que antes o setor industrial dependia duplamente do capital cafeeiro, já que é dependente do setor exportador para ter divisas para expandir e para constituição de um mercado para os produtos industrializados.

Embora Artur Bernardes e Washington Luís declararem reconhecer e serem favoráveis ao desenvolvimento industrial, “[...] essas duas últimas administrações da República Velha foram incapazes de organizar uma tarifa alfandegária que refletisse um plano de larga envergadura e que dispensasse à indústria uma proteção racional” (LUZ, 1978, p. 201). A República não conseguiu romper com “a situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa” (p. 270), sendo esse um traço fundamental da via colonial na entificação do capitalismo brasileiro. Essa subordinação é orgânica porque a exploração da natureza e da força de trabalho no país não se fará em benefício apenas de uma classe brasileira,

[...] mas de classes e interesses completamente estranhos ao país. Isto é muito importante, porque neste processo não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mas o país em conjunto que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos. As contradições da exploração capitalista tomam assim caráter muito mais agudo e extremo. Entre outros efeitos bem patentes estão a deficiência e morosidade da acumulação capitalista brasileira, essencialmente débil (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 280).

Esse caráter da exploração brasileira condicionado pela sua inserção subordinada nos elos da cadeia imperialista origina graves consequências sociais, seja pelo caráter predatório da exploração, que tendo que atender a dois níveis de exploração, a interna e a estrangeira, deve gerar uma taxa de mais-valor para além do gerado no exterior, o que promove a superexploração da força de trabalho. Além de ser um processo extremamente excludente, dada a ingerência do capital financeiro estrangeiro e a concentração da propriedade no campo e na cidade. “As contradições do capitalismo, o seu funcionamento inorgânico e caótico, assumem nos países de economia colonial ou semicolonial, como o Brasil, um máximo de intensidade” (PRADO JÚNIOR, 2008a, p. 281). Embora o imperialismo dê esse caráter ao desenvolvimento brasileiro, ele só o fez permitido pelas condições vigentes na particularidade brasileira, muitas realizações só foram postas pela sua ação, dada a fraca e ineficiente capitalização nacional.

Se até o momento tentamos relevar alguns poucos fatos relativos do complexo de complexos que foi o Brasil no período da República Velha, as relações entre a burguesia ligada ao café, à classe em ascensão, porém débil, ligada à indústria e a classe dos sujeitos ligado ao capital financeiro internacional apareceram relativamente representadas no aparelho político brasileiro. Entretanto, poucas remissões foram feitas ao que aconteceu com a maioria da população brasileira, a classe trabalhadora especialmente. A participação política nas eleições presidenciais era mínima, “a porcentagem de votantes oscilou entre um mínimo de

1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena em 1906) e um máximo de 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930)” (FAUSTO, 2015, p. 225). Tal fato é consequente das condições sociais e econômicas já elencadas, a forte concentração da propriedade refletia-se no aparelho político, o qual era um espaço de disputa entre as frações da burguesia brasileira, segmentada por seus interesses regionais e de seus negócios, além disso, apesar de não haver disposição que o proibisse, o sufrágio feminino só seria conquistado em 1932.

O mercado de trabalho refletia a configuração da economia brasileira como um todo, ou seja, era fragmentado regionalmente e tinha características diferenciadas de acordo com o tipo de atividade dominante em cada região. Assim, no sudeste desenvolvem-se as relações de trabalho assalariado no campo, mas com a peculiaridade do colonato nos cafezais, onde assume importância outras formas de renda que não o salário direto. A classe operária desenvolve-se nos centros urbanos, condicionada pelo caráter precário, dependente e rudimentar da indústria nacional e por uma superpopulação relativa de grande proporção.

De acordo com Barbosa (2008), o regime de colonato instituiu uma relação contratual, onde o colono era formalmente livre, vinculado apenas a um contrato com duração média de um ano, o qual poderia ser rescindido a qualquer tempo com aviso prévio de 30 dias. Além da relação contratual, havia uma ética de trabalho peculiar, na medida em que o colono era ao mesmo tempo trabalhador assalariado e produtor familiar de mercadorias, almejando assim uma condição de independência e pequeno empresário no mercado urbano em expansão. Para Barbosa,

Este caráter de quase-assalariamento indique a subordinação da agricultura ao capital surge como indireta. Dessa forma, a taxa de lucros guardava uma certa autonomia em relação à taxa de mais-valia. Não se trata aqui de permanência do atraso, resquícios feudais, ou coisa que o valha, mas do próprio desenvolvimento específico do capitalismo na periferia (p. 166).

O regime do colonato se expandiu com o aumento da imigração europeia no final do século XIX, e “os colonos representariam cerca de 75% da força de trabalho das fazendas de café entre 1895 e 1930” (BARBOSA, 2008, p. 167). Além dos imigrantes, a mão-de-obra nas fazendas era composta pelos camaradas, na sua maioria brasileiros natos, que cuidavam das plantações e atividades acessórias, sendo contratados por salários mensalmente e sem receber os lotes de subsistência. Muitas vezes, um mesmo camarada exercia as mais diversas atividades, “eram a uma só vez carpinteiros, capinadores, apanhadores de café, carreteiros, zeladores, guarda-costas e assim por diante” (p. 168). Esse mercado de trabalho contava com a seguinte segmentação:

De um lado, os imigrantes de várias origens, contratados como colonos, e de outro, os negros, mulatos, caboclos e brasileiros pobres paulistas e de fora do estado de São Paulo. Tratava-se de uma segmentação não por especialização ou moldada na divisão técnica do trabalho, mas por critérios sociais e raciais definidos pela ideologia dominante (BARBOSA, 2008, p. 169).

Ideologia dominante que não é mais do que expressão das relações sociais de produção dominantes, marcadas pelo caráter débil e retardatário do desenvolvimento capitalista pela via colonial. A economia de extração colonial baseada na exploração da mão-de-obra escrava negra durante séculos deixaria marcas na subordinação objetiva da produção nacional aos trustes e países imperialistas, como também nas formas de consciência e ideológicas dominantes.

Segundo Barbosa (2008), havia uma superabundância da oferta de força de trabalho, o que assegurava o trabalho contínuo a um custo monetário mínimo, abaixo do nível de reprodução da força de trabalho, já que o colono supria parte de sua renda, até 70%, não pelo o salário, mas pela economia de subsistência. Assim, havia uma forte concentração da renda monetária pelos grandes proprietários.

Armara-se nos cinquenta anos do período pós-abolição, na economia cafeeira, um mecanismo estupendo de ampliação e extração de mais-trabalho que envolvia uma teia de relações sociais e econômicas: relações de trabalho no campo entre capitalistas e quase-assalariados, pois aqueles não se eximiam do aproveitamento de formas não-capitalistas; e relações entre um complexo de capitais, o comercial e o financeiro, que financiavam a expansão e o acesso a fatores de produção baratos, bem como as condições de valorização do preço interno e externo do café (BARBOSA, 2008, p. 188).

Essa configuração reflete a necessidade da superexploração da força de trabalho para atender ao caráter subordinado da economia brasileira ao capital estrangeiro, mas, também, foi o modo particular que se desenvolveram as relações salariais, combinando e transacionando formas de remuneração do trabalho que respondiam ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas no país. Para que essa extração correspondesse às necessidades do cafeeiros,

O colono estava sujeito a uma organização complexa de trabalho, devendo efetuar tarefas minuciosamente definidas e vigiadas. Cada família de colonos encarregava-se de cuidar de uma área contínua do cafezal, denominada “talhão”, além disso, a colheita era realizada pelas famílias de colonos que se encarregavam cada uma de certo número de cafeeiros. A forma que o capital se configurava no resultado do trabalho expressava-se pelo número de cafezais tratados, da produtividade de cada um, da quantidade de arrobas de café colhido, do seu transporte e da fiscalização de todas essas atividades (GARCIA, 2015, p. 189).

Há poucos registros das lutas dos trabalhadores rurais durante a República Velha, segundo Garcia (2015), mas não significa que elas não tenham ocorrido com frequência, mesmo quando apenas reativas. Ocorre que o fato da maioria dos imigrantes, especialmente italianos, virem ao país com a expectativa de acumular capital suficiente para se tornarem pequenos proprietários, fazia com que a sujeição ao fazendeiro fosse menos questionada, e o trabalho árduo fosse tomado como uma virtude em prol de uma desejada liberdade. O colonato “[...] correspondeu à internalização pelos imigrantes da noção de que o trabalho é um bem e valor supremo, bem como implicou numa nova disciplina de trabalho e no seu enquadramento desses trabalhadores imigrantes em padrões de conduta familiar e social” (p. 191). Entretanto, o controle do excesso de tempo, a vigilância, rigidez e disciplina constantes, multas e também as fraudes, maus-tratos, humilhações e até assassinatos, provocavam manifestações espontâneas de resistência por parte dos trabalhadores.

As greves também ocorriam nas fazendas de café, mas pelo isolamento das unidades produtivas, acabavam se restringindo a movimentos internos dentro de cada fazenda. Isso não significa que eram movimentos com pouca significância, algumas fazendas reuniam sozinhas mais trabalhadores do que muitas cidades, “[...] como a fazenda Monte Alegre que empregava 8.613 trabalhadores; a fazenda Dumont com 5.000 trabalhadores; a fazenda Guatapará com 2.074; a Companhia Agrícola de Ribeirão Preto com 3.000 trabalhadores” no ano de 1912 (GARCIA, 2015, p. 200).

Nessa mesma região, em 1912 e 1913, greves coletivas reivindicando melhores salários e terras cultiváveis marcariam um novo modo de articulação entre os trabalhadores rurais. A greve de 1912 durou 8 dias, na fazenda Iracema, mobilizou cerca de 70 famílias, que conseguiram melhorar a remuneração pelo café colhido. Nesse momento, as ideias anarquistas e socialistas já exerciam alguma influência sobre a organização dos trabalhadores, mas não representavam o centro propulsor do movimento. De acordo com Garcia (2015), greve de 1913 mobilizou cerca de 10.000 a 15.000 trabalhadores das fazendas de propriedade de Francisco Schmidt, Quinzinho da Cunha, Companhia Agrícola Dumont e Fazenda Macaúbas. Apesar da dimensão da greve, a organização de classe dos fazendeiros era mais forte e contava com o apoio estatal, assim, a greve foi derrotada. Embora essas greves tenham sido marcantes, sendo registradas em vários periódicos anarquistas e socialistas da época,

A atuação das vanguardas do movimento operário nas lutas e resistências dos trabalhadores das fazendas de café teve pequena extensão, dadas as condições específicas apresentadas no meio rural, pois pouco ou nenhum contato havia entre os

trabalhadores de cada uma das fazendas, sendo ainda mais difícil o contato com os militantes. As entradas e saídas de pessoas de cada uma dessas fazendas eram controladas de forma rigorosa, já que a intenção dos proprietários era impossibilitar qualquer organização coletiva ou tomada de consciência da exploração que sofriam. Na fazenda Boa Vista, por exemplo, segundo depoimento de réus e testemunhas de um processo crime, os trabalhadores só podiam receber visitas e deixar a propriedade aos sábados e domingos para fazer compras e buscar correspondência mediante a autorização do administrador, sendo esta permissão dada a apenas um membro de cada família (GARCIA, 2015, p. 203).

A dificuldade de organização e mobilização não afetava apenas os trabalhadores rurais. Nas áreas urbanas o movimento operário era dificultado pelo próprio caráter limitado da atividade industrial. Assim, as greves só tinham grande repercussão quando atingiam áreas afeitas ao setor agroexportador, como no caso dos ferroviários e portuários, mas mesmo assim com marcante caráter regional. Segundo Barbosa (2008, p. 195), “[...] os vários espaços regionais viram suas frações de classe burguesas se acomodarem em oligarquias regionais, perpetuando a coerção extraeconômica e extraindo mais valia, indiretamente, por meio do monopólio comercial”. De acordo com o autor, em São Paulo, principal lócus do lento desenvolvimento industrial brasileiro, “a inexistência de direitos trabalhistas nesse mercado de trabalho tendencial indicava tão-somente um falso liberalismo, já que se acionava com frequência o “privatismo patriarcal”” (p. 227). Era significativa dessa configuração o trabalho doméstico, que respondia por 7,6% dos empregos na cidade de São Paulo. No mercado de trabalho brasileiro em formação “os contratos eram verbais, não havia férias, licença gestante, auxílio-doença, descanso remunerado, limitação da jornada de trabalho ou indenização por dispensa” (p. 228). A aposentadoria dependia da própria poupança do trabalhador, o que era dificultado pelos baixos salários, até abaixo do valor da força de trabalho, dado excedente estrutural da força de trabalho, a manutenção dos laços patriarcais, a ausência de estabilidade e a existência de uma mão-de-obra disponível jovem e proveniente de diferentes nacionalidades. “A lei era ditada e aplicada pelo capitalista, que ordenava o mundo do trabalho, fixando os critérios de remuneração e os regulamentos internos sobre as condições de trabalhos” (p. 229). Apesar dessas limitações, as alvitantes condições de trabalho levaram a muitas greves e paralisações ainda na República Velha, sendo de maior destaque a greve geral de 1917, que mobilizou mais de 40 mil trabalhadores.

De acordo com o artigo 233 do Código Civil de 1916, o marido era o “o chefe da sociedade conjugal”, assim, a ele competia “o direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal”. O inciso VII do artigo 242 reforçava essa competência

ao proibir a mulher de exercer profissão sem a autorização do marido. Esse código apenas positivava o patriarcado⁵⁸ vigente e expressava uma das características em comum entre o regime de colono e o trabalho nas fábricas nas primeiras décadas do século XX. Tratava-se da “[...] utilização da família como unidade de trabalho, reduzindo-se por meio dessa estratégia o salário individual e aumentando o mais-trabalho per capita. Havia uma divisão sexual no interior da classe operária, onde a mulher funcionava como trabalho suplementar e provisório” (BARBOSA, 2008, p. 233). A subordinação da mulher e a feminização de algumas atividades como o trabalho de agulha ou o trabalho doméstico integravam o circuito da superexploração da força de trabalho, combinando os caracteres do patriarcado aos fatores necessários para acumulação capitalista subordinada aos pólos imperialistas. Essa específica divisão sexual do trabalho funcionava “[...] como exigência imposta pelo capital ao remunerar salários abaixo do nível de subsistência para os operários masculinos. Na realidade, a renda das mulheres e crianças funcionava como uma espécie de “renda complementar do trabalho assalariado”. Na prática, a família viabilizava a proletarização do trabalho para o capital” (p. 233)⁵⁹. As mulheres respondiam por 25% dos postos de trabalho paulistanos e jovens e crianças eram 23,6% dos empregados.

Encontravam-se crianças nas fábricas e oficinas desde os cinco anos de idade, atuando os meninos e as meninas no ramo têxtil, nas indústrias gráficas, como vendedores de jornais e em uma ampla variedade de serviços domésticos, sob a justificativa de que precisavam “adquirir hábitos de trabalho”. Ao contrário, tratava-se de uma socialização deficiente, tanto pela insuficiência de conhecimentos básicos de caráter instrumental como pelos limites impostos à capacitação profissional. [...] Para o conjunto do país, nos estabelecimentos industriais de médio e grande porte, a mão-de-obra com idade inferior a dezesseis anos respondia por 13% do total de empregos, com especial destaque para a indústria têxtil, metalúrgica, de cerâmica e de luxo (BARBOSA, 2009, p. 236)

De acordo com Margareth Rago (2014):

⁵⁸ De acordo com Saffioti (2015), o conceito de patriarcado não trata de uma relação privada, mas civil, na medida em que dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições, configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade, tem uma base material, corporificando-se e representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

⁵⁹ A exploração do núcleo familiar determinada pela relação capital não é exclusiva das sociedades capitalistas entificadas pela via colonial, a partir do estudo do caso inglês, constatou Marx (1996a, p. 29) que: “A maquinaria também revoluciona radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro, possuidor de força de trabalho. Mas, agora, o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos”.

A industrialização no Brasil foi realizada em grande parte por esse pequeno produtor, que trabalhava tanto quanto os adultos, senão mais, mas que recebia menos por ser menor. Nas fábricas de vidro, seu trabalho era indispensável, assim como em outras indústrias. O industrial Matarazzo, por exemplo, chegou a adquirir máquinas pequenas, adequadas ao tamanho das crianças, para aumentar a produtividade do trabalho na fábrica Mariângela. Jacob Penteadó descreve ainda o trabalho infantil no interior da Cristaleria Itália, ou Fabriquinha, onde as crianças acabavam sendo exploradas pelos operários adultos. Os pequenos deviam chegar antes que os oficiais para encher de água os latões e as tinas, “onde as peças eram reaquecidas para o acabamento”. Com isso, as crianças operárias acabavam trabalhando mais ainda que os mais velhos e “quando a fusão do vidro retardava, aumentava para onze, doze e até quinze horas de trabalho (p. 192).

Essas crianças operárias ofereciam resistência à sua maneira aos “constantemente castigados, surras, bofetadas, espancamentos que os contramestres infligiam” (RAGO, 2014, p. 189), como o lançamento de pedras com estilingues de borracha fora do expediente. Mas a resistência delas à organização capitalista do trabalho foi além da evasão, brincadeiras e fugas, em 1927, por exemplo, foi relevante a “[...] participação infantil na deflagração e na sustentação do movimento paredista, na fábrica Votorantim, contra a extensão da jornada de trabalho” (p. 190).

O baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, a baixa composição orgânica do capital, a subordinação da burguesia nacional aos interesses estrangeiros e sua dependência de medidas protetivas e do desempenho do setor agroexportador, em suma, o caráter atrofiado do desenvolvimento do capital industrial implicava numa recorrente necessidade de extração de mais-valor absoluto. As jornadas de trabalho oscilavam entre nove horas e meia a 12 horas diárias, de seis a sete dias por semana, tanto nas fábricas quanto no setor de serviços (BARBOSA, 2009). A regulação estatal do mercado de trabalho era praticamente inexistente durante a Primeira República, o que motivou várias resistências nesse período.

Dadas as precárias e extenuantes condições de trabalho, combinada à carestia dos produtos, o número de greves cresceu desde o começo do século XX, chegando, no período entre 1917 e 1920, a mais de cem em São Paulo e mais de sessenta no Rio de Janeiro. A sindicalização ganhou impulso, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro afirmava ter 19 mil filiados em 1918. Apesar da existência e divulgação de ideais anarquistas, comunistas e socialistas, a maior parte das reivindicações eram relativas a melhoria das condições de vida através da conquista de alguns direitos mínimos.

[...] O Comitê de Defesa Proletária, que se formou no curso da greve geral de 1917, tinha como pontos principais de seu programa: aumento de salários; proibição do trabalho de menores de catorze anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos; jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras; fim do trabalho nos sábados à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito

de associação. Além disso, propunha medidas contra a carestia pela intervenção do Estado - separando-se pois neste aspecto da pureza doutrinária anarquista - e pela redução de 50% dos aluguéis (FAUSTO, 2015, p. 330).

A onda grevista durou até 1920, a greve geral de 1917 chegou a mobilizar 50000 trabalhadores. A repressão estatal capitaneada pela burguesia foi forte chegando à sua expressão legislativa no Decreto 4.269, de 17 de janeiro de 1921, o qual regulamentou a repressão ao anarquismo. Por outro lado, na década de 1920 o estado brasileiro começou a interessar mais na regulação das relações de trabalho, mas ainda de maneira bem conservadora. O Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925, sancionou a resolução de que “a empregados e operarios de estabelecimentos commerciaes, industriaes e bancarios e de instituições de caridade e beneficencia no Districto Federal e nos Estados, senão annualmente concedidos 15 dias de férias, sem prejuizo dos respectivos ordenados, diarias, vencimentos e gratificações”. Entretanto, o artigo 2º do Decreto determinava a necessidade de regulamentação desse direito, o que não ocorreu antes de 1930, sendo a lei letra morta. Outro evento importante que marcou as lutas de classes no Brasil durante a década de 1920 foi a fundação do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Fundado por uma maioria de operários em 25 de março de 1922, o PCB possuía uma maioria de operários em seus quadros. Ainda em julho de 1922 seria considerado ilegal, voltando a ser legal apenas no curto período entre janeiro e agosto de 1927.

A legislação repressiva contra o trabalho não era novidade. Conforme já mencionamos, a transição do Império para a República foi um movimento transacionado entre as classes dominantes brasileiras, com o protagonismo da oligarquia cafeeira e a participação das forças armadas. Assim o Código Penal brasileiro, promulgado pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, já previa, no seu capítulo IV, penas relativas aos “crimes contra a liberdade de trabalho”, assim, segundo o artigo 204, “constranger, ou impedir alguém de exercer a sua industria, commercio ou officio; de abrir ou fechar os seus estabelecimentos e officinas de trabalho ou negocio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em certos e determinados dias”, era motivo para prisão de um a três meses. Mesma pena aplicável a quem “Seduzir, ou alliciar, operarios e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal” ou “Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operarios ou patrões augmento ou diminuição de serviço ou salario”, de acordo com os artigos 205 e 206. O parágrafo primeiro do artigo 206 previa pena ainda maior para chefes ou cabeças de coligação. O Decreto nº 1.162, de 12 de dezembro de 1890, acrescentou penas de um a três meses de

prisão, com multa, para quem “desviar operarios e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento” e/ou “causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violencias, para impôr aos operarios ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salario”. Assim, o caráter repressivo do liberalismo brasileiro expressava claramente na penalização das resistências dos trabalhadores, sendo mais duro quando ocorresse tentativas de organização política.

Não bastasse esses elementos, o governo de Washington Luís promulgou, em 12 de agosto de 1927, o Decreto nº 5.221, o qual ficou conhecido como Lei Celerada, ou Lei Aníbal de Toledo. Essa pena endureceu os já mencionados decretos de combate à organização operária e visava diretamente o PCB. Seu artigo primeiro determinava que “ São inafiançaveis os crimes previstos no decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890, e as penas respectivas passam a ser de seis mezes a um anno de prisão cellular para o caso do § 1º e de um a dous annos para o caso do § 2º”. Além disso, o governo fica autorizado a ordenar:

[...] o fechamento, por tempo determinado, de aggremações, syndicatos, centros ou sociedades que incidam na pratica de crimes previstos nesta lei ou de actos contrarios á ordem, moralidade e segurança publicas, e, quer operem no estrangeiro ou no paiz, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escriptos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuizo do respectivo processo criminal.

O governo aumentava portanto os seus poderes para reprimir as atividades políticas e a organização política dos trabalhadores. Poucas categorias profissionais tinham acesso a alguns direitos vinculados ao trabalho. Um exemplo eram os funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, que tinham o direito à aposentadoria por tempo de serviço ou por incapacidade de acordo com o Decreto nº 406, de 17 de maio de 1890. O Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, que ficaria conhecido como Lei Eloy Chaves, considerado por Silva (2012) o ponto de partida para a estruturação da previdência social, instituiu a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão dos ferroviários, abrangendo todas as empresas ferroviárias em atividade no Brasil. Por essa lei, era concedido aos ferroviários o direito à aposentadoria integral ou proporcional de acordo com a combinação de idade e tempo de serviço.

A efetiva intervenção estatal na organização do mercado de trabalho só viria depois de 1930. A ruptura que marcaria o fim da República Velha não foi resultante da ação coordenada da burguesia industrial. Mesmo que a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928, tenha representado um passo na diferenciação entre a burguesia agrária e a industrial, não haviam grandes divergências entre esses setores de classe em São Paulo, não

por acaso os industriais apoiaram a candidatura de Júlio Prestes nas eleições presidenciais de 1930. Os industriais organizados no Centro Industrial do Brasil - CIB, no Rio de Janeiro, também expressaram apoio a Washington Luís quando de seu afastamento, considerando a insurreição de 1930 extremamente prejudicial ao país. O processo político que desembocaria em 1930 teve por base os já citados interesses heterogêneos das classes dominantes de cada região do país. A oligarquia cafeeira sofrera um duro golpe ao final da década de 1920, as grandes safras de 1927 e 1928 foram precedidas de incomumente por mais um ano de boa safra em, 1929, o que era inesperado, levando ao derretimento dos preços do café, que foi ainda mais forte por conta dos impactos da crise internacional iniciada em 1929. Apesar de ter sido capitaneada por um político em ascensão na velha ordem, o ex-ministro da fazenda Getúlio Vargas, houve uma troca das elites políticas,, ascendendo militares, técnicos diplomados jovens políticos e, posteriormente, os industriais (FAUSTO, 2015).

Nessas condições, a forma política da União se alterou, o Estado nacional passou a centralizar mais as decisões econômicas, ampliando gradativamente sua atuação econômica, social e reforçando o papel das Forças Armadas nessa estrutura, como suporte para a criação de uma indústria de base e fator de garantia de ordem interna. O Estado brasileiro, sob a direção de Getúlio Vargas, se tornaria um fator central na promoção da industrialização brasileira, tanto na conformação de uma indústria de base, quanto na regulamentação e mediação das relações entre as classes sociais, tentando promover uma harmonização dos interesses da classe trabalhadora urbana e os interesses da burguesia industrial⁶⁰. O governo provisório contou com o apoio dos tenentes e da Igreja Católica na sua centralização. Uma das retribuições de Getúlio encontra-se registrada no Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que permitia a instrução religiosa nos estabelecimentos oficiais de ensino.

A centralização da política econômica abarcou a então locomotiva da economia brasileira, o setor cafeeiro. Embora o governo adotasse uma postura industrializante, o café não poderia ser abandonado, assim, o Decreto nº 19.688, de 11 de Fevereiro de 1931, garantia a compra dos estoque excedente de café pelo governo federal. Ainda no mesmo ano, o governo provisório instituiu o Decreto nº 20.003, de 16 de Maio de 1931, que regulamentava a aquisição, guarda e liquidação dos estoques de café. No seu artigo 11º instituía o Conselho Nacional do Café, responsável por deliberar sobre a política do café. O governo federal, como

⁶⁰ Segundo Theodoro (2005, p. 106), “O Estado passa a ter um papel essencial, não somente no que concerne à promoção de políticas de proteção ou de estímulo à atividade econômica privada, mas também como “Estado-empresário”, seja intervindo diretamente, seja estabelecendo diretrizes gerais em setores estratégicos. É a partir desta perspectiva que, em busca da melhoria das comunicações e do transporte, o Estado vai dar início à construção de grandes rotas inter-regionais, o que permitirá a ligação efetiva das regiões do país”.

o preposto das classes dominantes de qualquer Estado burguês, executou o processo de destruição dos valores-de-uso em prol do valor-de-troca até 1944, eliminando “[...] 78,2 milhões de sacas, ou seja, uma quantidade equivalente ao consumo mundial de três anos” (FAUSTO, 2015, p. 28).

Outra importante mudança a partir de 1930, que duraria os 15 anos do primeiro período getulista, foi a política trabalhista. Ainda em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual seria responsável pelo reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores e intermediário da defesa dos seus interesses. De acordo com o Decreto 19.770, de 19 de março de 1931, dependiam de aprovação ministerial a definição dos estatutos e da estrutura sindicais, sendo condição para sua existência a “abstenção, no seio das organizações syndicaes, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectarias, de caracter social, politico ou religioso, bem como de candidaturas a cargos electivos, extranhos á natureza e finalidade das associações” (BRASIL, 1931). Assim o governo federal adotava uma atitude de controle e concessão na regulação das relações trabalhistas, tentando arrefecer os antagonismos entre capital e trabalho. Entretanto, isso não seria suficiente, e os movimentos populares seriam combatidos duramente, especialmente após a implantação da ditadura do Estado Novo em 1937.

Na base da organização da autocracia instituída em 1937 estava a aliança entre a burocracia civil e militar e a burguesia industrial. Assim, esperava-se avançar na industrialização do país com a contenção das contradições sociais. Além disso, o fortalecimento da indústria era a alternativa encontrada diante da crise da economia cafeeira.

A exportação sofre profundo golpe, passando a sua média anual no quinquênio 1926-1930 de 88.200.000 libras esterlinas para 38.000.000 no quinquênio seguinte, 1931-1935. A importação experimentava restrição sem precedente, baixando de 5.460.000 toneladas no quinquênio 1926-1930 para 3.830.000 no quinquênio 1931-1935. O valor médio da saca exportada de café decresceu de 4.71 libras esterlinas para 1.80 libras, representando uma redução de 64%. Em 1925 havíamos auferido 74 milhões de libras esterlinas pela nossa venda de café e em 1930 conseguimos apenas 41 milhões, baixando para 21 milhões em 1934 e pouco mais de 10 milhões em 1940. A desvalorização monetária, nestas condições, foi rápida (LIMA, 1976, p. 353).

Dadas essas condições, o estoque de ouro brasileiro foi a zero, enquanto os credores recomendavam uma nova onda de ajustes para recuperar o valor da moeda que estava depreciado, o governo de Getúlio propôs o caminho alternativo da redução das importações, reforma tributária e investimento na siderurgia. “Abstraindo secundárias erupções anteriores, é apenas no bojo contraditório do auge e concomitante desequilíbrio do setor agro-exportador

que a industrialização brasileira, de fato, tem início” (CHASIN, 1978, p. 641). De acordo com Francisco de Oliveira (1972):

A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizaria é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrárioexportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (p. 9).

Assim, enquanto as potências capitalistas centrais ampliavam seu escopo de expansão imperialista e buscavam soluções para a crise de superprodução industrial e superacumulação, o Brasil, de maneira retardada e retardatária dava início à objetivação do capital industrial de maneira contínua e progressiva⁶¹. A burguesia industrial brasileira será conformada a partir dessas condições, não por meio de uma revolução democrático burguesa como nos casos clássicos⁶². No caso brasileiro, ligado de modo subordinado aos polos imperialistas, a entificação do capitalismo industrial se deu a partir das debilidades do setor agroexportador, tendo sua base montada com o auxílio crucial do governo autocrático de Getúlio Vargas, o qual assumiu o governo por meio do golpe de 1930, seria eleito indiretamente presidente em 1934, e, antes das novas eleições diretas, instaurou a ditadura do Estado Novo em 1937, por meio de outro golpe de estado. Na base do apoio social à ditadura estava o combate ao comunismo e à harmonização das relações entre as classes sociais, especialmente as erigidas a partir dos antagonismos entre capital e trabalho. O itinerário do evoluir histórico do Brasil é marcado “[...] pelas transformações pelo econômico-sociais realizadas *pelo alto*, e que põem as massas, tanto como partícipes quanto como beneficiárias, à margem dos processos de

⁶¹ Para Florestan Fernandes (2005, p. 239), “o que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um colapso, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa”.

⁶² “[...] a burguesia brasileira nunca teve nada a ver com a burguesia empreendedora, animada por ideais emancipadores, a burguesia de meados do século XVIII a 1848; a burguesia brasileira não dispôs nunca de impulsos para realizar uma revolução *burguesa* à moda “clássica”, liquidando o latifúndio (lembre-se que, originalmente, a reforma agrária é uma das tarefas da revolução burguesa) e defendendo a soberania nacional” (NETTO, 2014, p. 75).

mudança” (CHASIN, 2000a, p. 103)⁶³. Trata-se de um dos traços nucleares da particularidade da via colonial.

A particularidade da via colonial, e aqui não cabe apontar mais do que isso, engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independências neo-colonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizaram sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado a burguesia prussiana realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela via colonial tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia prussiana é anti-democrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de anti-democrática é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com sua subordinação ao imperialismo (Chasin, 2000a, pp. 103-4).

Assim, a reorganização da forma política a partir de 1930 não representou uma revolução ou uma transformação radical da sociedade brasileira, mas antes, confirmou os caracteres da via colonial, pondo-se o processo de industrialização pelos meios possíveis dado caráter subordinado e atrofiado da burguesia de matriz colonial. O controle dos sindicatos, dos movimentos de massas, a relação entre concessões e repressão militar e policial seriam o modo encontrado para garantir a exploração do trabalho adequada à acumulação de capital industrial. Essa burguesia “[...] se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações” (FERNANDES, 2005, pp. 240-1).

Por meio de concessões e repressões se instituiu o mercado de trabalho formal que se adequaria às necessidades da nascente indústria. Longe de superar a forma anterior de dominação de classes, a dominação burguesa propriamente dita se “[...] associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos [...]” (FERNANDES, 2005, p. 243). Não é por acaso que “a história do Brasil é “rica” em ditaduras e “milagres”. Pobre efetivamente de soluções econômicas de resolução nacional e carente de

⁶³ Mesmo o pilar dos direitos trabalhistas no Brasil, a CLT, foi instituído por meio de um Decreto-lei do Executivo.

verdadeira tradição democrática” (CHASIN, 2000b, p. 60). Ainda na contemporaneidade os Decretos-leis formam parte substancial do arcabouço jurídico brasileiro.

Após os 15 anos de governo getulista, o Brasil viveu um breve período com estabelecimento de algumas liberdades democráticas⁶⁴ entre 1945 e 1964, interrompido com o golpe de 1964. A ditadura militar foi à resposta ao receio da burguesia brasileira a qualquer democratização ou abertura política que colocasse em cheque seu estatuto. A mera impressão de que João Goulart sinalizava um democratismo e nacionalismo reformista⁶⁵ foi suficiente para que a solução bonapartista fosse adotada. Apesar do golpe não poder ser descolado da contrarrevolução preventiva em larga escala adotada pelos núcleos imperialistas⁶⁶, ele confirmou os caracteres gestados pela formação social e econômica brasileira, confirmando o caráter subordinado e atrofico do capital brasileiro, a política econômica do regime militar consistiu:

[...] numa forma de acumulação capitalista subordinada ao capital estrangeiro, em que a produção é direcionada para dois polos principais. De um lado, intensifica-se a produção dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletroeletrônicos e correlatos); para seu consumo é estruturado, internamente, um mercado privilegiado e reduzido. É o pacto com o segmento alto das camadas médias. Paralela e combinadamente, é desencadeado um esforço exportador. Para que tal mecânica funcione, nas condições de um país subordinado ao capital estrangeiro, são necessários o concurso dos dinheiros internacionais e a aplicação do arrocho salarial sobre a grande massa dos trabalhadores. O primeiro aparece sob a forma de investimentos diretos e muito especialmente de empréstimos. O arrocho preserva a existência da mão-de-obra barata e faculta a produção de bens, ditos competitivos, para o mercado internacional (CHASIN, 2000a, p. 85).

Nexo fundamental para a intervenção bonapartista foi a necessidade de manutenção do arrocho salarial sobre a massa trabalhadora e da impugnação de qualquer movimento de origem popular que ganhe qualquer conotação democratizante e classista. Assim, quando não é possível a conciliação e a cooptação de sindicatos, movimentos sociais e lideranças dos trabalhadores, a solução bonapartista, seja pela bruta violência direta ou pela judicialização

⁶⁴ Período marcado pela presidência de um militar (Eurico Gaspar Dutra), um suicídio (Getúlio Vargas), um impedimento (Café Filho), um segundo impedimento (Carlos Luz), um estado de sítio (durante a presidência de Nereu Ramos), uma renúncia (Jânio Quadros), uma ruptura institucional (Ranieri Mazzili) e um golpe de estado civil-militar (João Goulart).

⁶⁵ “Jango, um reformista burguês e democrata sincero, encarnava um projeto de desenvolvimento capitalista que se enfrentava com os mesquinhos interesses da grande burguesia e dos latifundiários, além de colidir com o imperialismo” (NETTO, 2014, p. 73).

⁶⁶ De acordo com Netto (2014), haviam três objetivos na cruzada contrarrevolucionária patrocinada pelos núcleos imperialistas: “1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas” (p. 75).

dos antagonismos sociais, é sempre chamada sem cerimônias pela burguesia brasileira. A ditadura militar permitiu à burguesia brasileira reordenar e conformar a forma política às suas necessidades, especialmente às do capital estrangeiro ao qual ela se subordina. Não é por acaso que:

Se a Constituição elaborada pelo parlamento com poderes constituintes acolheu direitos políticos próprios do Estado de Direito Democrático e inclusive avançou no campo dos direitos sociais, *ela, na decisiva instância do ordenamento econômico, consagrou uma formatação profundamente conservadora*. Através do *Centrão*, as classes possuidoras ganharam a hegemonia, puderam neutralizar os impactos das lutas conduzidas pelos trabalhadores e assegurar, durante e após a transição (assinalada pela promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988), uma ordem constitucional que consagrava a sua renovada dominação (NETTO, 2014, p. 262).

Essa formatação econômica extremamente conservadora, em tese, conforma o período da análise da nossa pesquisa, compreender de que modo a política monetária se conformou à particularidade e ao estágio das lutas de classes no Brasil após a Constituição de 1988 é o objetivo do presente trabalho. A transição para o atual período pós-ditadura não se deu por meio de uma revolução ou ruptura conflagrada pela sociedade, mas consistiu numa “transição transada na ordem” (CHASIN, 2000c, p. 168). De acordo com Morena Marques (2015, p. 182):

O fato das classes sociais, em especial a trabalhadora, não terem constituído uma ruptura profunda com a contrarrevolução burguesa, mas apenas um ‘pacto democrático’ ao seu fim, conduziu não à erradicação desta contrarrevolução, mas à sua diluição na sociedade civil. O que esta ‘diluição’ resulta – sob a forma de uma cultura autocrática – é numa curiosa contradição: a perda pelos setores ultraconservadores da burguesia do monopólio do poder do Estado, mas a preservação de sua expressão econômica, política e social como diretriz para as relações entre as classes. Não é por menos que escrevemos hoje sobre um país subdesenvolvido e profundamente desigual, que reproduz os traços típicos de sua histórica heteronomia, a exemplo da presença de focos de trabalho análogos ao de escravo e de relações de trabalho ‘semilivres’; de uma força policial altamente militarizada; do genocídio étnico da juventude negra; dos consideráveis índices de feminicídio; de práticas patrimonialistas; e ao fim, da manutenção da estrutura latifundiária e agroexportadora aliada à presença “democrática” de aberrações como a ‘bancada parlamentar ruralista’ ou a ‘bancada parlamentar evangélica’.

A cultura autocrática, formada desde o início da história brasileira pela via colonial, edifica-se e institucionaliza-se no período pós-ditatorial. Para Chasin (2000d), a democratização foi na verdade uma recomposição na forma da autocracia burguesa institucionalizada. Segundo Magane (2014, pp. 75-6),

[...] o que podemos depreender da análise concreta dos fatos históricos da sociabilidade brasileira é que o manto da violência persiste incólume, a despeito dos mandamentos constitucionais e garantias legais existentes, pois as determinações da história nacional formam arcabouço complexo e estruturante para a manutenção da perene violência no Brasil, inclusive sob os olhos do próprio sistema de Justiça do país. Assim, desde a chegada dos europeus em nossas terras e da importação do modus operandi da tortura, presenciamos a edificação de uma sociedade sob o alicerce da violência, inaugurada contra os índios, depois em face dos negros, imigrantes, operários e, nos dias de hoje, direcionada sem qualquer freio ao pobre, geralmente pardo ou negro. Dessa forma, houve, com o desenrolar da história brasileira, a formação social de uma espécie de “cultura” nacional da barbárie, da violência e da depreciação da dignidade da pessoa humana, configurando fardo histórico por demais complexo e pesado, essencial para entendermos as razões da existência da tortura e da sua impunidade nos dias atuais, em pleno regime “democrático” estabelecido pelo ordenamento jurídico vigente.

A via colonial fez surgir uma burguesia antidemocrática e incapaz de defender qualquer bandeira democratizante e humanista, até o espaço para o cinismo é restrito nessa particularidade. Subordinada a polos externos, a burguesia brasileira restringe o acesso popular ao meio político e faz uso da violência estatal para conter e amedrontar os descontentes com a ordem social, “[...] há no Brasil o reino da impunidade diante da violência do estado em face dos presos pobres, internos e cidadãos detidos para averiguações etc., pois o horror da tortura atende aos anseios da autocracia burguesa institucionalizada, uma vez que se configura como verdadeira forma de controle e terror social” (MAGANE, 2014, p. 82). Para Chasin (2000e), na transição da ditadura para o atual período democrático,

[...] não só a estrutura econômico-societária foi preservada, como também a essência da sua correlata dominação política proprietária que caracteriza o país: o autocratismo buguês. É suficiente ilustrar o fenômeno com os estupros perpetrados contra a novíssima Constituição tanto pelo executivo federal como pelo Congresso. O primeiro na forma ativa das medidas provisórias, reinstituindo informalmente o decreto-lei, e o segundo na forma passiva como as acolhia, até mesmo sob a versão aviltante de suas reedições. Sem mais delongas, a transição lerda, longa e limitada, foi o movimento pelo qual, assegurada a estrutura econômica vigente, a dominação política do capital atrofico transitou des seu perfil bonapartista para a sua forma de autocracia buguesa institucionalizada, figuras ambas do mesmo domínio antidemocrático que a tipifica. Em outras palavras, a transição consistiu na auto-reforma da dominação política discricionária, em razão e benefício de seu fundamento - a perversa sociedade civil do capital inconcluso e subordinado, arremetida ao sufoco de uma grave crise de acumulação.

Embora o poder político fosse agora formalmente aberto a todo brasileiro, afinal, foram abertos os espaços nos conselhos e conquistas fundamentais de direitos sociais e garantias civis tenham sido positivadas na Constituição de 1988, eles foram restritos e restringidos de diversas formas, seja no cerceamento cotidiano gerado pela brutal desigualdade social, nos processos eleitorais caros e dominados por capatazes profissionais, seja na manutenção estrutural das desigualdades e imagens de classe, sexo e raça. Exemplar

da matricialização do mercado de trabalho configurada pela via colonial de passado escravocrata e patriarcal é a hipertardia regulamentação do trabalho doméstico. Após quase 25 anos de vigência da “Constituição Cidadã”, foi promulgada em 02 de abril de 2013 a Emenda Constitucional nº 72, que assegurou às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos já assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais. De acordo com Pinheiro, Fontoura e Pedrosa (2011), em 2009, haviam 7,2 milhões de trabalhadoras domésticas ocupadas no país, das quais 93% eram mulheres, sendo 61,6% destas negras. “Do conjunto das mulheres ocupadas em 2009, 17%, ou 6,7 milhões, tinham o trabalho doméstico como principal fonte de renda, valor que alcança quase 20% entre as ocupadas da região Centro-Oeste e 18% entre as do Nordeste. Entre os homens, esta proporção não alcançava 1%” (p. 38). Além disso, haviam 340 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos empregados no trabalho doméstico em 2009. Do total das trabalhadoras domésticas, apenas 26,3% tinham relações de trabalho formalizadas em carteira de trabalho e previdência social. As históricas diferenças regionais também aparecem na análise dessa parte do mercado de trabalho, “enquanto as domésticas do Sul e Sudeste apresentavam taxa de formalização de 32% e 33%, respectivamente, no Nordeste esta proporção é de 13,8% e no Norte alcança meros 12,5%” (p. 46). A manutenção dessas relações de exploração são uma das expressões mais marcantes do mercado de trabalho erigido sob os auspícios do capital atrofico.

Enfocamos aqui a entificação do capitalismo pela via colonial, especialmente no seu período de transição a partir da independência até a origem efetiva do processo de industrialização a partir de 1930. Valemo-nos dessas considerações para resgatarmos o que consideramos ser estruturante das relações entre as classes sociais na particularidade brasileira. O Brasil tem, portanto, nas raízes da sua democracia uma cisão entre classes sociais onde não foi superado o grande latifúndio e a subordinação estrutural da economia ao capital financeiro, de fato, nas últimas décadas essa subordinação se intensificou. Além disso, a burguesia brasileira tem por base um comportamento avesso à abertura política para participação popular, excluindo o grosso da população das grandes decisões nacionais. Enquanto nuclear para a reprodução do capital, avaliaremos de que maneira essas relações entre as classes sociais se expressam na política monetária adotada pelo Brasil no período pós-ditatorial no capítulo 4.

CAPÍTULO 3. VALOR, DINHEIRO E POLÍTICA MONETÁRIA

No presente capítulo apresentamos alguns conceitos e categorias mais relevantes em teoria monetária. Longe de pretender o esgotamento do tema, de maneira breve apresentamos algumas categorias básicas para a compreensão da dinâmica monetária e das funções do dinheiro e da política monetária no capitalismo. Assim, inicialmente apresentamos as diferenças entre o real e o monetário em economia a partir das diferenças entre a ortodoxia e a heterodoxia monetárias. Depois, apresentamos as determinações da forma dinheiro e da forma valor de acordo com as descobertas expostas por Marx em *o Capital*, discutindo sua relevância para a discussão do sistema monetário contemporâneo. Por fim, apresentamos alguns aspectos das relações entre a política monetária e as classes sociais no capitalismo, destacando o aspecto não neutro da moeda e da política monetária.

3.1. Ortodoxia e Heterodoxia Monetária

3.1.1. Controvérsia Bullionista e Teoria Quantitativa da Moeda

Moses Ricardo (1824), no obituário de seu irmão, lembrou como o estudo da economia política apareceu tardiamente na vida de David Ricardo, o qual desde os quatorze anos já começara a trabalhar na Bolsa de Valores de Londres por intermédio de seu pai. Para Moses, embora David demonstrasse habilidades e interesse em diferentes áreas do conhecimento, em nenhum outro lugar ele teria demonstrado tanta capacidade quanto nos negócios⁶⁷. Apenas em uma estadia na cidade de Bath é que David Ricardo entraria em contato com a obra de Adam Smith. Essas leituras e as imensas transações realizadas por ele junto ao Banco da Inglaterra levaram-no a refletir sobre a questão da moeda, já que o instigava a diferença existente entre o valor das moedas metálicas e o valor das notas emitidas pelos bancos depois de 1797.

Segundo seu biógrafo, “isso ocupava grande parte de sua atenção na época, e era um tema frequente de conversa com aqueles entre seus conhecidos que tinham interesse no

⁶⁷ Sobre o conhecimento de David Ricardo sobre a Bolsa de Valores, escreveu seu irmão: “Seu conhecimento completo de todas as suas complexidades; sua surpreendente rapidez em números e cálculos; sua capacidade de realizar, sem qualquer esforço aparente, as imensas transações em que ele estava envolvido; sua frieza e juízo, combinados certamente com (para ele) um tecido afortunado de eventos públicos, permitiram que ele deixasse todos os seus contemporâneos na Bolsa de Valores muito para trás e se elevasse infinitamente mais alto, não só em fortuna, mas em caráter geral e estima, do que qualquer homem jamais tinha feito antes naquela casa” (RICARDO, 1824, p. 371).

assunto. Ele foi induzido a colocar seus pensamentos no papel, sem a mais remota intenção de publicar” (RICARDO, 1824, p. 372). Entretanto, um de seus amigos mais próximos, um dos poucos para quem David Ricardo mostrou o manuscrito, era James Perry, então proprietário e editor do *The Morning Chronicle*, jornal londrino que no futuro publicaria textos de Charles Dickens, Henry Mayhew e John Stuart Mill. O senhor Perry insistiu para que o texto fosse publicado no seu jornal, e, após alguma resistência, Ricardo cedeu e o texto foi publicado anonimamente na edição do *Morning Chronicle* de 29 de agosto de 1809, com o título *The Price of Gold* (RICARDO, 2004a). O texto gerou uma considerável repercussão, várias cartas de respostas chegaram à redação do jornal e Ricardo respondeu algumas com a assinatura R.

A importância desse artigo que marcou a estreia editorial de David Ricardo se dá não apenas pelo talento e a reconhecida perspicácia de um dos mais influentes economistas políticos, mas porque ela se deu em meio à “controvérsia bullionista”⁶⁸. Por meio do *Bank Restriction Act* de 1797, o parlamento britânico eliminou a conversibilidade das notas emitidas pelo Banco da Inglaterra em ouro. Assim, não era mais necessário o lastro em ouro do papel-moeda emitido. Um dos fatores para essa decisão foi a guerra contra a França Revolucionária iniciada em 1793, a qual gerou uma corrida aos bancos que fez com que o Banco da Inglaterra restringisse o crédito, gerando uma crise de liquidez. A controvérsia bullionista aconteceu a partir dos debates e tentativas de explicação do processo inflacionário decorrido após o fim da obrigatoriedade da conversibilidade em ouro.

Os “bullionistas” explicavam a inflação como consequência das emissões de papel-moeda inconvertível pelo Banco da Inglaterra, enquanto os “anti-bullionistas” minimizavam ou rejeitavam integralmente o papel da expansão monetária no processo inflacionário, atribuindo-o primariamente aos distúrbios causados nas correntes de comércio pela guerra com a França e às despesas do governo inglês por conta do conflito armado, que provocaram forte elevação da taxa de câmbio (GONTIJO, 2007, p. 422).

Após a mudança em 1797, o preço do ouro manteve-se estável por dois anos, começando a crescer em 1799, atingindo um pico em 1801. Em 1804 ele já havia retornado à paridade de 1797, mantendo-se relativamente estável até 1808. Entretanto, em 1809, ele já

⁶⁸ “A denominação “bullionistas” tem a ver com a defesa, feita por esse grupo, de que o prêmio observado no valor do bullion (ouro em espécie), quando comparado ao valor do ouro cunhado {mint price}, nada mais era do que sinal da depreciação das notas bancárias, por excesso de emissão das mesmas” (MOLLO, 1994, p. 80). Segundo Laidler (1987), a denominação “bullionist controversy” foi dada aos debates sobre teoria monetária que ocorreram na Grã-Bretanha durante os anos de 1797 a 1821, quando a conversibilidade em espécie das notas emitidas pelo Banco da Inglaterra estava suspensa.

havia subido bruscamente, dando fôlego à controvérsia⁶⁹. Nos seus textos publicados no *Morning Chronicle*, Ricardo defende a perspectiva bullionista e vincula-se à tradição da *Teoria Quantitativa da Moeda*. No artigo de 1809, Ricardo (2004a) defende o retorno ao “estado saudável” onde o papel-moeda tinha sua conversibilidade em ouro garantida, período cuja estabilidade da moeda teria sido marcante, especialmente entre 1777 e 1797. “Durante esse período, nossa moeda era de uma pureza reconhecida. Somente a partir de 1797, desde o ano em que o Banco foi impedido de pagar suas notas em espécie, que preço do ouro subiu” (p. 15). Para o autor, na medida em que o banco paga as notas que emite em espécie, não poderia haver diferença entre o valor da moeda e o preço de mercado do ouro. Isso porque, ao ter que garantir o pagamento em espécie pelas notas, o banco estaria sempre limitado a manter uma certa quantidade de notas em circulação. Com o *Restriction Act* de 1797, os controles de mercado foram suspensos, e assim, enquanto o Banco da Inglaterra estivesse interessado em emprestar, haveria clientes, e o preço do ouro subiria, assim como os das demais mercadorias, sendo o único remédio para a depreciação do papel-moeda a vontade do banco em reduzir a sua quantidade em circulação por meio da restrição do crédito.

No texto *High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Bank Notes*, também de 1809, Ricardo (2004b) complementa sua visão sobre a questão bullionista. Partindo da concepção de Adam Smith⁷⁰, o autor compreende que ouro e prata, assim como as demais mercadorias, “[...] têm um valor intrínseco, que não é arbitrário, mas é dependente da sua escassez, da quantidade de trabalho que lhes é aplicada e do valor do capital empregado nas minas que as produzem” (p. 52). Assim, se a quantidade de ouro e prata no mundo fosse

⁶⁹ “Entre 1797 e 1821, a conversibilidade-ouro das notas bancárias esteve suspensa na Inglaterra. Até 1814, presenciou-se uma fase de inflação. A partir de 1814, contudo, as falências bancárias (1814-16) e a conseqüente destruição de moedas conduziram a um período de deflação, que se agrava com o retorno à conversibilidade” (MOLLO, 1994, p. 80).

⁷⁰ Para Smith (1996a, p. 209), “o preço mínimo pelo qual se pode vender os metais preciosos ou a quantidade mínima de outros bens pela qual eles podem ser trocados durante um período de tempo considerável é regulado pelos mesmos princípios que determinam o preço normal mínimo de todos os demais bens. O capital que deve comumente ser empregado, os alimentos, as roupas e o alojamento normalmente consumidos para extraí-los da mina e colocá-los no mercado são seus fatores determinantes. O preço deles deve ser no mínimo suficiente para repor o capital, com o lucro normal”. Em relação à sua demanda, esta seria realçada pela sua escassez e beleza: “aos olhos dos ricos, o mérito de um objeto que de certa forma seja útil ou belo é altamente realçado pela sua raridade ou pelo grande trabalho que se requer para juntar uma quantidade considerável dele, trabalho esse que ninguém tem condições de pagar, a não ser eles. Os ricos desejam comprar tais objetos a um preço mais alto que coisas muito mais belas e úteis, porém mais comuns” (pp. 208-9). Por fim, “essas características de utilidade, beleza e raridade constituem a razão e o fundamento básico do alto preço desses metais, ou seja, da grande quantidade de outros bens pela qual podem ser trocados em qualquer lugar. Esse valor foi anterior e independente de terem sido empregados como moeda e foi a qualidade que os levou a tal emprego” (p. 209). A divisibilidade, durabilidade e o fato de não sofrerem processos de oxidação facilitaram o uso do ouro e da prata como moeda, sendo este uso posterior independente do valor intrínseco dos metais preciosos.

menor ou maior, isso não afetaria a proporção na qual estavam divididos entre as diferentes nações, o que se alteraria seria apenas o preço relativo das demais mercadorias, sendo comparativamente mais caras ou mais baratas. Na sustentação de seu argumento, Ricardo menciona a observação smithiana de que “As minas mais abundantes de metais preciosos ou de pedras preciosas pouco poderiam acrescentar à riqueza do mundo. Um produto cujo valor principal deriva de sua raridade é necessariamente desvalorizado por sua abundância” (SMITH, 1996a, p. 210). Assim, sendo a moeda o ouro ou a prata, “[...] os preços monetários são determinados pelos custos de produção das mercadorias em relação ao custo de produção da moeda-padrão de ouro ou prata” (GONTIJO, 2007, p. 423). A moeda, portanto, na visão ricardiana, não possui leis específicas que determinam seu valor.

Na perspectiva ricardiana, a moeda não interfere no equilíbrio de longo prazo, sendo neutra, sua propriedade é de apenas de servir de meio de troca, já que o equilíbrio da economia é definido em termos físicos⁷¹. No longo prazo porque Ricardo segue a distinção smithiana entre preço natural e preço de mercado⁷² e admitia a variação e os desvios entre o preço de mercado das mercadorias e seu preço primário e natural, determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção.

No decurso normal dos acontecimentos, nenhuma mercadoria continua por longo período sendo oferecida exatamente no grau de abundância exigido pelas necessidades e pelos desejos humanos, e, portanto, nenhuma deixa de sofrer variações acidentais e temporárias de preço. É somente em consequência de tais variações que o capital é distribuído na proporção exata necessária à produção das diferentes mercadorias procuradas. Com o aumento ou queda de preços, os lucros se elevam ou caem abaixo de seu nível corrente, o que estimula o capital a participar ou a sair daquela atividade em que a variação se verificou (RICARDO, 1996, p. 63).

⁷¹ “Se no progresso rumo à riqueza, uma nação avançasse mais rapidamente do que as outras, essa nação exigiria e obteria uma maior proporção do dinheiro do mundo. Seu comércio, suas mercadorias e seus pagamentos aumentariam, e a moeda geral do mundo seria dividida de acordo com as novas proporções. Todos os países, portanto, contribuiriam para a demanda efetiva” (RICARDO, 2004b, p. 53). São os fluxos das mercadorias, portanto, que determinariam a redistribuição monetária, sendo a moeda neutra nessa configuração no longo prazo.

⁷² “Segundo Smith (1996a), “quando o preço de uma mercadoria não é menor nem maior do que o suficiente para pagar ao mesmo tempo a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do patrimônio ou capital empregado em obter, preparar e levar a mercadoria ao mercado, de acordo com suas taxas naturais, a mercadoria é nesse caso vendida pelo que se pode chamar seu preço natural” (p. 109). Já “o preço efetivo ao qual uma mercadoria é vendida denomina-se seu preço de mercado. Esse pode estar acima ou abaixo do preço natural, podendo também coincidir exatamente com ele. O preço de mercado de uma mercadoria específica é regulado pela proporção entre a quantidade que é efetivamente colocada no mercado e a demanda daqueles que estão dispostos a pagar o preço natural da mercadoria, ou seja, o valor total da renda fundiária, do trabalho e do lucro que devem ser pagos para levá-la ao mercado” (p. 110).

Nesse sentido, Ricardo (2004b) supõe que se algum país descobrisse uma nova mina de ouro em seu território que elevasse a quantidade de moeda corrente em circulação, o seu valor seria reduzido pela abundância em relação aos outros países. Entretanto, os metais extraídos logo seriam artigos de exportação, saindo do país onde estavam baratos para os em que estavam caros. Assim, no longo prazo, o preço único do ouro e da prata seriam restabelecidos próximos ao seu preço natural. Nesse caso, a nação exportadora dos metais teria um afluxo comercial ao seu favor, adquirindo mercadorias que poderiam ser aplicadas nos seus empreendimentos e aumentar sua riqueza real. No mesmo sentido, se ao invés da descoberta de uma mina de ouro, fosse instaurado um novo banco com poder de emitir notas, o mesmo efeito ocorreria: “O meio circulante seria reduzido em valor, e os bens experimentaríamos um aumento proporcional. O equilíbrio entre aquela e outras nações só seria restaurado pela exportação de parte da moeda” (p. 55). Assim, nas duas situações há um estímulo a exportação de lingotes ou de moeda metálica⁷³.

O banco, na perspectiva bullionista defendida por Ricardo (2004b), não poderia emitir mais notas que o valor da moeda metálica que circularia caso não existisse qualquer banco. Caso tentassem exceder esse montante, o excesso retornaria a eles imediatamente para ser convertido em espécie, “[...] porque a nossa moeda, sendo assim diminuída em valor, poderia ser vantajosamente exportada, e não poderia ser mantida em nossa circulação” (p. 57). Portanto, há uma relação inversamente proporcional entre o valor da moeda e sua quantidade em circulação. Com o papel-moeda, ocorreria o mesmo que com as moedas desgastadas, aviltadas ou adulteradas, que, ao reduzirem a quantidade de ouro ou prata em sua constituição, perderiam valor em relação ao qual foram cunhadas. O papel-moeda perderia valor na medida em que não seria conversível por ouro ou prata em espécie. Esse fator reflete sobre a taxa de câmbio.

Enquanto o meio circulante consiste, portanto, em moedas não adulteradas, ou em papel-moeda imediatamente trocável por moedas não adulteradas, o câmbio nunca poderá estar mais alto, ou mais abaixo, do que as despesas de transporte dos metais preciosos. Mas quando se trata de um papel-moeda depreciado, necessariamente cairá de acordo com o grau da depreciação (RICARDO, 2004b, p. 72).

A emissão monetária excessiva levaria à queda da taxa de câmbio, refletindo a depreciação da moeda em relação à base metálica, dada a ausência de conversibilidade. “A

⁷³ “O banco substitui uma moeda de nenhum valor por uma mais cara, e nos permite transformar os metais preciosos (que, embora sejam uma parte muito necessária de nosso capital, não produzem nenhuma receita), em um capital que produza receita” (RICARDO, 2004b, p. 55).

troca será, portanto, um critério razoavelmente preciso pelo qual poderemos julgar a depreciação da moeda, procedendo de uma moeda cortada⁷⁴, ou de um papel-moeda depreciado” (RICARDO, 2004b, p. 72). Daí a consequência do Restriction Act de 1797 criticada por Ricardo:

O Parlamento, ao restringir o Banco de pagar em espécie, permitiu aos condutores daquela empresa aumentar ou diminuir à vontade a quantidade e o montante das suas notas; e, com os freios anteriormente existentes contra uma sobre-emissão removidos, esses condutores adquiriram o poder de aumentar ou diminuir o valor do papel moeda (RICARDO, 2004b, p. 75).

A depreciação do valor do papel-moeda emitido se deveu à sua abundância como meio circulante a partir do momento em que o Banco da Inglaterra foi restringido de pagar as notas em espécie. A elevação do nível de preços decorre, portanto, do excesso de meio circulante. Na sua obra magna, publicada seis anos após a polêmica no *Morning Chronicle*, Ricardo (1996) mantém sua perspectiva quantitativista e a necessidade de atrelamento do papel-moeda a um metal adotado como padrão monetário.

[...] não é necessário que o papel-moeda seja pagável em espécie para garantir o seu valor; basta que a sua quantidade seja regulada de acordo com o valor do metal adotado como padrão monetário. Se o padrão fosse o ouro de determinado peso e pureza, a quantidade de papel-moeda poderia ser aumentada sempre que o valor do ouro diminuísse, ou, o que é a mesma coisa, quanto a seus efeitos, sempre que o preço dos produtos aumentasse (RICARDO, 1996, p. 260).

Não há a necessidade do pagamento em espécie, mas a quantidade de papel-moeda deveria ser regulada em relação ao metal adotado como padrão. Assim, variações em seu estoque e valor determinariam a maior ou menor possibilidade de emissão de papel-moeda. O problema era que:

A experiência, no entanto, mostra que sempre que um Estado ou um Banco tiveram poder ilimitado de emitir papel-moeda, abusaram desse poder: portanto, em todos os Estados é necessário que exista um freio e um controle sobre a emissão de papel-moeda, e nada parece mais adequado para esse propósito do que obrigar os emissores de papel-moeda a converter suas notas em ouro cunhado ou em lingotes (RICARDO, 1996, p. 262).

⁷⁴ Sobre as moedas cortadas, esclarece George Cooper (2008, p. 46), “A invenção das moedas [coins] facilitou o comércio e encorajou a expansão econômica. Esta expansão significou que as transações tornaram-se maiores, assim, carregar em segurança as moedas tornou-se mais problemático. Um hábito irritante de cortar [clipping] moedas emergiu também. As pessoas raspavam o ouro das bordas das moedas, e transformavam essas lascas em mais moedas. Este foi o início da degradação monetária. Levou o gênio de ninguém menos que Isaac Newton para chegar à idéia de fresar linhas finas nas bordas das moedas, tornando mais fácil detectar se as moedas tinham sido cortadas. Embora o corte de moedas fosse praticado no setor privado, no setor estatal a adulteração monetária foi adotada em escala industrial. Os governos, especialmente quando em dificuldades financeiras, compravam moedas já cunhadas, derretiam e reformavam o metal em mais moedas com menor teor de ouro”.

A conversibilidade e a garantia do pagamento em espécie, como ocorre no caso do padrão-ouro, garantiriam a não depreciação do papel-moeda por conta da sobre-emissão. “A moeda encontra-se no seu mais perfeito estado quando é constituída totalmente de papel-moeda, mas papel-moeda de valor equivalente ao ouro que ela expressamente representa” (RICARDO, 1996, p. 265). O papel-moeda, pela facilidade logística que representa, seria um meio que modernizaria as relações monetárias e promoveria o desenvolvimento das relações comerciais. Para Ricardo, era “[...] indiferente que o Estado ou um banco seja encarregado da emissão de papel-moeda, desde que esta seja corretamente executada” (p. 265). A correição estaria na sua atrelamento ao seu valor do seu fundamento metálico. Desse modo, a moeda realiza neutralmente seu papel como meio de troca, facilitando a realização do valor das mercadorias, que é determinada em termos físicos a partir da quantidade de trabalho necessária à sua produção, “[...] sendo o dinheiro apenas o meio pelo qual o seu valor se expressa” (p. 119). Afirmando seu quantitativismo, defende Ricardo que “[...] quando qualquer causa eleva o preço de todas as mercadorias, os efeitos são quase similares a uma redução no valor do dinheiro. Se o dinheiro se desvaloriza, o preço de todas as mercadorias aumenta” (p. 167). O controle estrito das emissões de papel-moeda através da conversibilidade deveria permitir que, assim, os preços fossem regulados pelo valor real das mercadorias, não por distorções provocados por excesso de meio circulante. Ricardo se vincula à Teoria Quantitativa da Moeda na medida em que assume que o nível geral dos preços das mercadorias, sejam bens ou serviços, é diretamente proporcional à quantidade de dinheiro em circulação. Em termos de política monetária, as noções ricardianas se vinculam à ortodoxia monetária e à noção de moeda-véu:

A ortodoxia caracteriza-se por observar as economias monetárias como sofisticções das economias de troca direta. As primeiras são mais ágeis, são mais eficientes no processo de troca de mercadorias. Contudo, os aspectos essenciais das mesmas são os mesmos das economias de troca direta. O equilíbrio nessas economias é determinado em termos físicos, a moeda não interfere no mesmo, ela é apenas um véu. A moeda-véu é a moeda ideal, dado que é sua propriedade de neutralidade que possibilita o alcance do equilíbrio de longo prazo, é ela que permite o pleno emprego e o mundo de Say (AMADO, 1992, p. 288).

No mundo de Say (1851), onde a propriedade privada é considerada “[...] o mais poderoso encorajamento a multiplicação das riquezas” (p. 127), não importando o que a garanta, desde que esteja assegurada, a escassez de dinheiro nada tem a ver com a obstrução das vendas de mercadorias. Para Say o dinheiro perfomaria uma função apenas momentânea na troca de mercadorias, “[...] e quando a transação é finalmente fechada, o resultado final é

sempre o mesmo, uma espécie de mercadoria foi trocada por outra” (p. 134). A moeda é, portanto, neutra. Além disso, o mercado naturalmente tende a um equilíbrio de longo prazo, já que “vale ressaltar que um produto não é criado sem que, a partir desse instante, fomente um mercado para outros produtos em toda a extensão de seu próprio valor” (p. 134). Nos termos do que ficou conhecida como Lei de Say, a produção agregada necessariamente gera uma demanda agregada correspondente, isso porque só é possível aos produtores adquirir um quantidade de valor de produtos correspondente ao total de valor produzido por eles. Embora o dinheiro possa, como um véu, mascarar as relações sociais, na verdade, cada produtor só pode vender o que produziu, assim recebendo dinheiro, que depois troca por outros produtos. Apesar de aparentemente os sujeitos estarem trocando dinheiro, Say chama a atenção para o fato de que estão trocando o valor do que realmente produziram. Assim, para Say, “é porque a produção de algumas mercadorias decaiu que outras estão superabundantes” (p. 135), para o autor francês, “[...] o sucesso de um ramo da indústria promove o dos demais ramos” (p. 137). Portanto, o dinheiro não afeta o equilíbrio da economia real, sendo apenas um meio de troca.

Os bullionistas eram quantitativistas, o padrão-ouro era desejado por eles de modo a garantir a estabilidade dos preços. Diferente da ortodoxia dos bullionistas, os antibullionistas argumentavam que a vinculação da quantidade de moeda ao padrão-ouro restringia o crescimento econômico. Assim, eles valorizam os processos de ajustes no curto prazo, que poderiam alterar o próprio longo prazo. Nesse sentido, eram relativamente mais heterodoxos, e admitiam que as variáveis monetárias influíam sobre as decisões de investimento e os próprios investimentos (MOLLO, 1994).

A controvérsia entre ortodoxia e heterodoxia na Inglaterra do século XIX continuaria com os debates entre a Currency School, debitária das contribuições ricardianas, e a Banking School, que apesar de menos heterodoxa que os antibullionistas, não acreditava que a restrição monetária pudesse sanar as crises monetárias. Antes de caracterizar esse debate, faremos uma breve remissão à especificidade da Teoria Quantitativa da Moeda, dada sua relevância para as discussões em teoria monetária até os dias de hoje.

3.1.2. Do desenvolvimento da Teoria Quantitativa da Moeda

Nem a adoção do teoria do valor-trabalho ou do padrão ouro são consenso entre os quantitativistas. Segundo Schumpeter (2006), a Teoria Quantitativa da Moeda tem sua “descoberta” atribuída ao filósofo francês Jean Bodin, a partir da publicação da sua *Réponse de J. Bodin aux paradoxes de M. de Malestroit* em 1568. A resposta de Bodin a Malestroit foi

motivada a partir do debate que ocorria na Europa para explicar as causas dos aumentos dos preços das mercadorias que desestabilizaram vários países da Europa ocidental na segunda metade do século XVI. O objetivo de Bodin foi demonstrar a relação entre o aumento dos preços e o influxo de ouro e prata a partir das colônias americanas. Na Espanha, principal receptora dos metais preciosos advindos das Américas, além de tributos recebidos em ouro das Índias e depois da exploração nas Filipinas, foi intenso o debate sobre os preços por teólogos e juristas na Universidade de Salamanca. Para Schumpeter (2006), o alto nível de desenvolvimento do pensamento econômico espanhol no século XVI deve-se às contribuições escolásticas.

Martin de Azpilcueta, ou Doctor Navarrus, mais de uma década antes de Bodin, publicou o seu *Comentario resolutorio de usuras* em 1556, enquanto um dos apêndices da forma final do seu *Manual de confesores y penitentes*, cuja primeira versão data de 1549. Durante o Siglo de Oro, período de apogeu e desenvolvimento da cultura e literatura espanhola, estimulado pelas conquistas e desenvolvimento do comércio e navegação, com forte impacto sobre a cultura e a sociedade espanholas, a teologia renascentista teve que lidar com os novos problemas e a atualização das doutrinas escolásticas diante da nova realidade europeia. O desenvolvimento das atividades bancárias, a expansão do crédito e das atividades especulativas, derivadas do desenvolvimento do capital comercial conjugada a formação dos estados nacionais modernos exigiram respostas no plano teórico, especialmente quando os teólogos tinham que lidar com o problema da condenação da usura nesse contexto.

Para Azpilcueta (2004), o valor do dinheiro dependia de sua utilidade, da sua possibilidade de satisfazer a uma necessidade, como qualquer outra mercadoria, sendo, nesse sentido, determinado pela sua abundância ou escassez⁷⁵. Essa lógica se reproduziria no comércio internacional, assim, “naqueles países onde há uma grande falta de dinheiro, menos dinheiro é dado para bens comercializáveis, e mesmo para as mãos e o trabalho dos homens, do que onde há uma abundância de dinheiro” (p. 87). A escassez de moedas de ouro aumentariam o seu valor em relação aos outros metais, assim como em relação com as demais mercadorias. Portanto, o valor do dinheiro é determinado em sua relação com o que ele pode comprar, ou seja, em relação a seu poder de compra. Além de ser precursor da Teoria

⁷⁵ “Todas as mercadorias se tornam mais caras quando há uma grande necessidade e pouca quantidade dela. O dinheiro, uma vez que é uma coisa que pode ser vendida, trocada ou comutada por meio de outro contrato, é mercadoria para o que dissemos acima e pode também se tornar mais caro quando há grande necessidade dele e não muito para satisfazer a esta necessidade” (AZPILCUETA, 2004, p. 87).

Quantitativa da Moeda, as concepções de Azpilcuelta remetem às teorias do valor baseadas na utilidade.

Volckart (1997) também chama atenção para um memorando sobre teoria monetária escrito por Nicolau Copérnico em 1517, que seria fundante da Teoria Quantitativa da Moeda⁷⁶. Segundo Reiss e Hinderliter (1979), foi entre 1527 e 1528 que Copérnico escreveu a versão final do seu tratado sobre a cunhagem de dinheiro. A Prússia Real, então província do Reino da Polônia, local de nascimento e residência de Copérnico, vivia anos de recorrente caos econômico e inflação, decorrentes de anos de guerras e de descontrole na cunhagem de moedas que acompanhava as necessidades postas pelos conflitos. Após o Tratado de Toruń de 1466, durante 60 anos, o norte da Polônia foi dividido geograficamente entre um estado medieval feudal dirigido por uma ordem cruzada, a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos de Santa Maria de Jerusalém, e um jovem estado renascentista dirigido por uma promissora burguesia mercantil. Toruń, cidade de nascimento de Copérnico em 1473, era uma das cidades mais ricas da região báltica. A Prússia Real necessitava de estabilidade monetária para respaldar suas atividades comerciais, mas a inflação era crescente, a cunhagem sem controle, realizada por três autoridades diferentes, tinha levado a moeda a um estado de desvalorização quase total.

Preocupado com essa questão, em seu artigo, argumenta Copérnico que:

O dinheiro é mais barato quando está disponível em quantidades excessivas, como, por exemplo, quando uma quantidade tão grande de prata foi transformada em dinheiro que os homens querem prata no lingote em vez de na forma de moeda. Pois, nestas condições, o dignitário desaparece inteiramente quando é impossível comprar tanta prata quanto a moeda em si contém e um lucro maior é encontrado destruindo a moeda ao derreter a prata. O remédio para isso é não cunhar mais dinheiro até que ele se estabilize e volte a valer mais do que a prata [que contém] (COPÉRNICO, 1979, p. 305).

Mais a frente, Copérnico avalia o efeito da desvalorização em relação a moedas externas:

O tempo ainda não apagou da memória dos homens a época em que grãos e produtos eram comprados na Prússia por menos dinheiro, enquanto um bom dinheiro ainda estava em uso. Mas agora, uma vez que está se deteriorando,

⁷⁶ Reiss e Hinderliter (1979, p. 300) ressaltam que “o lugar do tratado de Copérnico na evolução da teoria quantitativa da moeda é mais controverso. Alguns teóricos consideram que é errôneo tratar Copérnico como o pai fundador da teoria quantitativa. Outros autores têm claramente uma abordagem menos ambiciosa e sugerem, como foi reivindicado para os mercantilistas, que, embora se reconheça uma conexão entre o nível de preços e a oferta monetária, “[Copérnico] não percebe seu significado geral nem reconhece suas implicações”. Finalmente, alguns trabalhos importantes sobre o desenvolvimento da teoria quantitativa não mencionam Copérnico”.

percebemos o aumento do preço de tudo relacionado ao uso humano e ao sustento. A partir disto, pode-se ver que um dinheiro barato aumenta a preguiça mais do que traz ajuda para a pobreza dos homens (COPÉRNICO, pp. 309-10).

Para Reiss e Hinderliter (1979), a passagem supracitada demonstra um claro raciocínio que relaciona a depreciação da moeda a uma cunhagem excessiva, tendo por consequência a elevação dos preços dos produtos. Para os autores, apesar dos limites de tal comparação, é possível ver uma linha de similitude nos argumentos ricardianos defendidos na controvérsia bullionista. No epílogo de seu artigo, prenunciando a ortodoxia monetária, Copérnico (1979) defende que “uma quantidade excessiva de dinheiro deve ser evitada” (p. 313), tendo em vista que o encarecimento geral dos bens se deve ao barateamento do dinheiro, “os preços aumentam ou diminuem de acordo com a condição do dinheiro” (p. 309). Além das ideias esposadas por Copérnico, Volckart (1997) constatou o desenvolvimento e a colocação em prática dos princípios quantitativistas pelos conselheiros do Rei da Polônia em 1540. Esses conselheiros contrastaram a oferta de moeda diretamente com a oferta de mercadorias, concluindo que um aumento nos preços era esperado quando a oferta de dinheiro era muito grande.

Portanto, em lugares diferentes, França, Espanha e Polônia, em tese sem um contato entre os diferentes teóricos, o século XVI, com o desenvolvimento acelerado das relações mercantis na Europa, e início do processo de desestruturação do modo de produção feudal, a necessidade da estabilidade monetária motivou o desenvolvimento das teorizações brevemente mencionadas, as quais se vinculam à noção de que o nível geral dos preços depende da quantidade de dinheiro em circulação, considerado seu montante e a velocidade de sua circulação.

A teoria quantitativa da moeda tem seu desenvolvimento explicitado por David Hume, que também advogou a noção do dinheiro enquanto mero facilitador neutro das trocas:

O dinheiro não é propriamente um dos sujeitos do comércio; mas apenas o instrumento que os homens concordaram em usar para facilitar a troca de uma mercadoria por outra. Não é nenhuma das rodas do comércio: é o óleo que torna o movimento das rodas mais suave e fácil. Se considerarmos qualquer reino por si só, é evidente que a maior ou menor quantidade de dinheiro não tem consequências; uma vez que os preços das mercadorias são sempre proporcionais à quantidade de dinheiro, e uma coroa no tempo de Harry VII serviu ao mesmo propósito que uma libra faz no momento (HUME, 1987, p. 160).

Para o filósofo escocês que seria uma importante influência para Adam Smith, os preços de qualquer produto dependiam da proporção existente entre mercadorias e dinheiro, com qualquer alteração nessa proporção tendo o mesmo efeito, fosse aumentando ou

diminuindo os preços. Conforme vimos, a noção quantitativista exerceria profunda influência nos debates relativos à controvérsia bullionista, influência que se estenderia no ciclo de debates seguintes após o retorno da conversibilidade-ouro na Inglaterra em 1821.

A equação mais comum de acordo com os princípios da teoria quantitativa da moeda é a seguinte:

$$M.V=P.Y$$

Onde M é a quantidade de moeda, V, a velocidade de circulação da moeda, P, o nível geral de preços dos bens e serviços, Y, o produto real da economia. Destrinchando um pouco mais, M é a oferta monetária, a quantidade de meios de pagamento disponíveis. V dá o número de vezes que a moeda muda de mãos em um dado período de tempo, ou, ainda, a frequência média em que é gasta a moeda num dado período. V é suposta constante no curto prazo. Por fim, Y, a produção real, não é alterada pelas variáveis monetárias. A moeda, sendo neutra, não permite que o produto Y se altere. Assim, sendo V e Y constantes, uma alteração no nível da oferta monetária leva a uma alteração no nível dos preços. A moeda é, portanto, na perspectiva quantitativista, um véu, a qual dicotomiza a economia real e a monetária, sendo a primeira não afetada, no longo prazo, pelas variações da segunda. Ou seja, a moeda é neutra porque não interfere no ritmo de crescimento da produção real da economia.

Essa teoria foi revisada por Irving Fisher em sua publicação de 1911, *The Purchasing Power of Money*. De acordo com o autor, o nível dos preços dependem de 5 fatores: 1) o volume total de dinheiro em circulação; 2) sua velocidade de circulação; 3) o volume dos depósitos bancários sujeitos a cheque; 4) sua velocidade; 5) do volume de transações. A quantidade de dinheiro dispendido é igual ao total de dinheiro em circulação multiplicado pela sua velocidade de circulação. Fisher (1920) define por Dispêndio (D) a quantidade de dinheiro gasta por uma comunidade na compra de bens durante o ano. Pela divisão de D por M, a quantidade de dinheiro em circulação durante um na mesma comunidade, é obtida a velocidade de circulação V, portanto, $E/M = V$, ou, $E = MV$. Em suas palavras: “a circulação total de dinheiro no sentido de dinheiro gasto é igual ao total de dinheiro em circulação multiplicado por sua velocidade de circulação” (pp. 24-5). MV que é o lado monetário da equação quantitativa. Do outro lado, dos bens trocados e seus preços, Fisher leva em conta o somatório da multiplicação pQ dos diferentes bens trocados na comunidade durante o ano. Assim, a equação quantitativa ficou representada como:

$$MV = \Sigma pQ$$

com Σ significando o somatório das várias equações PQ de cada bem vendido e seu preço individual. Ou, ainda:

$$MV = PT$$

com p significando a média de preço de todos p 's e T representando a soma de todos os Q 's. Fisher então incluiu o valor dos depósitos bancários sujeitos a cheque, representando-os por M' , sendo V' a sua velocidade média de circulação. Assim, a equação quantitativa tomou a seguinte forma:

$$MV + M'V' = \Sigma pQ = PT$$

Ao incluir os depósitos bancários na equação quantitativa, Fisher esperava responder às críticas à teoria quantitativa de que interposição da circulação provocada pelo sistema de crédito quebraria a conexão entre preços e a quantidade de dinheiro. Argumenta, em oposição que M' tende a guardar uma relação definida com M .

Para John Maynard Keynes (1924), a teoria da quantitativa da moeda era fundamental, “sua correspondência com fato não está aberta a questão” (p. 74), entretanto a considerava por vezes mal formulada ou mal compreendida. Assim, partindo do ponto que o único valor de uso do dinheiro seria servir como meio para obter outros valores de uso, Keynes define que a quantidade de moeda que as pessoas normalmente têm em mãos é determinada pela quantidade de poder de compra que cabe a elas. “A quantidade desse poder aquisitivo depende parcialmente da sua riqueza, parcialmente dos seus hábitos” (p. 76). Assim, considerando k o número de unidades de consumo, p o preço de cada unidade de consumo, e n a quantidade de papel moeda, segue que:

$$n = pk$$

“Essa é famosa Teoria Quantitativa da Moeda. [...] maior ou menor o número de papel moeda, maior ou menor será o nível de preços na mesma proporção” (KEYNES, 1924, p. 77). Levando em conta os depósitos disponíveis em cheque, k' , e considerado a proporção r dos passivos que os bancos mantém em caixa para o público, a equação se torna:

$$n = p(k + rk')$$

A relação entre a quantidade de dinheiro e o nível de preços é mantida nessa fórmula. O erro que Keynes considerava haver em alguns intérpretes da teoria quantitativa está no fato de que esses apenas consideravam a relação n e p , sem considerar a possibilidade de k , k' e r serem alterados pela variação de n . Embora considerasse que no longo prazo isso ocorria, ressaltou que “no longo prazo todos nós estamos mortos” (KEYNES, 1924, p. 80). Para o economista britânico, uma mudança em n poderia alterar as variáveis no curto prazo, e assim, considerava que os objetivos da política monetária poderiam ser mais amplos ao considerar-se essas variáveis.

No entanto, 15 anos depois da publicação desse texto, no prefácio à edição francesa de sua *Teoria Geral*, assinado em 1939, Keynes se preocupa em enfatizar que sua análise ali “[...] registra minha fuga final das confusões da teoria quantitativa, em que antes me emaranhara” (1996, p. 36). Nesse momento, ele considerava que o nível de preços era determinado pela influência da oferta e da demanda, as quais dependiam das condições técnicas, do nível dos salários, do nível de ociosidade produtiva, do estado do mercado e da concorrência. Assim, a quantidade de moeda e a moeda não constituem influência direta na determinação dos preços, mas indiretamente por meio das influências que pode exercer na oferta e demanda. Nessa obra, ele considera que “[...] uma grande falha da teoria quantitativa é que ela não faz distinção entre as variações nos preços, que são uma função das variações da produção, e as que provêm das modificações na unidade de salário” (p. 208). Segundo Keynes, é preciso considerar o efeito das variações de moeda sobre o montante da demanda efetiva, dado que a variação na quantidade de moeda influencia a taxa de juros.

Milton Friedman (1969) tentou restabelecer a teoria quantitativa da moeda pela incorporação da noção de demanda por moeda, para ele, “a teoria quantitativa é em primeiro lugar uma teoria da demanda por dinheiro. Não é uma teoria da produção, da renda monetária ou do nível de preços” (p. 52). Entretanto, sua concepção de moeda não vê especificidade da moeda, tratando-a como mais um bem na sua estrutura analítica, sendo sua análise realizada de maneira “[...] formalmente idêntica àquela da demanda por um serviço” (p. 52). Assim, a demanda de moeda depende dos mesmos fatores da teoria do consumo em geral: “(a) a riqueza total a ser detida sob diversas formas - o análogo da restrição orçamental; (b) o preço e o retorno desta forma de riqueza em relação a formas alternativas; e (c) os gostos e preferências das unidades proprietárias de riqueza” (p. 52). As únicas diferenças a serem

levadas em conta de acordo com Friedman são a necessidade de se levar em conta as taxas intertemporais de substituição em (b) e (c) e estimar a restrição orçamentária em termos de riqueza. Para Friedman, o que é essencial na teoria quantitativa da moeda é “[...] a afirmação de que o que realmente importa para as pessoas não é o número de dracmas ou dólares que elas possuem, mas o estoque real de dinheiro que elas têm, o poder que esses pedaços de papel lhes dão sobre bens e serviços” (p. 74)⁷⁷. Portanto, Friedman mantém a dicotomia entre o real e o monetário, na medida em que a demanda real por moeda é função apenas de variáveis reais. A noção de moeda de Friedman, portanto, se vincula a de Fisher, no sentido de que a utilidade e o valor do dinheiro advêm de sua capacidade de adquirir bens reais, enquanto casulo do poder aquisitivo⁷⁸.

Tendo em vista a dicotomia entre o real e o nominal, para a Friedman, o papel da política monetária deve ser o de observar e visar manter um crescimento da oferta monetária adequado ao crescimento econômico real. O objetivo do banco central ou da autoridade monetária deveria ser manter um equilíbrio em relação à demanda e oferta de moeda. Daí sua crítica ao keynesianismo enquanto parâmetro para política monetária, os auspícios monetaristas, na sua atualização da teoria quantitativa, pregam que uma mudança autônoma na quantidade da oferta monetária é indesejada, uma vez que apenas alteraria a forma nominal do valor, sem efeitos sobre a economia real no longo prazo.

3.1.3. Currency School vs Banking School: o real e o monetário

No período de 1825 a 1865 desenrolou-se uma nova série de discussões monetárias na Inglaterra, em que foram destacadas duas escolas do pensamento monetário, a Currency School e a Banking School⁷⁹. Esse período foi marcado na sua maior parte por uma deflação

⁷⁷ “É um lugar comum na teoria monetarista que não há nada com menos importância do que a quantidade de moeda expressa em termos de unidade monetária nominal - dólar, ou libras ou pesos. [...] A situação é bem diferente no que diz respeito a quantidade real de moeda - a quantidade de bens e serviços que a quantidade nominal de moeda pode adquirir” (FRIEDMAN, 1969, p. 1).

⁷⁸ Para Friedman há duas razões pelas quais as pessoas retêm moeda. A primeira é para utilizar como meio circulante, enquanto portador temporário de poder aquisitivo. A segunda é por ser uma reserva para futuras emergências. Assim, faz o seguinte raciocínio: “Quanto dinheiro as pessoas querem manter por estas razões? Claramente, esta questão deve ser respondida não em termos de unidades nominais, mas em termos de quantidades reais, ou seja, o volume de bens e serviços sobre os quais as pessoas desejam ter o comando sob a forma de moeda. Não vejo nenhuma maneira de dar uma resposta significativa a esta questão em um nível abstrato. O valor dependerá dos detalhes dos arranjos institucionais de pagamento que caracterizam a posição de equilíbrio alcançada, que por sua vez dependerá do estado das artes, dos gostos e preferências e das atitudes do público em relação à incerteza” (1969, p. 4)..

⁷⁹ É importante a ressalva de Schumpeter (2006, p. 695): “Nenhum dos dois grupos era uma escola no sentido próprio da palavra. Dentro de ambos, houve consideráveis diferenças de opinião e especialmente de nível. Na verdade, é necessário distinguir, em ambos os casos, um argumento popular do que poderia ser considerado

(1814-1850), além de crises monetárias em 1825-26, 1836, 1839, 1847 e 1857. Ambas escolas concordavam que, no longo prazo, a determinação do valor da moeda é dada pelo custo de produção do ouro, sendo, portanto, necessária a manutenção da conversibilidade-ouro das notas bancárias. A discordância de ambas situava-se no curto prazo, especialmente no tratamento da quantidade adequada de moeda em circulação (MOLLO, 1994; SCHWARTZ, 1987).

A Currency School era ainda mais restritiva que os bullionistas, sendo bastante rígida quanto aos limites da circulação monetária. Dentre seus principais defensores estavam o banqueiro e político Samuel Jones-Loyd (Lord Overstone), o economista ricardiano John Ramsay McCulloch, o jurista e economista Samuel Mountifort Longfield, o diretor do Banco da Inglaterra George Warde Norman e o futuro governante da África do Sul e oficial da Royal Marines, Coronel Robert Torrens (SCHWARTZ, 1987). Segundo essa escola, não era suficiente a garantia dada pela conversibilidade-ouro das notas bancárias, mas era necessário que houvessem controles quantitativos de curto prazo, “[...] estreitamente ligados ao estoque de ouro do país, como se se tratasse de uma moeda puramente metálica” (MOLLO, 1994, p. 87). A Currency School aceitava a fórmula $MV=PY$, com a direção da causalidade indo de M a P, sendo, portanto, necessário o controle estrito da quantidade para o bom funcionamento da economia. De acordo com o *Currency Principle*, “[...] qual a quantidade de moeda em circulação deveria crescer sempre que houvesse entrada de ouro no país e deveria cair se houvesse saída de ouro para o Exterior” (p. 87)⁸⁰. O objetivo era, portanto, atingir um nível de preços que não se alteraria fosse a oferta monetária totalmente metálica ou mista, incluindo papel-moeda e moedas metálicas.

O Bank Charter Act de 1844, também conhecido como Peel Banking Act de 1844, em referência ao então primeiro ministro, Sir Robert Peel, foi instituído em acordo com o *Currency Principle*⁸¹. A partir dessa legislação, o controle da oferta de moeda foi centralizado,

como uma análise séria - uma distinção que nem sempre é fácil de realizar porque poucos participantes na controvérsia apresentaram seus argumentos de forma sistemática e de uma maneira que teria contado com a aprovação sem reservas de seus partidários. A maioria dos participantes atacou não as visões reais, mas uma imagem popularizada ou mesmo distorcida das posições de seus oponentes”.

⁸⁰ Nos termos de um de seus críticos, Thomas Tooke (1844, p. 2), “[...] o teste de boa ou má gestão não é, como é considerado sob o mero princípio bancário, na extensão ou proporção de reserva em espécie e em títulos imediatamente convertíveis detidos pelos bancos; mas no grau de correspondência entre variações na quantidade de lingotes e variações na quantidade de notas de banco em circulação. Uma regulação da emissão de notas de banco, de acordo com esta doutrina, é agora entendida como designada como o *Currency principle*”.

⁸¹ “Sir Robert Peel, o padrinho parlamentar e Lord Overstone, o pai científico do ato de 1844, que proibia o Banco da Inglaterra de emitir notas além da quantia de £ 14.500.000, salvo na segurança dos lingotes de ouro, se lisonjeavam de terem impedido pressões e pânico como as que periodicamente ocorreram de 1815 a 1844” (MARX, 1980a, p. 4).

e o Banco da Inglaterra, fundado em 1694, tornou-se a autoridade monetária inglesa, separando-se em dois departamentos, um encarregado de emitir notas bancárias mantendo a correspondência absoluta entre elas e as reservas de ouro em espécie mantidas pelo banco e um departamento bancário, que funcionava como qualquer banco privado (MOLLO, 1994).

Quatro anos antes da Lei Bancária de 1844, ao responder ao Comitê parlamentar instaurado para analisar a emissão de notas bancárias, G. W. Norman (1840) expôs sua convicção, ainda que hesitante, de que a separação entre os departamentos bancários e de emissão do Banco da Inglaterra era uma solução adequada para a questão da oferta monetária: “Confesso que acho, (mas digo isto com alguma hesitação), que, se os negócios de emissão de moeda e bancário fossem separados em contas diferentes, então toda confusão resultante de todos esses depósitos suplementares seria eliminada” (NORMAN, 1840, p 144). Isso decorre da sua convicção de que os depósitos bancários eram distintos da moeda, uma vez que este empregava “[...] as palavras “dinheiro”[“money”] e “moeda”[“currency”] como sinônimas” (p. 143). Os depósitos seriam meios de transferência realizados nos livros dos banqueiros, ajustando e confirmando transações como formas de dispensar certa quantidade de dinheiro, assim, possuíam “[...] as qualidades essenciais do dinheiro num nível muito baixo” (p. 143). A mesma assertiva era válida para as letras de câmbio, as quais também seriam utilizadas para economizar moeda⁸². Perguntado sobre quais as diferenças entre as funções do dinheiro e dos depósitos e letras de câmbio, Norman respondeu:

Considero que as três qualidades mais essenciais que o dinheiro deve possuir são: que ele deveria estar na demanda universal de todos os homens em todos os tempos e lugares, que ele deveria possuir um valor fixo e que deveria ser um numerador perfeito. Existem outras qualidades, mas eu acho que estas são as mais essenciais. Agora, quando eu olho para todos os expedientes bancários, eu acho que eles não possuem essas qualidades completamente; eles as possuem em um grau muito baixo e, portanto, como vimos no outono de 1835, com um aumento muito grande dos depósitos do Banco, a circulação diminuiu, e houve toda aparência dos efeitos da contração; houve um aumento do fluxo de tesouros, e eu imagino que havia preços mais baixos. Por numerador, quero dizer que mede o valor de outras mercadorias com a maior facilidade possível. Se olharmos para todos esses expedientes bancários, vemos que eles possuem as três qualidades que eu mencionei em um grau muito menor (NORMAN, 1840, p. 143).

⁸² No mesmo sentido, McCulloch definiu que a denominação papel-moeda se aplicava “[...] exclusivamente às notas emitidas por particulares ou associações para certas quantias pagáveis em contra-apresentação” (1858, p. 446). Apenas quando imediatamente conversíveis em moeda metálica que os papéis poderiam ser encarados como dinheiro.

G. W. Norman ainda demonstraria a diferença que defendia pelo fato de que um homem não pode pagar suas compras ou salários com letras de câmbio. Para ele, um depósito bancário era apenas um crédito no livro bancário. Daí a sua defesa da separação entre os departamentos de emissão e de serviços bancários do Banco da Inglaterra. Para McCulloch (1858), a centralização e a separação dos departamentos tenderia a trazer estabilidade ao sistema de emissões, já que um sistema competitivo tenderia a maior instabilidade pelo próprio caráter da competição bancária⁸³. Os ciclos de crise não eram provocados pelo sistema monetário, uma vez que a moeda é neutra na perspectiva quantitativista da Currency School, mas eles não seriam mais expandidos e amplificados pelo descontrole das emissões.

O crédito também não tinha influência sobre a economia real, sendo não mais nem menos do que “[...] a transferência de dinheiro ou outro produto de valor de um grupo de indivíduos chamados prestamistas para outros chamados prestatários” (MCCULLOCH, 1858, pp. 450-1). Apesar da vantagem de prover alguns credores a possibilidade de fazer grandes investimentos de uma vez por meio dessa transferência de poupanças, o crédito também geraria toda a sorte de especulação. Afora essas circunstâncias, para McCulloch, “o crédito é impotente para produzir qualquer outra coisa” (p. 451). Esse raciocínio era afinado com o de Say (1851) que criticava a suposição de o capital poderia ser multiplicado pela operação do crédito⁸⁴.

G. W. Norman defendia que a regulação da oferta monetária deveria se pautar pelo Currency Principle:

Eu considero a moeda metálica como a mais perfeita moeda, a não ser por alguns aspectos inconvenientes e de custos. Fora isso, uma moeda metálica é a moeda mais perfeita e deveria ser apreciada como o modelo para as demais formas de moeda; e, a partir de sua conveniência superior e menor custo, as notas bancárias são introduzidas para suprir o lugar de uma certa porção de moeda metálica. Eu acho que esses papéis devem ser administrados como se eles possuíssem todos os atributos de uma moeda metálica, e dentre esses atributos eu considero o mais importante que eles devam ter sua quantidade aumentada ou diminuída do mesmo modo que a moeda metálica aumentaria ou diminuiria. Eu não acho que é possível serem melhores que a moeda metálica, exceto nos dois pontos de conveniência e barateza (NORMAN, 1840, p. 140).

⁸³ “Os bancos, quando não conduzidos por homens de probidade, habilidade e cautela, são tendem a excitar e a inflamar um espírito de especulação e jogatina. Fazem isso fornecendo aos especuladores empréstimos e descontos por meio dos quais não são permitidos apenas, mas tentados a se envolver em empreendimentos perigosos” (MCCULLOCH, 1858, p. 451).

⁸⁴ “É suposto, as vezes, que o capital é multiplicado pela operação do crédito. Esse erro, frequente em trabalhos que dizem lidar com economia política, só pode surgir de uma total ignorância da natureza e das funções do capital. Capital consiste de valor positivo investido em substância material, e não de produtos imateriais, os quais são completamente incapazes de serem acumulados” (SAY, 1851, p. 351).

A conveniência se refere à facilidade de transporte, portanto, aliada aos custos mais baixos, essas características tornariam a emissão de notas um meio monetário desejável, mas desde que regulada e atrelada à quantidade de ouro em reserva no Banco da Inglaterra, acompanhando até mesmo a sua variação, não apenas garantindo a conversibilidade. Como expressou em uma carta ao presidente do Comitê Parlamentar para análise das emissões, Norman compreendia a moeda, o dinheiro e os metais preciosos como sinônimos:

A exportação de moedas e lingotes fará com que os preços gerais caiam no país A e aumentem em B, e os preços continuarão a cair em A e a subir em B, supondo que a dívida devida a B não seja sanada rapidamente, até que se torne mais vantajoso para exportar bens do que dinheiro. Pela transmissão de mercadorias originadas desta forma, o saldo devedor será finalmente sanado. [...]. Já expliquei que o primeiro efeito de uma troca desfavorável é a exportação de ouro e prata, e que o resultado dessa exportação será a redução dos preços no país que exporta dinheiro, e o aumento dos preços naquele que o recebe, e que esta operação continuará até que a dívida seja sanada, ou até que se torne vantajoso pagar o saldo ainda devido em bens, e não em dinheiro (NORMAN, 1841, pp. 17-8).

Segundo o G. W. Norman, portanto, haveria uma correlação direta entre o nível geral de preços e as exportações e importações de dinheiro, este compreendido diretamente como os metais preciosos. Para Robert Torrens, também defensor do Currency Principle, os metais preciosos eram dinheiro apenas pelo seu uso ou por força de lei:

Os metais preciosos são dinheiro, não por causa de propriedades essenciais inerentes em si mesmos, mas porque as leis e os usos do mundo civilizado os investiram com as funções de medir valor, de facilitar trocas, de ajustar saldos e de cumprir finalmente contratos. Mas a mesma lei e uso que confere aos metais preciosos o caráter de dinheiro, poderia igualmente conferir esse caráter a qualquer outro objeto (1857, p. 8).

Não por acaso Torrens dedicou uma obra inteira à defesa da lei bancária de Sir Robert Peel, onde tentou demonstrar como a única forma que o meio de circulação poderia ser aumentado seria por meio de uma balança comercial favorável. Para Torrens, na medida em que fosse respeitado o Currency Principle, adequando-se a oferta monetária à variação metálica, a oferta monetária seria regulada pelo câmbio. A crítica de Torrens se dirigia especialmente a Thomas Tooke, representante da Banking School, cujas descobertas ele considerava “[...] nada mais do que suposições gratuitas contrárias aos fatos” (TORRENS, 1857, p. vii)⁸⁵. Segundo Torrens (1857, p. 37), a lei de 1844 respeitava três princípios, os

⁸⁵ O Coronel Robert Torrens demonstrava profundo desprezo pela noção de endogeneidade da moeda apresentada por Tooke: “Uma certa escola de fisiologistas explica a existência de ácaros e vermes pelo pressuposto de que eles mesmos se fazem. Agora, para explicar a existência de uma extensão da circulação sob

quais resumem a lógica da Currency School: 1) que a quantidade de moeda estritamente conversível fosse regulada pela lei natural de equilíbrio dada a partir da distribuição dos metais preciosos entre as diferentes nações pelo comércio exterior; 2) que quando alguma causa temporária faz com que a quantidade de moedas e de notas conversíveis excederem a quantidade determinada pela lei do equilíbrio, o nível é restaurado pelo retorno de parte das notas em circulação ao órgão emissor; 3) que quando alguma causa temporária faz com que a quantidade de meio circulante caia abaixo do determinado pela lei do equilíbrio, o nível ordinário é restaurado pelo influxo de metais preciosos.

A Banking School defendia a competência do sistema bancário como a forma mais adequada de regulação da dinâmica monetária. Isso porque não acreditavam que as flutuações monetárias pudessem ser evitadas, seja por medidas legislativas ou pelo controle da quantidade de moeda em circulação. Entre os seus representantes principais estavam o economista Thomas Tooke, John Fullarton e John Stuart Mill (SCHWARTZ, 1987).

Diferente da Currency School, os defensores da independência dos bancos acreditavam que a quantidade de moeda era dependente do nível geral dos preços, e não o oposto. Para a Escola Bancária, um aumento dos preços não precedido, mas sim sucedido pelo aumento de moeda em circulação. Nas palavras de Tooke (1844, pp. 123-4): “os preços das mercadorias não dependem da quantidade de dinheiro indicada pela quantidade de notas bancárias, nem sobre a quantidade total de meio circulante; mas, pelo contrário, a quantidade do meio circulante é a consequência dos preços”. Portanto, o aumento de moeda em circulação é o efeito, e não a causa do aumento do nível geral de preços. Assim, caberia ao próprio mercado, e à faculdade emissora dos bancos promover a regulação natural da oferta monetária. Uma crítica importante da Banking School ao padrão ouro baseava-se no fato de que nem todo ouro existente estava em circulação, estando boa parte entesourada, o que tornava difícil o controle das emissões, já que nem todo o influxo de ouro no país teria efeito sobre os preços (MOLLO, 1994)⁸⁶.

um aumento de preços e de trocas adversas, basta generalizar o raciocínio desses fisiologistas e assumir que os soberanos e as notas de banco possuem a propriedade da geração espontânea. De acordo com essa teoria fisiológica, quando um aumento dos preços ocorresse na Inglaterra, poeira e pepitas na Califórnia e na Austrália escavariam-se para fora da terra, pressionando-se para fora através de quartzos, navegariam através do oceano e, entrando no Royal Mint, carimbariam-se em moeda padrão, ao mesmo tempo em que papéis começariam a se fabricar, a escreverem sobre si próprios promessas de pagamento e a deslizar-se silenciosamente e fantásticamente para a caixa registradora do banco” (1857. p. viii).

⁸⁶ Segundo Tooke (1844, p. 102), “o erro de supor que, se a moeda fosse puramente metálica, toda exportação ou importação de ouro seria retirada ou adicionada diretamente à quantidade de dinheiro em circulação é tão óbvio, tão palpável, que se torna uma questão de surpresa que tal noção tenha sido levada a sério”.

Os representantes dessa escola também não acreditavam que pudesse haver excesso duradouro de notas bancárias, porque, segundo eles, a drenagem das reservas dos bancos, a percepção dos bancos, nas câmaras de compensação, de que os balanços das empresas estavam pesados, além da conversibilidade das notas bancárias em ouro e da concorrência interbancária garantiam limites à emissão de notas, cuja demanda, segundo eles, era proporcional ao volume de negócios. Além disso, um eventual excesso de notas levaria à sua troca por letras de câmbio e à troca delas e das letras de câmbio por ouro para exportação. Esta última acabaria por tomar desfavorável o balanço de pagamentos do país exportador de ouro, drenando as reservas de ouro e interrompendo a emissão de notas pelos bancos. Finalmente, os teóricos bancários alegavam a lei do refluxo para mostrar os limites naturais da emissão, observando que, uma vez vencidos os prazos dos empréstimos, as notas retomavam aos bancos para saldá-los, correspondendo ao enxugamento dos meios de circulação. Assim é que os teóricos da Banking School contestavam o argumento da Currency School, segundo o qual, mesmo em condições de conversibilidade, é possível haver excesso de notas, porque a necessidade dos negócios é ilimitada, e os bancos podem não perceber que estão exagerando na emissão, se todos a aumentam simultaneamente (MOLLO, 1994, p. 88).

A Banking School não acreditava na efetividade do controle quantitativo da moeda e de sua capacidade de reduzir as flutuações. Ainda criticavam a Currency School por não perceber que depósitos e letras de câmbio também eram meios de pagamentos, sendo possível os limites quantitativos sobre as notas bancárias serem compensados pelos depósitos e pelas letras bancárias.

A Currency School estava em acordo com a dicotomia quantitativista entre economia real e monetária, compreendendo, portanto, a moeda como um véu. Essa escola supunha que a velocidade de circulação da moeda era constante, não apreendendo a possibilidade da moeda ser demandada por si mesma e não dando importância analítica a esta variável. O crédito para a Currency School não pode acelerar ou ampliar o processo de produção, já que seria apenas a transferência de poupança entre diferentes agentes. A Banking School, ao contrário, contemplava a variação de V por conta do entesouramento e do desentesouramento.

A posição da Banking School é bastante diversa a esse respeito. Ao contemplar a demanda de crédito como algo que varia com o volume dos negócios, já percebia que frear essa demanda significaria impor problemas econômicos. Estes, segundo os teóricos bancários, poderiam ser agravados com controles de curto prazo relacionados ao padrão-ouro. Diziam, entre outras coisas, que se houvesse restrições à emissão de notas ou controle de depósitos, gerados por um movimento qualquer de saída de ouro, e se essa saída fosse algo transitório decorrente de mero surto de desconfiança, por exemplo, as restrições às notas bancárias emitidas e aos depósitos, só agravariam os problemas, ampliando as flutuações no processo produtivo (MOLLO, 1994, p. 90).

Ao admitirem a importância da demanda de moeda, os teóricos da Banking School perceberam a importância analítica da variável velocidade de circulação. Eles assim deram importância aos depósitos e às letras de câmbio, apreendendo uma determinação endógena na

quantidade de moeda em circulação. Ao enfatizar essa determinação, diferente da Currency School que enfatizava o controle da oferta de moeda, a Banking School era cética quanto às possibilidades de controle da quantidade de moeda e das flutuações de origem monetária⁸⁷.

A separação dos departamentos do Banco da Inglaterra proposta pela lei de Peel de 1844 seria mais uma fonte de crise do que de contenção: “uma separação total do negócio de emissão daquele de operação bancária tende a produzir transições maiores e mais abruptas na taxa de juros e no sistema de crédito do que o sistema atual de união dos departamentos” (1844, p. 124). Para Tooke, a taxa de juros reduzida não tinha necessariamente a tendência de aumentar o preço das mercadorias, já que também diminuía os custos de produção⁸⁸. A moeda, portanto, exerceria influência sobre a produção, o que implica na sua não-neutralidade.

A nossa breve digressão nessas controvérsias teóricas sobre moeda e dinheiro na Inglaterra do século XIX nos ajuda a compreender as origens e os argumentos de dois modos de tratar o real e o monetário na economia: pelo pensamento ortodoxo e pelo pensamento heterodoxo. Tais distinções tem importância prática na medida em que ainda são disputadas nas decisões sobre política monetária e nos limites de atuação dos bancos centrais.

Os bullionistas e a Currency School poderiam, com todas as reservas e ressalvas das suas especificidades e divergências entre seus representantes, ser enquadrados dentro da ortodoxia monetária. De acordo com seu pensamento quantitativista, há uma dicotomia entre o plano real e o monetário e a oferta monetária é exógena. A exogeneidade da moeda significa que ela não surge internamente a partir do processo interno da economia real, mas, pelo contrário, ela é inserida por fora. Nesse sentido, a sua inserção pode ser controlada, como tentou-se fazer na defesa da conversibilidade-ouro pelos bullionistas e na legislação posta pelo Charter Bank Act de 1844.

A moeda, de acordo com a ortodoxia, é neutra, ou seja, ela não afeta os processos reais da economia, mas, como um véu, apenas altera a sua aparência, como na relação direta entre M e P na fórmula da Teoria Quantitativa da Moeda. Y e V não são alterado pelas variações monetárias. Na análise ortodoxa, o lado da oferta monetária é priorizado ante o lado da demanda por moeda.

⁸⁷ Apesar dessas críticas, e das crises em 1847, 1857 e 1866, a posição da Currency School foi favorecida pelo superávit comercial elevado da Inglaterra decorrente de sua hegemonia industrial. Mas essas crises que levaram à suspensão da lei bancária de 1844, foram tomadas pelos teóricos da Banking School como provas do seu ponto de vista (SCHWARTZ, 1987; MOLLO, 1994).

⁸⁸ “É somente através da taxa de juros e do estado de crédito que o Banco da Inglaterra pode exercer uma influência direta sobre as taxas de câmbio” (TOOKE, 1844, p. 124)..

A posição quantitativista dos "bullionistas" e a dos representantes da Currency School, ao conceberem a velocidade de circulação da moeda como constante e a moeda como neutra, conduzia-os a privilegiar o lado da oferta monetária, pregando o seu controle estrito via conversibilidade-ouro das notas bancárias, no caso dos "bullionistas", e dessa conversibilidade e, ainda, controles de curto prazo, através de regra automática de emissão, respeitando o padrão-ouro, no caso da Currency School (MOLLO, 1994, p. 95).

Um maior grau de heterodoxismo pode ser observado nos anti-bullionistas e representantes da Banking School. Esses autores enfatizaram a demanda pela moeda, percebendo sua influência sobre as flutuações econômicas, percebendo-a como não neutra. Além disso, para os mais heterodoxos, a moeda é endógena, ou seja, surge a partir das necessidades e determinações da própria economia. O controle quantitativo da moeda é indesejado, podendo provocar ou agravar crises na medida em que interfere na liquidez.

A grande diferença do pensamento dos "antibullionistas" e dos teóricos da Banking School com relação a seus opositores, ou o que os faz mais heterodoxos, é justamente o fato de conceberem e explorarem o lado da demanda nas análises das dinâmicas monetárias, assumindo a variabilidade da velocidade de circulação da moeda, decorrente de demandas que flutuam com o ritmo dos negócios e/ou com a possibilidade de entesouramento; bem como a possibilidade de escolha, por parte dos agentes econômicos, de instrumentos monetários alternativos (MOLLO, 1994, p. 95).

Essa concepção tende a vislumbrar um papel mais amplo da política monetária e do banco central, diferente do primado da regra fixa ou conversibilidade ortodoxos, que parte do pressuposto quantitativista. As correntes heterodoxas defendem uma política monetária dependente e sintonizada ao ritmo dos negócios, “[...] que ora requer a função da autoridade monetária como emprestadora de última instância, ora requer o estabelecimento de restrições ao crédito e, sobretudo, apontam na direção da conveniência de regras que garantam a prudência de endividamento” (MOLLO, 1994, p. 94). Isso porque os heterodoxos observam a não-neutralidade da moeda e afirmam que “[...] em economias monetárias, em momento algum, cessa a interferência da esfera monetária sobre a real, pois essa interferência faz parte da própria essência dessas economias” (AMADO, 1992, p. 286).

Por fim, para esclarecimento conceitual, Schumpeter (2006) define que o termo “real” refere-se a processos não monetários, sendo essa a base da distinção entre real e monetário e das análises possíveis por cada perspectiva. “A análise real parte do princípio de que todos os fenômenos essenciais da vida econômico são capazes de serem descritos em termos bens e serviços [...]” (p. 264). O dinheiro entra apenas como instrumento que é adotado para facilitar

as transações. Apesar de momentaneamente o dinheiro poder provocar atribuições econômico caso entre em descontrole, no longo prazo, quando funciona normalmente, ele não afeta o processo econômico, “o qual se comporta da mesma maneira que se comportaria se fosse uma economia de escambo: é nisto que essencialmente implica o conceito de dinheiro neutro” (p. 264). Assim, o dinheiro não seria mais do que uma indumentária ou um véu das coisas que realmente importam. Na análise econômica o dinheiro deveria ser descartado, já que o que é realmente importante aconteceria por trás dos preços monetários. Na análise contrária, que compreende o dinheiro não como um véu ou elemento secundário, mas constituinte e constituído pelas necessidades dos processos econômicos, o dinheiro é estruturante, sendo impossível compreender a economia como processos de escambo.

Uma terceira posição em relação aos debates sobre a regulação bancária foi a representada por Karl Marx. O autor alemão concordava com a Banking School no ponto de que “a quantidade das notas em circulação é regulada pelas necessidades de circulação, e toda nota supérflua retoma imediatamente a seu emissor” (1986b, p. 56). A análise da soma global das notas de banco em circulação no período de 1844 a 1857 confirmou a sua descoberta de que “[...] a massa de dinheiro realmente circulante, supondo-se dadas a velocidade da circulação e a economia dos pagamentos, é determinada pelos preços das mercadorias e pela massa das transações” (p. 54). Mesmo com as exportações aumentando na ordem de 62 milhões de libras esterlinas no período analisado, as notas em circulação foram reduzidas em 1,255 milhões de libras esterlinas. No mesmo período foi observada uma forte inflação e um aumento na circulação de ouro. Assim, Marx (1980a) concluiu que “[...] a quantidade de notas em circulação estão fora do controle dos próprios bancos, e estas, na verdade, contraíram durante o período em que o comércio expandiram e os preços sofreram forte inflação, resultando num colapso” (p. 12).

Assim, Marx concordava com Tooke que os bancos teriam maior eficácia em contrair do que em aumentar a oferta monetária. Além disso, concordava com a endogeneidade da moeda a partir da liberação de meios de circulação. Entretanto, conforme alerta Mollo (1994), essas concordâncias têm limites, e Marx demonstrou divergências importantes especialmente no que considerava serem confusões feitas por Tooke e Fullarton na distinção entre dinheiro que é meio de circulação e dinheiro que é capital. Para uma compreensão adequada dessa distinção, é necessário darmos um passo atrás para compreender a especificidade do dinheiro e suas funções no modo de produção capitalista.

3.2. Valor e Dinheiro

3.2.1. Dinheiro e especificidade histórica

A definição do que é dinheiro não importa para seu uso prático. É possível pagar contas, receber salários, assaltar bancos e investir em derivativos sem se preocupar com qualquer dúvida ontológica sobre o que é ou deixa de ser dinheiro. Entretanto, como já observamos nas controvérsias que referimos brevemente, a concepção sobre o que é dinheiro importa na medida em que orienta o que deve ser ou não deve ser feito com ele numa economia. Considerações sobre o dinheiro são realizadas há milênios e as encontramos em escritos da Antiguidade que sobreviveram à impetuosidade do tempo⁸⁹. Na análise das escolas do pensamento econômico que apresentamos até aqui, podemos observar que a remissão às funções do dinheiro é um critério fundamental na sua definição, a qual pode variar de acordo com a perspectiva teórica ou com o tempo.

O tempo, em seu progresso contínuo e irreversível para nossa percepção, quando medido, marca cronologicamente as condições de possibilidade em que se pode desenvolver o pensamento e pesquisa científica. No estudo do dinheiro, não surpreende que o maior desenvolvimento das teorias monetárias tenha ocorrido junto ao desenvolvimento e entificação do capitalismo, apesar da existência do dinheiro em outros modos de produção anteriores⁹⁰. As condições de possibilidades são exemplificadas por Marx na tentativa de Aristóteles desvelar o que determina a grandeza de valor das mercadorias:

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. [...] O gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as

⁸⁹ Schumpeter (2006) propõe a distinção entre “pensamento econômico” e “análise econômica”. O primeiro se refere a opiniões em assuntos econômicos que prevaleceram em alguma sociedade em algum período de tempo. Já análise econômica refere-se ao empreendimento científico que visa descrever os processos econômicos. Tendo em mente essa distinção, ele argumentou que “A história do pensamento econômico parte dos registros das teocracias nacionais da antiguidade, cujas economias apresentavam fenômenos que não eram inteiramente diferentes dos nossos, e problemas que eles administravam num espírito que, em termos fundamentais, não era tão dissimilar. Mas a história da análise econômica começa apenas com os gregos” (p. 49).

⁹⁰ “O Egito antigo tinha uma espécie de economia planejada que se voltava para o seu sistema de irrigação. As teocracias assírias e babilônicas tinham enormes instituições militares e burocráticas e elaborados sistemas legais - dos quais o código de Hammurabi (cerca de 2000 aC) é o primeiro monumento legislativo; eles perseguiram uma política externa atuante e também desenvolveram instituições monetárias em um alto grau de perfeição, conhecendo sistemas de crédito e bancário. Os livros sagrados de Israel, especialmente as partes legislativas deles, revelam perfeita compreensão dos problemas econômicos práticos do Estado Hebraico. Mas não há vestígio de esforço analítico” (SCHUMPETER, 2006, p. 49).

limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste “em verdade” essa relação de igualdade (MARX, 1996a, p. 187).

O grau de desenvolvimento econômico da sociedade grega e o caráter específico da forma de riqueza e de exploração do trabalho do seu modo de produção não permitiram a Aristóteles captar a natureza da forma valor.

Antes de Aristóteles, Platão, nos diálogos socráticos da *Πολιτεία*, escrita aproximadamente em 380 a. C., preocupou-se com a definição da justiça e das virtudes do homem justo adequados aos problemas cotidianos da *pólis*. No livro segundo, lê-se que o que dá origem a uma cidade é “[...] a impotência de cada indivíduo de bastar-se a si próprio e a sua necessidade de uma multidão de coisas” (PLATÃO, 1965a, p. 122). A partir dessas carências, “um homem traz consigo outro homem para determinado emprego, e a multiplicidade das necessidades reúne numa mesma residência grande número de associados e auxiliares” (pp. 122-3). Essa residência comum era a cidade. E para que ela fosse viável, atendendo as diferentes necessidades de alimentação, habitação etc., era necessária uma divisão do trabalho, onde diferentes indivíduos assumiriam funções diferentes⁹¹. Isso porque era entendido que “[...] produzimos todas as coisas em maior número, melhor e mais facilmente, quando cada um, segundo suas aptidões e no tempo conveniente, se entrega a um único trabalho, ficando dispensado de todos os outros” (p. 125).

Dada essa necessidade de uma divisão do trabalho, cuja especialização era vantajosa, a cidade não poderia estar isolada de outras cidades, já que seria incapaz de, sozinha, produzir todos os bens que atendessem às necessidades de seus cidadãos, uma vez que a cidade ideal platônica era pequena e preferencialmente composta por um número fixo de membros. O meio de resolução dessas carências seria a troca de produtos com outras cidades. Seria necessário, portanto, “[...] que a nossa cidade produza não só o bastante para si mesma, como ainda o que, em tal quantidade, lhe pedem seus fornecedores” (PLATÃO, 1965a, p. 125). Como haveria uma divisão do trabalho e as demandas de cada ofício, cada cidadão não poderia abandonar seu serviço para realizar as atividades de importação e exportação. Eram também necessários os agentes encarregados dessas atividades, eram necessários os comerciantes e navegadores.

A forma pela qual os homens permutariam os produtos de seu trabalho seria “[...] por meio da venda e compra” (PLATÃO, 1965a, p. 125), o que geraria “a necessidade de ter uma

⁹¹ Indaga Sócrates a Adimanto: “Mas vejamos! - disse eu - como há de estar em condições uma cidade para fornecer tantas coisas? Não será preciso que um seja agricultor, outro pedreiro, outro tecelão? Acrescentaremos ainda um sapateiro ou algum outro artesão para as necessidades do corpo?” (PLATÃO, 1965, p. 123).

ágora e moeda, símbolo do valor dos objetos trocados” (p. 126). A ágora, que era a praça principal da polis, seria o lugar da instalação do mercado e onde se realizariam as trocas de produtos entre os mercadores internos e externos. A moeda seria um símbolo, o qual teria o propósito de facilitar as trocas. O dinheiro ainda é reconhecido nas sua função de tesouro nos livros XIII a X da *República*, entretanto, o ato de entesourar é considerado avareza e associado ao espírito oligárquico⁹².

O mais proeminente pupilo de Platão, Aristóteles, percebeu no dinheiro a função de equivalente geral, na medida em que poderia equiparar diferentes serviços e bens garantindo a justeza da troca.

Eis aí por que todas as coisas que são objetos de troca devem ser comparáveis de um modo ou de outro. Foi para esse fim que se introduziu o dinheiro, o qual se torna, em certo sentido, um meio-termo, visto que mede todas as coisas e, por conseguinte, também o excesso e a falta - quantos pares de sapatos são iguais a uma casa ou a uma determinada quantidade de alimento. o número de sapatos trocados por uma casa (ou por uma determinada quantidade de alimento) deve, portanto, corresponder à razão entre o arquiteto e o sapateiro. Porque, se assim não for, não havendo troca nem intercâmbio. E essa proporção não se verificará, a menos que os bens sejam iguais de um modo. Todos os bens devem, portanto, ser medidos por uma só e a mesma coisa, como dissemos acima. (ARISTÓTELES, 1984, p. 128).

A necessidade da retribuição proporcional garantia a união da cidade, o dinheiro é, além de equivalente universal, a unidade de medida por meio da qual se medem todos os produtos e serviços. O dinheiro seria o representante da procura e não existiria naturalmente, mas por lei, estando sobre o controle da sociedade “[...] mudá-lo e torná-lo sem valor” (ARISTÓTELES, 1984, p. 128). Enquanto medidor universal, o dinheiro torna “[...] os bens comensuráveis e os equipara entre si; pois nem haveria associação se não houvesse troca, nem troca se não houvesse igualdade, nem igualdade se não houvesse comensurabilidade” (p. 129). Para Aristóteles qualquer mercadoria poderia exercer esse papel e as trocas se realizavam do mesmo modo antes de existir o dinheiro, “[...] pois nenhuma diferença faz que cinco camas sejam trocadas por uma casa ou pelo valor monetário de cinco camas” (p. 129). Entretanto, conforme a já citada consideração de Marx (1996a), Aristóteles não podia identificar o que havia de comum a ser medido pelo dinheiro, do que consistia o valor dos produtos. Assim, deu um passo atrás e atribuiu a existência do dinheiro à sua conveniência: “o dinheiro tornou-se, por convenção, uma espécie de representante da procura; e por isso se chama dinheiro, já que não existe por natureza, mas por lei, e está em nosso poder mudá-lo e torná-lo sem valor”

⁹² “Ele é sórdido, faz dinheiro de tudo e só pensa em entesourar; é enfim um desses homens que a multidão elogia. Mas assim sendo, não é semelhante ao governo oligárquico?” (PLATÃO, 1965b, p. 158).

(p. 128). Isso porque a função do dinheiro nas trocas diretas, enquanto um meio de facilitação, era a única vislumbrada pelo filósofo grego.

Conforme já vimos nas controvérsias monetárias sumarizadas, essa visão do dinheiro como facilitador foi reatualizada nos debates do século XIX, e também continuaria nos séculos XX e XXI. Irving Fisher (1920), por exemplo, compreendia o dinheiro como uma variedade particular de mercadoria que deveria ser aceita universalmente na troca, e “[...] qualquer mercadoria universalmente aceita na troca deveria se chamar dinheiro” (p. 2). A aceitabilidade é o que distingue o dinheiro das demais mercadorias, e ela “[...] pode ser imposta por lei, o dinheiro tornando-se assim o que é conhecido como “curso forçado”; mas tal imposição não é essencial. [...] Na fronteira, sem qualquer sanção legal, o dinheiro é, por vezes, pó de ouro ou pepitas de ouro” (p. 8). O dinheiro é compreendido, portanto, como uma mercadoria que apenas tem a característica de ser aceita universalmente na troca, é a sua função como meio universal de troca que faz do dinheiro, dinheiro, o que não difere muito das análises gregas. O que nos leva ao raciocínio de que o dinheiro utilizado na sociedade capitalista não difere substancialmente do dinheiro usado na Antiguidade, tendo apenas algumas funções atualizadas. Marx expôs uma análise oposta a essa lógica, a partir do desvelamento das categorias específicas da produção mercantil.

3.2.2. Valor

A análise marxiana do dinheiro difere substancialmente das análises que apresentamos até aqui, Marx considerava que:

É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria. [...] A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. Se no entanto for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc. Encontram-se por isso entre economistas, que concordam inteiramente com a medida da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho, os mais contraditórios e confusos conceitos de dinheiro, isto é, da figura terminada do equivalente geral (MARX, 1996a, p. 205-6, nota 119).

A determinação da natureza do dinheiro deve ser analisada separada de suas formas concretas e de suas funções no capitalismo, distinguindo o papel específico do dinheiro no

capitalismo. Antes de tentar entender o funcionamento das variáveis monetárias, o comportamento da moeda, Marx se preocupa em em tentar entender o porque da moeda, o porque da riqueza social assumir uma forma monetária no capitalismo, o porque do valor ser expresso monetariamente.

No primeiro livro d'O Capital, antes de expor as suas determinações particulares, Marx expõe as caráter mercantil das sociedades em que domina o modo de produção capitalista. Segundo Suzanne de Brunhoff:

A noção de “produção mercantil” é portanto paradoxal. Marx utiliza-a para determinar as categorias de valor de troca, de forma valor da moeda e para inserir os mercados numa circulação mercantil que constitui um sistema de trocas. Mas trata-se de uma produção que não comporta relações de produção determináveis, seja num modo de produção, seja numa formação histórica concreta (1978, p. 52).

Trata-se do recurso às abstrações, que permitem assim determinar a forma da mercadoria, do valor e da moeda, sem as quais é impossível a adequada compreensão das categorias capitalistas. Diferente da economia política burguesa, pelo recurso à produção mercantil Marx permitiu diferenciar mercadoria e capital, demonstrando a diferença que existe entre uma coisa e outra, assim como existe entre dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital, o que obstaculiza leituras a-históricas do fenômeno monetário. Assim, nos três primeiros capítulos, Marx explicita as determinações das mercadorias e do dinheiro, sem lidar explicitamente com o capital, o qual apenas toma maior relevância na exposição a partir do capítulo quatro em diante. Algumas leituras entendem que esses primeiros capítulos se referem a alguma descrição abstratas de economias mercantis pré-capitalistas, entretanto, ainda no primeiro parágrafo da obra, esse tipo de interpretação é refutada pela justificativa de Marx de iniciar sua análise pela mercadoria: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1996a, p. 165)⁹³. A mercadoria individual é a forma elementar no modo de produção capitalista, daí o caráter mercantil ser da sociedade capitalista, não de uma sociedade qualquer pré-capitalista. Por essa razão, qualquer análise do

⁹³ “A derivação marxista da moeda a partir das relações mercantis, no capítulo 1 de *O Capital 1*, não é uma explicação histórica da origem da moeda, nem uma derivação puramente lógica do conceito de moeda a partir da mercadoria” (SAAD FILHO, 2011, p. 151).

capital deve levar em consideração o caráter mercantil⁹⁴ da economia capitalista, e o fato de que a moeda e o valor são elementares nesse modo de produção.

As mercadorias são os bens em geral, as coisas que pelas suas propriedades satisfazem necessidades humanas de qualquer espécie, não importando “[...] se elas se originam do estômago ou da fantasia” (MARX, 1996a, p. 165), ou se o fazem pelo consumo imediato e final, ou como meios de produção de outras mercadorias. Na forma de sociedade analisada por Marx, as mercadorias se apresentam sob um duplo aspecto, como valores de uso e valores de troca.

Os valor de uso refere-se a utilidade da coisa, à qual depende das propriedades específicas da physis da mercadoria, ele coincide com a sua existência natural palpável, como “[...] objeto de necessidades humanas, meio de vida no sentido mais amplo da palavra” (MARX, 1983, p. 31). O valor de uso se efetiva pelo consumo, o qual pode assumir diferentes formas para o mesmo valor de uso. “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1996a, p. 166). Os valores de uso não expressam nenhuma relação social, sendo indiferentes à forma social da riqueza.

É impossível comprovar pelo sabor do trigo quem o cultivou, servo russo, camponês parcelário francês ou capitalista inglês. Ainda que seja objeto de necessidades sociais, e estar, por isso, em contexto social, o valor de uso contudo não expressa nenhuma relação social de produção. [...] Ser valor de uso parece ser pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso. [...] O valor de uso é diretamente a base material onde se apresenta uma relação econômica determinada - o valor de troca (MARX, 1983, pp. 31-2).

Os valores de uso são os portadores materiais do valor de troca, mas são indiferentes a ele. Uma vez vindos ao mundo, um garfo ou um iPhone satisfazerão necessidades específicas de acordo com sua utilidade específica, tenham sido produzidos num feudo, numa comuna ou numa sweatshop capitalista. Os valores de uso são determinados qualitativa e quantitativamente; uma lavadora de roupas, cinco quilos de arroz, uma resma de papel. Quando são mercadorias, o que prevalece no modo de produção capitalista, são a base material do valor de troca.

O valor de troca toma a forma de uma relação quantitativa inicialmente, quando se trata da troca direta de mercadorias, expressando “[...] a proporção na qual valores de uso de

⁹⁴ Apesar do caráter mercantil ser elementar no capitalismo, este não é o traço distintivo da produção capitalista. O que especifica a sociedade capitalista não é a separação entre produtores independentes de mercadorias para a troca, mas a separação entre trabalhadores e os meios de produção, monopolizados pela classe dos capitalistas. É a relação capital, o antagonismo entre capital e trabalho, que especifica esse modo de produção.

uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1996a, p. 166). Isso porque uma mesma mercadoria pode ser trocada por diferentes mercadorias, de acordo com as necessidades de quem troca.

Numa sociedade mercantil, onde as trocas são generalizadas, as mercadorias são trocadas mantendo-se uma proporção relativa entre elas, o que faz com que o seu valor de troca seja reduzido a algo que mercadorias com diferentes valores de uso tenham em comum. As propriedades corpóreas das mercadorias “[...] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso [...], é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias” (MARX, 1996a, p. 167). A natureza física da mercadoria é indiferente no processo de troca, como valores de troca, as mercadorias só podem ser de quantidade diferente, “[...] não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (p. 167). Pela experiência cotidiana, os consumidores numa economia capitalista sabem distinguir geralmente quando algo está mais barato ou mais caro, entretanto, descobrir qual é a substância do valor, o que determina sua magnitude, é algo que exige uma análise para além da prática cotidiana, cujo o caminho encontrado por Marx foi o das abstrações razoáveis.

O que há de comum em mercadorias de diferentes valores de uso é o fato de serem produtos do trabalho. Esse trabalho é abstraído de suas características específicas, enquanto “[...] trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado” (MARX, 1996a, p. 168), assim como são abstraídas as características do valor de uso da determinação do valor de troca. Esse trabalho abstrato não é também o trabalho no seu sentido amplo e a-histórico, entendido como dispêndio de energia, fisiológico, dispêndio de energia e músculos, mas trata-se de uma forma social específica do trabalho, a qual ganha seu caráter ainda no processo produtivo destinado à produção de mercadorias.

Não são apenas objetos físicos que são mercadorias, serviços que são trocados também são mercadorias. A diferença destes é que seu consumo se dá simultaneamente à sua produção, diferente do circuito de um objeto físico, o qual é produzido antes, posto a venda, comprado e só então consumido. O motorista de táxi ou Uber, ao deslocar o passageiro de um lugar ao outro, “produz” a mudança espacial ao mesmo tempo em que ela é consumida. O mesmo se aplica aos fretes de mercadorias:

O efeito útil só é consumível durante o processo de produção; ele não existe como uma coisa útil distinta desse processo, que só funcione como artigo de comércio depois de sua produção, que circule como mercadoria. Mas o valor de troca desse

efeito útil é determinado, como o das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) somados à mais-valia, criada pelo mais-trabalho dos trabalhadores empregados na indústria de transportes. Também em relação a seu consumo, esse efeito útil se comporta exatamente como as outras mercadorias (MARX, 1985a, p. 42-3).

O mesmo acontece com outros serviços, como uma peça de teatro, um show musical ou uma sessão de fisioterapia. O que importa para a definição de um bem ou serviço ser ou não ser mercadoria não é seu conteúdo útil, mas se é produzida para a troca e adquirida e consumida através desse processo social específico, é sua forma social, não material, que importa na sua qualificação como mercadorias. Conforme expõe Marx (1996a), na equiparação das mercadorias, “todas as suas qualidades sensoriais se apagaram” (p. 167), o caráter útil dos trabalhos concretizados nas mercadorias desaparece e eles “[...] deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (p. 168). Portanto, a qualidade que faz de um produto do trabalho humano uma mercadoria não advém de qualquer propriedade natural que esta tenha, mas de uma propriedade social adquirida na medida em que esses produtos são produzidos para a troca e só confirmada quando são efetivamente trocados⁹⁵.

Ser uma mercadoria não é algo que possa ser identificado em qualquer característica utilitária do produto do trabalho, nem um microscópio poderia revelar a qualidade social do trabalho de uma miçanga feita em casa para uso pessoal e de outra vendida como mercadoria. Ser mercadoria não depende da miçanga em si e suas qualidades, mas antes, da forma social do trabalho e da sociedade em que a miçanga foi produzida. Para que o produto seja mercadoria, ele precisa ser valor de uso social, ou seja, valor de uso para outros, e sua transferência a quem vai servir como valor de uso deve ser realizada por meio da troca. “Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor” (MARX, 1996a, p. 171).

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que

⁹⁵ “Na primeira parte de meu livro, eu mencionei que é característico do trabalho baseado na troca privada que o caráter social do trabalho “se manifeste” em uma forma pervertida – como “propriedade” das coisas; que uma relação social apareça como uma relação entre coisas (entre produtos, valores de uso, mercadorias). Essa *aparência* é aceita como algo real por nosso fetichista, e ele realmente acredita que o valor de troca das coisas é determinado por suas propriedades como coisas, sendo completamente uma propriedade natural das coisas. Nenhum cientista ainda descobriu quais as qualidades naturais que fazem com que proporções definidas de tabaco de rapé e quadros de pinturas sejam equivalentes entre si” (MARX, 1989b, p. 317).

em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis (MARX, 1996a, p. 168).

O valor é essa objetividade fantasmagórica [gespenstige Gegenständlichkeit] que é o que tem de comum entre as mercadorias trocadas, sendo manifesto pelo valor de troca. Um valor de uso possui valor apenas quando nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. O valor é, portanto, a forma social assumida pelos produtos do trabalho numa economia mercantil. A grandeza desse valor é medida pela quantidade da sua substância constituidora cristalizada na mercadoria, o trabalho abstrato. “A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc” (MARX, 1996a, p. 168). Esse tempo de trabalho enquanto medida do valor é o tempo de trabalho socialmente necessário, que leva em conta o caráter de uma força média de trabalho social.

De acordo com Marx, “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (p. 169). Os valores das mercadorias são equiparados quantitativamente pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção delas. “A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza” (p. 170). Esse tempo de trabalho não pode portanto ser medido individualmente, se cronometrarmos o tempo que um oleiro demora para fazer um vaso, não estaremos medindo o tempo socialmente necessário, mas o tempo de trabalho útil para produzir aquele valor de uso.

A mercadoria aparece como algo dúplice, na medida em que se mostra como valor de uso e valor de troca, algo que é decorrente do duplo caráter do trabalho nela representado. Na produção de mercadorias, o trabalho produz valor de uso e valor. Para que os valores de uso se defrontem como mercadorias, eles devem conter o resultado de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, produzidos por produtores privados autônomos e independentes entre si.

Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho (MARX, 1996a, p. 172).

O que importa portanto, na produção de valor em uma sociedade de produtores de mercadorias é a divisão social do trabalho, sendo a condição para troca a existência de valores úteis qualitativamente diferentes, mas essas qualidades não importam para a formação do valor, o qual é determinado pela quantidade de trabalho abstrato cristalizado na mercadoria. As mercadorias são os cristais ou suportes materiais do valor, cuja substância é o valor. Essa substância, lembramos, tem uma objetividade fantasmagórica, espectral, trata-se de uma abstração real, que diferente das realizadas pelo pensamento, é realizada na prática pelo comportamento dos indivíduos sociais, “[,,] numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante” (MARX, 1996a, p. 187). Essa abstração que conforma o trabalho abstrato é consumada na troca. Nas palavras de Marx (1987a, p. 41), “a redução dos vários trabalhos concretos nessa abstração de trabalho humano igual só é efetivada pela troca, que equaliza os produtos de diferentes tipos de trabalho”. É por essa razão que:

Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria (MARX, 1996a, p. 176).

A relação de mercadoria para mercadoria, que permite a realização da objetividade puramente social da mercadoria é a troca, caso ela não se efetive, o valor, essa substância de natureza social não se realiza, o produto deixa de ser mercadoria, não possui valor de uso social nem valor de troca. O trabalho concreto gasto individualmente só é validado como trabalho abstrato pela troca, é apenas pela troca, uma relação puramente social, que o produtor individual descobre a correspondência entre o tempo de trabalho concreto despendido no seu produto e o tempo de trabalho médio socialmente necessário para a sua produção⁹⁶.

Assim, o casaco e o linho foram reduzidos a valores, cada um por si só, na objetivação do trabalho humano em geral. Mas nesta redução, tem-se esquecido que nenhum dos dois são valores objetivamente para si, mas que eles os são tão somente na medida em que sua objetividade lhes é comum. Fora da sua relação de um com o

⁹⁶ “Marx não se cansou de repetir que o valor é um fenômeno social, que a existência do valor (Wertgegenständlichkeit) tem uma “materialidade puramente social” (C., I, p. 15) e não contém um único átomo de matéria. Segue-se daí que o trabalho abstrato, que cria valor, deve ser entendido como uma categoria social na qual não se pode encontrar um único átomo de matéria” (RUBIN, 1987, p. 150).

outro - a relação em que eles são equalizados - nem o casaco, nem o linho, têm valor ou a sua objetividade como meras geléias de trabalho humano em geral. Essas objetividades eles a possuem apenas numa relação social (MARX, 1987a, p. 30).

É apenas em relação com uma outra mercadoria que uma mercadoria é uma mercadoria, é através dessa validação social que um produto de algum trabalho útil pode vir a ser objetivação do trabalho humano abstrato⁹⁷. Mas “a troca não produz valor, ela apenas media essa relação com a totalidade do trabalho da sociedade, Entretanto, numa sociedade baseada na produção privada, esse ato de mediação só pode ocorrer pelo ato de troca, e em nenhum outro lugar” (HEINRICH, 2013, p. 55). A compreensão desse ponto é importante porque “as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro” (MARX, 1996a, p. 176).

A análise de Marx, portanto, difere fundamentalmente das análises dos economistas políticos clássicos, onde a moeda tem apenas o papel de mero meio circulante, sendo neutra e levada em conta apenas quantitativamente. Ao se atentar para a polaridade existente, na mercadoria, entre valor de uso e valor de troca, e, conseqüentemente, ao duplo caráter do trabalho nela objetivado, Marx pode expôr a especificidade histórica dessa forma de divisão social do trabalho cuja socialização dos trabalhos realizados individualmente e autonomamente se dá através da troca. Essa forma de socialização exige uma forma específica de equalização dos trabalhos, de uma base comum, de uma substância que possa equiparar os produtos de trabalhos úteis diferentes; essa substância é o trabalho abstrato, o qual toma a forma de valor. Para compreender a forma dinheiro, Marx chama atenção para algo não compreendido pelos economistas burgueses:

Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro (MARX, 1996a, p. 175-6).

⁹⁷ “A substância do valor é, portanto, a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessária à produção das mercadorias, que é determinada tanto na produção quanto na circulação, sendo a articulação entre estas duas esferas de fundamental importância para entender a imposição da lei do valor. Isto ocorre porque o trabalho socialmente necessário é definido como aquele que é efetuado nas condições sociais médias de produção e, ao mesmo tempo, satisfaz uma necessidade *social*. Ora, isto só se define completamente na circulação, quando as mercadorias se confrontam umas com as outras. Daí porque o valor acha-se já de forma latente na produção, que por ser mercantil visa o valor de troca antes de ser iniciada, embora sua determinação *final* só se verifique na circulação” (MOLLO, 1992, p. 72).

A análise da forma valor é que permite solucionar o enigma do dinheiro na economia mercantil e no capitalismo, superando-se as análises que não levam em conta essa especificidade social e histórica. Essa análise da gênese da forma dinheiro também não significa a sua análise e desenvolvimento cronológico, já que Marx não tem por objetivo a análise de sociedades pré-capitalistas n'O Capital. Trata-se apenas dos níveis de abstração, onde Marx buscou apresentar a relação entre a forma simples do valor e a necessidade social da forma desenvolvida do dinheiro.

3.2.3. Forma valor e forma dinheiro

Para Marx (1996a), o segredo de toda forma de valor encerrava-se na *forma simples do valor*, a qual era a relação de valor de uma mercadoria com uma outra mercadoria de tipo diferente. Antes de lidar com o ponto de partida dos economistas burgueses, as funções do dinheiro, Marx para da relação entre valor e forma-valor.

Duas mercadorias diferentes, A e B, em nosso exemplo linho e casaco, representam aqui, evidentemente, dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, o casaco serve de material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente (MARX, 1996a, p. 7).

As duas mercadorias necessitam uma da outra para expressar o seu valor, afinal, a expressão 20 varas de linho = 20 varas de linho não expressa nenhum valor. O valor dessa mercadoria só pode ser expresso relativamente, isto é, por meio de outra mercadoria. É necessário, que uma outra mercadoria, portanto, se oponha ao linho na forma equivalente. Na expressão 20 varas de linho = 1 casaco, temos a expressão do valor do linho em uma quantidade específica de casacos.

Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor (MARX, 1996a, p. 177).

Essa oposição significa que a mercadoria que se encontra como forma equivalente, não pode encontrar-se em forma relativa de valor, ela apenas fornece o material para

expressão do valor da outra mercadoria. A relação entre as duas mercadorias pode ser invertida, mas “a mesma mercadoria não pode, portanto, aparecer, ao mesmo tempo, sob ambas as formas na mesma expressão de valor. Essas formas antes excluem-se polarmente” (MARX, 1996a, p. 178). São momentos simultaneamente inseparáveis e mutuamente excludentes, polos da mesma expressão, que nos confirma que o valor não pode ser identificado e medido com um valor de uso individual. O valor de uma mercadoria só ganha uma forma objetiva na expressão do seu valor em outra mercadoria. “Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral” (MARX, 1996a, p. 179).

O trabalho humano abstrato cria o valor mas não é valor, o qual apenas existe apenas cristalizado na mercadoria. Assim, no exemplo marxiano, “para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma “objetividade” concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria” (MARX, 1996a, p. 179). A forma natural do casaco, sua forma física e palpável, serve como representante do valor do linho. O casaco não deixa de ser um valor de uso específico, e é apenas nessa relação que ele significa valor. “Na relação de valor, na qual o casaco constitui o equivalente do linho, vale, portanto, a forma de casaco como forma de valor” (p. 180). Ou seja, o valor da mercadoria linho é expresso no valor de uso da mercadoria casaco.

Qualitativamente, a forma natural do casaco torna-se a forma de valor do linho por meio da relação de valor, o valor do linho, assim expresso no valor de uso do casaco, possui a *forma do valor relativo*. A forma de valor também expressa a relação quantitativa entre os tempos médios de trabalho socialmente necessário para produzir cada mercadoria. Do outro lado da expressão do valor, na análise da *forma equivalente*, observa-se que o valor de uso do casaco tornou-se forma de manifestação do seu contrário, do valor. Mas “[...] isso vale apenas internamente à relação de valor, na qual a mercadoria linho está relacionada à mercadoria casaco enquanto equivalente” (MARX, 1996a, p. 185). Dentro da relação de valor, o casaco tem propriedades diferentes das que ele tem fora dessa relação.

Como, porém, as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, parece também que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável, tanto quanto sua propriedade de ser pesado ou de manter alguém aquecido. Daí o enigmático da forma equivalente, que de início fere o olhar burguês rústico de

economista político, tão logo esta se apresenta a ele, já pronta, sob a forma dinheiro. Então, ele busca explicações que ponham de lado o caráter místico de ouro e prata, substituindo-os por mercadorias menos ofuscantes, e salmodiando, com sempre renovado prazer, o catálogo das mercadorias vulgares, que em outros tempos desempenharam o papel do equivalente de mercadorias. Ele não suspeita que a mais simples expressão de valor, como 20 varas de linho = 1 casaco, já dá a solução do enigma da forma equivalente (MARX, 1996a, p. 185).

É no enigma da forma equivalente que se encontra a chave para o entendimento da forma dinheiro na sociedade produtora de mercadorias, caso da sociedade burguesa. No corpo da mercadoria que serve de equivalente é expresso o trabalho humano abstrato, ou seja, o trabalho concreto se converte na forma de manifestação do seu contrário. Enquanto mera expressão de trabalho humano indiferenciado, a alfaiataria que produziu o casaco, embora seja trabalho privado como todos os outros, é trabalho que produz mercadorias, “trabalho em forma diretamente social” (MARX, 1996a, p. 186). Por meio da forma equivalente, a mercadoria que a ela se equipara como forma relativa, tem a expressão do seu valor representada como valor de troca.

Essa relação entre duas mercadorias, a forma simples do valor, é entretanto insuficiente, uma vez que cada mercadoria tem que se relacionar com todas as demais mercadorias na prática. Assim, cada mercadoria estabelece com as demais uma relação de valor específica, que faz surgir diferentes expressões simples de valor, cujo limite é dado pelo número de espécies diferentes de mercadorias. Desse fato, decorre a *forma de valor total ou desdobrada*.

Na *forma relativa de valor desdobrada*, o valor de uma mercadoria é expresso em inumeráveis outras mercadorias. Por exemplo:

20 varas de linho = 1 casaco ou
20 varas de linho = 10 libras de chá ou
20 varas de linho = 40 libras de café

E assim por diante. Essa forma expressa esse valor como verdadeira “[...] gelatina de trabalho humano indiferenciado. Pois o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua [...]” (MARX, 1996a, p. 190). O linho se encontra em relação com o mundo das mercadorias, e da interminável série de suas expressões de valor depreende-se que é “[...] indiferente ao valor mercantil a forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta” (p. 190). Na forma relativa desdobrada fica evidente que o valor do linho se

mantém para além da relação eventual de dois produtores individuais de mercadorias. Portanto, “evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca” (p. 191). Essa assertiva marxiana marca a sua oposição a uma dicotomia entre produção e circulação. Embora seja pela troca, pela realização do valor de troca, que o valor da mercadoria é confirmado socialmente, a grandeza de valor da mercadoria é determinada pelo processo de produção, pelo de trabalho socialmente necessário, é este, portanto, que regula as relações de trocas.

A forma relativa desdobrada do valor do linho tem no pólo oposto uma *forma equivalente particular* de cada uma das mercadorias pela qual ele é trocado, cada mercadoria, casaco, chá, café etc. serve como corpo de valor. Assim, a forma de valor total ou desdobrada é incompleta e insuficiente, uma vez que gera uma interminável série de representações, “[...] um mosaico colorido de expressões de valor, desconexas e diferenciadas” (MARX, 1996a, p. 191). Cada forma equivalente particular exclui a outra, o trabalho humano abstrato não possui nenhuma forma de manifestação unitária. Por outro lado, como a determinação é recíproca, cada produtor que troca sua mercadoria no linho tem nele a expressão de valor da sua mercadoria. Com a inversão da série, aparece a *forma geral de valor*:

$$\left. \begin{array}{l} 1 \text{ casaco} \\ 10 \text{ libras de chá} \\ 40 \text{ libras de café} \\ x \text{ mercadoria A} \\ \text{mercadoria etc.} \end{array} \right\} = 20 \text{ varas de linho}$$

Nessa forma de valor, as mercadorias apresentam seus valores de modo simples e unitário, na mesma mercadoria. “Sua forma valor é simples e comum a todas, portanto, geral” (MARX, 1996a, p. 192). Essa forma isola uma mercadoria e permite a representação dos valores de todas as mercadorias por meio da sua igualdade com o linho, assim elas distinguem-se de qualquer valor de uso e podem, então, relacionar-se entre si como valores, aparecendo reciprocamente como valores de troca.

A forma valor geral surge, ao contrário, apenas como obra comum do mundo das mercadorias. Uma mercadoria só ganha a expressão geral do valor porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece tem que fazer o mesmo. Evidencia-se, com isso, que a objetividade do valor das mercadorias, por ser a mera “existência social” dessas coisas, somente pode ser expressa por sua relação social

por todos os lados, e sua forma, por isso, tem de ser uma forma socialmente válida (MARX, 1996a, p. 193).

A forma valor geral atende à uma necessidade social da economia mercantil, ela surge da necessidade de expressão objetiva e validação social dos valores das mercadorias. Essa forma geral “[...] evidencia que no interior desse mundo [das mercadorias - TDHR] o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social” (MARX, 1996a, p. 194). Temos assim a *forma valor relativa social geral*, na medida em que todas as mercadorias, com uma única exceção, são excluídas da *forma equivalente geral*. “A forma equivalente geral é uma forma do valor em si. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria” (p. 195). A objetividade do valor não é atributo de uma mercadoria individualmente tomada, mas é antes uma qualidade puramente social, uma objetividade espectral, assim, ela não apenas necessita de uma forma objetiva de valor, mas de uma *forma de valor objetiva*, que expresse seu caráter social. Mas a mercadoria que expressa esse caráter apenas se encontra nessa posição na medida em que é excluída por todas as demais mercadorias como equivalentes. “E só a partir do momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadorias, a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral” (p. 196).

Então, o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias (MARX, 1996a, p. 196).

O equivalente geral, ao exercer o monopólio social dessa função social específica, de ser a forma do valor em si, ao ser permutável diretamente com todas as mercadorias, ele torna-se mercadoria dinheiro. Marx apresenta a *forma dinheiro* a partir da substituição do linho pelo ouro na forma equivalente geral. “O progresso apenas consiste em que a forma de permutabilidade direta geral ou a forma equivalente geral se fundiu agora definitivamente, por meio do hábito social, com a forma natural específica da mercadoria ouro” (MARX, 1996a, p. 197). O hábito social fez do ouro a mercadoria que assumisse o função de equivalente geral, de mercadoria dinheiro⁹⁸. Por fim, a expressão relativa simples de valor de uma mercadoria

⁹⁸ “Por expressarem as mercadorias multilateralmente seus valores de troca em ouro, este expressa diretamente seu valor de troca em todas as mercadorias; e ao darem as mercadorias a si mesmas a forma do valor de troca, elas dão ao outro a forma do equivalente geral, ou seja, do dinheiro” (MARX, 1983, p. 56).

qualquer na mercadoria que já funciona como dinheiro é a *forma preço*⁹⁹. A moeda se torna a expressão universal do valor.

Marx deriva a moeda a partir das relações sociais mercantis, sua exposição demonstra sucessivamente as necessidades sociais em que aparecem as categorias da mercadoria, do trabalho abstrato, do valor, do valor de troca e finalmente da moeda. Há uma relação estreita entre moeda e valor, sendo esse apenas expresso na forma monetária. A essência da moeda está no fato de ser o equivalente geral e no monopólio da capacidade de troca. “De maneira simples, a moeda pode ser trocada por qualquer mercadoria, mas as mercadorias geralmente não se trocam diretamente” (SAAD FILHO, 2011, p. 152). A exposição que vai da forma simples do valor à forma dinheiro e, finalmente, à forma preço, permite revelar o caráter da moeda enquanto “[...] uma relação social que deriva da forma de articulação entre os produtores mercantis” (p. 152).

De fato, a produção capitalista é a produção de mercadorias como forma geral da produção, mas ela o é, e se toma cada vez mais em seu desenvolvimento, porque o próprio trabalho aparece aqui como mercadoria, porque o trabalhador vende o trabalho, isto é, a função de sua força de trabalho, e isso, conforme admitimos, pelo valor determinado por seus custos de reprodução. Na medida em que o trabalho se torna trabalho assalariado, o produtor torna-se capitalista industrial; por isso a produção capitalista (portanto também a produção de mercadorias) só aparece em toda a sua amplitude quando inclusive o produtor direto do campo for assalariado. Na relação entre capitalista e trabalhador assalariado, a relação monetária, a relação entre comprador e vendedor, torna-se uma relação imanente à própria produção. Essa relação repousa, porém, por sua base, no caráter social da produção, não no modo de intercâmbio; pelo contrário, este é que se origina daquele. Isso corresponde, além do mais, ao horizonte burguês, no qual o fazer negócios ocupa a cabeça inteira, sem ver no caráter do modo de produção o fundamento do modo de intercâmbio que lhe corresponde, mas o inverso (MARX, 1985e, p. 86).

A necessidade da forma equivalente geral e da forma dinheiro demonstram que a lei do valor só pode se impor através da moeda como equivalente geral.

A substância do valor é o trabalho humano abstrato e a grandeza do valor é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria, que deve ser valor de uso social, útil para os outros. O valor surge da necessidade de equiparação em base comum das mercadorias produzidas autonomamente, uma vez que só pela abstração dos traços distintivos dos diversos trabalhos úteis que é possível sua equiparação. Portanto, na sociedade mercantil, não é possível a troca direta de diferentes tipos de trabalho, daí a necessidade da

⁹⁹ “O preço é a forma transformada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no interior do processo de circulação” (MARX, 1983, p. 56).

validação social desses trabalhos na esfera da circulação pela realização do valor de troca das mercadorias.

O conteúdo do valor, sua substância, é o trabalho abstrato. Sua forma é o valor de troca, sempre relativo, visto que se trata de um resultado do confronto entre dois produtos do trabalho equalizados a partir do que lhes é comum, o trabalho abstrato. A forma valor, ou simplesmente o valor, e então, por um lado, a forma social fundamental de uma economia mercantil. E a forma através da qual o trabalho abstrato, característico dessa economia, é representado socialmente. Por outro lado, o valor é unidade de conteúdo ou substância (dada pelo trabalho abstrato) e forma (dada pelo valor de troca) (MOLLO, 1991, p. 44).

O valor de troca é a expressão concreta do valor, assim, a equalização dos valores deve necessariamente acontecer na troca, daí a necessidade do equivalente geral, da moeda, enquanto forma de representação dos valores dos produtos do trabalho humano numa economia mercantil. As funções da moeda decorrem de sua essência de equivalente geral e pelo monopólio que exerce enquanto instrumento de troca. Além, disso para além das relações mercantis, a moeda assume funções específicas na medida em que o dinheiro não é apenas dinheiro como dinheiro, mas dinheiro como capital.

3.2.4. Processo de troca e funções do dinheiro como dinheiro

Na sociedade em que predominam as relações mercantis os possuidores de mercadorias têm que se reconhecer mutuamente como proprietários privados e assim podem alienar suas mercadorias em concordância um com o outro, “[...] mediante um ato de vontade comum a ambos” (MARX, 1996a, p. 209)¹⁰⁰. Nessa relação, as pessoas não passam de

¹⁰⁰ A troca de equivalentes é a relação social predominante na abstração da economia mercantil, como o capitalismo o é, mas isso não impede que eventuais tomadas e exploração de riqueza e trabalho alheio pela força de acordo com cada realidade particular: “Dentro de seu processo de circulação, em que o capital industrial funciona ou como dinheiro ou como mercadoria, o ciclo do capital industrial se entrelaça, seja como capital monetário, seja como capital-mercadoria, com a circulação de mercadorias dos mais diversos modos sociais de produção, desde que estes sejam também produção de mercadorias. Seja a mercadoria o produto da produção baseada na escravidão ou de camponeses (chineses, ryots indianos), ou de sistemas comunitários (Índias Orientais holandesas), ou da produção do Estado (como aquela, com base na servidão, que tem lugar em épocas anteriores da história russa), ou de povos caçadores semi-selvagens etc.: como mercadorias e dinheiro defrontam-se com o dinheiro e as mercadorias em que o capital industrial se apresenta e ingressam tanto no ciclo do mesmo quanto no da mais-valia portada pelo capital-mercadoria, à medida que esta é gasta como rendimento; portanto, em ambos os ramos de circulação do capital-mercadoria. O caráter do processo de produção do qual provêm é indiferente; como mercadorias funcionam no mercado; como mercadorias ingressam no ciclo do capital industrial bem como na circulação da mais-valia portada por ele. E, portanto, o caráter multilateral de sua origem, a existência do mercado como mercado mundial, que caracteriza o processo de circulação do capital industrial. O que vale para mercadorias alheias vale para o dinheiro alheio; assim como o capital-mercadoria só funciona em relação a ele como mercadoria, também esse dinheiro funciona em relação a ele só como dinheiro; o dinheiro funciona aqui como dinheiro mundial” (MARX, 1985e, p. 81).

personificações de relações econômicas, existindo reciprocamente como possuidores de mercadorias¹⁰¹. Para que eles caminhem ao mercado e consumem o ato que a mercadoria não pode realizar sozinha, é preciso que a mercadoria seja não-valor de uso para o seu possuidor e valor de uso para outrem, sendo o único valor de uso para seu possuidor aquele distinto de sua forma corpórea, o fato de ser suporte de valor de troca, logo, meio de troca. “Se o trabalho é útil para outros, se, portanto, seu produto satisfaz as necessidades alheias, somente sua troca pode demonstrar” (p. 210).

A troca se constitui pela mudança de mãos da mercadoria, “[...] e essa troca as refere como valores entre si e as realiza como valores. As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso (MARX, 1996a, p. 210). Portanto, as mercadorias só podem relacionar-se entre si como valores, e daí a necessidade de uma mercadoria que funcione como o equivalente universal. O que faz de uma mercadoria determinada um equivalente universal? Como analisamos no desenvolvimento da forma dinheiro, é apenas a ação social de todas as outras mercadorias, a qual “[...] exclui determinada mercadoria para nela representar universalmente seus valores. A forma natural dessa mercadoria vem a ser assim a forma equivalente socialmente válida” (p. 211). Por meio do processo social, uma mercadoria assume uma função especificamente social de expressão universal valor ao tornar-se dinheiro. Segundo Marx, “o cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias” (p. 211).

Com a utilização e conversão de todas as mercadorias em moeda, surge a impressão de que todas as mercadorias expressam seu valor em dinheiro porque este é dinheiro, entretanto, o que análise marxiana demonstra é o oposto, a mercadoria dinheiro é dinheiro apenas porque todas as outras mercadorias expressam nela o seu valor, o equivalente geral se torna a encarnação imediata de todo o trabalho humano.

Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante (MARX, 1996a, p. 217)..

¹⁰¹ “Os produtores independentes vendem seu produto, do qual eles são juridicamente proprietários, para obter outras mercadorias em troca, segundo uma relação de equivalência que implica a formação de valores de troca” (BRUNHOFF, 1978, p. 50).

Assim, a moeda é uma relação social consequente dessa forma de articulação atomística entre os produtores mercantis. Ela é portanto demandada a partir da ação social dos indivíduos em uma economia mercantil, e, desse modo, assume específicas funções. Apesar da regulação estatal vir a ser fundamental na sua efetivação, ela vem em resposta, e não contrário, a moeda não é apenas um meio de simplificar as trocas. Em oposição aos procedimentos de análise econômica do mainstream que partem das preferências dos agentes econômicos, das ações, Marx demonstra como a prevalência da troca de mercadorias impõe certas leis sociais e normas as quais os sujeitos sociais têm que seguir, agindo como personificações dessas relações econômicas. O dinheiro é essencial na análise marxiana do valor, pois apenas por meio dele, por meio da forma valor do equivalente universal, as mercadorias podem se relacionar como valores.

Na análise da circulação mercantil ou circulação simples, Marx distingue três funções do dinheiro. Além delas, há outras três que surgem quando se considera o dinheiro como capital, as quais veremos adiante.

A primeira função do dinheiro consiste em ser *medida de valor*, que é a forma de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho. A expressão de uma mercadoria na mercadoria-dinheiro é sua forma dinheiro, seu *preço*. Tomando o ouro como mercadoria dinheiro, Marx define que o seu valor é dado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. O preço é distinto da forma real corpórea das mercadorias, sendo forma apenas ideal ou representada, tendo em vista que não exige a equiparação real de cada mercadoria com a moeda por meio da troca. Pela função de medida de valores, o valor de cada mercadoria é expresso numa quantidade de dinheiro.

Ainda nessa esfera da circulação simples, já ocorre uma contradição devido à necessidade da expressão monetária do valor. Como medida de valores, a moeda assume os papéis de *padrão de preço* e *unidade de conta*. O padrão de preços fixa quantidades específicas da mercadoria dinheiro como unidades de medida padronizadas, as quais podem ser divididas ou multiplicadas¹⁰². Sendo o padrão monetário puramente convencional e tendo que ter validade universal, ele é regulado por lei. Fixado esse padrão, as mercadorias são apresentadas em suas denominações monetárias, as quais informam o quanto valem tendo o

¹⁰² “O padrão já se encontra pronto nas medidas gerais de peso dos metais, que se usam em todas as circulações metálicas, e por isso foram usadas, originalmente, também como padrão de preços. Ao relacionarem-se as mercadorias umas com as outras, não mais como valor de troca que deve ser medido pelo tempo de trabalho, mas como grandezas nominalmente iguais, medidas pelo ouro, este se transforma de medida dos valores em padrão de preços” (MARX, 1983, p. 60).

dinheiro como unidade de conta. “O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria” (MARX, 1996a, p. 225).

A denominação monetária corresponde à equivalência da mercadoria com determinada quantidade de dinheiro. Para ficar claro, o preço é o expoente da relação de troca da mercadoria com o dinheiro, mas não necessariamente o expoente de sua grandeza de valor. Por que não? Porque a grandeza de valor expressa uma “[...] relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social” (MARX, 1996a, p. 226). Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação aparece como a relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, a qual existe fora dela. “Mas nessa relação pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável” (p. 226). Portanto, é inerente à própria forma preço “a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor” (p. 226).

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor (MARX, 1996a, p. 226).

A grandeza de valor de uma mercadoria só pode ser expressa em seu preço, mas o oposto não é verdadeiro, assim o preço pode aumentar ou diminuir de acordo com as condições produtivas. Mas do outro lado, o preço não necessariamente expressa uma grandeza de valor, nem as alterações no preço podem representar mudanças na grandeza de valor. Portanto, embora seja a expressão exclusiva do valor de troca e da grandeza de valor da mercadoria, o preço também expressa outras relações e condições sociais, como as relações entre demanda e oferta.

A segunda função do dinheiro é a de *meio de circulação*. Nessa função ele medeia a metamorfose da mercadoria, na relação Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria, M-D-M, por meio da qual os possuidores de mercadorias vendem para comprar. A primeira metamorfose M-D, representa o início do metabolismo social ao qual o produtor A submete a sua mercadoria, é nesse momento que ela realiza o seu “salto mortal”, onde pode obter ou não a sua forma socialmente válida através do dinheiro, através da venda. Ao mesmo tempo, no outro lado da metamorfose, outro produtor B realiza a metamorfose D-M, concluindo a sua metamorfose

original. Essas relações são incessantes, com cada metamorfose dando início a um novo ciclo e encerrando outro, e “o ciclo descrito pela série de metamorfoses de cada mercadoria entrelaça-se portanto, inextricavelmente, com os ciclos de outras mercadorias” (MARX, 1996a, p. 234). Esse processo, na sua totalidade, constitui a *circulação de mercadorias*.

A circulação de mercadorias distingue-se essencialmente da troca direta de mercadorias, a qual é o pressuposto da maioria das análises que tomam a moeda como véu e enfatizam a troca direta como o objetivo da troca. O dinheiro não desaparece ao sair da série de metamorfose de uma mercadoria, mas sempre deposita-se em algum lugar, “a substituição de mercadoria por mercadoria deixa, ao mesmo tempo, a mercadoria monetária nas mãos de um terceiro. A circulação exsuda, constantemente, dinheiro” (MARX, 1996a, p. 235). Daí a crítica marxiana ao dogma do equilíbrio necessário entre as vendas e compras. Cada lado do processo de compra e venda simultâneo da metamorfose M-D-M tem uma relativa autonomia. Se por um lado ninguém pode vender sem que outro compre, ninguém precisa comprar depois de ter vendido.

A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra. Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em antíteses externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma — crise (MARX, 1996a, p. 236).

Ainda na esfera da circulação mercantil está posta a possibilidade, apenas possibilidade formal, da ocorrência das crises, uma vez que outras circunstâncias ainda não tratadas nesse nível de abstração precisam ocorrer para seu encadeamento real. A relação entre as mercadorias e os atos sociais por meio do dinheiro coloca a possibilidade de interrupção das metamorfoses, uma vez que está posta a possibilidade do entesouramento do dinheiro.

O dinheiro é o valor autonomizado das mercadorias, por essa razão tem a função de meio circulante, assim, seu movimento, é apenas o movimento da forma das mercadorias. O curso do dinheiro é determinado pelo curso das mercadorias, pela lei do valor. Portanto, o volume do meio circulante deve cair ou subir de acordo com a soma dos preços das mercadorias, e não o contrário. Além disso, a quantidade global do dinheiro que funciona como meio circulante é determinada pelo fluxo mais lento ou mais rápido dos processos antitéticos de circulação.

Os três fatores: o movimento dos preços, o volume de mercadorias circulantes e, finalmente, a velocidade de circulação do dinheiro podem no entanto mudar em direções e proporções diferentes, de modo que a soma de preços a realizar e, por conseguinte, o volume do meio circulante por ela determinado podem, portanto, passar por numerosas combinações (MARX, 1996a, p. 242).

Nessa função de meio circulante, o dinheiro permanece na esfera de circulação, assim, basta que ele exista em forma simbólica, podendo ser usados signos como substitutos. O signo do dinheiro pode receber sua validade social mediante o curso forçado pelo Estado, o qual regula e garante a sua validade enquanto moeda.

A terceira função do dinheiro refere-se ao *dinheiro como dinheiro propriamente dito*. Enquanto medida de valor, o dinheiro não precisa estar presente, podendo ser apenas ideal, como medida de valor, ele pode ser substituído por signos, mas como unidade dessas duas funções, ele se torna dinheiro realmente, corporificação de valor. Ele se torna representante geral da riqueza material, podendo ser trocado diretamente com qualquer mercadoria. Assim, ele pode servir aos fins de *entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial*.

Como *tesouro*, o dinheiro é retirado da circulação e passa a servir como uma manifestação de valor fora do processo de circulação. "O entesouramento é uma demanda de moeda enquanto moeda, equivalente geral tendo qualidade particulares que o distinguem de todas as mercadorias" (BRUNHOFF, 1978b, p. 37). No entesouramento, a metamorfose da mercadoria é interrompida no momento M-D, e o objetivo do vendedor é guardar o dinheiro enquanto manifestação independente de valor.

Enquanto *meio de pagamento*, o dinheiro propriamente dito também funciona como uma manifestação independente de valor. O sentido marxiano dessa expressão refere-se às relações entre credor e devedor. Trata-se do descolamento no tempo do ato da compra/venda e seu pagamento. O meio de pagamento entra na circulação depois que a mercadoria já se retirou dela, o dinheiro funciona inicialmente como meio ideal de compra, existindo apenas no compromisso monetário do comprador. Após findar o prazo de pagamento, ele sai realmente das mãos do comprador para as do vendedor. Há uma inversão do processo D-M na perspectiva do comprador, já que agora ele primeiro adquire a mercadoria, e apenas depois o dinheiro entra na relação.

Finalmente, o dinheiro funciona como *dinheiro mundial*, na medida em que as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Nessa função, o dinheiro transcende as barreiras nacionais e funciona universalmente como forma social da riqueza material, sendo utilizado para vendas, pagamentos e transferências de riquezas entre nações.

A partir da análise marxiana da forma dinheiro, partindo de sua necessidade colocada pela circulação simples de mercadorias, é possível identificar alguns dos limites da teoria quantitativa da moeda. Os quantitativistas tendem a tomar a moeda apenas em sua função como meio circulante, ignorando portanto as outras funções da moeda, como a de medida de valor e a de corpo de valor (tesouro).

Conforme Marx demonstra, a magnitude dos preços depende da quantidade relativa de tempo de trabalho socialmente necessário contido nas mercadorias e no dinheiro, portanto, independente da quantidade de dinheiro em circulação. Assim, uma mudança autônoma na quantidade dinheiro, M , não gera necessariamente uma mudança no nível geral de preços, P .

De acordo com Moseley (2005), Marx provê uma teoria endógena da moeda em três aspectos: 1) a necessidade da moeda é derivada da necessidade de representação do valor contido objetivamente nas mercadorias; 2) o valor de troca do dinheiro é derivado do tempo de trabalho requerido para a produção da mercadoria dinheiro e outras mercadorias (no caso da moeda conversível em ouro ou outro lastro); 3) a quantidade de moeda em circulação é derivada da soma total dos preços. No caso do papel moeda não conversível, embora esse tenha um elemento exógeno, pois pode ser criado pela decisão independente da autoridade monetária, a teoria monetária de Marx ainda se diferencia da teoria quantitativa por levar em conta que 1) a quantidade de moeda não determina os preços diretamente, mas indiretamente por meio da expressão monetária do tempo de trabalho; 2) por explicar a necessidade da moeda; 3) por explicar não apenas a determinação do nível geral de preços, mas os preços individuais, como determinados pela expressão monetária do tempo de trabalho e pelas quantidades de tempo de trabalho socialmente necessário; 4) por prover uma base para a teoria do mais-valor, algo que a teoria quantitativa não toca.

A teoria quantitativa da moeda considera o dinheiro apenas como dinheiro simbólico, como meio circulante, portanto um véu. Marx, ao contrário, demonstra que as mercadorias exigem uma forma objetiva de expressão do seu valor. A expressão desses valores em termos de quantidades monetárias foi demonstrada a partir do desenvolvimento da forma valor. As mercadorias entram na circulação, portanto, com valores de troca, expressos em preços, enquanto o equivalente geral entra com o valor. Já a teoria quantitativa da moeda, parte do fato que as mercadorias entram na circulação sem preços, por desconsiderar a função do dinheiro enquanto medida de valor. Assim, chega à conclusão errônea de que o valor da moeda e da soma dos preços é determinado pela quantidade de moeda em circulação.

3.2.5. Metalismo e mercadoria dinheiro

Ao explicitar as determinações do dinheiro, Marx pressupõe “[...] o ouro como a mercadoria monetária” (1996a, p. 219). Por essa razão, Schumpeter (2006) classificou Marx como um teórico metalista. Entretanto, contemporaneamente, os sistemas monetários possuem duas formas principais de moedas: o papel inconvertível emitido pelo Banco Central e a moeda-crédito produzida pelos bancos comerciais (SAAD FILHO, 2011)¹⁰³. Assim, surge a questão, se a derivação da mercadoria dinheiro não corresponde à realidade das instituições monetárias atuais, seria relevante a análise que Marx faz do dinheiro para a compreensão das relações monetárias contemporâneas?

Ainda no tempo de Marx, como vimos nas disputas sobre a regulação monetária britânica, já existia o papel inconvertível emitido pelo Banco da Inglaterra. De fato, na vida cotidiana do século XIX, a maior parte das transações eram realizadas por papel moeda ou moedas sem valor intrínseco. Entretanto, a convertibilidade em ouro veio a ser confirmada, o padrão-ouro seria uma referência para o valor da moeda até o fim da Segunda Guerra mundial, quando foi celebrado o acordo de Bretton Woods. Por esse acordo, todas as moedas seriam referidas ao dólar a uma taxa de câmbio fixa. O dólar teria sua convertibilidade em ouro garantida, portanto, em última instância, o padrão-ouro ainda estaria sendo a base do sistema monetário, embora a convertibilidade em ouro fosse garantida apenas para outros bancos centrais, não a indivíduos. Durante os anos 1960, a maior quantidade de ouro em circulação deixou claro que a convertibilidade tinha se tornado uma ficção, e em 1971 ela enfim foi extinta. Assim, desde então, não há nenhuma mercadoria, no nível nacional ou internacional, que funcione como mercadoria dinheiro (HEINRICH, 2012). A evolução do sistema monetário internacional fez um movimento não antecipado por Marx, que foi o fim de toda a convertibilidade em ouro das diferentes moedas nacionais. “A oferta de papéis pelo banco central como uma típica moeda não-mercadoria e crédito perdeu amplamente a disciplina internacional baseada na necessidade de manter certos níveis de reservas de ouro ou reservas de moeda estrangeira nos bancos centrais” (ITOH, 2005, p. 188).Essa mudança

¹⁰³ No começo do século XX eram outras as duas formas de dinheiro, Fisher (1920) as definia como primária e fiduciária. “O dinheiro é chamado de “primário” se é uma mercadoria que tem tanto valor em algum uso que não dinheiro como tem em uso monetário. O dinheiro primário tem seu valor total independentemente de qualquer outra riqueza. O dinheiro fiduciário, por outro lado, é o dinheiro cujo valor depende parcial ou totalmente da confiança de que o proprietário tem no poder de trocá-lo por outros bens ou por dinheiro primário em um banco ou escritório do governo, ou em qualquer taxa para sanar dívidas ou a compra dos bens dos comerciantes. O principal exemplo do dinheiro primário é a moeda de ouro; O principal exemplo de dinheiro fiduciário é o das notas de banco” (p. 11).

institucional foi marcada por um aumento na vulnerabilidade da moeda, com vários casos de inflações crônicas no mundo, mas que não alteraram o uso cotidiano e a função da moeda nos mercados e como crédito (FOLEY, 2005).

Os preços das mercadorias continuam sendo medidos e contabilizados pelas moedas nacionais, e o dólar assumiu uma função de medida de valor, meio de pagamento e dinheiro mundial em certa medida, função antes do ouro. Essa alteração não aconteceu sem o acompanhamento de grandes crises inflacionárias.

A questão é que Marx apenas demonstra a necessidade de referência das mercadorias a um equivalente geral, o qual assume a forma dinheiro, a partir das relações postas pela divisão social do trabalho e das ações de possuidores de mercadorias independentes. Nessa forma social, os produtores relacionam suas mercadorias a um equivalente geral, o qual expressa o valor das mercadorias produzidas, sendo a única forma possível delas adquirirem comensurabilidade. Por outro lado, sendo a forma equivalente, o dinheiro não tem preço. Ele expressa os preços das demais mercadorias, mas não pode expressar seu próprio preço. A expressão “R\$ 10,00 valem R\$ 10,00” não quer dizer nada. Para transações internacionais, as diferentes moedas particulares são conversíveis umas nas outras, pelos diferentes regimes de taxas de câmbio.

Marx assume que o equivalente geral tem que ser uma mercadoria, no caso ouro, a partir das condições concretas de seu tempo, onde, em última instância, dominava o padrão-ouro. Mas trata-se de um mero pressuposto que não é provado como condição absoluta na sua análise da forma dinheiro.

Os desenvolvimentos através dos quais as funções do dinheiro foram transferidas para o capital fictício sob a forma de crédito estatal estão firmemente assentes nas formas de crédito e papel moeda inconversível que a teoria de Marx explica com êxito. Uma vez que o crédito estatal, como a terra e outros bens de capital fictício, é trocado por mercadorias produzidas (embora não seja uma mercadoria produzida), não há inconsistência formal em vê-lo como equivalente geral ou equivalente geral socialmente aceito no quadro da teoria marxiana de formas do valor (FOLEY, 2005, pp. 47-8).

Com o desenvolvimento do crédito, fica claro que o equivalente geral não necessariamente tem que ser uma mercadoria, mas, para que o entendimento seja completo, é necessário desenvolver as determinações do dinheiro como capital.

3.2.6. Dinheiro como capital

O dinheiro, produto último da circulação de mercadorias, é a primeira forma de aparição do capital, processo que se repete cotidianamente na realidade capitalista. A diferença entre dinheiro e dinheiro como capital tem seu primeiro aspecto na forma diferente de circulação. No ciclo M-D-M, a circulação simples de mercadorias, o objetivo é vender para comprar, a circulação serve a um objetivo final que está fora dela, “[...] à apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades” (MARX, 1996a, p. 272). Já a circulação do dinheiro como capital, D-M-D’, tem finalidade em si mesma, “[...] pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado” (p. 272). O dinheiro não apenas tem uma forma autônoma, mas passa a ser o objetivo das metamorfoses das mercadorias, ele se torna o ponto de partida e de chegada do movimento.

D’ é igual a $D + \Delta D$, ou seja, a soma inicial de dinheiro adiantado mais um incremento. Esse incremento é o mais-valor, e pela forma D-M-D’, “o valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital” (MARX, 1996a, p. 271). Esse movimento incessante é regido por fora pela produção de valor na esfera produtiva. O dinheiro como capital é o dinheiro adiantado para a produção, para a compra de insumos e força de trabalho, onde, por meio da transformação dos valores de uso, é produzido o mais-valor. Na sociedade capitalista, a produção material se torna meio para produção de valor. O processo de trabalho se torna processo de valorização.

Assim que se generaliza a produção mediante trabalho assalariado, a produção de mercadorias tem de ser a forma geral da produção. Sendo esta pressuposta como genérica, condiciona por sua vez uma divisão sempre crescente do trabalho social, isto é, uma especialização cada vez maior do produto, que é produzido como mercadoria por determinado capitalista, separação sempre maior de processos de produção complementares que assim se autonomizam [...]. As condições materiais da produção de mercadorias se defrontam com ele em extensão sempre maior como produtos de outros produtores de mercadorias, como mercadorias. Na mesma extensão, o capitalista precisa aparecer como capitalista monetário ou se amplia a escala em que seu capital deve funcionar como capital monetário. Por outro lado, as mesmas circunstâncias que produzem a condição básica da produção capitalista - a existência de uma classe de trabalhadores assalariados - requerem a passagem de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. À medida que esta se desenvolve, tem o efeito de decompor e de dissolver cada forma antiga de produção, a qual, orientada preferencialmente para o autoconsumo direto, só transforma o excedente do produto em mercadoria. Ela faz da venda do produto o interesse principal, primeiro sem aparentemente atacar o próprio modo de produção, como foi, por exemplo, o primeiro efeito do comércio mundial capitalista sobre povos como os chineses, indianos, árabes etc. Mas, em segundo lugar, onde tenha fincado raízes, ela destrói todas as formas de produção mercantil que se baseiem seja no trabalho do próprio produtor, seja apenas na venda do produto excedente como mercadoria. Ela generaliza primeiro a produção de mercadorias e transforma depois gradualmente toda a produção de mercadorias em produção capitalista (MARX, 1985e, p. 32).

A força de trabalho é uma mercadoria *sui generis*, uma vez que tem a qualidade de ser uma fonte de valor. Assim, na sociedade capitalista, as condições postas por este modo de produção são as que separam os trabalhadores, os produtores diretos, da propriedade e controle dos meios de produção. Esses são confrontados pelos capitalistas, os quais compram sua força de trabalho e a aplicam no processo produtivo. Como o valor pago é, dada a lógica da troca de equivalentes, o correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da mercadoria força de trabalho, o objetivo do capitalista passa a ser a ampliação do tempo de trabalho não remunerado, aquele que responde ao tempo de trabalho que ultrapassa o necessário a pagar o salário do trabalhador. Em suma, é pela exploração da força de trabalho que o capitalista obtém seu mais-valor, é por ele que ele é capitalista.

O dinheiro, na produção capitalista, deixa de ser apenas expressão autônoma de uma soma de valor, ele se torna um valor que valoriza a si mesmo, que se multiplica. Por meio dessa transformação, o dinheiro capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valor. “Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital” (MARX, 1986a, p. 255). O dinheiro se transforma em capital possível, meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, “[...] mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (p. 255).

Enquanto mercadoria o dinheiro é crédito. O que é vendido, o seu valor de uso, é referido à sua capacidade de poder gerar lucro após um período de tempo¹⁰⁴. O preço que é pago é o juro, o qual é pago com parte do lucro realizado com a ajuda do dinheiro conseguido a título de empréstimo. O dinheiro funciona, portanto, como capital portador de juros, cujo movimento é representado da seguinte forma: D-D-M-D’-D’.

O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital para aquele que o aliena, mas é entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar,

¹⁰⁴ “O crédito introduz a noção de tempo [...]. As duas partes da relação de troca, uma se tornando o prestamista e a outra o mutuário, constituem uma específica relação *institucional* que é governada pelo contrato e pela lei” (BRUNHOFF, 2005, p. 211).

após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia (MARX, 1986a, p. 258-9)

Portanto, a mesma soma de dinheiro é adiantada duas vezes, primeiro pelo possuidor do dinheiro como capital portador de juros, depois pelo capitalista prestatário, que pelo investimento no processo produtivo e exploração da força de trabalho, consegue extrair e se apropriar do mais-valor na forma de lucro, através do qual parte retorna ao primeiro capitalista como juros. “O capital emprestado reflui duplamente; no processo de reprodução retorna ao capitalista funcionante, e em seguida repete-se o retorno mais uma vez como transferência ao prestamista, o capital monetário, como reembolso ao verdadeiro proprietário, o ponto de partida jurídico” (MARX, 1986a, p. 259). A entrega do capital pelo capitalista prestamista ao prestatário ocorre sem o recebimento de um equivalente. “Sua entrega não constitui ato algum do processo real de circulação do capital, mas apenas encaminha esse ciclo, a ser realizado pelo capitalista industrial (p. 260). Não ocorre metamorfose, nem compra, nem venda, não há cessão de propriedade ou intercâmbio. Essa primeira transferência de capital *aparece* como uma transação jurídica, fora do processo real de circulação, assim como o reembolso aparece como uma segunda transação jurídica, que complementa a primeira;

[...] uma encaminha o processo real, a outra é um ato posterior a esse processo. Ponto de partida e ponto de retomo, entrega e restituição do capital emprestado, aparecem assim como movimentos arbitrários, mediados por transações jurídicas e que ocorrem antes e depois do movimento real do capital, e que nada têm a ver com o próprio. Para este, seria indiferente se o capital pertencesse de antemão ao capitalista industrial e, por isso, simplesmente refluísse para ele como sua propriedade (MARX, 1996a, p. 262).

Para o prestamista, o dinheiro se tornou capital apenas pelo ato de emprestar, uma vez que retorna com juros uma vez aplicado, assim, o retorno se expressa como consequente de um acordo jurídico entre prestamista e mutuário, não como o resultado de uma determinada série de atos econômicos. O prazo do refluxo, do retorno do capital ao primeiro capitalista, por exemplo, só pode retornar após o decurso do processo de reprodução do capital, entretanto, no caso do capital portador juros, ele *parece* depender do acordo jurídico entre prestamista e mutuário. Tudo que ocorre entre as duas transações jurídicas que encaminham e finalizam o ciclo do capital portador de juros é apagado, aparecem apenas os momentos de entrega e reembolso.

O empréstimo de dinheiro como capital - sua entrega sob a condição de ser restituído após certo tempo - tem portanto como pressuposto que o dinheiro seja realmente empregado como capital, que reflua realmente para seu ponto de partida. O verdadeiro movimento circulatório do dinheiro como capital é, portanto, pressuposto da transação jurídica, pelo qual o mutuário tem de devolver o dinheiro ao prestamista. Se o mutuário desembolsa o dinheiro como capital é problema dele. O prestamista o empresta como capital, e como tal tem de exercer as funções de capital, que implicam o ciclo do capital monetário até seu refluxo, em forma de dinheiro, para o ponto de partida (MARX, 1996a, p. 263).

Embora seja o adiamento monetário como capital que induza o processo de reprodução capitalista, este é condicionado pelo processo real de produção e circulação que permite a efetiva geração de valor para ser restituído na forma de juros. Entretanto, para o prestamista, a figura do processo se resume a D-D', ao dinheiro que gera dinheiro aparentemente.

Diferente do que ocorre com as demais mercadorias, o capitalista mutuário não paga o preço da mercadoria capital portador de juros, mas paga juro, com parte do lucro advindo do emprego do capital emprestado no processo produtivo. Assim, o juro é regulado pelo lucro, pela taxa geral de lucro¹⁰⁵, relacionando-se, portanto aos ciclos de repouso, animação crescente, prosperidade, superprodução, colapso, estagnação etc. da economia capitalista. As taxas de juros tendem a atingir níveis mais altos durante as crises, quando os agentes econômicos têm de tomar dinheiro emprestado para saldar dívidas a qualquer custo¹⁰⁶.

Mas há também a tendência a queda ou alta da taxa de juros totalmente independentes das flutuações da taxa de lucro, já que com o aumento dos portadores e do volume de capital portador de juros, a concorrência entre eles tende a flutuar as taxas de juros de maneira relativamente autônoma, já que são capitais (e, logo, mercadorias, uma vez empregados como capitais portadores de juros) constituídos antes do ciclo de produção e circulação.

Com o desenvolvimento do moderno sistema de crédito, a disponibilidade de capital para empréstimo, mediada pelos banqueiros, por parte dos industriais e dos comerciantes tende a aumentar, com a disponibilização cada vez mais crescente de poupanças monetárias de todas as classes da sociedade, e “[...] a concentração progressiva dessas poupanças em massas que podem atuar como capital monetário têm de pressionar também a taxa de juros”

¹⁰⁵ De acordo com Marx (1986a), a taxa geral de lucro é dada pela média das diferentes taxas de lucro nos diferentes ramos da produção. A concorrência entre os capitais tende a igualar as taxas de juros em setores com diferentes composições orgânicas de capital, assim, “o lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio” (p. 124-5).

¹⁰⁶ “Uma vez que a subida do juro corresponde uma queda de preço dos títulos, isso constitui ao mesmo tempo uma excelente oportunidade para pessoas com capital monetário disponível se apropriarem, a preços ridículos, desses papéis portadores de juros, que, no curso normal das coisas, necessariamente recuperarão seu preço médio, tão logo a taxa de juros volte a cair” (MARX, 1986a, p. 271).

(MARX, 1996a, p. 271). Além disso, a taxa de juros depende da proporção em que se reparte o juro e o lucro do empresário, o que é determinado pela concorrência entre prestamistas e mutuários de capital¹⁰⁷. Essa concorrência é influenciada pela taxa esperada de lucro bruto, pela proporção de empréstimos tomados para investimento produtivo e os que não o são, além da grandeza de todo capital que pode ser emprestado, que é independente da variação do lucro bruto.

A taxa de juros se relaciona com a taxa de lucro da mesma maneira que o preço de mercado da mercadoria com seu valor. Na medida em que a taxa de juros é determinada pela taxa de lucro, ela o é sempre pela taxa geral de lucro, e não pelas taxas específicas de lucro que possam imperar em ramos industriais particulares, e menos ainda pelo lucro extraordinário que o capitalista individual possa obter numa esfera particular de negócios. A taxa geral de lucro reaparece, portanto, realmente como fato dado, na taxa de juros, embora esta última não seja uma expressão pura ou fiel da primeira (MARX, 1986a, pp. 273-4).

Não existe, portanto, uma taxa de juros natural ou uma relação natural entre a taxa de juros e a taxa geral de lucros, e Marx considera estéril qualquer tentativa de descobri-la. A divisão do lucro bruto em juro e lucro do empresário é inicialmente uma divisão puramente quantitativa do mesmo montante de dinheiro, a qual gera uma mudança qualitativa, na medida em que se refere a dois tipos de capitalistas diferentes, um que aplica seu dinheiro para obter lucro, o capitalista monetário, e o outro, que aplica o dinheiro que tomou emprestado produtivamente, o capitalista funcionante.

Diferente do capitalista funcionante, o capitalista monetário não atua diretamente no processo produtivo, assim, não entra em relação direta com o antagonismo entre capital e trabalho no processo produtivo. Não por acaso, “no capital portador de juros, a relação-capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí D - D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos” (MARX, 1986a, p. 293). O capital aparece sem mediação dos processos de produção e circulação, o dinheiro aparece como fonte autocriadora do juro, de seu próprio incremento. Daí o fetiche do capital portador de juros, “a coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa” (p. 293). Se torna uma decisão individual do possuidor da mercadoria dinheiro o seu consumo ou aluguel.

¹⁰⁷ “[...] é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro; e é apenas a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas que cria a taxa de juros” (MARX, 1986a, p. 277).

Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da força de trabalho, o valor de uso do dinheiro torna-se aqui o de criar valor, valor maior que o contido nele mesmo. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras. E como tal coisa portadora de juros, o prestamista de dinheiro vende seu dinheiro. Mas isso não é tudo. O capital realmente funcionante se apresenta, conforme se viu, de tal modo que proporciona o juro não como capital funcionante, mas como capital em si, como capital monetário (MARX, 1986a, p. 294).

A exploração da força de trabalho, fundamento da acumulação e reprodução capitalista desaparece quando não se explicita que o juro é apenas parte do lucro, extraído e apropriado pelo capitalista funcionante. Na forma D-D' tem-se a forma irracional do capital, “[...] a mistificação do capital em sua forma mais crua” (MARX, 1986a, p. 294). Na forma de dinheiro, enquanto capital monetário, parece ser propriedade do dinheiro gerar dinheiro¹⁰⁸. Esse fetiche só é possível pela forma dinheiro ser a forma possível de apresentação e existência do valor, a forma como o valor existe enquanto valor de troca autônomo.

O capitalista individual pode escolher ser rentista ou funcionante, entretanto, essa não é uma escolha possível para toda a classe de capitalista, já que sem valorização do capital no processo produtivo, sem exploração do trabalho e extração de mais-valor, não há capital a pagar juros. Do mesmo modo, um indivíduo pode encontrar maior conforto financeiro seguindo os manuais de “educação financeira” ou de auto-ajuda para os bolsos, através do conhecimento e desfrute da “magia dos juros compostos”, esta, entretanto, não pode ser uma escolha de toda a sociedade. Por outro lado, a crítica às mazelas capitalistas também fica turvada pela forma mais alienada e fetichizada do capital, na medida em que as críticas ao

¹⁰⁸ “No capital portador de juros está, no entanto, consumada a concepção do fetiche-capital, a concepção que atribui ao produto acumulado do trabalho, e ainda fixado na forma de dinheiro, o poder de produzir, em virtude de uma qualidade inata e secreta, como um puro autômato, em progressão geométrica, mais-valia, de modo que esse produto acumulado do trabalho, conforme pensa o Economist, já há muito tempo descontou toda a riqueza do mundo, para todo o sempre, como algo que lhe pertence e lhe cabe de direito. O produto do trabalho passado, o próprio trabalho passado, em si e para si está prenhe de uma porção de mais-trabalho vivo, presente ou futuro. Sabe-se, entretanto, que na realidade a conservação, e nessa medida a reprodução do valor dos produtos de trabalho passado, é apenas o resultado de seu contato com o trabalho vivo; e segundo: que o comando dos produtos de trabalho passado sobre o mais-trabalho vivo dura exatamente apenas enquanto durar a relação-capital. a relação social determinada em que o trabalho passado confronta de maneira autônoma e avassaladora o trabalho vivo” (MARX, 1986a, p. 299).

modo de produção capitalista passam a se centrar no caráter “exploratório” dos juros e a dignificar o capital produtivo.

3.2.7. Crédito, Mercado de Capitais e Capital Fictício

A função de meio de pagamento do dinheiro como dinheiro é ampliada no dinheiro como capital, na medida em que a base do sistema de crédito é ampliada, generalizada e aperfeiçoada. Esse sistema tem como instituições mediadoras fundamentais os bancos e os mercados de capitais. Os bancos intermedeiam transações de crédito, recebendo depósitos e emprestando dinheiro. Com a taxa que empresta geralmente maior do que a que paga pelos valores depositados, o lucro bancário é deduzido dessa diferença. Mas não é apenas essa posição passiva que exercem os bancos, estes também “criam” dinheiro, dinheiro de crédito (BRUNHOFF, 1978c; HEINRICH, 2012).

De maneira simples, podemos pensar no dinheiro de crédito a partir de uma nota promissória, uma pessoa A empresta uma determinada quantidade de dinheiro, R\$ 500,00, a outra pessoa B, e recebe como garantia uma promessa de pagamento no valor de R\$ 500,00. Se a pessoa B utiliza essa nota como pagamento por uma mercadoria a uma terceira pessoa C, temos, portanto, que R\$ 500,00 foram colocados a mais na circulação, enquanto dinheiro de crédito. Com a quitação da dívida, a nota promissória desaparece da circulação. Com o cartão de crédito acontece algo semelhante, à diferença que agora é o banco quem garante ao vendedor de mercadorias o seu pagamento. O vendedor não recebe o dinheiro do portador do cartão de crédito, mas do banco.

A moeda-crédito surge partir de todo e qualquer depósito bancário, se R\$ 500,00 são depositados num banco, este tem R\$ 500,00 em suas reservas, ao mesmo tempo em que o depositante tem R\$ 500,00 disponíveis em sua conta. Esse depositante pode comprar essa mercadoria com esse saldo, seja via cartão de débito ou cheque, e o dinheiro de crédito é suficiente para transacionar os valores, apenas se houver o saque desse valor esse dinheiro deixa de ser crédito. Os bancos podem, no entanto, emprestar mais do que os valores depositados, apenas um percentual do depósito deve ser mantido em suas reservas. Além disso, como a maioria dos pagamentos e transações são realizados via crédito, com transferências entre contas bancárias, apenas uma pequena fração de dinheiro é suficiente para os bancos manterem em mãos.

Os bancos também podem conseguir empréstimos junto aos bancos centrais, os quais, na maior parte do mundo, são as instituições responsáveis pela impressão de dinheiro. Como

não há mais a vinculação do dinheiro a uma mercadoria dinheiro, como o era no caso do ouro, ou indiretamente durante a vigência do acordo de Bretton Woods, não há nenhum limite formal a criação de dinheiro pelos bancos centrais.

As relações de crédito também ocorrem diretamente pelo mercado de capitais, especialmente empresas de grande porte e estados, os quais adquirem dinheiro diretamente dos capitalistas monetários e prometem, em retorno, o pagamento de acordo com uma taxa anualmente fixada. Em retorno, os prestamistas, recebem títulos ou obrigações com condições estipuladas de retorno, as quais podem constar de pagamentos periódicos de juros até a amortização total do valor emprestado.

Além das obrigações e títulos, outra forma das empresas conseguirem dinheiro no mercado de capitais é por meio da emissão de ações. Por meio das ações, o seu portador se torna proprietário de uma fração da empresa, e a depender do tipo de ação, pode ter direito a participar de deliberações e da divisão do lucro. Nas ações não há garantia jurídica ou econômica de retorno, o preço da ação e o pagamento ou não de dividendos dependerão do curso dos negócios. Debêntures, obrigações e ações são vendidas no mercado de capitais. Esses instrumentos têm preço mas não têm valor, são, antes, apenas direito ou expectativa de direito a uma parte do valor, no caso, na forma de juros ou dividendos. Daí, mais uma vez, opera o fetichismo que conforma a forma dinheiro e a forma preço, uma vez que na vida cotidiano valor e preço são confundidos ou indistintos entre si, e o preço de mercado de uma ação ou de um título conta como seu “valor” (BRUNHOFF, 1978c; HEINRICH, 2012).

No caso dos títulos e obrigações com taxas fixas de juros, o seu preço vai depender da variação da taxa de juros no mercado, assim, no caso de uma tendência de queda da taxa de juros, o preço de um título que paga uma taxa superior à nova taxa tenderá a aumentar para além do seu preço nominal. Também opera nesse processo a expectativa de queda ou aumento da taxa de juros média. Ocorre algo semelhante com as ações, cuja volatilidade de seus preços é uma característica marcante. Os preços das ações são determinados pelas expectativas de lucros, aumentando-se, caso essas apontem para lucros maiores no futuro e diminuindo no caso contrário.

A circulação de obrigações e ações conforma um ato de duplicação semelhante ao crédito. Num primeiro momento, o capital investidores injetam dinheiro na empresa no momento de oferta pública inicial, o qual é utilizado pela empresa de acordo com sua

finalidade, trata-se de capital real¹⁰⁹. Por outro lado, o direito que a obrigação ou ação representa, sobre juros ou dividendos, continua a ser negociado e a circular de acordo com preços de mercado variáveis. Marx chama esses “papéis” de *capital fictício*. Pois ao contrário de serem capital real, trata-se de mero título de propriedade sobre o mais-valor a ser esperado do capital acionário.

O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, não apenas dos títulos da dívida pública, mas também das ações, confirma a aparência, como se eles constituíssem, capital ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente dêem título. E que se tornam mercadorias cujo preço tem um movimento e uma fixação peculiares. Seu valor de mercado obtém uma determinação diferente de seu valor nominal, sem que o valor ainda que a valorização do capital real se altere [...]. O valor do mercado desses papéis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação” (MARX, 1986b, p. 12).

Assim, portanto, a desvalorização ou valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real que representam. O capital real investido é apenas uma vez aplicado, durante a aquisição da ação. No caso dos títulos pré-fixados e das ações, seu valor não depende do quanto foi investido inicialmente, mas das expectativas relativas à taxa de juros e à taxa de lucro. O valor desses papéis, portanto, flutua de acordo com as expectativas, as quais ganham personalização fetichizada na figura do humor do mercado¹¹⁰. Além disso, como há títulos vinculados a esses papéis, e derivativos criados sobre eles, como as opções de ações, cada variação gera um sequência de variações, e, assim, diariamente, durante os pregões nas bolsas de valores, imensos montantes de dinheiro são “criados” e “destruídos”.

Todos esses papéis representam de fato apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, cujo valor monetário ou valor-capital ou não representa capital algum, como no caso da dívida pública, ou é regulado independentemente do valor do capital real que representam. Em todos os países de produção capitalista existe uma massa enorme do assim chamado capital portador de juros ou *moneyed capital* nessa forma. E por acumulação do capital monetário em grande parte deve

¹⁰⁹ “As ações de companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam capital real, a saber, o capital investido e que funciona nessas empresas, ou a soma de dinheiro que é adiantada pelos sócios para ser despendida em tais empresas como capital” (MARX, 1986b, p. 11).

¹¹⁰ “Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade, bem como sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc., torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Essa espécie de riqueza monetária imaginária não apenas constitui uma parte muito considerável da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros” (MARX, 1986b, p. 20).

ser entendido apenas a acumulação desses direitos sobre a produção, acumulação do preço de mercado, do valor-capital ilusório desses direitos (MARX, 1986b, p. 13).

Esses títulos de dívidas, onde somam-se os títulos da dívida pública, e as ações, constituem boa parte do capital bancário, donde que boa parte do capital bancário é, portanto, completamente fictício, regulado a se desviar do calor do capital real que representam. Esse capital é registrado contabilmente de acordo com seus valores monetários de mercado, portanto, de acordo com preços baseados em expectativas. Os valores contábeis nos ativos bancários se distanciam cada vez mais dos depósitos originalmente realizados em seus balcões.

Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse capital monetário é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuado o fundo de reservas, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito. A medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois de estes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos (MARX, 1986b, p. 14).

No cotidiano capitalista, portanto, uma mesma peça de dinheiro pode efetuar diferentes compras e servir igualmente para realizar diferentes empréstimos. O sistema de crédito distorce as relações de troca de equivalentes na medida em que certificados de dívidas e direitos sobre o capital originalmente emprestado e já despendido funcionam como “[...] capital para seus proprietários na medida em que são mercadorias vendáveis e, por isso, podem ser retransformados em capital” (MARX, 1986b, p. 20). Em outros termos:

Os títulos de propriedade sobre empresas por ações, ferrovias, minas etc. são, de fato, conforme igualmente vimos, títulos sobre capital real. Entretanto, não dão possibilidade de dispor desse capital. Ele não pode ser retirado. Apenas dão direitos a uma parte da mais-valia a ser produzida pelo mesmo. Mas esses títulos se tornam também duplicatas de papel do capital real, como se o conhecimento de carga recebesse um valor além do da carga e simultaneamente com ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Pois o capital real existe a seu lado e não muda ao todo de mãos pelo fato de essas duplicatas mudarem de mãos. Tornam-se formas do capital portador de juros, não apenas por assegurar certos rendimentos, mas também porque, pela venda, pode ser conseguido seu reembolso como valores-capitais (MARX, 1986b, p. 20).

Por essa razão, por serem duplicatas negociáveis como mercadorias, esses instrumentos financeiros circulam valores-capitais, sendo formas ilusórias, fictícias do capital que originalmente representaram, seus preços podem cair e subir de modo independente do movimento do valor do capital real, sobre o qual são títulos.

O montante de seu valor, isto é, sua cotação na Bolsa, tem necessariamente a tendência a subir com a queda da taxa de juros, na medida em que esta, independentemente dos movimentos peculiares do capital monetário, é simples conseqüência da queda tendencial da taxa de lucro; de modo que, essa riqueza imaginária, de acordo com a expressão de valor de cada uma de suas partes alíquotas de determinado valor nominal original, só por essa razão se expande com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX, 1986b, p. 20).

Assim, as flutuações de preços das ações e títulos tornam-se mais e mais produtos de processos especulativos, uma forma de riqueza monetária imaginária se constitui como a maior parte da riqueza monetária de particulares e banqueiros. Essa forma de capital é, ao mesmo tempo, fundamental para o movimento do capital industrial. Por um lado, da circulação de capital emergem fundos que consistem em capital ocioso, que não podem ser imediatamente empregados como capital. Assim, enquanto não são utilizados como capital produtivo, esses são utilizados como capital portador de juros. Do mesmo modo, a circulação de capital industrial não pode aguardar a acumulação de fundos e, assim, demanda crédito. A expansão capitalista, embora gere capital ocioso sempre, que podem ser acumulados enquanto reserva, aumenta a demanda de crédito de outro lado, assim, o crescimento do capital social total sempre demanda crescentemente crédito¹¹¹.

O sistema de crédito desenvolvido permite o capitalista individual renunciar à acumulação de reservas e emprestar seu capital ocioso, o que amplia as possibilidades de acumulação monetária para além dos lucros. Do mesmo modo, o crédito pode ser ferramenta para aplicação e ampliação do montante de lucro de uma empresa, e técnicas de administração financeira permitem que a empresa possa se ater cada vez mais ao seu objetivo precípua de acumulação. A existência do sistema de crédito permite não apenas a acumulação individual de capital, mas que todo o capital social acumule mais que os lucros do período anterior, assim, [...] o sistema de crédito constitui uma instância reguladora estrutural da economia capitalista” (HEINRICH, 2012, p. 167). Como os capitalistas tendem a investir o maior montante de capital possível nas esferas onde maiores taxas de lucros são esperadas, a velocidade do movimento de capitais por diferentes esferas depende do sistema de crédito, dos bancos e mercado de capitais, que garantem a flexibilidade ao processo de acumulação.

¹¹¹ “Se a redução do período de trabalho está ligada geralmente à ampliação do capital adiantado por um tempo mais curto, de modo que à medida que o tempo de adiantamento se abrevia, a massa em que o capital é adiantado aumenta, é preciso recordar aqui que, abstraindo a massa existente do capital social, o decisivo é o grau em que os meios de produção e de subsistência, respectivamente a disposição sobre eles, estão dispersos ou reunidos nas mãos de capitalistas individuais, portanto que volume a concentração dos capitais já alcançou. À medida que o crédito medeia, acelera e eleva a concentração de capital em uma mão, ele contribui para abreviar o período de trabalho e, com isso, o tempo de rotação” (MARX, 1985e, p. 175).

O desenvolvimento do sistema de crédito e a enorme concentração do negócio de empréstimos monetários nas mãos de grandes bancos já tem em si e para si de acelerar, portanto, a acumulação do capital emprestável, como forma distinta da acumulação real. Esse desenvolvimento rápido do capital de empréstimo é, portanto, um resultado da acumulação real, pois é a consequência do desenvolvimento do processo de reprodução, e o lucro, que constitui a fonte da acumulação desses capitalistas monetários, é apenas uma dedução da mais-valia extraída pelos reprodutivos (ao mesmo tempo, apropriação de parte do juro de poupanças alheias) (MARX, 1986b, p. 39).

Não há, portanto, uma oposição exclusiva entre o chamado capital produtivo real e o chamado capital especulativo que flutua nas bolsa de valores, de fato, dado o caráter mercantil da economia capitalista, qual seja, o isolamento dos produtores e a validação social do produto do seu trabalho na troca, todo ato e decisão de produzir ou investir envolve certa especulação, mesmo que cercado das maiores preocupações e de todos os planos de negócio possíveis. A garantia do sistema de crédito e da moeda que sustenta essas relações que se descolam e se colam na produção capitalista é realizada por meio de diversas instituições nacionais em cada país, instituições regionais, blocos, organizações, bancos internacionais e acordos bilaterais e multilaterais. Embora a existência do dinheiro não advenha do poder e decisão estatal, mas da necessidade posta pela economia mercantil e o desenvolvimento da forma equivalente geral/forma dinheiro, nas condições capitalistas contemporâneas em geral, os Estados garantem o valor da forma concreta de manifestação do dinheiro, a moeda, por meio de suas instituições reguladoras, como os bancos centrais. Dada a posição fundamental que a moeda ocupa nas economias capitalistas, as políticas monetárias se tornam instâncias fundamentais na regulação das relações sociais. Afinal, o dinheiro é o meio de socialização dos produtos do trabalho humano no capitalismo, a forma material de existência do valor.

3.3. Política monetária e classes sociais

Com o fim da conversibilidade-ouro, a referência ao dólar é quase universal para todas as moedas, mesmo este não sendo mais avalizado pelo ouro. Ao mesmo tempo, cresceu em importância o papel dos bancos centrais, não apenas na emissão de moeda, mas no controle da disponibilidade de crédito, assim influenciando os preços de ativos e o financiamento da produção. Uma característica geral das ações das entidades monetárias a partir da década de 1970 tem sido a sua submissão às chamadas “metas de inflação”. Políticas monetárias heterodoxas em alguns países permitiram um ajuste da disponibilidade de crédito de acordo com as demandas de sindicatos e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo

(OPEP), o fez diminuir as taxas de mais valor quando as empresas capitalistas não conseguiram repassar os custos com maiores salários e energia aos consumidores (FOLEY, 2005).

Os países capitalistas desenvolvidos sofreram uma profunda crise que foi do final dos anos 1960 ao começo dos anos 1980. Nesse processo, o crescimento do desemprego foi marcante, além da desaceleração das taxas de crescimento econômico, aumento da frequência de superaquecimentos e recessões, inflação crescente e crise monetária e financeira. Embora esse período seja conhecido como a “crise do petróleo”, Dúménil e Lévy (2004) chamam atenção para o fato de que se deve distinguir a estrutura da crise de seu gatilho, o qual apenas resulta da confluência de tendências maiores, referentes à produtividade, salários reais e taxa de lucro. Para os autores, a queda taxa de lucro desde os anos 1960 foi nerval na crise que sucedeu, sendo somente revertida a partir dos 1980.

Essa crise decorreu num momento em que as medidas keynesianas eram hegemônicas na maneira de lidar com a regulação econômica e social. Dado o quadro de degeneração econômica, essas foram responsabilizadas, e um novo conjunto de medidas econômicas começaria a ter a supremacia. Duménil e Lévy (2004) consideram que houve uma transição para o neoliberalismo, que perduraria até os dias atuais. Essa nova fase da acumulação capitalista seria caracterizada por uma proeminência cada vez maior dos capitalistas ligados ao setor financeiro, com as crises sendo gerenciadas e combatidas de acordo com o ponto de vista dessa classe. Tal processo se caracteriza por operações que tendem a preservar a renda dessa classe social e até ampliar seus ganhos com cada nova possibilidade que se abre de alterar legislações e regulações. O desemprego deixa de ser uma preocupação no seio da política econômica, na verdade, se torna instrumental, na medida em que pressiona os salários para baixo. Os bancos centrais voltam a ter função exclusiva de garantia da estabilidade dos preços e da proteção dos ativos dos credores.

A política monetária passa a prover uma base para economia ao garantir a estabilidade monetária. Nos termos de Milton Friedman (1969, p. 110):

Ao estabelecer-se um curso regular e manter-se firme nele, a autoridade monetária poderia dar um grande contributo para a promoção da estabilidade econômica. Ao fazer desse curso um de crescimento estável mas moderado na quantidade de dinheiro, faria uma contribuição importante para evitar a inflação ou a deflação dos preços. Outras forças ainda afetariam a economia, exigiriam mudanças e ajustes, e perturbariam o teor principal de nossos caminhos. Mas o crescimento monetário estável proporcionaria um clima monetário favorável à operação efetiva das forças básicas de empreendimento, engenhosidade, invenção, trabalho árduo e parcimônia que são as verdadeiras fontes do crescimento econômico. Isso é o máximo que

podemos pedir da política monetária no nosso atual estágio de conhecimento. Mas esse tanto - e é um grande negócio - está claramente ao nosso alcance.

A estabilidade dos preços passou a ser buscada a qualquer custo, afinal, para os capitais que existem na forma puramente financeira, a desvalorização monetária é um risco real à riqueza fictícia acumulada. Torna-se papel da política monetária, por meio do controle das taxas de juros, o controle do total de crédito, com o objetivo de supervisionar e garantir o nível geral de preços, ou seja, de lutar contra a inflação. Para tanto, a política monetária foi acompanhada de outras políticas, como a fiscal e do trabalho, as quais foram remodeladas no sentido de priorizar cada vez mais as determinações postas pelo mercado e garantir os rendimentos da classe dos rentistas.

De acordo com Duncan Foley (2005), os bancos centrais passaram a criar restrições ao crédito para frustrar o estabelecimento de salários monetários ou preços do petróleo em níveis incompatíveis com taxas de inflação relativamente baixas. O resultado foi uma queda na inflação, um aumento das taxas de mais-valor e uma transferência do mais-valor do capital industrial para o capital financeiro. Para o autor, nomear essa política monetária de "metas de inflação" obscurece seus efeitos na taxa de mais-valor e na taxa de lucro; Ela poderia ser descrita com mais precisão como "metas de mais-valor" na terminologia marxista.

Não se trata, portanto, de apenas se estabelecer um piso econômico estável para o desenvolvimento natural da economia, conforme pregam os monetaristas, mas trata-se do estabelecimento de uma política de classe, de uma ação organizada que, através da instrumentalização do aparato executivo, legislativo e jurídico do Estado, favorece um grupo social específico, em oposição a outros.

Na base da ortodoxia hegemônica está o quantitativismo e a noção exógena de criação da moeda, daí a ênfase no controle do crédito para garantir o controle dos preços, ou seja, por meio da restrição da oferta monetária. A instabilidade monetária se manteve mesmo com o abrandamento das severas taxas de inflação que se seguiram após o fim do acordo de Bretton Woods. Arrefecimento que só foi possível pela reformulação das políticas monetárias no viés ortodoxo, acompanhadas de políticas de ajuste fiscal e arrocho salarial.

De acordo com Brunhoff (1992), a moeda contemporânea inconversível, que aparece no passivo do banco central e dos outros bancos, tem sua existência determinada a partir de sua função de unidade de conta, a qual permite a expressão dos preços nominais, enquanto expressão mais ou menos fiel dos valores de troca. "Desmaterializada e sem valor próprio, a moeda permanece a expressão do valor social produzido" (p. 61). A sua introdução na circulação é imanente a um sistema bancário hierarquizado, com banco central e bancos

secundários, os quais têm o monopólio do sistema de pagamentos sobre um dado espaço¹¹². A definição da unidade de conta para um dado espaço depende da qualidade da moeda fiduciária nacional com relação a outras moedas. “A sanção pode ser a desvalorização (ou revalorização) da unidade de conta nacional com relação a uma moeda internacional (que pode ser uma moeda dominante como o dólar) e, conseqüentemente, com relação a outras moedas” (p. 62). Longe de ser um processo determinado por cálculos e solucionado por equações, esse processo pressupõe relações de forças e antagonismos.

Atuam sobre as determinações das taxas de juros e de câmbio as tensões entre os conglomerados bancários, buscando seus lucros particulares, e o banco central, contradições entre as frações da classe capitalistas, as quais envolvem os mecanismos e as taxas de extração de mais-valor, logo as lutas de classes, e a concorrência entre os diferentes países capitalistas. “A qualidade da unidade de conta depende em parte da capacidade que tem o banco central de influenciar as taxas a curto prazo, e da moeda nacional de impor-se como divisa estável, o que ultrapassa a esfera da moeda” (BRUNHOFF, 1992, p. 62).

A institucionalização da moeda se tornou a regra moderna e o banco central, para desempenhar sua relação com a gestão da moeda, deve ter sua ação representada como uma relação estadista, “[...] isto é, como uma ação autônoma, coerente, visando a estabilidade da moeda e capaz de resolver as contradições que afetam esta última ou capaz de controlá-la” (BRUNHOFF, 1978b, p. 170). Por um lado, é fundamental que o banco central assegure a capacidade da moeda de funcionar como equivalente geral, e, por outro, ele tem suas ações determinadas pelo conjunto de disputas que ocorrem na esfera de produção do valor, que revertem em disputas sobre o papel da moeda, sobre a restrição monetária e a taxa básica de juros.

Segundo Saad Filho (2011), a inflação e as políticas anti-inflacionárias convencionais têm custos econômicos e sociais elevados, gerando, frequentemente, desemprego, arrocho salarial, elevação das taxas de exploração e redirecionamento da distribuição de renda e relações de força na sociedade em favor do capital, especialmente da fração dos financistas. De acordo com o autor, a inflação é um processo extremamente complexo, envolvendo uma ampla gama de determinantes em diferentes níveis de abstração, como a produção, a oferta de moeda, as taxas de juros, a estrutura industrial e financeira, os choques externos, os conflitos distributivos e outras variáveis. A inflação não é neutra, ela é “[...] um processo

¹¹² De acordo com Saad Filho (2011, p. 159), “uma moeda capitalista desenvolvida é, portanto, a unidade complexa de uma medida de valor (a taxa geral de lucros) e um meio de trocas (que pode ter a forma de ouro, cobre, papel, impulsos eletrônicos ou qualquer outra forma)”, a qual cumpre as funções identificadas por Marx.

macroeconômico que afeta a expressão dos valores em preços, e ela influencia a relação entre o produto total e a moeda” (p. 168). Assim, embora tenha aspectos funcionais, a inflação tem aspectos disfuncionais com importantes implicações sociais e políticas. Nesse processo, em que as diferentes classes sociais são afetadas, a escolha de seu tratamento necessariamente envolve antagonismos e favorecimentos e desfavorecimentos. Assim, a análise da política monetária não pode se ater apenas aos seus aspectos técnicos, ou tomá-la como algo necessariamente neutro, algo que deve apenas garantir a estabilidade, o plano de fundo da economia, como argumentam os monetaristas, mas ela deve levar em conta as diferentes funções da moeda na reprodução das relações mercantis e capitalistas e, dado esse seu último caráter, o antagonismo entre capital e trabalho.

CAPÍTULO 4 - POLÍTICA MONETÁRIA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 abriu vários espaços à participação direta da chamada sociedade civil para deliberar e auditar decisões sobre políticas públicas. Embora muitas das expectativas não foram confirmadas dados vários aspectos concernentes à particularidade brasileira (PAÇO-CUNHA; REZENDE, 2015; 2016), chama a atenção o fato de que, no plano da política econômica, não houve essa mesma abertura. Nesse plano, apenas se destacam as experiências pontuais com orçamento participativo, que embora tenham sido empolgantes em alguns casos, como em Porto Alegre, na maioria das vezes se limitaram ao direcionamento de recursos residuais, sem intervenção real sobre a política econômica, mas apenas no plano da alocação e execução orçamentária.

No plano federal, dentro da política econômica, a única instância que é qualificada como participativa e paritária é o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Demonstramos em outro lugar (REZENDE, 2016) que embora o CARF tenha uma aparência de legitimamente democrática, de acordo com seus marcos legais, ele é um conselho essencialmente composto e vinculado aos interesses das frações de classe capitalistas organizadas por meio das confederações nacionais patronais. No caso da política monetária, esse distanciamento é ainda mais sensível, para compreender seu real caráter, é necessário procedermos a apresentação e análise das instituições envolvidas na formulação e as determinações da política monetária no Brasil, levando em conta sua funcionalidade do desenvolvimento particular do capitalismo no Brasil.

Quando descrevemos brevemente a particularidade das lutas de classes no Brasil, explicitando os traços do caráter específico do desenvolvimento capitalista posto pela via colonial, tentamos demonstrar, sempre que possível, a relação entre as classes sociais e a política monetária, donde restou que a definição desta sempre foi tensionada de acordo com os interesses da elite proprietária vinculada ao setor mais promissor da economia e os interesses do capital estrangeiro investido no país. Esse processo tomou diferentes formas do império à ditadura militar, nos interessa reconstituir esse processo no período posterior.

4.1. Aspectos Institucionais do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Os marcos legais do Sistema Financeiro Nacional - SFN contemporâneo remontam ao início da ditadura militar, sendo fundamentais a Lei Bancária de 1964 (Lei nº 4.595 de 31/12/1964) e a Lei de Mercado de Capitais de 1965 (Lei nº 4.728 de 14/07/1965). O SFN

pode ser compreendido como o conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que garantem a transferências de recursos entre os agentes econômicos. Atualmente o SFN pode ser dividido em três ramos: 1) O primeiro ramo lida com quatro tipos de mercados: moeda, crédito, capitais e câmbio; 2) O segundo lida com os seguros privados, previdência complementar aberta e contratos de capitalização; 3) o terceiro, por fim, lida com o mercado de previdência complementar fechada. Cada um desses três ramos conta com órgãos normativos, supervisores e instituições operadoras. Interessa-nos aqui o primeiro ramo.

O mercado monetário é responsável pelo fornecimento de papel-moeda e moeda escritural; o mercado de crédito é responsável pela disponibilização do crédito a pessoas físicas e jurídicas; o mercado de capitais é onde ocorre a captação de recursos de empresas por meio dos instrumentos acionários, debêntures, bolsa de valores etc.; o mercado de câmbio é onde ocorre a compra e venda de moeda estrangeira.

O órgão normativo desse segmento do SFN é o Conselho Monetário Nacional - CMN, na verdade, o CMN é o órgão superior do SFN como um todo, e, de acordo com a Lei Bancária de 1964, tem a “finalidade de formular a política da moeda e do crédito [...] objetivando o progresso econômico e social do País”. De acordo com essa legislação, o CMN objetiva a adaptação do volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; a regulação do valor interno da moeda; a regulação do valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do país; orientar a aplicação dos recursos das instituições públicas ou privadas; o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; o zelo pela liquidez e solvência das instituições financeiras; a coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Tendo em vista esses objetivos, compete ao CMN a autorização das emissões de papel-moeda; o estabelecimento das condições para que o Banco Central do Brasil - BCB emita moeda-papel de curso forçado, aprovar os orçamentos monetários do BCB, determinar as características gerais das cédulas e das moedas; fixar as diretrizes e normas da política cambial; disciplinar o mercado de crédito; limitar as taxas de juros para fins específicos; disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos, entre outras competências referentes à organização e operacionalização do SFN.

Com atribuições tão amplas e ao mesmo tempo com implicações diretas e indiretas na macroeconomia e na vida cotidiana, não surpreende que a sua composição reflita o caráter autocrático do exercício do poder político no capitalismo entificado pela via colonial. A sua composição teve diferentes configurações desde sua criação em 1964 e instituição efetiva em

31 de março de 1965, atualmente, assim como no momento de sua criação ainda no primeiro ano da ditadura militar, seus membros são todos indicados pela Presidência da República: o ministro da Fazenda, como presidente do CMN; o ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Presidente do BCB. Nem a Constituição Cidadã ou a “primavera” dos movimentos sociais nos anos 1980 tocaram no seio da vinculação formal da política monetária de maneira exclusiva ao Poder Executivo.

A última alteração na composição do CMN ocorreu em 1994, com a MP nº 542, de 30 de junho de 1994, posteriormente convertida na Lei nº 9.069, de 30 de junho de 1995, que organizou o Plano Real, as alterações ao longo de sua história estão sumarizadas no **quadro 1**.

Quadro 1 – Composição do CMN e marcos legais.

Legislação	Lei nº 4.595/ 64	Dec. nº 65.769 /69	Dec. nº 71.097 /72	Lei nº 6.045/ 74	Lei nº 6.385/ 76	Dec. nº 83.323 /79	Dec. nº 2.291/ 86	Dec. nº 94.303 /87	Dec. nº 99.207 /90	Lei nº 8.646/ 93	MP nº 542/94	
Min. da Fazenda	■											
Min. do Planejamento	■											
Pres. do BCB	■											
Min. Indústria e Comércio		■								■		
Pres. do BNDES	■											
Pres. do BB	■											
Membros Nomeados	■											
Ministro da Agricultura		■			■							
Ministro do Interior		■			■							
Pres. da CEF			■		■							
Pres. BNH		■										
Pres. da CVM					■							
Pres. do IRB						■						
Diretor CACEX						■						
BASA/BNB							■					
Min. do Trabalho										■		

Segundo Netto (2014), a ingerência do IBAD no processo eleitoral de 1962, financiando candidatos de vários partidos que se opunham ao governo, em quase todos os estados da federação, foi de tamanho vulto que culminou na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para apurar suas atividades com sua suspensão e fechamento em 1963. A outra instituição que também foi investigada mas não foi suspensa foi o IPES, que existiria até 1972. Fundado pelo empresariado brasileiro e financiado por empresas brasileiras e imperialistas, além da já mencionada ingerência do Estado norte-americano, essa instituição reuniu intelectuais e tecnocratas com o objetivo de formular uma estratégia econômica e intervir politicamente no país.

Frente à possibilidade de perder sua posição econômica privilegiada, a burguesia empresarial, através do IPES, organizou uma ação política de desestabilização, por meio de uma rica e sofisticada campanha política, ideológica e militar. Simultaneamente, formulou projetos conservadores de governo e anteprojetos de reformas de base voltados para os interesses privados, visando à modernização do sistema econômico, isto é, o processo de reprodução ampliada do capital, sem os empecilhos das defesas cambiais, tarifárias e fiscais. As iniciativas tinham como objetivos desarticular o governo, criar condições favoráveis à ação militar e dominar o Estado para dali realizar seu projeto de classe (BORTONE, 2013, pp. 13-14).

O IPES viria então a ser um importante instrumento na execução e implementação do Golpe Militar de 1964, que além de representar uma ruptura com o processo de democratização política, significou uma alteração no rumo econômico que começava a se delinear a partir da acumulação dos processos que foram se constituindo ao longo do chamado período democrático da política brasileira, que foi de 1945 a 1964. Com o golpe, a burguesia industrial ganhou “[...] vantajosas condições para estabelecer associação íntima com o capitalismo financeiro, para reprimir quaisquer ameaças operárias ou populares de subversão da ordem e para transformar o Estado econômica, política e socialmente em instrumento exclusivo do poder burguês” (BORTONE, 2013, p. 28). Assim, a burguesia confirmava seu caráter atrófico ao combinar sua ascensão política com a continuação da subordinação estrutural da economia brasileira aos polos imperialistas.

Na consecução desse projeto, “o IPES foi uma poderosa organização com admiráveis recursos e com extraordinária capacidade humana e material capaz de ordenar modos de vida através de uma grande campanha com informações sob a perspectiva da burguesia empresarial” (BORTONE, 2013, p. 37). Portanto, as reformas do sistema financeiro que ocorreram em 1964 e 1965 já estavam sendo engendradas por intelectuais e tecnocratas vinculados aos interesses de classe da burguesia industrial, tratava-se de um projeto

modernizante-conservador que, por não ter apoio popular, motivou a aproximação dos ipesianos com os militares.

Na concepção “ipesiana”, a estabilização monetária condicionava todas as reformas de base, devendo a política de combate a alta dos preços ser implementada de maneira universal – incluindo medidas relacionadas ao crédito, ao orçamento fiscal, aos investimentos estatais e à política salarial –, e coordenadas por um órgão de cúpula (BRISO, 2008, p. 46).

Dada a crise inflacionária que assolava o período pré-golpe, o diagnóstico ipesiano era que esta resultava de fatores sócio-políticos, enquanto consequência dos processos distributivos que teriam estimulado uma inflação de custo. Assim, os ipesianos defendiam que a inflação deveria ser atacada “[...] não somente pelo lado da demanda, isto é, pela restrição dos gastos públicos e do crédito ao setor privado, do que se infere fundamental as Reformas Fiscal e Bancária, como pelo lado dos custos, do que se infere fundamental uma Reforma Trabalhista” (BRISO, 2008, p. 47). No modelo proposto pelos ipesianos, deveria-se inverter o intervencionismo estatal que identificavam, defendendo a primazia do setor privado e o papel subsidiário do estado na condução dos assuntos econômicos.

Durante o governo de Castello Branco, a sua equipe econômica, chefiada pelos liberais-conservadores Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, realizou a reforma bancária de acordo com os princípios ipesianos e interesses de banqueiros brasileiros e estrangeiros. Como a reforma foi extinta a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC e seu Conselho, além de suprimidas do BB as atividades típicas de Banco Central, e, em seu lugar, foram criados o BCB e o CMN. A análise da composição do CMN (BCB, 2016a), desde a sua constituição, seja do lado dos representantes das instituições financeiras estatais e ministérios, seja na forma dos chamados membros nomeados, os quais eram, de acordo com a Lei nº 4.595/64, “brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros”, demonstra a proeminência dos ipesianos, banqueiros, empresários e representantes das classes proprietárias brasileiras.

Com a extinção da SUMOC e a criação do BCB, em 1965, os dirigentes da primeira passam a compor a estrutura da nova autarquia. O economista Dênio Chagas Nogueira, que atuou no IPES-Rio e participou ativamente na conspiração para derrubar Goulart, tornou-se presidente do BCB e membro do CMN. O empresário Casimiro Antonio Ribeiro assumiu a Carteira de Redesconto do BB e foi membro do CMN. Ao deixar o posto, tornou-se diretor do BCB até 1967. O tecnoempresário Aldo Baptista Franco da Silva Santos, simultaneamente, ocupou os cargos de diretor do BCB e do BB e membro do CMN. O BCB ainda tinha na sua composição Hélio Marques Vianna, parente de D. Argentina, esposa falecida do presidente Castello Branco. O banqueiro Luís de Moraes Barros (Banco Sul Americano) foi presidente do BB e diretor do CMN. O CMN ainda incluía como membros os seguintes

ipesianos: o empresário Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (1965-1973), Luiz Biolchini (1965-1966), Antonio de Abreu Coutinho (1966-1967), Ruy de Castro Magalhães (1965-1972), Antonio Delfim Neto (1965), José Bonifácio Coutinho Nogueira (1965) e Obregon de Carvalho (1965). (BORTONE, 2015, p. 13).

As mesmas relações entre o empresariado e seus representantes em cúpulas decisórias eram reproduzidas nas relações com outros órgãos criados ou refuncionalizados, como foi com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, com o Fundo Tecnológico - FUNTEC, com O Banco Nacional de Habitação - BNH, com a Caixa Econômica Federal - CEF, entre outros. Portanto, as reformas bancária e do mercado de capitais, estão dentro de um conjunto de expressões legislativas da tomada e reconfiguração do aparelho estatal brasileiro pela apropriação privada de algumas frações da classe capitalista brasileira e estrangeira. Para Bortone (2015, p. 16),

[...] o setor financeiro foi o mais importante e determinante em assuntos econômicos do Estado, e teve a presença maciça de ipesianos nas instituições financeiras, assegurando normas de políticas fiéis aos seus ideais e interesses, já que uma grande parte era composta por proprietários e diretores de bancos particulares, como também acionistas e diretores de corporações industriais. Portanto, se deu o domínio econômico dos monopólios no interior do Estado, controlando as atividades dos governantes.

A ditadura acabou e a democracia foi formalmente estabelecida, ampliada como nunca na Constituição Federal de 1988, prevendo até, além dos mecanismos de representação, mecanismos de participação direta da população e movimentos sociais nas decisões sobre políticas públicas. Entretanto, assim como em diversos outros aspectos, cujo mais notável e grotesco é a impunibilidade dos agentes estatais torturadores e assassinos, a ditadura deixou um legado vitorioso para as classes dominantes locais e seus sócios superiores estrangeiros no SFN. Logo, a análise do SFN e de seus órgãos, não pode ser dissociada de sua origem no regime autocrático burguês e não deve se deixar levar pelo que representam termos supostamente universais e neutros como “estabilidade econômica” ou “desenvolvimento econômico e social *do País*”.

O Banco Central do Brasil - BCB é o principal executor das orientações do CMN, sendo ao lado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um dos supervisores do segmento de moeda, crédito, capitais e câmbio do SFN. De acordo com a Lei nº 4.595/64, ao BCB compete a emissão de moeda-papel e moeda metálica; a execução dos serviços do meio-circulante; receber os recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de

compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; fiscalizar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país (BCB, 2016b).

Com relação à sua organização, o BCB inicialmente, de acordo com a Lei nº 4.565/94, tinha sua diretoria composta por 4 integrantes, 1 presidente e 3 diretores, sendo os 4 escolhidos entre os membros nomeados para o CMN. Por meio da Lei nº 5.362, de 30 de novembro de 1967, esse número subiu para cinco membros, 1 presidente e 4 diretores, também indicados entre os membros nomeados do CMN. A Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, que alterou a constituição do CMN, também mudou a forma de escolha da diretoria do BCB e sua composição, que passou a ser de 1 presidente e 5 diretores, “ nomeados pelo Presidente da República, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros”. O Decreto-lei nº 1.795, de 8 de julho de 1980, alterou essa composição para 1 presidente e 6 diretores, mantido o critério de escolha pelo presidente da república. O Decreto nº 88.008, de 29 de dezembro de 1982, extinguiu um cargo de diretor, e o BCB voltou a ser administrado por 1 presidente e 5 diretores. O Decreto nº 91.148, de 15 de Março de 1985, fez nova alteração e o BCB passou a ser administrado por 1 presidente e 7 diretores. Ainda no mesmo ano, o Decreto nº 91.961, de 19 de novembro de 1985, ampliou a diretoria para 9 integrantes, 1 presidente e 8 diretores, e é esta a forma que está em vigor atualmente. Esses dois últimos decretos, já assinados por José Sarney, apenas alteraram a quantidade de membros. Portanto, a atual forma de escolha e nomeação dos membros da diretoria do BCB manteve-se fiel ao desenho posto pelos governos militares. A diretoria colegiada atual do BCB é formada por: Presidente - Presi, Diretor de Administração - Dirad, Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos - Direx, Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural - Diorf, Diretor de Política Econômica - Dipec, Diretor de Política Monetária - Dipom, Diretor de Regulação - Dinor e Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania - Direc.

Outro elemento importante na definição da política monetária brasileira, que viria após o Plano Real, é o Comitê de Política Monetária (Copom), instituído pela Circular nº 2.698 do BCB, de 20 de junho de 1996. Este foi estabelecido com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa básica de juros. O Copom é composto pelos membros da diretoria colegiada do BCB e reúne-se mensalmente durante dois dias, onde no primeiro são apresentadas análises da conjuntura doméstica, da tendência de inflação e das

variáveis macroeconômicas. No segundo dia, são apresentadas as propostas e realizadas as deliberações, sendo a decisão final, especialmente a decisão sobre a meta para a Taxa Selic, divulgadas imediatamente para a imprensa.

4.2. Conflitos Distributivos e Choques Heterodoxos na Nova República

Mesmo sem receber a faixa do inesquecível ditador João Figueiredo¹¹⁵, José Sarney assumiu a vice-presidência da República em 15 de março de 1985, depois sendo confirmado presidente com a morte de Tancredo Neves. Na mesma data, nomeou Antônio Carlos Braga Lemgruber como Presidente do BCB. Naquele momento, o Brasil vivenciava um regime de alta inflação, com uma forte ameaça de hiperinflação. Embora esse fenômeno econômico tenha ganhado novas proporções nos 1980, o convívio com a inflação não era novidade para os brasileiros.

Se por um lado a inflação incomoda o rentismo por desvalorizar a riqueza em sua forma monetária, exigindo mecanismos que garantam a manutenção do seu valor, por outro lado, a preocupação com a taxa de inflação e os índices de preços também mobilizou o movimento sindical brasileiro. Afinal, em conjunturas marcadamente inflacionárias, a negociação de contratos coletivos de trabalho que conseguissem preservar o poder aquisitivo dos salários era de grande importância. Assim, os sindicatos visavam proteger o poder aquisitivo a partir da “[...] observação inequívoca de que, durante os meses nos quais os salários nominais não são reajustados, o salário real será tanto menor quanto mais alta for a taxa de aumento do custo de vida e mais for o período de tempo decorrido entre um reajuste e o outro dos salários nominais” (IBGE, 1990, p. 144). Trata-se de um conflito distributivo em que a escolha de um índice de preços adequado pode recompor os salários de maneira favorável ou desfavorável aos trabalhadores¹¹⁶. Não por acaso ocorreram manipulações ao

¹¹⁵ “[...] no Palácio do Planalto, o general Figueiredo, num gesto de inusitada deseducação, recusa-se a passar a faixa presidencial ao empossado pelo Congresso Nacional. Retira-se do palácio evitando a rampa simbólica: sai pela porta dos fundos. Cerca de dois meses antes, a 24 de janeiro, realizada a “eleição” indireta, numa de suas últimas entrevistas como ditador, Figueiredo fez um pedido: “Que me esqueçam!” (NETTO, 2014, pp. 254-5).

¹¹⁶ No setor público brasileiro, a Constituição de 1988 assegura aos servidores públicos a “revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices” da sua remuneração. Entretanto, a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, dispõe que tal revisão, no âmbito federal, dependerá de “comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social”. Com essa justificativa ampla, e com a vigência da ideologia da austeridade fiscal, não surpreende que tal dispositivo tenha sido observado apenas duas vezes em quase 30 anos de vigência.

longo da história brasileira, como a falsificação do índice de inflação referente ao ano de 1973 pelo governo federal.

Já como sinal da pane do “milagre” houve o recrudescimento do processo inflacionário. A ditadura, no final do mandato Médici e ainda sob o império da “genialidade” de Delfim Neto, não encontrou, em seu arsenal de recursos, resposta melhor do que a pura falsificação do índice inflacionário, reduzindo fortemente sua expressão numérica. O DIEESE certificou sua discordância quanto aos cálculos oficiais anunciados, publicando os índices reais. [...] até mesmo Mário H. Simonsen se viu obrigado a reconhecer a “divergência” dos índices, revelando mesmo que desde 73 sabia da questão e sobre ela prevenira o futuro presidente Geisel, em relatório confidencial, quando aquele estruturava sua equipe e programa (CHASIN, 2000b, p. 64).

O índice de preços longe de ser um mero indicador de variações neutras, por serem medidas dos valores nominais, portanto desimportantes nas perspectivas quantitativa em termos de economia real, expressa uma disputa no campo real do grau de exploração da força de trabalho, afinal, a depender da forma como se realiza o reajuste dos salários em contextos inflacionários, há o efeito direto sobre o nível dos salários e o nível dos lucros, logo, no nível da apropriação do mais-valor.

Um dos elementos da crise econômica que precedeu o golpe de 1964 foi a escalada da inflação. De acordo com o IGP-DI, 30,5% em 1960 a 92,1% em 1964 (MUNHOZ, 1997), o que provocou acirrados debates, especialmente entre estruturalistas e monetaristas. Com o golpe e a ascensão dos ipesianos vinculados aos interesses da burguesia industrial e financeira, a perspectiva ortodoxa vence pela força o debate, e, ao diagnosticar a inflação como resultante de um excesso de demanda, a equipe liderada pelo Ministro da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões, com Roberto de Oliveira Campos no Planejamento e Dênio Chagas Nogueira na Presidência do BCB, adotou “[...] uma política monetária restritiva, que atuou no sentido de acentuar a redução do nível de atividade econômica, dos salários reais e do nível de emprego, culminando com a recessão de 1967” (CONSIDERA, 1981, p. 638). Apesar de não resolver o problema da inflação, as medidas foram suficientes para uma redução para 34,3% no ano de 1965, 39,1% em 1966 e 25% em 1967. Os valores não eram suficientes para uma economia em rápida transformação, assim, uma nova equipe econômica foi formada em 1967, sob a liderança de Antônio Delfim Netto na Fazenda, a qual entendeu que a inflação era decorrente de custos, estando a demanda excessivamente restringida. “Como consequência, controlaram-se preços, salários, taxas de juros e tarifas públicas, além de se promover a expansão de crédito para consumo” (p. 638). Essas medidas, de caráter relativamente heterodoxo, obtiveram relativo sucesso, e a economia cresceu cerca de 10% ano entre 1967 e 1974. A

inflação, segundo o IGP-DI, caiu gradativamente, de 25,4% em 1968, a 15,6% em 1973, mas logo retornaria para 26,9% em 1974. Nessas duas fases da política econômica brasileira, com o movimento dos trabalhadores e os sindicatos enfraquecidos pela repressão ditatorial, sem contar as restrições de manifestações, greves e participação política, Cláudio Considera (1981) destaca o que elas tiveram em comum:

Um ponto comum e bem-sucedido em ambas as fases de política econômica foi a contenção dos salários, cujos reajustes eram fixados por índices oficiais abaixo da variação no custo de vida, e apenas nesse montante transferíveis aos preços. Dessa forma, as camadas de rendimentos mais baixos tiveram seus salários reais progressivamente reduzidos, enquanto as mais elevadas (administrativas e qualificadas) obtinham ganhos reais (CONSIDERA, 1981, p. 639).

Portanto, o governo militar, por meio de sua política econômica e monetária, privilegiou o capital e os assalariados mais qualificados e administrativos, acentuando a desigualdade acentual já advinda pela forte concentração da propriedade no Brasil. A disputa pelos excedentes no processo de exploração tomou a forma dos conflitos distributivos.

De forma bastante simplificada, conflitos distributivos podem levar a inflação se alguns setores capitalistas ou os trabalhadores organizados tiverem poder de monopólio, e puderem fixar o preço de suas mercadorias mais ou menos independentemente da demanda. Se algum destes grupos usar seu poder de mercado para aumentar (ou preservar) sua fatia do produto nacional, enquanto outros grupos se valem de mecanismos semelhantes para defender suas fatias desejadas, a inflação pode ser a forma de compatibilização *ex post* das demandas setoriais com o valor do produto nacional (MOLLO; SAAD-FILHO, 2001, p. 25).

Assim, os conflitos agem sobre a inflação na medida em que expressam o grau das lutas de classes, do poder das classes em conflito, o qual é condicionado pela distância temporal entre o processo produtivo e a obtenção dos rendimentos pelos diferentes setores da economia. Daí a disputa relativa aos índices e critérios de indexação dos salários e a consequente disputa expressa no nível geral dos preços.

Com a inflação, alguns segmentos dos trabalhadores tendem a desenvolver mecanismos de organização e de indexação salarial para a reposição das perdas provocadas pela elevação dos preços, ao que setores capitalistas geralmente respondem com a imposição de preços mais altos ainda. Finalmente, o aumento de preços e salários nada mais é do que o aumento dos custos de produção, inclusive financeiros no caso de aumentos da taxa de juros. Assim, o conflito distributivo pode ter diversos focos, entre eles os diferentes ramos industriais, frações do capital ou grupos sociais. Evidentemente, a generalização e perpetuação destes conflitos depende das instituições econômicas, financeiras e monetárias de cada país. Em particular, os arranjos institucionais que permitem a indexação de preços e aumentam a disponibilidade de moeda mais ou menos automaticamente, permitindo

o movimento do conflito distributivo, são traços estruturais importantes das inflações elevadas (MOLLO; SAAD-FILHO, 2001, pp. 25-6).

A partir dessas circunstâncias inerentes aos circuitos de produção e circulação do capital, discrepâncias entre a oferta e demanda de moeda podem gerar inflação, na medida em que uma injeção de dinheiro extra na economia faça “[...] reduzir a relação entre o valor do produto e a moeda em circulação, sem que esta relação seja subsequentemente restaurada pelo crescimento do produto ou pela retirada do dinheiro extra de circulação” (MOLLO, SAAD-FILHO, 2001, p. 26). Esse dinheiro extra pode ter origem no financiamento dos gastos das firmas pelo desentesouramento ou redução de seus saldos monetários, na tomada de empréstimos para financiar expansão produtiva, investimentos ou especulação com estoques, na redução da poupança dos consumidores ou financiamento de seus gastos adicionais com empréstimos. Tratam-se de mecanismos de criação de dinheiro que refletem a endogeneidade da moeda, “[...] dado que a oferta adicional pode provir tanto do setor privado (em especial, mas não exclusivamente, do sistema financeiro), como do setor público (incluindo o Banco Central e os bancos comerciais estatais)” (p. 26). Além disso, o dinheiro extra pode advir do governo pela monetização do déficit público, compra de títulos no mercado aberto e não esterilização do superávit do balanço de pagamentos. Por fim, o dinheiro extra também é criado quando o Banco Central sustenta empresas do setor financeiro com problemas de insolvência. Portanto,

Existe uma relação direta entre a inflação causada pelo dinheiro extra e por conflitos distributivos, pois sem a criação de dinheiro adicional o conflito não pode levar ao aumento generalizado e continuado do nível geral de preços; evidentemente, para que os preços aumentem também é preciso que a produção não reaja de imediato, acomodando as demandas reais associadas ao conflito. Além da criação de moeda adicional, existem na esfera monetária mecanismos institucionais que sancionam o conflito distributivo, estendem a indexação de preços e rendas, e permitem o aumento da velocidade de circulação da moeda, e que também constituem aspectos monetários da inflação (MOLLO; SAAD-FILHO, 2001, pp. 27-8).

A injeção de moeda afeta os níveis e as relações entre valor, moeda, preços e produção no longo prazo, a sua origem é endógena ao processo geral de produção e circulação capitalista, reagindo as disputas e interações das diferentes frações e classes sociais. Destarte, “[...] as políticas fiscal e a monetária podem ser interpretadas em parte como tentativas de controlar o nível e a composição da demanda agregada através da influência das autoridades monetárias sobre a moeda extra” (MOLLO; SAAD-FILHO, 2001, p. 28). Entretanto, são sempre tentativas limitadas, uma vez que o Estado não determina de maneira autônoma todas as variáveis da acumulação. Assim, “[...] a criação de moeda pelo Banco Central, ou a sanção

pública a criação privada de moeda, responde a pressões da sociedade como um todo; portanto, a inflação por moeda extra não pode ser atribuída ao governo” (p. 28). No caso brasileiro, o conflito distributivo e a indexação generalizada foram estruturantes da inflação brasileira entre os anos 1970 e 1990.

De acordo com Mollo e Saad-Filho (2001), além dos conflitos distributivos, o processo de substituição de importações privilegiou os consumidores de alta renda, gerando uma estrutura de mercado concentrada que facilitou a adoção de práticas de marking up¹¹⁷ na fixação dos preços. A industrialização, concentrada em São Paulo, agravou as desigualdades salariais e regionais no Brasil, e, assim, “[...] o poder oligopólico e sindical de determinados setores permitiu a alguns grupos proteger suas rendas contra o declínio sistemático devido à inflação, mas isso tornou a economia vulnerável a aceleração inflacionária associada com os conflitos distributivos” (p. 31). Além disso, a política de indexação agravava o conflito distributivo.

De acordo com Bresser-Pereira (2009), a economia brasileira foi indexada desde 1964, de modo a conter a inflação herdada desde o governo de Juscelino Kubitschek e da crise econômica e política que antecipou o golpe civil-militar. Após tentativas de contenção da inflação no começo da década de 1980, a inflação que era crônica se tornaria inercial, atingindo 77,3% em 1979 e 110 % em 1980, e rompendo os 200% em 1983, conforme a **tabela 1**.

Tabela 1 - Inflação no Brasil - Variação Mensal/Anual - 1964 a 1985 (IGP-DI)

Mês/Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
1964	11,28	6,73	7,43	4,4	2,68	4,34	6,47	2,9	3,76	4,45	6,97	5,98	92,10%
1965	4,87	3,12	6,01	2,35	1,72	1,15	2,73	1,2	1,98	2,01	0,91	1,94	34,31%
1966	7,66	2,89	2,62	4,7	2,32	1,86	3,32	2,2	2,38	2,05	0,97	0,69	39,13%
1967	4,45	2,43	2,3	2,52	1,33	0,8	2,82	0,83	1,52	1,5	1,59	0,5	25,00%
1968	3,28	2,31	2,16	2,21	1,44	2,75	1,38	1,19	1,85	2,23	1,46	0,64	25,43%
1969	1,74	1,4	0,54	1,22	1,21	2,16	2,26	1,71	2,18	1,65	1,49	0,27	19,34%
1970	1,26	1,44	1,87	0,32	1,64	2,18	1,71	2,34	1,99	1,49	0,79	0,73	19,26%

¹¹⁷ De acordo com Kalecki (1971), cada empresa de uma indústria fixa o preço “p” de seu produto “marcando” (marking up) seu custo direto “u”, constituído pelo custo médio dos salários mais as matérias-primas, a fim de cobrir as despesas gerais e obter lucros. Mas o mark-up depende da competição, da concorrência, ou seja, da relação do preço “p” resultante com o preço médio ponderado deste produto em relação à indústria no seu conjunto. Quanto maior o poder oligopólico ou monopolista em um setor, maior a possibilidade de se majorar mark ups mais altos.

1971	1,61	1,59	1,94	1,75	1,82	2,3	1,5	0,93	1,41	1,25	1	0,85	19,49%
1972	1,68	1,97	1,62	1,06	0,88	1,04	1,37	1,44	1,13	0,95	0,86	0,69	15,71%
1973	1,69	1,15	1,45	1,43	1,07	0,94	1,04	1	1,02	1,48	1,21	1,09	15,58%
1974	2,93	2,64	4,52	5,14	3,51	1,97	1,2	1,29	1,64	1,53	1,56	2,2	34,54%
1975	2,23	2,28	1,56	1,8	2,13	2,21	2,11	2,79	2,32	2,24	2,15	2,19	29,34%
1976	3,1	4,14	3,69	3,76	3,4	2,68	3,8	4,09	3,43	2,37	1,9	2,3	46,26%
1977	3,74	3,17	4,16	4,08	3,58	1,96	2,07	1,3	1,77	2,74	2,6	2,15	38,84%
1978	2,66	3,36	3,25	3,42	3,22	3,63	2,77	2,69	2,54	2,86	2,78	1,49	40,72%
1979	3,71	3,72	5,8	3,76	2,37	3,42	4,37	5,8	7,72	5,23	5,6	7,29	77,29%
1980	6,25	4,2	6,57	5,7	6,4	5,87	8,44	6,93	5,27	7,65	7,56	5,89	110,25%
1981	6,56	8,49	7,35	5,48	6,19	4,46	5,08	6,73	5,08	4,35	5,31	3,8	95,20%
1982	6,29	6,85	7,23	5,35	6,12	7,99	6,06	5,8	3,66	4,78	5	6,14	99,71%
1983	9,05	6,52	10,09	9,2	6,7	12,28	13,31	10,11	12,79	13,26	8,43	7,56	210,98%
1984	9,81	12,26	9,95	8,94	8,86	9,25	10,32	10,62	10,51	12,58	9,88	10,53	223,81%
1985	12,64	10,16	12,71	7,22	7,78	7,84	8,92	14	9,13	9,05	14,95	13,2	235,13%

Fonte: IBRE/FGV Dados

Baseados em forte ajuste fiscal e elevação da taxa de juros, os últimos planos monetários da ditadura não surtiram o efeito desejado. Entre 1964 e 1980, segundo Bresser Pereira (2010), a inflação crônica estava ligada à indexação formal introduzida pelo regime militar, especialmente nos contratos financeiros, o que mudou a partir de 1980 foi a indexação informal, e não apenas os preços formalmente indexados passaram a ser aumentados de acordo com a taxa de inflação passada. Diferente do que acreditavam os economistas ortodoxos que propunha o ajuste fiscal e a contenção da demanda, essa inflação tinha origem na indexação, daí a sua alcunha de autônoma ou inercial, por se tratar de um tipo de inflação que tendia a se estabilizar num alto patamar e de maneira independente da demanda.

A inflação tendia a se manter porque a indexação formal e informal da economia levava as empresas a aumentarem seus preços de maneira defasada, mas automática, independentemente da demanda. Só através desse mecanismo conseguiam manter sua taxa de lucro ou, em outras palavras, manter os preços relativos equilibrados de forma dinâmica (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 172)

Portanto, além dos conflitos distributivos, havia uma forte correlação entre a inflação e a indexação, provocada pelos aumentos defasados de preços. Além dos fatores aceleradores da inflação, a teoria da inflação inercial focou nos fatores mantenedores.

A manutenção do patamar de inflação decorre do fato de que os agentes econômicos, em seu esforço para manter sua participação na renda, indexam informalmente seus preços, aumentando-os defasadamente; fazem-no porque não têm alternativa senão repassar aumentos de custos para preços, repetir no presente a inflação passada, indexar informalmente seus preços; fazem-no defasada ao invés de

simultaneamente, porque grandes aumentos de preços quase simultâneos só ocorrem quando o problema deixa de ser o da alta inflação e passa a ser o da hiperinflação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 176).

A inflação inercial seria, então, resultante do conflito entre empresas, capitalistas, burocratas e trabalhadores para manter sua participação na renda, tendo um caráter essencialmente defensivo. “Através da indexação informal, realizada através de reajustes defasados, os preços relativos vão sendo continuamente equilibrados e desequilibrados” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 176). Os agentes econômicos passam a aumentar os preços de acordo com a inflação passada até em casos de recessão, pois essa prática se torna necessária para a manutenção de sua participação renda. Com a indexação formal da economia, a inercialização da inflação é facilitada, sendo mais vigorosa se as empresas são oligopolistas, como no caso brasileiro, já que têm mais propensão a utilizar a política de preços baseada em mark-ups relativamente fixos. Mas mais fundamental era a indexação informal, baseada no costume dos agentes econômicos com a alta inflação, “era a expectativa bem fundada dos agentes econômicos de que os preços continuariam a ser aumentados de acordo com a inflação passada mesmo em uma situação de recessão, já que essa prática era necessária para que mantivessem sua participação na renda estável” (p. 177). Tratava-se, portanto, de uma inflação independente da demanda.

Em síntese, a inflação inercial decorria da indexação da economia brasileira, o que fazia com que a inflação passada ficasse acomodada na futura, portanto, de maneira autônoma da demanda, e também da oferta, os preços variavam segundo o próprio índice de inflação, o que a distendia no tempo.

A moeda, dada sua característica endógena, apenas sancionava o aumento dos preços gerados pelos conflitos distributivos e pela inercialização da inflação, antes de ser a provocadora, como admitiria uma análise quantitativista, ela apenas sancionava o processo.

A política monetária é por definição passiva nesses casos. O máximo que o governo pode fazer é política de juros; não pode, porém, determinar a oferta nominal de moeda, que tem de crescer com a inflação, tem de “se acomodar à inflação”, como gostam de dizer os monetaristas, para que a quantidade real de moeda seja minimamente mantida e a recessão não se aprofunde grave e inutilmente. Na verdade, em alta inflação, seja ela inercial ou hiperinflação, a oferta nominal de moeda cresce menos do que a inflação, já que há um inevitável processo de desmonetização, na medida em que os agentes econômicos procuram reter o mínimo de moeda em seu poder (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 178).

Além do elemento sancionador da oferta de moeda, outro fator sancionador da inflação era a inclusão do déficit público nessa categoria. Esse é um aspecto que pode levar à

hiperinflação, uma vez que quando os aumentos de preços mensais tornam-se muito altos, a moeda passa a perder seu poder social, sua qualidade de equivalente geral, os preços passam a ser indexados por uma moeda mais forte, no caso do Brasil dos anos 1980, o dólar.

Quando isso acontece, uma reforma monetária com o uso de uma âncora nominal, geralmente a taxa de câmbio, garantirá que a estabilização dos preços tenha êxito, desde que dela também faça parte um ajuste fiscal saneador das finanças públicas. Para que possa impor a âncora cambial é necessário que o governo disponha de reservas internacionais em moeda forte ou conte com o apoio de uma potência estrangeira que lhe assegure essas reservas. O ajuste fiscal é essencial, já que a hiperinflação é sempre consequência de profunda crise fiscal, na qual o estado deixa de ter crédito, perdendo, assim, capacidade de financiar não inflacionariamente qualquer déficit (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 179).

A inflação passou a atingir níveis alarmantes em 1983, com o rompimento da taxa da barreira dos 10% mensais, ultrapassando os 200% anuais de 1983 a 1985. Ao ultrapassar os 14% em novembro de 1985, a inflação caminharia para um novo patamar que dava conta de que o governo não tinha soluções para a crise monetária instaurada. Acompanhando esse elemento, o país vivia um momento em que a organização sindical se fortalecia, com um número grande de greves ocorrendo, o que aumentava a tensão social e exigia respostas políticas. A inflação não atingia as classes sociais da mesma forma. Conforme estudaram Kane e Morisett (1993), a inflação brasileira nos anos 1980 teve significativo efeito sobre a distribuição da renda, não se limitando aos salários reais e participações em dinheiro, mas também sobre os ativos indexados que os agentes trocavam quando a taxa de inflação aumentava. Assim, os autores concluíram que “em uma estrutura que inclui dinheiro, depósitos à vista e títulos, assim como os efeitos da inflação sobre os salários reais, nós demonstramos que a inflação contribuiu para piorar a distribuição de renda no Brasil” (p. 27). A erosão dos salários atingiu trabalhadores e a classe média em especial, segundo os autores, que chegou a perder cerca de 30% de sua renda anual em conjunto. Diferentemente, os mais ricos conseguiram se proteger da inflação com o recurso das altas taxas de juros sobre os seus depósitos. A desigualdade na distribuição da renda, enraizada na forte concentração da propriedade no Brasil, era agravada pela alta taxa de inflação, a qual era induzida reciprocamente por essas condições de desigualdade entre as empresas e os salários.

[...] o conflito foi fortalecido pelo elevado grau de desigualdade da distribuição de renda e riqueza no país, porque maior era a insatisfação dos grupos que, sistematicamente perderam fatias da renda real. Esta insatisfação foi agravada pela imperfeição dos mecanismos de indexação durante a aceleração inflacionária do final dos anos oitenta. Por sua vez, a indexação distendeu no tempo o conflito distributivo, uma vez que ela prometia a recomposição das perdas de renda devidas aos choques adversos e a própria inflação (MOLLO; SAAD-FILHO, 2001, p. 31).

É nesse contexto de deterioração do poder de compra da moeda e das finanças públicas, acompanhada da queda ano crescimento do PIB, da renda per capita e aumento do desemprego que serão colocados uma sequência de pacotes econômicos, ou planos, que marcaram a segunda metade dos anos 1980, e cuja resolução só encontraria lugar com o Plano Real já em 1994.

Em janeiro de 1986, a taxa de inflação atingiu a cifra de 17,79%, segundo o IGP-DI, isso em um cenário de recessão que vinha desde 1981. O fato é que o crescimento econômico da década de 1970 foi associado a um crescente endividamento externo e uma virada no balanço comercial deu as bases para a crise em 1979. Assim, houve uma exaustão de um ciclo de crescimento em 1981, com queda do PIB de 4,2%, o qual havia se expandido 9,2% em 1980, além disso, a renda per capita retrocedeu 6,3% e registrou-se uma e “[...] uma erosão no nível de vida da classe média, inclusive a parcela de altos assalariados, em proporção incomum no país” (AVERBUG, 2005, p. 213). A estratégia adotada pelo moribundo governo militar no começo dos anos 1980 visava conter a demanda interna de modo a aumentar o saldo comercial e reduzir a inflação, portanto, mesmo antes de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1982, o governo adotava medidas recessivas, através da contenção de investimentos estatais desde 1979.

A receita tributária diminuiu dada a queda no nível de atividade econômica e o valor real da arrecadação era reduzido pelo ritmo inflacionário verificado no intervalo entre o ato gerador do imposto e o seu efetivo recolhimento. “Reagindo a essas restrições, o governo reafirmou a postura de austeridade, diminuindo gastos e estabelecendo restrições monetárias. A alta na taxa de juros incidiu sobre o custo da dívida interna. Enfim, o circuito formado pelo setor público funcionou como elemento desestimulador da demanda interna” (AVERBUG, 2005, p. 214).

Assim, durante o período de 1981 a 1983, a balança comercial passou a apresentar saldos positivos, dada a queda das importações; o produto industrial sofreu variações de - 8,8%, -0,04% e -5,9% em 1981, 1982 e 1983, respectivamente; a renda per capita diminuiu em 6,3%, 1,3% e 5,0% nos três anos e os níveis de emprego e investimento caíram. Apesar de todas esses fatores recessivos, a inflação não foi contida, apesar de sua taxa ter caído para os ainda altos 95,20% ao ano em 1981, aumentou para 99,71% em 1982 e atingiu a marca dos 210, 98% em 1983. Além disso, “[...] dívida externa continuou crescendo; e o país transferiu para o exterior, a título de serviço da dívida, um montante recorde de recursos. O endividamento público criou intensos transtornos nas contas fiscais e externas, reduzindo

espaço para a execução de políticas públicas” (AVERBUG, 2005, p. 215). Apesar desses fatores, o PIB voltaria a se elevar em 1984, impulsionado pelas exportações, que foram superiores em 23,3% às do ano anterior. O setor industrial reverteu sua tendência negativa e passou a crescer 6,3% em 1984. A capacidade produtiva instalada nos anos 1970 foi rearticulada para suprir o mercado diante da dificuldade para importar, com isso melhoraram os índices de emprego e a demanda interna se tornou um importante fator de reversão da crise.

Em 1985, a curva expansiva foi confirmada e o PIB se elevou 7,8%, com os setores primário e industrial crescendo 9,6% e 8,3%, respectivamente. A inflação, entretanto, não foi contida, mantendo-se acima dos 200% anuais em 1984 e 1985. O “novo” governo de José Sarney entra em cena com a tarefa de combater a inflação e o déficit nas contas públicas, objetivando a eliminação da expansão monetária. “Também foram mobilizados alguns instrumentos de intervenção direta no comportamento do custo de vida, tais como o reforço no controle dos preços e a inalterabilidade das tarifas de serviços públicos e do preço dos combustíveis” (AVERBUG, 2005, p. 216). Essas medidas fizeram a taxa de inflação cair e descer do patamar de dois dígitos mensais para a casa dos 7% nos meses de abril a junho de 1985, mas como não formavam um conjunto coerente e global, em agosto já seriam retomados os 14% de crescimento ao mês do índice de preços.

Apesar do crescimento econômico a partir de 1984, os índices de inflação crescentes, que como vimos, influenciaram a ampliação da desigualdade social no país, continuavam a ser um fator de tensão social. Um fator importante, mas não o único, o histórico arrocho salarial remonta a constituição do capitalismo pela via colonial, ainda em formas de organização do trabalho não totalmente monetizadas. Como demonstra Noronha (2009), o Brasil viveu seu primeiro grande ciclo de greves a partir de 1978, coincidindo com a “abertura” política na fase terminal da ditadura civil-militar, entre 1978 e 1984, o Brasil teve uma média anual de 214 greves, algo inédito em sua história. Durante o governo Sarney, essa média se ampliou para 1.102 greves anuais, e ainda atingiria seu auge no governo Collor, com 1.126.

Em 1985, mais do que em qualquer outro ano, inúmeros segmentos realizaram sua primeira greve, inaugurando o que chamamos aqui de “auge do ciclo”. Acelerou-se o processo de incorporação e diversificação das categorias envolvidas no movimento, tanto no setor privado como público. No setor privado, as greves dos trabalhadores do comércio e de serviços ganharam maior importância. No setor público, o destaque foi a crescente incorporação dos funcionários municipais. Isto é, tanto num como no outro setor houve diversificação dos segmentos grevistas (NORONHA, 2009, p. 133).

Nesse contexto, a oposição política se acirrou, o presidente, sendo a segunda opção de uma chapa eleita indiretamente, enfrentava fortes questionamentos quanto à sua legitimidade, e os gritos derrotados temporariamente e não esquecidos de “diretas já” assombravam o recém empossado alcaide.

Egresso da mais antiga e conservadora linhagem de políticos nordestinos, a figura de Sarney contrastava diretamente com os propósitos que haviam derrotado Paulo Maluf no colégio eleitoral. Ávida por mudanças, a sociedade brasileira negou apoio àquele que havia trabalhado explicitamente para derrotar a emenda das eleições diretas. A rejeição popular contribuiu para que o establishment nacional se arredasse ainda mais do já contestado presidente, lançando-o em um verdadeiro vácuo político. A adoção de medidas econômicas de repercussão popular foi, portanto, a maneira pela qual o presidente tratou de conferir popularidade ao seu governo (SALOMÃO; FONSECA, 2016, p. 789).

Sob essas circunstâncias, o governo federal responde com o anúncio do Plano Cruzado em 28 de fevereiro de 1986, tendo por base o Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. “Para total surpresa do país, implantou-se um choque heterodoxo por meio do qual se pretendia atacar de forma drástica o processo inflacionário, sem recorrer a métodos recessivos e agravadores da concentração social de renda. Inflação zero passa a ser a meta” (AVERBUG, 2005, p. 218). O choque heterodoxo foi dado como necessário ante o fato da inflação ter se tornado um elemento desestabilizador da situação interna e de enfraquecimento da posição brasileira na renegociação da dívida externa, os saldos comerciais positivos e a expansão econômica precedente favoreceram a tomada dessa decisão.

Participaram da concepção do Plano Cruzado, além do então ministro da fazenda, Dilson Funaro, economistas que vinham desenvolvendo o debate em torno da teoria da inflação inercial, a mesma que serviria de base para, anos depois, fomentar a criação do Plano Real. Dentre seus elaboradores estavam o então Ministro do Planejamento e economista João Sayad, o então presidente do IBGE, Edmar Bacha, e os economistas Andrea Calabi, Francisco Lopes, Eduardo Modiano, João Manoel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, André Lara Resende e Persio Arida¹¹⁸. A escolha desses nomes refletia a estratégia política adotada por Sarney de modo a angariar apoio entre seus aliados, visto que alguns parlamentares do PMDB já haviam declarado uma posição de independência e até oposição em relação ao governo federal. Pio (2001) descreve assim esse momento:

¹¹⁸ Bresser-Pereira (2010) faz um histórico do debate e do desenvolvimento da teoria da inflação inercial, onde argumentar a originalidade e a primogenitura da teoria da inflação inercial no trabalho desenvolvido por ele e Yoshiaki Nakano e publicando antes do texto considerado fundamental de Arida e Lara Resende..

[...] o governo era o resultado da aliança entre o PMDB e o PFL, e como Tancredo decidira iniciar o governo com uma política financeira conservadora, para ganhar credibilidade internacional, ele indicou Francisco Dornelles como ministro da Fazenda. Exceto pelo congelamento dos preços dos serviços prestados pelas companhias estatais, a política de estabilização de Dornelles, na primeira metade de 1985, foi claramente ortodoxa. No entanto, uma vez que Tancredo (que era tio de Dornelles) jamais assumiu a Presidência, Dornelles perdeu o apoio político necessário para manter um rígido controle das políticas monetária e fiscal, fundamentais para uma política ortodoxa efetiva. Suas sérias divergências com a visão desenvolvimentista de Sayad, e do próprio Sarney, foram suficientemente fortes para tornar difícil sua posição no governo. Ele renunciou finalmente em agosto de 1985, quando o presidente Sarney apoiou o novo Plano de Metas de Sayad, que implicava um aumento substancial dos gastos em programas sociais — enquanto Dornelles propunha um corte geral de 10% nas despesas do governo (PIO, 2001, p. 34).

Com a saída de Dornelles, Sarney nomeou o industrial paulista Dilson Funaro, que tinha ligações com o PMDB de São Paulo e nomeou uma equipe econômica de credenciais heterodoxas para a sua assessoria. Essa mudança também se refletiu no Banco Central, com a indicação de Fernão Bracher para a sua presidência.

Como ele era ligado ao grupo heterodoxo, convidou Lara Resende e Arida para integrar a diretoria. Arida se mudou do Ministério do Planejamento (Seplan) para o Bacen no final do ano. Lara Resende foi nomeado diretor de Dívida Pública e Mercado Aberto, responsável pela determinação das taxas de juros, e Luís C. Mendonça de Barros — outro banqueiro, que mantinha fortes vínculos com Lara Resende —, diretor do Mercado de Capitais. Pode-se dizer então que, depois da renúncia de Dornelles, o foco de resistência política à nomeação de economistas heterodoxos para a diretoria do Bacen foi eliminado (PIO, 2001, p. 35).

No paper que prepararam para a Conferência “Inflation and Indexation”, ocorrida no Institute of International Economics em Washington, DC, entre 6 e 8 de dezembro de 1984, Arida e Lara Resende (1985) constatavam a falha das medidas de austeridade adotadas até então para sanar o progresso da inflação e consideravam que o choque heterodoxo era a única proposta que reconhecia explicitamente o caráter inercial da inflação brasileira. Nessa perspectiva, alguma forma de pacto social seria necessário para congelar os salários nominais, fixar a taxa de câmbio e controlar os preços, elementos que eliminariam o componente inercial da inflação e restaurariam a função da moeda enquanto reserva de valor.

Quando os salários e os preços estão congelados, o dinheiro recupera sua função como uma reserva de valor. As perdas incorridas na retenção de dinheiro durante o período de congelamento são limitadas à taxa de juros real. A demanda por dinheiro durante o congelamento aumenta. Sem uma expansão monetária, o congelamento apresentaria latentes pressões deflacionárias (ARIDA; LARA RESENDE, 1985, p. 7).

Resultado similar poderia, segundo os autores, ser obtido pela indexação da moeda, a qual era a proposta central dos autores para a reforma monetária, uma vez que o choque heterodoxo não eliminava a indexação informal, que ocorria independente dos fatores institucionais¹¹⁹. Fundamental para o componente inercial da inflação é a indexação dos contratos cujas cláusulas preveem a indexação nominal dos valores nominais e seu reajuste de acordo com 100% da taxa de inflação do período anterior. Assim, a proposta “larida” consistia na introdução de moeda indexada, chamada de hipoteticamente de “novo cruzeiro”, a qual entraria em circulação paralelamente ao cruzeiro “antigo”, mantendo uma paridade fixada com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

As ORTN eram títulos públicos federais que foram emitidos pelo Tesouro Nacional no período de 1964 a 1986, as quais tinham por característica o pagamento de uma remuneração corrigida de acordo com a variação do índice de preços mensal. A alteração de seu valor era anunciada mensalmente pela autoridade monetária. Segundo Arida e Lara Resende (1985), quase todos os contratos indexados no Brasil eram vinculados às ORTNs. Esses contratos indexados davam conta da maior parte das transações financeiras e de um crescente montante das transações não-financeiras. A maior parte dos preços industriais eram cotados implicitamente em ORTNs, assim como uma crescente parte dos imóveis. Além da indexação pelas ORTNs, outro fator acelerador e mantenedor da taxa de inflação era a indexação dos salários pelo índice de preços ao consumidor, a maioria dos salários eram de seis meses. A moeda indexada proposta por Arida e Lara Resende (1985) deveria neutralizar os efeitos das indexações dos contratos, preservando seu valor de acordo com sua indexação. Essa moeda seria protegida da inflação pela indexação global e total por um único índice, visando a sincronização dos aumentos de preços até que o próprio índice se tornasse uma nova moeda.

O Plano Cruzado tinha por base a neutralização do fator inercial da inflação brasileira. Com o novo Plano, a unidade monetária do sistema monetário brasileiro passou a ser designada por cruzado, com o cruzeiro correspondendo a um milésimo de cruzado. Lara Resende, que estava no Banco Central sob a gestão de Fernão Carlos Botelho Bracher, sendo o responsável pela Diretoria da Dívida Pública e Mercado Aberto, e Pérsio Arida, que estava assessorando João Sayad no Ministério do Planejamento, participaram da elaboração do

¹¹⁹ “A indexação decorre de uma regra de comportamento extremamente rígida na presença de altas taxas de inflação: os agentes econômicos buscam apenas recompor o pico prévio de renda real. Ao fixar preços, as considerações de condições de demanda tornam-se irrelevantes e a noção de preços relativos perde-se na velocidade de aumento do índice geral de preços” (LARA RESENDE, 1985, p. 130).

plano, junto com os demais economistas já mencionados¹²⁰. O Plano Cruzado incluía um congelamento de preços, determinava o artigo 36 do Decreto-lei nº 2.283/86 que “todos os preços, inclusive aluguéis residenciais, são expressos em cruzados e ficam, a partir desta data, congelados nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986, admitida a revisão setorial e temporária pelos órgãos federais competentes, em função da estabilidade da nova moeda ou de fenômenos conjunturais”. Arida e Lara Resende eram contrários ao congelamento, apesar do Plano ter sido em boa parte influenciado por suas ideias, nesse ponto prevaleceu a posição defendida por Francisco Lopes.

Lopes (1985) defendia um choque heterodoxo, que “[...] consistiria em um congelamento total e generalizado de preços e rendimentos acompanhado por políticas monetárias e fiscais passivas” (p. 145), a sua proposta tratava de um “[...] congelamento temporário seguido de uma fase de descompressão com controle de preços, na qual se permitiria uma elevação moderada de preços visando reajustar a estrutura de preços relativos que tivesse resultado do congelamento” (p. 145). Lopes tinha por base o programa anti-inflacionário de 1973, que, para ele, sugeria que o congelamento poderia alcançar resultados espetaculares.

Assim, com a introdução do Plano Cruzado, preços e salários foram congelados. Os salários foram convertidos em cruzados na data do congelamento pelo valor médio da remuneração real dos últimos seis meses. Sobre essa remuneração, incidia um abono de 8%. Os salários deveriam voltar a ser reajustados anualmente, sendo o reajuste apenas permitido antes quando a variação do Índice de Preços ao Consumidor ultrapassasse 20%. Esse aumento deveria ser automático, e ficou conhecido como gatilho salarial. O Cruzado teve forte apoio popular, personificando o anseio por uma economia estável. Cumpre ressaltar, que no Decreto que implantou o Plano Cruzado, foi instituído o seguro-desemprego.

A mudança de expectativa foi fulminante, graças à credibilidade inspirada pelo Plano, criando-se um arcabouço de apoio popular impenetrável a qualquer contestação mais incisiva à nova política de estabilidade monetária. A percepção desfavorável quanto às perspectivas do país foi substituída pela confiança no futuro, materializando, na população, a mais rápida e profunda alteração de humor recentemente verificada. As avaliações críticas efetuadas por alguns sindicatos,

¹²⁰ “A ascensão de Arida e Lara Resende às posições mais altas na estrutura decisória do governo brasileiro deve ser creditada às redes políticas às quais ambos estavam ligados como um resultado do amplo reconhecimento acadêmico de que desfrutavam e devido à sua filiação ao PMDB — o partido mais forte da coalizão que dava sustentação parlamentar ao presidente Sarney. Ademais, o fato de que eles fossem amplamente reconhecidos como grandes críticos das políticas recessivas de estabilização do início dos anos 80, bem como proponentes de políticas de estabilização não-recessivas, colocou-os numa posição central entre os economistas do PMDB” (PIO, 2001, p. 34).

grupamentos políticos e núcleos acadêmicos não alcançavam ressonância e mostravam-se pálidos ante as manifestações de aprovação. Figuras do antigo regime desculpavam-se por não terem tido idéia semelhante, admitindo que o governo anterior não dispunha de credibilidade necessária para implantar política tão audaciosa (AVERBUG, 2005, p. 223).

Os números esclarecem as razões para tamanho otimismo. A taxa de inflação, segundo o IGP-DI, caiu de 14,98% em fevereiro de 1986, para 5,52% em março, e seria negativa em abril (-0,58%), seguindo uma sequência de variações abaixo de 1% até julho. Diante de uma transformação tão radical, mudanças nos hábitos dos agentes econômicos transformaram a organização econômica do país. “Com o fim da correção monetária e dos rendimentos insuflados pela elevada inflação, os frequentadores das múltiplas modalidades de captação de poupança (salvo a bolsa de valores) transferiram seus ativos financeiros a outras destinações, tais como aumento do consumo, compra de imóveis e mercado de ações” (AVERBUG, 2005, p. 223). No mercado acionário, essas compras não foram canalizadas para aberturas de capitais, o que significaria um aumento nos saldos de investimento, mas foram em sua maior parte destinada às ações já em poder do público, o que, portanto, significou apenas uma transferência de posse e tendência de valorização das cotações.

Apesar das tentativas do governo de dissuadir a retirada dos recursos das poupanças, explicando que a rentabilidade anterior era ilusória, refletindo apenas a variação da taxa de inflação, “os primeiros meses do cruzado presenciaram a migração das disponibilidades das famílias em direção, principalmente, ao consumo, o que redundou em incremento também na demanda por bens intermediário” (AVERBUG, 2005, p. 223).

O lançamento da nova moeda foi recebido com entusiasmo. A meta era inflação zero. Como resultado do sucesso com que foi recebida, houve uma grande monetização da economia, excessiva segundo vários observadores. A demanda agregada passou a crescer rapidamente como resultado do novo ambiente econômico e da estabilidade de preços. O congelamento de preços começou a ser burlado logo no primeiro mês. Os preços competitivos foram os mais difíceis de controlar. A carne criou um problema político especial (SAYAD, 2015, pp. 232-3).

Não somente a carne, quanto mais durasse o congelamento de preços, maiores as distorções sobre os preços relativos. Eram necessárias novas medidas que dessem conta das distorções geradas e conduzissem o plano a um novo estágio. O congelamento tornava a economia cada vez mais vulnerável com seu prolongamento.

A despeito da oposição de toda a equipe econômica, durante sua implementação, o Plano foi erroneamente associado com o congelamento de preços. O apoio público derivado da repentina derrubada da inflação foi importante economicamente para o governo, mas fez com que os políticos (especialmente o presidente Sarney)

relutassem em abolir o congelamento de preços. Estava claro para todos aqueles (economistas) envolvidos na implementação do programa que o congelamento de preços não poderia durar muito tempo, porque até mesmo razões climáticas — por exemplo, a redução da oferta de verduras na estação seca — ou o aumento do preço internacional de um produto importado qualquer requereriam alguma mudança nos preços relativos. Como consequência de um longo congelamento de preços, desequilíbrios nos preços relativos certamente gerariam problemas de oferta e o desenvolvimento de práticas de mercado negro (PIO, 2001, p. 37).

Na tentativa de sanar as fragilidades do Plano, ainda em 1986 foi apresentado o Pacote de Julho no dia 23 daquele mês, que também ficou conhecido como “cruzadinho”. O pacote diagnosticava que a trajetória da demanda e da produção conspiravam contra a estabilidade de preços, sendo concluso que seria necessário desaquecer a demanda e acelerar a ampliação da capacidade instalada. O Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, determinava a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com o objetivo de realizar investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. Também instituiu os empréstimos compulsórios para absorção temporária do poder de compra sobre combustíveis e aquisição de veículos, viagens internacionais, cigarros e outros itens considerados de luxo¹²¹.

O resultado objetivado não foi alcançado, a procura pelos bens e serviços onerados não foi reduzida e o FND não foi ativado, o ágio e a falta de produtos desrespeitavam o congelamento na prática. Diante desse quadro, foi anunciado o Cruzado II, conforme o Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986. Esse novo pacote tinha por objetivos a contenção do consumo; o estímulo à poupança; a atenuação do déficit público; a recomposição da capacidade de investimento do setor público; reduzir as pressões inflacionárias e preservar a renda dos que percebiam até cinco salários mínimos (AVERBUG, 2005).

Dentre as medidas adotadas, houve o aumento substancial no preço de automóveis, cigarros, bebidas alcoólicas, além de tarifas telefônicas, energia elétrica, açúcar, gasolina, álcool e medicamentos. Também foram criadas novas modalidades de caderneta de poupança, adiados investimentos estatais previstos para 1987, reduzidos os gastos correntes do setor público e criados incentivos fiscais para estimular as exportações. A base de cálculo da inflação foi alterada, priorizando os gastos das famílias com renda até cinco salários mínimos. Entretanto, diferente da fase inicial do Cruzado, cuja adesão levou a origem da figura dos

¹²¹ Segundo Sayad (2015, p. 233), “o líder dos metalúrgicos Luiz Inácio Lula da Silva criticou essa proposta, afirmando que a proposta supunha que os trabalhadores não tomavam cerveja, não fumavam, não andavam de carro nem viajavam de avião”.

“fiscais do Sarney”, o Plano Cruzado II não foi bem recebido, o súbito aumento de bens e serviços em um dia levou a protestos e à descrença generalizada na capacidade do governo de contornar a crise. Na verdade, o Plano Cruzado II já tinha divergências dentro da própria equipe econômica que tinha elaborado o Cruzado original

Desta vez, o presidente não interferiu na decisão, mas impeliu seus ministros a apresentar um pacote consensual. O consenso não foi alcançado, uma vez que as opiniões de dois ministros eram opostas em quase todas as questões. As posições defendidas pelo ministro da Fazenda — aumento nos impostos indiretos e controle tanto sobre o nível das taxas de juros como sobre o de impostos diretos — prevaleceram em quase todas as decisões, já que Funaro tinha uma influência mais forte sobre o presidente Sarney. A Seplan conseguiu evitar cortes orçamentários, já que, na verdade, eles dependiam da sua vontade para serem implementados. Finalmente, o Bacen, onde tanto Lara Resende como Arida estavam lotados, não teve nenhuma de suas propostas aprovadas (taxas de juros elevadas, cortes orçamentários e nenhum aumento de impostos). O Cruzado 2 foi, então, exatamente o oposto daquilo que "os pais" do Cruzado desejavam (PIO, 2001, p.)

Após a instauração do novo pacote econômico, a taxa de inflação mensal atingiu os 7,56% em dezembro de 1986, saltando para os 12,04% em janeiro de 1987. O governo perdeu credibilidade, e a equipe econômica envolvida em torno do Cruzado foi dissolvida ao longo de 1987, João Sayad saíria em março e Dilson Funaro em abril.

Um fator não atacado durante a vigência do plano foi a questão do déficit público, decorrente da frágil estrutura tributária do país. A renegociação da dívida externa estava parada, e o então ministro da Fazenda se recusava a fazer um acordo com o FMI. As reservas cambiais caíam, uma vez que os juros altos pressionavam a dívida externa. A situação chegou a tal ponto que o presidente da República declarou moratória da dívida externa em 20 de fevereiro de 1987.

A moratória consistiu na suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado, combinada com a paralização da emissão de moedas e da adoção de um plano de austeridade fiscal. De acordo com Bacha (1988), a reestruturação da dívida externa brasileira teria se tornado inevitável a partir da moratória mexicana de agosto de 1982, uma vez que a forte contração das linhas internacionais de crédito de curto prazo que seguiram a ela causou um rápido esgotamento das reservas externas brasileiras no segundo semestre daquele ano. Assim, ao cabo das eleições de novembro de 1982, os negociadores brasileiros trataram de obter o selo de aprovação do FMI à condução da política econômica interna ao assinar um acordo plurianual de estabilização. Entretanto, essa negociação foi construída sob o pressuposto enganoso de que a crise do endividamento brasileiro era passageira. “O acordo plurianual com o FMI também foi assinado no pressuposto de que as condições nele

especificadas não eram para valer, disso resultando o envio de sete sucessivas cartas de intenções ao Fundo num espaço de dois anos” (p. 65). Durante os últimos suspiros de agonia da ditadura, “o excessivo rigor imposto pelos credores, aliado à reiterada aptidão por parte do país de descumprir os termos dos acordos pontuais, inviabilizaram qualquer acordo definitivo durante todo o mandato de Figueiredo” (SALOMÃO; FONSECA, 2016, p. 790). Entre 1983 e 1984, a melhoria nas exportações e na produção de petróleo impulsionam uma recuperação das reservas internacionais sustentadas pelo saldo comercial superior a US\$ 1 bilhão por mês. Credo que um governo em processo de abertura democrática não deveria adotar medidas recessivas, Dilson Funaro deu nova forma e conteúdo às negociações junto aos credores internacionais, aproveitando-se do saldo da balança comercial positivo e das reservas internacionais em nível que garantia o pagamento de juros. O governo, assim, buscou negociar diretamente com os credores privados sem se submeter aos pacotes recessivos.

Disposta a elevar as condições da rolagem da dívida a outro patamar qualitativo, a nova delegação brasileira reuniu-se exaustivamente com os representantes das instituições credoras e do governo norte-americano a fim de se chegar a uma resolução que dispensasse a adesão formal ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional. Diante da recusa peremptória do governo brasileiro em submeter-se a um programa de ajuste recessivo preconizado pelo FMI, a negociação manteve-se praticamente paralisada no decorrer de 1986 (SALOMÃO; FONSECA, 2016, p. 803)

Entretanto, no segundo semestre de 1986, o excesso de demanda interna e o atraso cambial provocados pelo Plano Cruzado minaram o superávit comercial que garantia a sustentabilidade das reservas internacionais brasileiras.

Desde 1984, o Brasil vinha mantendo um saldo da balança comercial ligeiramente superior a 1 US\$ bilhão de dólares por mês. Em virtude do superaquecimento da economia e do atraso cambial provocados pelo Plano Cruzado, este saldo começou a diminuir a partir de maio de 1986. Em agosto, ele ainda se situava em US\$ 950 milhões, mas em setembro caiu para US\$ 544 milhões e em outubro tornou-se negativo, permanecendo nesta situação até o fim do ano. Como consequência, as reservas em caixa do Banco Central caíram verticalmente, de US\$ 7,8 bilhões em maio de 1986 para US\$ 3,7 bilhões em janeiro de 1987 (BACHA, 1988, p. 58).

Diante da impossibilidade de um acordo com o FMI e com a expectativa de esgotamento das reservas, foram as razões principais para que Sarney decidisse pela moratória unilateral. Para Salomão e Fonseca (2016), apenas esse embasamento técnico não fecha a questão do porquê o presidente tomou tal decisão. Para os autores, a lógica de arcar com os altos custos decorrentes desta ruptura não carecia de um preciso cálculo político.

A esperada retaliação externa pouco influenciaria a decisão diante da desde sempre presente necessidade, por parte do presidente José Sarney, de galgar à adesão dos mais diversos setores da sociedade brasileira. É neste sentido que se justifica a racionalidade política das medidas heterodoxas de ampla repercussão junto à opinião pública. Ao apelo chauvinista da moratória não faltou embasamento técnico. O pretendido bônus político, entretanto, mostrou-se decisivo para persuadir um presidente da República com as credenciais supracitadas a patrocinar medida de tamanha envergadura (SALOMÃO; FONSECA, 2016, p. 803).

A moratória foi, portanto, também uma tentativa de o governo Sarney buscar a sua sempre questionada legitimidade, cuja crise foi acentuada após os aumentos de preços determinados pelo Plano Cruzado II, anunciado após seis dias das eleições de novembro de 1986, as quais consagraram a força do PMDB, que elegeu 22 dos 23 governadores eleitos, a maioria dos senadores, deputados federais e estaduais eleitos no pleito¹²². O anúncio do pacote de novembro logo após as eleições foi entendido por boa parte da população como um estelionato, afinal o governo já estava ciente do afogamento do cruzado, mas esperou as eleições para jogar a boia. Portanto, a moratória também comportava esse componente político.

A reação à declaração de moratória não foram catastróficas como imaginavam os que se opunham ao mecanismo, conforme dissertou Salomão (2010). Apesar do peso da dívida brasileira no balanço das principais instituições financeiras internacionais, não era interessante deflagrar uma guerra econômica contra o Brasil, o que poderia resultar “[...] em um ambiente desastroso para os bancos, para as empresas multinacionais e, principalmente, para os interesses da política externa dos Estados Unidos” (p. 120). Apesar de certa indignação inicial, os bancos credores mostram-se mais indignados, adotando, pela primeira vez desde o início das negociações, uma postura defensiva.

As possibilidades de represália eram, de fato, muito aquém das aventadas, uma vez que a retaliação comercial seria contraproducente e a interrupção do financiamento via fontes oficiais atuaria contra as exportações dos produtos manufaturados dos próprios países desenvolvidos. O resultado da balança comercial mostrou-se especialmente satisfatório. O Brasil atingiu, no último mês do ano, um saldo de US\$

¹²² “As eleições de novembro de 1986 mostraram que o PMDB e o governo mantinham ainda àquela altura um grande prestígio. O PMDB elegeu os governadores de todos os Estados, menos o de Sergipe, e conquistou a maioria absoluta das cadeiras na Câmara dos Deputados e do Senado. O partido obteve 261 de um total de 487 cadeiras da Câmara (53% dos lugares), vindo a seguir o PFL com 116 (24%). As eleições para o Senado referiam-se a dois terços das cadeiras nos Estados e à primeira eleição no Distrito Federal. O PMDB conseguiu 38 das 49 cadeiras em disputa. Considerando-se a totalidade dos assentos no Senado, inclusive os mandatos não renovados, o PMDB ficou com 45 cadeiras em um total de 72. Naquele momento, chegou-se a dizer que o Brasil corria o risco de uma “mexicanização”. O PMDB poderia vir a ser uma espécie de PRI - o Partido Revolucionário Institucional -, que alcançou praticamente o monopólio do poder, por longos anos, no México” (FAUSTO, 2015, p. 444).

1,1 bilhões, rechaçando o principal argumento dos catastrofistas-por-dever-do-ofício. Seguiu-se ao anúncio da moratória uma já esperada redução das linhas e dos prazos de crédito voluntário uma elevação dos spreads. Em casos específicos, a retaliação dos bancos estrangeiros limitou-se ao atraso na compensação de operações interbancárias de bancos brasileiros. O impacto, porém, foi satisfatoriamente amortecido pela bem-sucedida capitalização unilateral dos juros, a qual, em pouco tempo, lograria recompor as reservas internacionais a um nível menos vulnerável caso a postura soberana não houvesse sido abandonada pelo presidente Sarney [...]. As previsões de que os governos dos países cujos bancos foram atingidos pela medida recorreriam à violência e de que bens brasileiros no exterior seriam confiscados não se realizaram (SALOMÃO, 2010, pp. 120-1).

Esse êxito relativo no plano econômico não foi reproduzido no plano político. A repercussão da moratória foi negativa junto a várias frações de classes sociais e a parcela relevante até do próprio partido do presidente.

Acusaram-no de querer desviar a atenção dos problemas internos com medidas extravagantes. Hostilizado pela opinião pública e submetido a pressões externas, Sarney decidiu que esta estratégia de negociação traçada pela equipe do Ministério da Fazenda não mais seria levada adiante. Sua insatisfação com os pífios dividendos políticos arrebanhados pela moratória e a falta de sustentação política derrubaram o ministro Funaro e seu staff dois meses após o seu anúncio (SALOMÃO, 2010, p. 121).

A maior parte da população não sentiu benefícios concretos em seu cotidiano com a mudança, especialmente sobre seu padrão de vida. Assim, com a cobertura negativa da imprensa, “a moratória isolada, em um contexto de dificuldades, soou mais como um golpe publicitário de um presidente desesperado que governava um país à beira da falência” (SALOMÃO, 2010, p. 122). As contestações contra o governo prosseguiram, tomando até mesmo a forma do apedrejamento do ônibus do presidente por populares durante uma visita de Sarney ao Rio de Janeiro em 25 de junho de 1987.

Para suceder Funaro, Sarney escolheu Bresser-Pereira e, em 12 de junho de 1987, foi lançado um novo plano de estabilização econômica que ficou conhecido como Plano Bresser. Naquele momento, a taxa de inflação já tinha rompido a casa dos 20% mensais, sendo o acumulado do ano até junho de 283,51%. O rompimento dos 20% restabeleceu o gatilho salarial, a economia estava indexada novamente. Entretanto, as perdas acima desse percentual não eram compensadas, assim, o gatilho transformou-se em mecanismo de arrocho salarial. Crise do rolamento da dívida pública, inflação descontrolada e o aumento do desemprego conformavam o contexto em que assumia Bresser-Pereira.

O Plano Bresser teve por base o Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, que determinava o congelamento de todos os preços pelo prazo de 90 dias, após o qual seguir-se-ia uma fase de flexibilização controlada. Também instituiu a Unidade de Referência de Preços

(URP), a qual serviria para o reajuste de preços e salários, tendo por base a média mensal da variação do IPC ocorrida imediatamente no trimestre anterior ao mês de incidência. Além dessas medidas, ao assumir a cadeira ministerial em abril, Bresser-Pereira já tinha determinado a desvalorização da taxa de câmbio em 8,5%, visando conter as importações e melhorar o saldo da balança comercial. Quando lançou o Plano de junho, a taxa de câmbio foi desvalorizada em 10,6% e as tarifas públicas reajustadas, reajuste este que não entrou no cálculo da URP. Por conta do reajuste das tarifas, a inflação no mês de junho, mesmo com o congelamento geral, foi de 25,87%. No mês seguinte ela já cairia para 9,33%, baixando para 4,5% ao mês em agosto de 1987. Mas no mês seguinte, com as primeiras autorizações de reajustes, a inflação já atingiria os 8,02%, fator que geraria mais tensão social, já que os reajustes salariais eram concedidos via URP, ou seja, considerava-se uma taxa de inflação passada inferior à atual, o que provocava uma redução dos salários reais.

O plano fracassou, e a taxa anual de inflação em 1987 foi de 415,87%, além do problema do endividamento externo não ter encontrado uma solução. Para o então ministro da Fazenda, faltaram condições políticas para que fosse realizado o ajuste fiscal necessário.

Naquele momento, no quadro da transição democrática, o populismo econômico se tornara dominante no Brasil, e era praticamente proibido se falar em austeridade fiscal. Aquelas condições existiam ainda em menor grau quando, em maio de 1987, em meio a uma crise aguda, assumi o Ministério da Fazenda. A situação do país agravara-se enormemente devido ao desvario do ano anterior. A inflação explodia, as empresas e as unidades da federação, que tinham visto suas receitas aumentarem fortemente em 1986, quebravam, o país estava em moratória e insolvente internacionalmente, e, por fim, a taxa de câmbio, que então seguia o regime das minidesvalorizações (*crawling peg*), estava sobreapreciada e exigia correção — o que fiz imediatamente (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 186).

Sem o apoio fiscal que considerava necessário para o sucesso de seu plano, o novo ministro se demitiu em dezembro de 1987, segundo Bresser-Prereira (1988), o fator básico da crise brasileira nos anos 1980 era o desequilíbrio financeiro do setor público, cuja crise fiscal tinha aspectos de fluxo e estoque a serem enfrentados. Esse estoque e déficit teriam origem na política de crescimento com dívida nos anos 1970; na elevação da taxa de juros internacional no final dos anos 1970; na pressão para desvalorizar a moeda local para enfrentar os problemas do balanço de pagamentos; nos subsídios e incentivos para o setor privado nos anos 1970 e 1980; na prática de controle das tarifas das empresas estatais como mecanismo de controle inflacionário e no declínio na carga fiscal devido à aceleração inflacionária. Para Bresser-Pereira, a crise fiscal do Estado era a causa básica da aceleração da inflação desde o final dos anos 1970, sendo o seu principal aspecto a dívida pública externa. Na avaliação

bresseriana, era necessário um pacto social, assim como o que ocorreu em Israel em 1985, onde “cada parte teria de fazer um sacrifício. Os trabalhadores aceitaram uma queda em seus salários; os empresários, um controle de preços e uma política de renda; o governo, uma redução do déficit público” (p. 64). Daí justificou sua demissão pelo fato de considerar que um pacto assim era impossível durante o governo Sarney, com todo o populismo econômico que o recobria, sendo ausente uma liderança política eficaz que pudesse levar um pacto assim a frente.

Para a vacância no Ministério da Fazenda, o presidente nomeou Maílson Ferreira da Nóbrega, economista e funcionário de carreira do Banco Central, o qual já teria que lidar não apenas com a inflação inercial, mas com um quadro de hiperinflação. A taxa anual em 1988 e 1989 foi de 1037,53% e 1782,85%, respectivamente, durante o mês de março de 1990, último da gestão Sarney, a taxa de inflação atingiu a marca recordista de 71,68%. Com nova nomenclatura pós-constitucional, o antigo instrumento do Decreto-lei tomou a forma da Medida Provisória, e foi por meio da nº 32, de 15 de janeiro de 1989, que Sarney instituiu o Plano Verão, o último grande pacote de tentativa de estabilização econômica de seu governo.

Pelo novo Plano, a unidade do sistema monetário brasileiro passou a ser o cruzado novo, o qual corresponderia a um mil cruzados. Além disso, foi extinta a URP, os preços foram congelados por prazo indeterminado, os gastos públicos reduzidos, os aumentos de preços passariam a ser administrados pelo governo e os juros foram aumentados. A Constituição Federal promulgada em 1988 determinou a duração do mandato presidencial por quatro anos, Sarney fora eleito para um mandato de cinco anos, o esforço do já questionado presidente para fazer valer o seu mandato até o quinto marcou a fase final de seu governo. Nessas condições, a austeridade fiscal ficou comprometida, o Plano Verão não foi bem sucedido, não apenas a hiperinflação se manteve, mas também foram geradas distorções nas remunerações das cadernetas de poupança que geraram controvérsias judiciais que já duram décadas.

Os choques heterodoxos, com o componente de congelamento de preços, passaram a ter efeitos cada vez mais limitados, assim como nos choques anteriores, ao tempo do Plano do Verão, a taxa mensal de inflação caiu de 36,56% em janeiro para 11,8% em fevereiro de 1989, caindo em março e abril, mas logo retornaria aos dois dígitos mensais em maio, e romperia os 20% mensais novamente em junho (26,76%), fechando o ano em um acumulado de 1.782,85%.

Tabela 2 - Inflação no Brasil - Variação Mensal/Anual - 1986 a 1993 (IGP-DI)

Ano/ Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
1986	17,79	14,98	5,52	-0,58	0,32	0,53	0,63	1,33	1,09	1,39	2,46	7,56	65,04
1987	12,04	14,11	15	20,08	27,58	25,87	9,33	4,5	8,02	11,15	14,46	15,89	415,87
1988	19,14	17,65	18,16	20,33	19,51	20,83	21,54	22,89	25,76	27,58	27,97	28,89	1037,5
1989	36,56	11,8	4,23	5,17	12,76	26,76	37,88	36,48	38,92	39,7	44,27	49,39	1782,8
1990	71,9	71,68	81,32	11,33	9,07	9,02	12,98	12,93	11,72	14,16	17,45	16,46	1476,7
1991	19,93	21,11	7,25	8,74	6,52	9,86	12,83	15,49	16,19	25,85	25,76	22,14	480,17
1992	26,84	24,79	20,7	18,54	22,45	21,42	21,69	25,54	27,37	24,94	24,22	23,7	1157,8
1993	28,73	26,51	27,81	28,22	32,27	30,72	31,96	33,53	36,99	35,14	36,96	36,22	2708,3

Fonte: IBRE/FGV Dados

Nesse quadro de perda de valor, a moeda passou a ter a sua função de equivalente geral questionada, portanto, perdendo o seu reconhecimento social enquanto moeda. De acordo com Mollo e Saad-Filho (2001), a crescente liquidez dos títulos públicos tornava-os preferíveis ao cruzado, já que se constituíam enquanto uma melhor reserva de valor. Até mesmo alguns preços passaram ser fixados em títulos públicos, o que significou a rejeição da moeda nacional enquanto unidade de conta. Mas como os salários continuavam a ser pagos em moeda nacional, sua função de meio de circulação foi preservada. A possibilidade de aplicação e resgate diários em títulos públicos também serviu de incentivo à fuga da moeda, e esta passou a ser substituída por formas monetárias incompletas e moedas internacionais, como o dólar.

A resposta mais comum das autoridades monetárias a rejeição da moeda nacional era o aumento da taxa de juros para evitar a dolarização e a hiperinflação. Tal estratégia, contudo, foi extremamente custosa financeiramente e em termos distributivos, devido ao impacto do serviço da dívida interna sobre seu estoque, e ao efeito regressivo das elevadas transferências inflacionárias. O colapso da moeda levou ao aparecimento de trocas em várias moedas e até trocas diretas, mostrando uma segmentação e um retrocesso típicos das crises monetárias. Ao mesmo tempo, este colapso estimulou estratégias financeiras sofisticadas de proteção contra a deterioração da moeda, que ampliaram o caráter especulativo e fictício do capital, assim agravando a crise monetária (MOLLO; SAAD-FILHO, p. 35).

Um dos limites principais dos choques heterodoxos aplicados durante a transição transada não fora percebido ou pelo menos não levado em conta nas suas elaborações e em algumas análises que aqui colacionamos. Ao centrar os limites dos planos apenas na ausência do ajuste fiscal, as análises não levam em conta que as crises evidenciam as contradições e os limites das economias capitalistas. De acordo com Mollo (1993), a deterioração das dinâmicas monetárias no Brasil teve como traços relevantes a financeirização exagerada da economia; a

perda sucessiva das funções da moeda; o aparecimento de várias quase-moedas e o desaparecimento da moeda antiga e a substituição pela nova.

No caso brasileiro, a financeirização remonta ao processo histórico da entificação capitalista na particularidade brasileira, que ganha novos níveis no processo de crescimento baseado no endividamento externo a partir dos anos 1970. Por outro lado, o excedente de capitais nos pólos hegemônicos do capital, mobilizados pelos grandes grupos financeiros e conglomerados monopolistas, necessitavam de mercados e espaços para exploração e valorização. No Brasil, a abundância de mão-de-obra de baixo custo combinada com a restrição de liberdades de organização sindical e política da classe trabalhadora durante a ditadura favoreceram esse fluxo maior de capital.

Ao final dos 1960, começavam a soçobrar em definitivo os fundamentos financeiros em que se apoiava a expansão capitalista no período pós-segunda guerra. Essa organização financeira foi estabelecida sobre os acordos de Bretton Woods. Durante uma série de conferências em julho de 1944, as 44 nações aliadas se reuniram por meio de 730 delegados no Mount Washington Hotel, na cidade estadunidense de Bretton Woods, New Hampshire, para a United Nations Monetary and Financial Conference. Nessa conferência em que se colocaram frente a frente o decadente império britânico e a ascendente potência estadunidense, foram definidas as regras estruturais do sistema monetário internacional e das relações comerciais e financeiras entre as nações capitalistas. Foi a partir desses acordos que foram criados o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituições que se prestariam ao apoio econômico para a reconstrução das economias capitalistas abalados pelas guerras mundiais e pela crise de 1929.

De acordo com Silva (2015), as relações externas estáveis foram vistas como fundamentais às necessidades do comércio internacional. Dentre as propostas apresentadas, o Plano White, apresentado pelo representante do tesouro norte-americano, Harry Dexter White, foi vitorioso. Ante a proposta de Keynes de tentar introduzir certa simetria no ajuste entre as economias superavitárias e as deficitárias, venceu a sua proposta de fortalecer a zona do dólar e enfraquecer a influência da libra esterlina. Visando garantir a confiança dos investidores no valor da moeda mundial, foi definido o uso do dólar conversível em ouro. Os Estados Unidos tinham a maior parte do estoque mundial de ouro, e assim foi estabelecida a relação fixa de conversibilidade de 35 dólares por uma onça de ouro.

Essa estrutura contrapunha o único emissor da moeda mundial ao resto do mundo, mas deixava uma porta aberta: a capacidade de manter a paridade fixa dependia da disposição do emissor da moeda referência em continuar a incorrer em déficits em montante suficiente a suprir a demanda global por liquidez (SILVA, 2015, p. 53).

Apesar de seus limites, o período entre o fim da segunda guerra mundial e a metade dos anos 1960 marcou o apogeu do capitalismo industrial estadunidense, sendo também um momento de prosperidade para as principais economias capitalistas, recuperando as antigas potências industriais enfraquecidas pelas conflagrações mundiais. Entretanto, nos anos 1960, a emissão de dólares excedeu a oferta de ouro, o que implicou a impossibilidade de se manter a paridade fixa com o ouro. “A crise era inevitável, porque o país emissor da moeda internacional teria de tomar medidas voltadas ao equilíbrio doméstico, em detrimento de seus compromissos internacionais” (SILVA, 2015, p. 65). Esse antagonismo entre o interesse interno e os compromissos externos estava na essência do que levaria à crise e a ruptura final da base monetária estabelecida em Bretton Woods. Segundo Silva (2015), a pressão sobre o dólar aumentou quando os bancos centrais europeus começaram a trocar seus dólares por ouro, o que levou o FMI a criar os Direitos Especiais de Saque (DES), uma moeda escritural cujo valor derivava de uma cesta das principais moedas internacionais. O DES antecipou a inconversibilidade do dólar que seria oficializada por Richard Nixon em 1971 e sua posterior flutuação. Com isso, ocorreu a passagem do sistema dólar-ouro para um sistema de dólar-flexível, o que levou à adoção de taxas de câmbio flutuantes e a liberalização e desregulamentação dos movimentos de capitais.

No novo sistema de moeda fiduciária, os desequilíbrios passaram a se resolver por meio do impacto das taxas flutuantes de câmbio sobre o preço relativo dos bens. Com isso, o problema do ajustamento se agravou, porque os limites para os déficits de alguns países deixaram de ser dados pelos superávits de outros. Qualquer país passou a poder incidir em déficits crescentes, ao menos enquanto encontrasse investidores dispostos a financiá-los. A questão saiu da esfera pública para o âmbito dos banqueiros e investidores privados (SILVA, 2015, p. 68).

Os controles sobre a manutenção e a esterilização das reservas monetárias passaram a ser exercidos pelos mecanismos de mercado e pelas taxas de juros, o que favoreceu os especuladores internacionais. A estagnação acompanhada de inflação era uma novidade que assombrou a economia norte americana no início dos anos 1970. Os eurodólares encontraram guarida e amplo campo de investimento nas economias do chamado terceiro mundo, inclusa a América Latina. A financeirização do capitalismo não é uma tendência de determinação apenas histórica, conforme vimos anteriormente, a necessidade de crédito e o desenvolvimento de mecanismos financeiros decorre do próprio ciclo de valorização do

capital. Entretanto, uma de suas tendências é o descolamento e autonomização do momento financeiro, do capital fictício, do processo de valorização real, assim a acumulação de capital fictício suplanta a acumulação real de capital, cujo balanço e acerto futuro levam às crises. Assim, as crises do capital aparecem como crises de especulação, de desregulamentação, crises financeiras, e não como o que realmente são: crises de acumulação capitalista.

A financeirização atacou fortemente as economias latino-americanas, as quais necessitavam do afluxo de capitais externos para o financiamento de sua indústria, desde a base ao estímulo de atividades de fomento ao consumo interno. Embora a exploração financeira da dívida e do tesouro brasileiro remonte aos tempos do Império, ela ganha nova forma, conteúdo e montante nos anos 1960 e 1970. A financeirização da economia brasileira se manifestou num endividamento externo que foi ganhando progressiva autonomia em relação às atividades produtivas e às necessidades de financiamento da economia. Com a derrocada do pacto de Bretton Woods, a expansão das atividades especulativas ganhou um campo de exploração nas dívidas externas dos países em desenvolvimento.

O endividamento externo financiou boa parte das grandes obras e dos investimentos estruturais responsáveis pelo “milagre econômico”, mas logo ele se tornaria antitético ao crescimento do setor produtivo. Segundo Mollo (1993), foi desenvolvido um mercado financeiro que não se interessava mais em financiar investimentos produtivos, mas em operar com títulos de curto prazo referentes a atividades especulativas.

A compra de títulos por parte dos agentes econômicos destina-se, sobretudo, a protegê-los da perda de valor da moeda, variando desde a compra de títulos da dívida pública de curtíssimo prazo até a compra de moedas estrangeiras e compras especulativas de valores mobiliários. No Brasil, por exemplo, enquanto nos anos do milagre os juros da dívida pública correspondiam a 4,35% das receitas correntes do Tesouro, eles passam a representar 13,73% entre 1981 e 1983 e quase 50% a partir de 1984 (MOLLO, 1993, p. 136).

Essa deterioração financeira atinge a dinâmica monetária, a qual não foi combatida com os choques heterodoxos aplicados sucessivamente pelo governo Sarney. Mesmo com os juros da dívida atingindo patamares cada vez mais elevados, a moeda foi progressivamente perdendo seu poder e reconhecimento sociais, ao passo que a política monetária e econômica só fez acomodar a financeirização e a expansão especulativa proveniente dos polos hegemônicos do capitalismo mundializado. A dívida externa brasileira passou de 2,5 bilhões de dólares em 1964 para 96,5 bilhões de dólares em 1990, acentuando de sobremaneira a dependência e subordinação estrutural da economia brasileira ao capital estrangeiro. O serviço da dívida externa ampliou-se sem precedentes, e as atividades econômicas do país passaram a

existir para financiar esse endividamento, o que não foi posto em cheque em nenhum dos chamados choques heterodoxos, e nem poderia os ser. Afinal, apesar de chamadas pela vaga alcunha de “populismo econômico” por alguns analistas, essas medidas tinham por finalidade a garantia da liquidez e da expansão da atividade econômica na perspectiva do capital. O seu apoio e a sua oposição ocorreram de modo alternado no tempo entre as frações da burguesia atrofada brasileira, mas de modo algum representaram qualquer ameaça ao padrão de desenvolvimento subordinado e semeador de desigualdades da acumulação capitalista brasileira. Enquanto em 1986 o serviço da dívida foi equivalente a cerca de 96% das receitas brasileiras de exportações, esse valor correspondeu a 1300% em 1990.

Esse mecanismo que representa uma característica da estrutura econômica foi sendo tratada como uma questão a ser solucionada por meio dos mecanismos políticos. A crise da dívida e das finanças públicas era expressa no uso mais amplo das quase-moedas¹²³. Apesar da Constituição Federal de 1988 ter avançado em diversos temas, especialmente no que tange aos direitos sociais, tanto na sua garantia e provimento pelo Estado, quanto no seu financiamento por meio de fontes exclusivas, não houve abertura de participação democrática no campo da política econômica e monetária. Assim, o grande capital nacional e estrangeiro, manteve resguardado seu poder político, e os objetivos dos planos do novo governo eleito continuariam a ser a liquidez e a busca da solidez para garantir a acumulação capitalista e o rolamento da dívida externa.

4.3. O Retorno à Ortodoxia

O consenso entre os responsáveis pelas definições de como atacar a hiperinflação era de que um ajuste fiscal era necessário. O primeiro presidente eleito diretamente em 29 anos, Fernando Collor assumiu o governo com a missão de dar fim à hiperinflação. Assim, por

¹²³ De acordo com Mollo (1993, p. 139), “à medida que a moeda nacional vai perdendo suas funções e enquanto outra moeda não se estabeleceu como legítima no espaço nacional, essas funções vão sendo cumpridas parcialmente por vários instrumentos. Assim, observa-se que o ouro, o dólar e alguns bens reais e títulos públicos (OTN, LTN, BTN) indexados van sendo procurados como reserva de valor, que os preços vão sendo fixados ora em ouro, ora em dólar, ora em OTN, embora esses instrumentos não possam cumprir todas as funções da moeda ao mesmo tempo, nem possam ser utilizados de forma geral pela sociedade. Essa parcialidade no cumprimento das funções monetárias é o que nos conduz a chamar esses instrumentos de “quase-moedas”, enquanto uma moeda completa não se impõe, cumprindo todas as suas funções. As quase-moedas são também incompletas no sentido de que grande parte dos agentes econômicos, como é o caso dos assalariados de rendas média e baixa, não têm acesso a elas. Assim, elas circulam de forma limitada. Nem todos os agentes têm renda ou informação para ter acesso ao dólar ou à OTN, e menor ainda é o número daqueles que têm poder de fixar preços e remunerações nessas quase-moedas”.

meio da Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990, instituiu o Plano Brasil Novo, que ficaria conhecido como Plano Collor. A moeda nacional, o cruzado novo, passou a se denominar cruzeiro novamente, à razão de NCr\$ 1,00 = Cr\$ 1,00. O Plano, imposto de supetão, manteve a tradição de ausência de discussão prévia com os setores interessados da sociedade, em especial a classe trabalhadora e maioria da população brasileira, que acordava com mais uma novidade, mas ela era esperada. Toda a legislação foi aprovada posteriormente pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

O Plano Collor pretendeu atacar a inflação por meio da redução da quantidade de moeda em circulação, pelo corte de gastos públicos e pela desindexação da economia. Assim, foi realizado o confisco das poupanças com o objetivo de retirar dinheiro de circulação, os contratos foram impedidos de serem indexados pela inflação passada e foi determinada a demissão de servidores públicos, aumento de tarifas e iniciaram-se privatizações. A Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, instituiu o Plano Nacional de Desestatização (PND), que deu impulso a privatização de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Outra medida adotada foi a abertura comercial, a qual deveria prover o mercado com produtos importados mais baratos e incentivar a queda de preços. Assim, o Plano Collor marcou uma guinada ortodoxa na formulação da política econômica brasileira. Na presidência do Banco Central assumiria Francisco Roberto André Gros, que tinha como um de seus diretores outro futuro presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto.

O governo Collor, por meio de seu pacote, e do discurso adotado pelo candidato nas eleições de 1989, se alinhou às regras preconizadas pelo Consenso de Washington. A austeridade fiscal, a redução dos gastos públicos, a abertura comercial, a privatização das estatais e a abertura ao investimento estrangeiro estavam entre alguns dos matizes desse Consenso. As negociações conduzidas por Francisco Gros junto ao Clube de Paris e o FMI celebrariam a introdução e adequação da economia brasileira aos preceitos neoliberais. Portanto, apesar das novas pretensões constitucionais, o Brasil se adequava às restrições impostas pelo regramento do Consenso de Washington, abrindo sua economia aos capitais externos, prometendo reformas liberais e perdendo o controle sobre sua taxa de câmbio, que era uma das condições do acordo celebrado com o FMI.

O confisco da poupança visava atacar os mecanismos que eram utilizados como quase-moedas, uma vez que parte da liquidez corrente estava aplicada em títulos públicos depositados e nas cadernetas de poupança, o governo, portanto, pretendia controlar essa origem endógena da moeda que tinha sido uma das razões dos pacotes anteriores terem fracassado.

De acordo com Carvalho (2006), a opção pelo bloqueio da liquidez teve origens no debate sobre o fracasso dos choques heterodoxos anteriores, identificando suas raízes na reflexão brasileira e na experiência de política econômica da época.

A opção da equipe de Collor e Zélia pelo bloqueio se deu em meio ao quadro de ameaça de hiperinflação, em condições de sigilo, e foi discutida por um grupo de pessoas muito reduzido. A opção foi muito condicionada pela descrença na possibilidade de êxito das demais alternativas em análise ou implementadas nos anos anteriores. [...] A proposta foi discutida pela assessoria de outros candidatos, em especial a assessoria do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Tratava-se assim de proposta gerada no debate acadêmico e que atraía os assessores de candidaturas com perfis políticos e ideológicos distintos. É correto afirmar que a proposta poderia ter sido adotada se o eleito fosse outro e poderia assim estar vinculada a programas econômicos diferentes daquele que Collor implementou (CARVALHO, 2006, pp. 130-1).

O congelamento atingiu uma soma de recursos do montante de cerca de 30% do PIB. O plano surtiu efeitos no curto prazo, a taxa de inflação que havia atingido marca de 81,32% em março de 1990¹²⁴, foi reduzida para 11,3% mensais em abril, mantendo uma trajetória de queda e estabilização em maio e junho, mas logo voltaria a subir em julho, mas manter-se-ia abaixo dos 20% mensais até o final do ano. Como não foi suficiente, um conjunto de novas medidas, o Plano Collor II, foi introduzido por meio da Medida Provisória nº 294, de 31 de janeiro de 1991, logo convertida na Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Esse novo pacote estabelecia novos congelamentos de preços e a Taxa Referencial (TR). De acordo com a nova legislação, o BCB divulga a TR, calculada a partir da remuneração mensal média líquida de impostos, dos depósitos a prazo fixo captados nos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos múltiplos com carteira comercial ou de investimentos, caixas econômicas, ou dos títulos públicos federais, estaduais e municipais, de acordo com metodologia a ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, no prazo de sessenta dias, e enviada ao conhecimento do Senado Federal. A TR está em vigor até os dias atuais, sendo a referência para a remuneração de rendimentos, prestações e financiamentos.

As medidas novamente surtiram um efeito provisório, cada vez mais curto, e em maio de 1991, a Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello foi substituída pelo diplomata Marcílio Marques Moreira. O novo ministro, já no então contexto de tensões que levaria ao impedimento do presidente da república, adotou um plano de controle inflacionário mais gradual, sem os choques dos pacotes econômicos anteriores. De acordo com Bresser-Pereira

¹²⁴ À véspera do anúncio do Plano, supermercados remarcam preços pela madrugada, um dos fatores que influenciou no índice de preços de março.

(1992), o Plano Marcílio tinha uma estratégia gradualista, pretendendo estabilizar a economia aos poucos, sendo um plano de estabilização ortodoxo, que buscava a aprovação pelo FMI. De acordo com o autor, o heroísmo equivocadamente de Zélia Cardoso e sua equipe foram substituídos pela acomodação recessiva e pela crença no choque positivo externo. O Plano Marcílio fracassou, a taxa de inflação manteve-se acima dos 20% mensais durante praticamente toda a sua vigência, acumulando a variação de 1.157,84% em 1992. Os elementos recessivos dos Planos Collor e do Plano Marcílio, entretanto, surtiram efeitos de mesmo teor, e a economia retraiu -4,3%, recuperou-se em 1,0% em 1991 e voltou a cair em 0,5% em 1992. A dívida externa pública brasileira atingiu o montante de US\$ 94,597 bilhões em dezembro de 1992, a dívida externa do setor privado era de US\$ 16,238 bilhões. Como aspecto positivo, em 1992, o Brasil teve um saldo do balanço de pagamentos positivo de US\$ 14,670 bilhões¹²⁵.

Com o impedimento melancólico do robusto caçador de marajás por corrupção, assume, em definitivo, pela segunda vez na Nova República, o seu vice-presidente, Itamar Franco, o primeiro presidente do período democrático que não tinha raízes nos partidos de sustentação do regime militar (ARENA e PDS). Na sessão legislativa do Senado Federal de dois de fevereiro de 1988, quando era senador da República, em diálogo com o então também senador pelo PMDB, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco discutia a subordinação do então governo Sarney, durante o Plano Verão, ao FMI, questionando o sentido da moratória e criticando o fato de que “o céu agora do governo não é o céu do Cruzeiro do Sul, é o céu do Fundo Monetário Internacional” (BRASIL, 1988, p. 230). Assim, o novo presidente tentou restabelecer a autonomia nacional, mas a hiperinflação e o contexto de déficit público, alta taxa de juros e desemprego o deixaram sem muitas alternativas.

¹²⁵ Em relação à alternativa nas eleições 1989, a candidatura de Lula pelo PT, embora expressasse diferenças programáticas, na avaliação de J. Chasin (2000e), publicada naquele ano, elas eram insuficientes: “A grandiloquência, por exemplo, com que é prometida e proclamada a suspensão do pagamento da dívida externa, quando o pagamento já está suspenso e sem proclamação alguma, dá bem o contraste entre a fé na vontade, inclusa a pura crença no som das palavras, e o desdém pela fisionomia até mesmo mais imediata das coisas. Ainda que outro fosse o quadro e a moratória ou a suspensão unilateral pudessem vir a ser um verdadeiro ato, seriam sempre um ato insuficiente e sem consequência bastante, toda vez que não considerassem que por si só não são resolutivos. Ou seja, de duas uma ou se trataria de algo desencadeado em plano inferior, significando apenas manobra protelatória ou tentativa de gerar negociações a partir de posição aparentemente menos desfavorável, ou então seria atitude de força em nível mais elevado, o que descartaria a possibilidade de recuo. Nesse caso, implicaria a necessidade de uma política econômica alternativa, esquematizada sobre modificações estruturais do sistema produtivo como um todo. O PT até aqui (e decerto assim será por toda a campanha) não expressou a mínima inclinação pela segunda hipótese, em momento aludiu, em conexão com a suspensão imediata do pagamento da dívida, a um programa econômico alternativo. Sua proclamação tem sido um mero alarde de coragem e pretenso extremismo, isto é, fica encerrada e contente no interior do invólucro plebeu de sua polaridade na esquerda” (p. 263).

O primeiro ministro da Fazenda de Itamar, Gustavo Krause, não durou dois meses no cargo, o segundo, o economista mineiro Paulo Roberto Haddad, chegou a comemorar três meses no cargo, mas logo foi substituído por outro mineiro, o político Eliseu Resende. Mas seria apenas com Fernando Henrique Cardoso, que assumiria a pasta da Fazenda em 19 de maio de 1993, que o problema da inflação finalmente viria a ser equacionado. É com o sociólogo uspiano que retornam ao governo os economistas responsáveis pelo desenvolvimento da teoria da inflação inercial, e com base nela será desenvolvido o Plano Real.

De acordo com Bacha (1995), ao assumir a pasta com uma taxa de inflação que estava em cerca de 25% ao mês, em trajetória de aceleração lenta, mas persistente, o ministro e sua equipe econômica inicial adotam uma política econômica conservadora e apresentaram o Programa de Ação Imediata (PAI), que tinha ênfase total no ajuste das contas do setor público. O novo ministro, seguindo a tendência do pensamento econômico hegemônico, entre ortodoxos e heterodoxos, identificava nos desequilíbrios dos gastos públicos a causa fundamental da inflação crônica no Brasil. O PAI incluiu cortes profundos no orçamento federal de 1993, a renegociação das dívidas de estados e municípios com o governo federal e a renegociação da dívida externa do governo com bancos estrangeiros e a melhoria e expansão das privatizações. Assim, diferente do que acontecia em momentos anteriores, o ajuste fiscal precedeu a reforma monetária, que, também contou com a novidade de ter sido pré-anunciada.

Os resultados de curto prazo foram substanciais: um aumento de US\$ 500 milhões (15%) nas receitas mensais de impostos, devido principalmente ao combate à sonegação fiscal; um corte de US\$ 6 bilhões nas despesas anteriormente incluídas no orçamento federal; a retomada dos pagamentos de estados e municípios ao governo federal. O mais importante indicador de sucesso foi o déficit público ajustado à inflação, que se aproximou de zero no final de 1993 (PIO, 2001, p. 43).

Para que o equilíbrio do orçamento federal operacional fosse alcançado, o que era essencial para efetividade da proposta larida, o governo conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1º de março de 1994, que instituiu o Fundo Social de Emergência (FSE). De acordo com essa alteração constitucional, 20% dos tributos vinculados por lei a fundos ou despesas foram “liberados” para o governo utilizar como bem entendesse, no caso, serviram para o corte de despesas e esterilização do orçamento federal nos anos de 1994 e 1995. O FSE seria renovado e continuaria a valer por sucessivas renovações em diferentes governos sob a forma da Desvinculação de Receitas da União (DRU). De acordo

com Bacha (1995), a finalidade dessa etapa era demonstrar a capacidade governamental de executar as despesas orçadas sem precisar da receita gerada pela inflação.

Instituído pela Medida Provisória nº 457, de 27 de fevereiro de 1994, o Plano Real foi responsável por eliminar com sucesso a inflação e finalmente o Brasil passou a ter uma moeda com reconhecimento social e conseguiu cumprir todas as funções de moeda. Dentre os aspectos que o distinguiram dos choques heterodoxos, semi-ortodoxos e da ortodoxia pura aplicada ao final do governo Collor, o primeiro a se destacar foi a não utilização de um congelamento brusco dos preços. A unidade monetária ao tempo da introdução do Plano Real era o Cruzeiro Real, que foi instituído pela Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993 adotada por Itamar Franco, logo convertida na Lei nº 8.697, de 27 de agosto de 1993. A hiperinflação àquela altura atingiu a taxa de 2.708,39% no ano de 1993, e estava “estabilizada” nos 40% mensais até junho de 1994, quando caiu para 5,47% em julho e então a economia brasileira entraria em outro nível monetário.

Tabela 3 - Inflação no Brasil - Variação Mensal/Anual - 1994 a 2016 (IGP-DI)

Ano/Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Anual
1994	42,19	42,41	44,83	42,46	40,95	46,58	5,47	3,34	1,55	2,55	2,47	0,57	909,67%
1995	1,36	1,15	1,81	2,3	0,4	2,62	2,24	1,29	-1,08	0,23	1,33	0,27	14,77%
1996	1,79	0,76	0,22	0,7	1,68	1,22	1,09	0,00	0,13	0,22	0,28	0,88	9,33%
1997	1,58	0,42	1,16	0,59	0,3	0,7	0,09	-0,04	0,59	0,34	0,83	0,69	7,48%
1998	0,88	0,02	0,23	-0,13	0,23	0,28	-0,38	-0,17	-0,02	-0,03	-0,18	0,98	1,71%
1999	1,15	4,44	1,98	0,03	-0,34	1,02	1,59	1,45	1,47	1,89	2,53	1,23	19,99%
2000	1,02	0,19	0,18	0,13	0,67	0,93	2,26	1,82	0,69	0,37	0,39	0,76	9,80%
2001	0,49	0,34	0,8	1,13	0,44	1,46	1,62	0,9	0,38	1,45	0,76	0,18	10,40%
2002	0,19	0,18	0,11	0,7	1,11	1,74	2,05	2,36	2,64	4,21	5,84	2,7	26,41%
2003	2,17	1,59	1,66	0,41	-0,67	-0,7	-0,2	0,62	1,05	0,44	0,48	0,6	7,67%
2004	0,8	1,08	0,93	1,15	1,46	1,29	1,14	1,31	0,48	0,53	0,82	0,52	12,13%
2005	0,33	0,4	0,99	0,51	-0,25	-0,45	-0,4	-0,79	-0,13	0,63	0,33	0,07	1,22%
2006	0,72	-0,06	-0,45	0,02	0,38	0,67	0,17	0,41	0,24	0,81	0,57	0,26	3,79%
2007	0,43	0,23	0,22	0,14	0,16	0,26	0,37	1,39	1,17	0,75	1,05	1,47	7,89%
2008	0,99	0,38	0,7	1,12	1,88	1,89	1,12	-0,38	0,36	1,09	0,07	-0,44	9,10%
2009	0,01	-0,13	-0,84	0,04	0,18	-0,32	-0,64	0,09	0,25	-0,04	0,07	-0,11	-1,43%
2010	1,01	1,09	0,63	0,72	1,57	0,34	0,22	1,1	1,1	1,03	1,58	0,38	11,30%
2011	0,98	0,96	0,61	0,5	0,01	-0,13	-0,05	0,61	0,75	0,4	0,43	-0,16	5,01%
2012	0,3	0,07	0,56	1,02	0,91	0,69	1,52	1,29	0,88	-0,31	0,25	0,66	8,11%
2013	0,31	0,2	0,31	-0,06	0,32	0,76	0,14	0,46	1,36	0,63	0,28	0,69	5,52%
2014	0,4	0,85	1,48	0,45	-0,45	-0,63	-0,55	0,06	0,02	0,59	1,14	0,38	3,78%

2015	0,67	0,53	1,21	0,92	0,4	0,68	0,58	0,4	1,42	1,76	1,19	0,44	10,67%
2016	1,53	0,79	0,43	0,36	1,13	1,63	-0,39	0,43	0,03	0,13	0,05	0,83	7,15%

Fonte: IBRE/FGV Dados

O Plano Real, diante dos fracassos das tentativas de congelamento anteriores, contou com uma etapa inicial de transição, através da instituição da Unidade Real de Valor (URV). A URV era dotada de curso legal apenas para servir como padrão de valor monetário, ou unidade de conta, integrando o sistema monetário nacional junto com o cruzeiro real, que continuaria a ser utilizado como meio de pagamento dotado de poder liberatório. Através desse mecanismo, foi permitido que os preços relativos se ajustassem de acordo com a nova moeda, o que os congelamentos anteriores não permitiram formalmente, e resultava sempre nas cobranças de ágio decorrente dos conflitos distributivos.

As linhas gerais do programa de reforma monetária já haviam sido longamente discutidas pelos membros da equipe e envolviam um procedimento em dois estágios de substituição da velha moeda inflacionada por uma nova e estável, inicialmente como unidade de valor e em seguida como meio de pagamento. As novidades da proposta eram que a reforma monetária, além de precedida de um forte ajuste fiscal, deveria ser previamente anunciada. Apenas sob tais condições, segundo a avaliação da equipe, seria possível obter da população a confiança necessária para o sucesso de um programa tão ambicioso, no último ano do governo (BACHA, 1995, p. 6).

Nessa equipe participavam alguns dos economistas envolvidos na elaboração do Plano Cruzado na década anterior, e o Plano foi praticamente uma aplicação das ideias apresentadas por Lara Resende e Persio Arida em 1984, os quais tiveram papéis importantes na formulação e implementação do novo pacote de estabilização.

Fernando Henrique Cardoso foi o ministro da Fazenda de junho de 1993 a abril de 1994, quando deixou o governo para concorrer à Presidência. Ainda no governo Itamar, Lara Resende foi o negociador-chefe da dívida externa, no Ministério da Fazenda, Arida foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Pedro Malan foi presidente do Bacen e Chico Lopes e Gustavo Franco tornaram-se membros da diretoria do Bacen. Edmar Bacha ocupou uma posição consultiva no Ministério da Fazenda. Estas foram posições formais e não refletiam uma rígida distinção hierárquica na equipe que formulou o Real. Lara Resende deixou o governo em novembro de 1993, quando a fase de formulação do programa de estabilização já estava bastante avançada. Depois que Cardoso assumiu a Presidência, Malan tornou-se ministro da Fazenda, Arida, presidente do Bacen, e Lopes e Franco permaneceram como diretores do Banco. Bacha foi para a Presidência do BNDES. Arida deixou o Bacen no final de 1995, quando foi substituído por Gustavo Loyola, um funcionário de carreira do Banco. Depois que Loyola decidiu deixar o Bacen, em 1998, Gustavo Franco o substituiu. Lopes permaneceu na diretoria do Bacen (PIO, 2001, p. 41).

Tratava-se de uma equipe com pensamento homogêneo, e que Fernando Henrique Cardoso conhecia bem, e ao conquistar a confiança de Itamar Franco para ter autonomia das decisões econômicas, ele pode garantir uma liberdade de decisão que boa parte dessa equipe não teve na elaboração e implementação do Plano Cruzado.

Com a introdução do Plano Real, os salários dos trabalhadores em geral foram convertidos em URV no dia 1º de março de 1994, o que impediu a perda salarial pela mudança da moeda, o que ocorria com os planos de estabilização anteriores. De acordo com Mollo e Saad-Filho (2001), como a URV estava atrelada ao dólar, os salários só perderiam com a inflação em URV e/ou dólar, o que era bem menor do que acontecia com a moeda antiga. Por meio desse mecanismo, os aumentos nominais de salários foram contidos e a URV ofereceu um melhor parâmetro de planejamento para o resto da economia. O atrelamento ao dólar dava um referencial aos demais preços também, permitindo maior resistência ao crescimento dos preços pelos consumidores, assim, quando o Real começou a ser emitido e imposto como moeda, a maior parte das distorções de preços já havia sido eliminada.

Assim, em 1º de julho de 1994, após um período de quatro meses de conversões, o BCB passou a emitir a nova moeda do país, o Real, cuja paridade cambial foi estabelecida no valor máximo de R\$ 1,00 para US\$ 1,00. Para manter essa paridade relativamente fixa, o BCB sempre interviu vendendo dólares toda vez que o seu valor de mercado alcançasse R\$ 1,00¹²⁶. O Plano Real combinou, portanto, inicialmente um conjunto de medidas heterodoxas e ortodoxas, mas esse seu segundo viés se tornaria cada vez mais imperativo, depois que a inércia inflacionária foi controlada. Com a introdução do real a inflação atingiria níveis cada vez mais baixos, chegando aos 0,57% no mês de dezembro de 1994. Para garantir a consolidação do Plano, o governo utilizou a já mencionada âncora cambial, que reduzia a margem de manobra na criação de moeda, ampliou a abertura comercial e aumentou a taxa de juros. As taxas de juros elevadas continham a demanda interna ao mesmo tempo em que atraíam capitais externos. O sucesso do Plano foi indiscutível na época, os efeitos sociais ainda não estavam claros, e Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente ainda no primeiro turno das eleições de 1994.

¹²⁶ Na opinião de Bresser-Pereira (2010), na implementação do Plano em 1994, os economistas oriundos da PUC-RJ “[...] usaram uma âncora cambial desnecessariamente rígida que apreciou o câmbio de forma irresponsável nos primeiros meses após o choque, levando a taxa de câmbio da paridade de R\$ 1,00 por dólar para perto de R\$ 0,80 por dólar. Essa sobreapreciação do câmbio custaria caro ao Brasil, como se viu nas crises de balanço de pagamentos de 1998 e de 2002” (p. 189)..

Com a legitimidade garantida, o segundo presidente eleito diretamente pelo voto popular assumiu o novo governo com o voto de confiança para exercer as reformas que considerava necessárias. Na verdade, conforme avaliou Behring (2008), tratou-se de contrarreformas, na medida em que o governo recrudesceria suas medidas econômicas em prol do ajuste fiscal e da liberalização da economia, tudo legitimado pelo sucesso do Plano Real, que retirou o peso e o descontrole da inflação da vida cotidiana dos brasileiros. De acordo com Mollo e Saad-Filho (2001), grande parte da legitimidade do Plano Real adveio da redução das desigualdades que permitiram conter ou deslocar o conflito distributivo que estava expresso na inflação. Dentre os elementos que propiciaram essa contenção, estava a interrupção das perdas salariais e a facilidade de importação de bens de consumo.

Mas o Plano Real, ao mesmo tempo em que permitiu a inserção da economia brasileira nos circuitos financeiros mundiais, aumentando as reservas cambiais e garantindo a qualidade e as funções da moeda, ele reforçou a condição de inserção subordinada e dependente da economia brasileira no mundo capitalista mundializado. A combinação da alta taxa de juros e do câmbio valorizado manteve a economia brasileira praticamente estagnada, aumentando a dívida pública em proporções cada vez maiores e inviabilizando investimentos, o que pressionou a balança comercial. Além disso, a preocupação do Plano Real era garantir a liquidez e o superávit operacional do orçamento público, assim a liberalização comercial, as privatizações e o desemprego agravaram os problemas sociais e assentaram as bases para o reaparecimento do conflito distributivo. A economia brasileira, que tinha crescido respeitáveis 5,8% em 1994, cresceu apenas 4,2% em 1995, 3,4% em 1997 e acachapantes 0,0% em 1998. A dívida externa total explodiu, passando de 119,67 bilhões de dólares em 1994 para 220,3 bilhões em 1998.

A liberalização das importações e dos fluxos financeiros também conduziu a uma aceleração do processo de concentração de capital, que levou a quebras e fusões de empregos, com aumento do desemprego. O Plano Real foi bem sucedido na eliminação do componente inercial da inflação brasileira, mas trouxe em seu bojo um conjunto de elementos que formam um preço muito caro a ser pago pelas suas benesses.

O sucesso do Plano Real também legitimou a exploração do caráter supostamente não político do orçamento público e da política monetária. Embora a economia estivesse sendo carregada por uma taxa de juros básica escabrosa, que chegou a ultrapassar os 40% anuais, os ajustes fiscais eram impostos como determinações advindas de um compêndio de educação financeira doméstica, “é preciso gastar menos do que se ganha”. Entretanto, a âncora cambial e a alta taxa de juros, combinadas com a liberalização do mercado, levaram uma forte

deterioração da balança comercial, o que se manifestou em déficits nas transações correntes que necessitaram de financiamento por capital externo.

Esse financiamento foi feito em boa parte pela compra de títulos públicos, o que aumentou ainda mais a dívida pública, fazendo com que seu rolamento, cada vez mais alto, pressionasse ainda mais o déficit público¹²⁷. A política monetária priorizou a atração de capital estrangeiro enquanto durou a âncora cambial no período de 1994 a 1999, através da manutenção de uma alta taxa de juros, entretanto, o câmbio sobre-apreciado desfavorecia as exportações.

O governo FHC representou um recrudescimento ortodoxo no plano monetário, representando a adesão definitiva do Brasil ao regramento estabelecido no Consenso de Washington, adesão iniciada no governo Collor, o consenso neoliberal se estabelecia, tendo forte impacto sobre os direitos e garantias sociais positivadas na Constituição Federal de 1988. Apesar de autores como Dagnino (2004) identificarem uma confluência perversa entre a construção democrática e o neoliberalismo no Brasil ao longo dos anos 1990, no sentido de que havia um projeto de democratização popular em ascensão que foi tolhido pelas medidas neoliberais, a verdade é que essa adesão ao neoliberalismo, acentuada durante o governo FHC, é confluente e consequente do caráter subordinado do desenvolvimento do capitalismo na particularidade brasileira. A hegemonia neoliberal deve boa parte de seu sucesso ao Plano Real, cuja gratidão social por ter dado fim a anos de sofrimento com a instabilidade monetária era inestimável, mas essa hegemonia já tinha suas bases fincadas na formação social brasileira, e foi especialmente garantida pelos anos de ditadura. A eleição de Fernando Collor, ex-membro da Arena e do PSD, já deixava claro como o discurso conservador e liberalizante tinha boa circulação e eco na sociedade brasileira.

É com o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, entretanto, que a hegemonia burguesa da oligarquia financeira encontra as bases para a sua consolidação e pode então colocar em prática o receituário estabelecido pelo Consenso de Washington, por meio da frente política autointitulada “social-liberal”. De acordo com Behring (2008), a estabilidade da moeda promovida pelo Plano transformou-se em chantagem eleitoral que confirmaria Fernando Henrique Cardoso como articulador e intelectual orgânico da

¹²⁷ De acordo com Terra e Ferrari (2012), apesar do relativo sucesso do Plano Real no controle do processo inflacionário, “[...] os incentivos às importações impulsionados pela liberalização do comércio e pela valorização cambial, juntamente com o lento crescimento das exportações, causaram a deterioração rápida da balança comercial e geraram déficits em conta corrente. Estes foram financiados através de entradas de capital de risco estrangeiro ou, em particular, de investimentos de carteira; E isso, por sua vez, adicionado ao passivo do setor público” (pp. 116-7).

contrarreforma do Estado. As medidas de estabilização da economia brasileira foram efetivadas pela atuação ativa de instituições internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, através de renegociação de dívidas e novos empréstimos, exigindo-se em contrapartida a “[...] desregulamentação profunda dos mercados locais, para uma livre circulação dos fluxos financeiros de curto prazo” (p. 156). Esse processo efetivou-se por meio da sobrevalorização do câmbio e abertura comercial para controlar as altas taxas de inflação que massacravam a população brasileira. Assim, o Plano Real adquiriu a legitimidade social necessária. O câmbio sobrevalorizado e a necessidade de captação permanente de recursos no exterior para equilibrar a balança de pagamentos levaram a uma “tendência altista da taxa de juros para atrair os capitais especulativos, o que promove uma ampla transferência de lucros para setores improdutivos” (p. 157). Nesse quadro, coloca-se uma grande transferência de renda do fundo público para o rentismo financeiro. Entre os efeitos deletérios dessa macroeconomia, estava o déficit fiscal insustentável do orçamento público, que diminuiu as capacidades de atuação estatal na efetivação das reformas preconizadas pela Constituição de 1988 e, ao mesmo tempo, com o discurso neoliberal em voga, colocou as bases para justificar as medidas de ajuste da contrarreforma. A partir de 1995, o Plano Nacional de Desestatização (PND) foi ampliado e passou a permitir a privatização dos setores de infraestrutura, como energia elétrica, transportes e telecomunicações.

Outro fator que influenciou no estabelecimento da hegemonia da ideologia de mercado no Brasil foi o colapso da União Soviética e o fim do bloco socialista do leste europeu. Essa derrocada das experiências socialistas deixou as esquerdas do mundo sem um referencial para além do capital, o que se manifestou na quase morte eleitoral de muitas siglas tradicionais, como no caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os Estados Unidos, a principal potência industrial, militar e financeira do bloco capitalista, agora eram a maior potência mundial. Seus interesses no Brasil, ora manifestos diretamente, ora por meio dos organismos em que sua influência é notável, como o FMI e o Banco Mundial, fizeram valer seus interesses na economia brasileira, garantindo que o Brasil rezasse o salmo da ditadura do mercado.

Apesar da estabilização da moeda, o crescimento médio do PIB durante os governos FHC foi de apenas 2,3% ao ano, expressando o fracasso do Plano Real em estabelecer um crescimento sustentável da economia brasileira. A sobre-apreciação cambial combinada com a alta taxa de juros desestimulavam os investimentos privados, incentivava as importações e assim impedia o equilíbrio das contas externas. Sob essas pressões, o caminho adotado foi o

da intensificação das privatizações, concessões e terceirizações dos serviços públicos. A reforma administrativa e a reforma da previdência de 1998 expressaram o conteúdo neoliberal da contrarreforma intensificada por FHC. Uma reforma tributária que estabelecesse a progressividade na arrecadação de impostos ou a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas previsto constitucionalmente não foram hipóteses aventadas como soluções para o desequilíbrio fiscal. As reservas internacionais caíam a níveis ameaçadores diante dos ataques especulativos que o Real sofria.

Foi nesse contexto que, a poucas semanas das eleições presidenciais, o Governo anunciou oficialmente que estava negociando com o FMI um acordo para enfrentar a situação, envolvendo quatro pilares: i) um forte ajuste fiscal; ii) uma política monetária dura – as taxas de juros aumentaram novamente para aproximadamente 40% em meados de setembro –; iii) um pacote de ajuda externa – do FMI, organizações multilaterais e dos Tesouros dos países centrais – de US\$ 42 bilhões; e iv) a manutenção da política cambial, tema esse considerado “tabu” pelas autoridades (AVERBUG; GAMBIAZI, 2000).

O anúncio desse apoio e o lançamento das primeiras medidas de ajuste permitiram que o governo ganhasse relativa confiança, mas que rapidamente foi balançada no final de 1998, quando o governo de Minas Gerais decretou a suspensão do pagamento da dívida com o governo federal e da rejeição de uma das medidas de ajuste preconizadas pelo FMI. O governo tentou reagir a essas circunstâncias renovando as promessas de austeridade fiscal e monetária, mas a prática de taxas de juros de mais de 30% quando não havia inflação implicava no aumento de quase um terço da dívida pública em um ano (AVERBUG; GAMBIAZI, 2000).

O relatório anual do BCB de 1998 enxergava no ceticismo internacional provocado pela crise asiática e a instabilidade russa como os fatores que afetaram a economia brasileira naquele ano. Segundo o BCB, a crise tinha raiz sobretudo na perda de *credibilidade* dos chamados países emergentes para os investidores. Assim,

Nesse cenário, a formação de expectativas desfavoráveis quanto à evolução dos fundamentos da economia doméstica induziu à adoção de medidas fiscais severas e à condução conservadora da política monetária. Adicionalmente, ao final de 1998, o país recorreu ao suporte da comunidade financeira internacional, por meio de acordo coordenado pelo Fundo Monetário Internacional, com vistas à recomposição progressiva das reservas internacionais e à preservação da política cambial (BCB, 1998, p. 9).

A política cambial ainda era intocável e a restritividade da política econômica foi considerada também responsável pela queda nos indicadores econômicos e da expansão do

PIB em apenas 0,12%. O cenário econômico ainda foi marcado pela contração da demanda, restrição da oferta de crédito e enfraquecimento do mercado de trabalho. Apesar de admitir o caráter restritivo das medidas econômicas e da política monetária, para o BCB, a trajetória descendente de empregos tinha origem na adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e defendia a necessidade da flexibilização da legislação trabalhista para gerar empregos. Curiosamente, no período de 1992 a 2000, a taxa de desemprego dos Estados Unidos caiu de 7,5% para 4,0%, estando em 4,5% em 1998. Assim, podemos entender que para as mentes pensantes do BCB, a maior potência econômica mundial não tinha acesso às tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

De acordo com o relatório do BCB (1998), a gestão das contas públicas foi favorecida com as aprovações e as regulamentações da Reforma Administrativa (Emenda Constitucional nº 19/98), da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 20/98) e da Lei Geral de Previdência Pública (Lei nº 9.717/98). Também foram comemorados os resultados do Programa Nacional de Desestatização e os programas estaduais de desestatização, em que pese o adiamento do cronograma de privatização de algumas empresas. Essas privatizações geraram receitas de US\$ 37,6 bilhões, em destaque a privatização do Sistema Telebrás. A política monetária foi conduzida “visando preservar a estabilidade alcançada nos últimos anos, procurou-se aumentar a eficiência na gestão das contas públicas, dar continuidade ao processo de modernização da economia brasileira, preservar a higidez do sistema bancário doméstico e garantir a normalidade das relações financeiras externas” (BCB, 1998, p. 14). Portanto, garantir a estabilização e a implementação do modelo neoliberal de política econômica e basear o desenvolvimento econômico na política de crescimento com poupança externa.

Ao início de 1999, a relação entre dívida externa tinha se tornado insustentável, o governo, já garantida sua continuidade pela reeleição, teve que finalmente ceder e deixar o câmbio flutuar. Longe de ter sido um passo planejado, foi a reação considerada viável naquele momento pela equipe econômica, que tinha o economista Pedro Malan como ministro da Fazenda. O regime adotado desde março de 1995 era o da banda cambial, que consistia numa faixa de variação cambial em que o BCB permitia a flutuação, como vimos, o limite era a paridade de um real para um dólar. A partir de janeiro de 1999, o Brasil abandonava oficialmente esse regime, deixando as taxas cambiais variarem de acordo com a oferta e a demanda de mercado. A taxa de câmbio que estava na relação de R\$ 1,21/US\$ 1,00 em janeiro, antes da flutuação, seria desvalorizada para R\$ 2,16/US\$ 1,00 em março, no auge da desvalorização.

Nomeado ainda em janeiro, em março de 1999, o então diretor da Soros Fund Management LLC, Armínio Fraga, assumiu a presidência do BCB, cujo objetivo da política monetária era garantir o controle da inflação ameaçada pela liberação da flutuação cambial. Defensor da autonomia do Banco Central, do câmbio flutuante e do cumprimento das metas de superávit fiscal, Fraga era um nome adequado à perspectiva econômica e política de FHC. Apesar de previsões catastróficas, a inflação se manteve na marca de 8,94% em 1999. O real se estabilizou em maio, na marca de R\$ 1,68/US\$ 1,00. Para atingir sua meta, a gestão de Fraga abusou das altas taxas de juros, aumentando-a já em março de 1999 para 44,95%, e deixando como legado uma taxa de juros básica de 24,90% em dezembro de 2002.

Segundo Filgueiras (2006), a implantação e evolução do projeto neoliberal no Brasil passaram por pelo menos três momentos distintos. O primeiro foi a fase inicial com a implantação das primeiras medidas de natureza neoliberal no governo Collor, o segundo foi na ampliação e consolidação na nova organização econômica no primeiro governo FHC, e o terceiro foi aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo durante a o segundo governo FHC e o governo Lula. Foi um processo marcou a consolidação da hegemonia do capital financeiro enquanto fração de classe capitalista dominante.

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros (FILGUEIRAS, 2006, p. 183).

O capital financeiro internacional, os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e o capital produtivo multinacional foram os maiores favorecidos do processo de concentração de capitais propiciado pela política neoliberal intensificada com FHC e cujo aperfeiçoamento prosseguiu no governo Lula.

Um aspecto importante do aperfeiçoamento do aparato monetário estabelecido pelo Plano Real foi o estabelecimento do sistema de “metas para a inflação” por meio do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. De acordo com a nova legislação, o sistema de metas se tornava a diretriz da política monetária, cabendo ao BCB executar as políticas necessárias para o cumprimento das metas fixadas. Também foi estabelecida por FHC naquele ano a meta de superávit fiscal de 3,1% do PIB, reforçando o foco na austeridade fiscal e o caráter

ortodoxo da política econômica possível a partir do Plano Real. Apesar da crise do balanço de pagamentos de 1998, o governo não mudou sua orientação econômica, como a nomeação de Armínio Fraga demonstrou. Não por acaso o Boletim do BCB, relatório anual de 1999, comemorava a ampliação das privatizações, a financeirização da economia e o afluxo de capital estrangeiro no Brasil.

Nos últimos três anos, a redução das despesas administrativas por unidade do ativo, a recuperação da rentabilidade do capital próprio e a manutenção da margem bruta da intermediação financeira refletem a reestruturação das instituições de capital público, privado nacional e estrangeiro. Enquanto ocorre o enxugamento do subsistema público, o capital estrangeiro aumenta a sua presença no Sistema Financeiro Nacional, contribuindo para a redução de custos e a expansão da competitividade no mercado doméstico, o que permite maior eficiência para o sistema como um todo (BCB, 1999, p. 71).

A política monetária foi caracterizada, em 1999, pela reformulação das regras operacionais relativas à fixação da taxa de juros e a compatibilização com o regime de câmbio flutuante. A justificativa da elevação da taxa Selic acima de 45% a.a. foi a de se buscar a elevação do custo de oportunidade do mercado para se posicionar em moeda estrangeira, objetivando assim reduzir a volatilidade observada da taxa de câmbio, contribuindo, assim, para a reversão das expectativas de trajetória ascendente da inflação. Segundo o boletim anual do BCB de 2000:

O modelo de política monetária baseado em metas para a inflação e regime de taxas de câmbio flutuantes, em vigor desde meados de 1999, vem-se consolidando como instrumento adequado à manutenção da estabilidade de preços, conforme evidenciado pelo cumprimento das metas para a inflação em 2000. O sucesso na condução da política monetária é refletido na minimização de repasses de choques de oferta e na reduzida utilização de mecanismos de indexação, bem como na continuidade da recuperação dos fundamentos macroeconômicos expressa pelos resultados fiscais continuamente favoráveis, pelo alongamento da dívida mobiliária federal e pelo perfil de financiamento do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, com crescente participação dos investimentos diretos (BCB, 2000, p. 47).

Assim, seguindo essa avaliação, a Selic chegou a ser reduzida, mas ainda mantendo-se entre os elevados patamares de 15,75% a.a. e 19% a. a. Outro mecanismo adotado para garantir a austeridade fiscal e o cumprimento foi a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que ficou conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essa lei estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal. Segundo a LRF, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento

de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Mesmo as despesas com a seguridade social, ou seja, com benefícios ou serviços de saúde, previdência e assistência social ficaram atreladas à necessidade de indicação da fonte de custeio.

Com esses mecanismos ficou estabelecido o chamado tripé macroeconômico: câmbio flutuante, política de metas para a inflação e superávit primário. Esse tripé é na prática o câmbio sobre-apreciado, a taxa básica de juros alta e o superávit primário alto, quanto maior a diferença entre a taxa de juros e a taxa de inflação, ou seja, uma taxa de juros alta e uma taxa de inflação baixa, maior é a taxa de juros real, logo, maior é a remuneração do rentismo e do capital financeiro. De acordo com o último relatório anual do BCB (2002) da gestão de Armínio Fraga, a política monetária foi conduzida de forma a minimizar os efeitos das incertezas postas pelo ano eleitoral. Assim, foi justificado o aumento da taxa Selic no último trimestre do ano:

Em resposta às pressões inflacionárias decorrentes da depreciação cambial, verificadas no último trimestre do ano, e no intuito de buscar a convergência da trajetória futura dos índices de preços às metas de inflação estabelecidas, o Banco Central elevou, em três ocasiões, a meta para a taxa Selic, de 18% a.a. para 21% a.a. em outubro, 22% a.a. em novembro e 25% a.a. ao final de 2002. (BCB, 2002, p. 49)

O receio a que se refere o relatório do BCB era em relação às incertezas quanto ao futuro da política econômica no governo do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva. Afinal, no passado o PT já repudiado os termos dos acordos com o FMI e defendido medidas drásticas como a moratória da dívida pública como mecanismos de acomodação econômica. Por outro lado, não se questionavam os mecanismos que sustentavam o endividamento público. A dívida interna do setor público aumentou de R\$ 407,809 bilhões em 1999 para R\$ 654,312 bilhões em 2002. A dívida externa do setor público aumentou de R\$ 108,769 bilhões para R\$ 226,796 bilhões no mesmo período. Assim, a dívida líquida total do setor público avançou de R\$ 516,578 bilhões em 1999 para R\$ 881,108 bilhões em 2002. Apesar de todos os ajustes fiscais, das privatizações e das flexibilizações realizadas pelo segundo governo FHC, este entregaria seu governo ao sucessor com péssimos indicadores fiscais. Na verdade, os resultados das privatizações foram pífios e impotentes ante o endividamento do setor público capitaneado pelas altas taxas de juros, desde a instituição do PND em 1991 até 2002,

foram acumulados um montante de US\$ 105,5 bilhões, com US\$ 70,8 bilhões correspondentes à venda de empresas federais e o restante às estaduais.

Em uma propaganda eleitoral em favor do então presidencial e ex-ministro da saúde, José Serra, a atriz Regina Duarte manifestava medo de que Lula significasse algum tipo de “radicalismo” que colocasse em cheque a suposta estabilidade conquistada pelo Plano Real. Essa estabilidade se assentava numa taxa de desemprego de 12,6% e numa nova crise do balanço de pagamentos. Apesar da militância de alguns setores da grande mídia nacional, Lula foi eleito com relativa facilidade. Os temores se confirmaram na forma, mas não no conteúdo, Lula radicalizou, porém não no sentido temido.

[...] o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais –implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas–, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país –uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas) (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

De fato, na Carta ao Povo Brasileiro, de 22 de junho de 2002, já delineava o tom conciliatório que seria central na gestão presidencial de Lula. Nela, o então candidato defendia transição lúcida e criteriosa, fruto de uma ampla negociação nacional capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. O objetivo seria através da redução da vulnerabilidade externa da economia fazer a redução sustentada da taxa de juros, assim seria recuperada a capacidade de investimento público. Na carta, Lula garantia que iria “[...] preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (SILVA, 2002, pp. 4-5), também firmava o compromisso de que “as mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle” (p. 5). Daí a escolha de um político petista de perfil moderado para coordenar sua campanha, a transição e finalmente assumir o Ministério da Fazenda, Antônio Palocci.

Para garantir a confiança do mercado financeiro internacional, Lula foi buscar no PSDB o seu presidente do Banco Central. Eleito deputado federal em Goiás com o maior

número de votos naquele estado nas eleições de 2002, o tucano Henrique Meirelles foi escolhido pelo seu currículo e reconhecimento pelo mercado, que angariou nos 28 anos em que atuou no BankBoston, depois Fleet-Boston. Meirelles foi presidente do BCB do início ao fim dos dois mandatos de Lula, embora em partidos opostos durante a campanha presidencial, Meirelles se desfilou do PSDB para assumir a presidência do BCB, já se conheciam desde 1989, e Meirelles era amigo de um dos mais importantes quadros do então partido governista, Aloizio Mercadante¹²⁸.

Ao assumir, Meirelles encontrou um quadro recessivo e de fragilização da moeda, em 2002, o Real acumulou uma alta inflacionária de 12,53%, segundo o IPCA e as reservas internacionais estavam em ameaçadores US\$ 37,7 bilhões. Durante a sua gestão no BCB, estas aumentariam sucessivamente até a atingir a o montante de US\$ 288,5 bilhões em dezembro de 2010.

Tabela 4 – Variação do IPCA durante a vigência do Plano Real

Ano	Variação Percentual Acumulada no Ano
Jul a Dez/94	18,57
1995	22,41
1996	9,56
1997	5,22
1998	1,65
1999	8,94
2000	5,97
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,3
2004	7,6

¹²⁸ O que não significa concordância, em sua tese de doutoramento, Mercadante (2010, p. 148) expõe que “a taxa de juros foi um dos pivôs do debate sobre política monetária que produziu tensões dentro do governo. Predominou a visão mais ortodoxa, favorável a uma desinflação mais rápida e intensa, em contraponto às posições que defendiam a acomodação da política monetária, de maneira a reduzir os custos fiscais e econômicos envolvidos na elevação excessiva da taxa de juros. Essa visão conservadora foi favorecida pelos resultados alcançados no controle das pressões inflacionárias. A taxa de inflação medida pelo IPCA caiu de 12,54%, em 2002, para 3,14%, em 2006, abaixo do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)”.

2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,9
2009	4,31
2010	5,91
2011	6,5
2012	5,84
2013	5,91
2014	6,41
2015	10,67
2016	6,29

Fonte: IBGE – Banco Central do Brasil

Tabela 5 – Evolução das reservas internacionais – 2002 a 2016 – Em US\$ milhões

Ano	Posição
2002	\$37.652,00
2003	\$49.254,00
2004	\$52.937,00
2005	\$53.800,00
2006	\$85.839,00
2007	\$180.334,00
2008	\$206.806,00
2009	\$239.054,00
2010	\$288.575,00
2011	\$352.012,00
2012	\$378.613,00
2013	\$375.794,00
2014	\$374.051,00
2015	\$368.739,00
2016	\$372.221,00

Fonte: Banco Central do Brasil

No Relatório de Gestão das Reservas Internacionais de junho de 2010, elaborado pelo BCB, estas são justificadas como um seguro contra a crise, cujo teste teria acontecido com a crise do mercado hipotecário norte-americano. De acordo com o relatório, os investimentos realizados nas reservas são realizados de acordo “[...] com diretrizes estabelecidas pela Diretoria Colegiada da instituição, que definem o perfil de risco e retorno esperado por intermédio de uma carteira de referência apropriada, os limites operacionais para os desvios

autorizados em relação a essa carteira de referência e os critérios de avaliação de resultados” (BCB. 2010b, p. 7). Portanto, à diretoria colegiada do BCB compete o estabelecimento dos objetivos estratégicos e do perfil de risco e de retorno das reservas internacionais do país. No período de 2002 a 2009, a rentabilidade média anual das reservas internacionais foi de 5,6%, ou seja, uma rentabilidade acumulada de 54,63% no período. Entretanto, no mesmo período, o fator acumulado da Selic foi de 323,73%. Ou seja, o BCB e o Tesouro Nacional sacaram no cheque especial para aplicar na caderneta de poupança. Esse procedimento, portanto, aos custos do fundo público, uma vez que as reservas foram ampliadas no período, caracteriza uma plena subordinação das contas públicas ao discurso da confiança e da atração de investimentos externos. Os diferentes mecanismos de política monetária no Brasil apontam para a confirmação da funcionalidade da dívida pública enquanto fator de valorização e reprodução do capital fictício.

De acordo com Filgueiras (2006), a carga tributária cresceu sistematicamente durante o segundo mandato de FHC, passando de 25% para 37% do PIB. Tratou-se de parte da estratégia para garantir os superávits fiscais primários para o pagamento da dívida do setor público. A carga tributária tinha e ainda tem um forte conteúdo regressivo. A maior parte da arrecadação advinha do consumo, 49%, seguida dos salários, 27%, e apenas 16% era proveniente de rendimentos do capital e somente 3% de impostos sobre propriedade e herança. Essa estrutura não foi alterada de modo significativo, a reforma tributária prometida pela campanha de Lula não se materializou, mas a riqueza e a cada vez maior rentabilidade do setor financeiro foi assegurada.

Embora sejam os assalariados e a maior parte dos consumidores os responsáveis pelo financiamento público do Estado brasileiro, sendo os tributos em sua maioria indiretos, esses não têm qualquer espaço para decidir sobre opções de talhe duvidoso, como no caso da relação entre as aplicações das reservas internacionais e a emissão de títulos públicos pelo Brasil.

A partir de 2005, o governo Lula começou a adotar um conjunto de medidas econômicas e de estímulo à atividade econômica e ao mercado interno que alguns viriam a chamar de neodesenvolvimentismo ou novo desenvolvimentismo. Em 2006, com a nomeação de Guido Mantega para a Fazenda e Luciano Coutinho para a presidência do BNDES, ganhou força essa percepção de que se entrava em uma nova fase em termos de política econômica. Mercadante (2010) tratou a evolução econômica ocorrida no governo Lula como uma inflexão histórica nas tendências estruturais da economia brasileira, que levavam à concentração de renda e riqueza e à exclusão social. O combate sistemático à pobreza e às

desigualdades pelo estado e a dinamização do mercado interno por meio de políticas públicas de grande impacto representaram, para o autor, uma singularidade histórica.

[...] o social passou a se constituir em um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. Na realidade, o social foi o principal eixo estruturante do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, em seu primeiro momento. Tal característica representa, obviamente, como já afirmamos, uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal no Brasil e na América Latina. Mas não apenas isso. Ela representa também o início de uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e pela exclusão (MERCADANTE, 2010, p. 20).

Embora realmente tenham ocorrido mudanças importantes durante os governos Lula e algumas em menor grau no primeiro governo Dilma Rousseff, essa interpretação da ruptura não prospera numa análise dedicada da política econômica do governo Lula. O Brasil alterou seu lugar nas relações diplomáticas, conquistando uma posição relativamente mais autônoma em relação aos Estados Unidos, aumentou-se o emprego formal, houve redução nos índices de desigualdade social, o investimento público foi expandido em diferentes setores e o estado brasileiro voltou a atuar de modo sistemático no financiamento de obras de infraestrutura, como foram as realizações dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal não permite ilusões, todas essas medidas de ampliação de políticas públicas e sociais foram realizadas nos marcos e nos limites postos pela condução ortodoxa da política monetária e da política fiscal.

O maior trato do social pelo governo Lula em relação ao governo anterior não foi consequente de uma ruptura com o padrão histórico de acumulação capitalista na particularidade brasileira, mas foi possível pela oportunidade posta pelo bom momento econômico vivenciado durante aqueles anos. O aumento dos preços das commodities exportadas pelo Brasil teve uma grande contribuição, que não deixaria de ser retribuída com o apoio e incentivo cada vez maior do governo federal ao agronegócio. As exportações brasileiras saltaram de US\$ 60,4 bilhões em 2002 para US\$ 201,9 bilhões em 2010. Os programas de transferência de renda tiveram impactos positivos, apesar dos limites que essa política focalizada e mercantil tem, foi realizada certa desconcentração de renda e o mercado interno foi aquecido, ainda que em boa parte baseado no endividamento familiar.

A política de valorização do salário mínimo e a apreciação cambial que elevou a relação de R\$ 3,95/ US\$ 1,00 ao final de 2002 para R\$ 1,65/US\$ 1,00 em 2010, permitiu o aumento do consumo dos setores mais pauperizados e da classe trabalhadora, fatores que garantiram a reeleição de Lula e de sua sucessora. Mas, esse mesmo fator pressionaria

negativamente o futuro governo Dilma Rousseff, uma vez que essa apreciação cambial levou a redução das empresas industriais brasileiras.

Na presidência da república, a nova presidente indicou Alexandre Tombini para o lugar de Henrique Meirelles no BCB. O novo cabeça da política monetária iniciou um movimento de redução da taxa Selic em setembro de 2011, após mais de um ano de sucessivas altas¹²⁹. De acordo com o Relatório Anual de 2011 do BCB, após cinco elevações consecutivas da taxa básica de juros ante a avaliação de que havia uma leve ameaça inflacionária, o Copom concluiu que o cenário prospectivo para a inflação era positivo, e promoveu três cortes consecutivos (BCB, 2011). Essa avaliação seguiu sendo apreciada e a Selic chegaria a 7,25% a.a. em 11/10/2012, mantendo-se nesse patamar até 29/05/2013, quando a tendência de baixa foi revertida e a taxa de juros subiria até se estabilizar em 14,25% a.a. a partir de 30/07/2015, ano em que a economia brasileira se retraiu em 3,8%. No ano de 2013, “o Copom avaliou, na reunião de abril, que o nível elevado da inflação e a dispersão de aumentos de preços, entre outros fatores, contribuía para que a inflação mostrasse resistência e ensejavam uma resposta da política monetária. Nesse cenário, a taxa Selic foi elevada para 7,50% a.a., sem viés” (BCB, 2013, p. 12).

Com a economia em desaquecimento, com a desindustrialização avançando e com as exportações declinando, o governo federal decidiu pelo ajuste fiscal e pela busca de medidas liberalizantes e ortodoxas para conter o cenário de crescimento do desemprego e o aumento da taxa de inflação, que chegaria novamente aos dois dígitos anuais no primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff. Após uma acirrada disputa eleitoral em 2014, ainda no final do mesmo ano a presidente reeleita sinalizou qual seria sua postura ante a crise que se instaurava, o corte de direitos sociais sob a justificativa de que era necessário conter o déficit público. O conjunto de medidas de austeridade adotadas por Dilma Rousseff, em boa parte definidas e determinadas pelo seu novo ministro da fazenda, o economista Joaquim Levy, coloca em cheque as teses da ruptura como a de Mercadante (2010). O que aconteceu foi antes uma curva, uma variação da realização da acumulação e exploração capitalistas sob a égide da hegemonia neoliberal.

No início de 2015, o então ministro do planejamento Nelson Barbosa anunciou um corte de despesas de R\$ 69,9 bilhões nos gastos do governo federal. Expressão clara que o novo desenvolvimentismo seria um novo padrão de acumulação está no fato de que o PAC

¹²⁹ Diante do cenário da grande recessão mundial de 2009, o BCB havia reduzido a taxa Selic para o patamar mais baixo desde a criação do Real. Mantendo-se a taxa básica em 8,75 % a.a. de 11/06/2009 a 28/04/2010. Logo a sanha ortodoxa altista voltaria a atacar.

sofreu cortes da ordem de R\$ 25 bilhões. Apesar da oposição manifesta por centrais sindicais e até mesmo congressistas do Partido dos Trabalhadores, a presidente levou adiante seu plano de austeridade, afinal, era uma questão de estadismo, que contradizia outro discurso estadista da presidente. Durante a primeira sessão plenária da Cúpula Ibero-Americana, em 17 de novembro de 2012, Dilma alertava que “as políticas exclusivas, que só enfatizam a austeridade, vêm mostrando seus limites: em virtude do baixo crescimento, e apesar do austero corte de gastos, assistimos ao crescimento dos déficits fiscais e não a sua redução”, defendia que “a consolidação fiscal exagerada e simultânea em todos os países não é a melhor resposta para a crise mundial – e pode, inclusive, agravá-la, levando a uma maior recessão” e salientava que “confiança não se constrói apenas com sacrifícios. É preciso que a estratégia adotada mostre resultados concretos para as pessoas, apresente um horizonte de esperança e não apenas a perspectiva de mais anos de sofrimento”.

Em 2015, a linha discursiva ou de raciocínio era diferente, a ordem dos fatores se invertia. Ao justificar as medidas de austeridade que já tinha começado a adotar após o período eleitoral, a presidente defendia que “os ajustes que estamos fazendo, eles são necessários para manter o rumo, para ampliar as oportunidades, preservando as prioridades sociais e econômicas do governo que iniciamos há 12 anos atrás”. Para a Dilma de 2015, “as mudanças que o país espera, que o país precisa para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Nós precisamos garantir a solidez dos nossos indicadores econômicos” (ROUSSEFF, 2015).

Para a infelicidade da Dilma de 2015, a Dilma de 2012 parecia ter razão. As medidas recessivas e ortodoxas implementadas por Joaquim Levy, como o brutal corte de gastos, o aumento das tarifas administradas e a proposição de medidas flexibilizadoras das relações de trabalho foram impulsionadoras da recessão, do desemprego e da retração. Além disso, a taxa de inflação ultrapassou os limites das metas fixadas para o ano, apesar do aumento da taxa de juros pelo Copom. O governo chegou a propor medidas como o PLP 257/2016, que deveria impor um pesado regime sobre as unidades federativas como condição de renegociação de seus débitos com a União, implementou o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que passou a permitir a redução da jornada de trabalho com redução da remuneração percebida pelos trabalhadores, restringiu o acesso a benefícios sociais como a Pensão por Morte e o Seguro-Desemprego, além de sinalizar a necessidade da Reforma da Previdência.

Nesse momento, nos cabe enfrentar o desafio maior para a política fiscal no Brasil e para vários países do mundo, que é a sustentabilidade da Previdência Social em um contexto de envelhecimento da população. No ano passado, a Previdência Social e

os benefícios assistenciais do BPC responderam por 44% do nosso gasto primário. Mantidas as regras atuais de aposentadoria, esse percentual tende a aumentar exponencialmente, diante do envelhecimento esperado da população brasileira. Um dado ajuda a explicitar nosso desafio: por exemplo, em 2050, teremos uma população em idade ativa similar à atual. Já a população acima de 65 anos será três vezes maior. E de hoje até lá, este será um processo que passará por uma vez maior, duas vezes maior até chegar a três vezes maior. [...] Outro componente de nossa reforma fiscal é a melhoria da avaliação e um controle ainda maior do nosso gasto público. Em 2015, adotamos várias medidas de contenção do gasto de custeio e conseguimos reduzir em 8,3% o custo da máquina pública em termos reais, ou seja, acima da inflação. Se desconsiderarmos o aumento do gasto com energia elétrica, conseguimos reduzir em 10,2%, reais, as despesas de custeio do conjunto do governo federal em 2015. Nesse ano, daremos continuidade à política de controle dos gastos de custeio e procuraremos aumentar a eficiência do governo mediante um conjunto de iniciativas. Dentre as principais ações, cabe destacar a continuidade da reforma administrativa e a avaliação periódica e obrigatória de todos os programas e ações do governo (ROUSSEFF, 2014).

Apesar das alegadas intenções de agradar o mercado e a burguesia nacional e estrangeira, essas já consideravam desnecessária a presença de Dilma no governo, na verdade, a falta de apoio político da presidente era tamanha que parlamentares francamente conservadores chegaram a votar contra ou atrasar a tramitação de medidas que momentos depois devotariam toda a sua aprovação. A burguesia nacional convicta de que a presidente tinha se tornado antes um empecilho do que um meio para atingir seus fins, investiu no seu impeachment, e mesmo sem uma base formal convincente, a presidente foi afastada e posteriormente destituída em definitivo, marcando o fim de mais de uma década de gestão do Executivo Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Com a queda de Dilma assume seu vice, retorna ao governo Henrique Meirelles, agora como ministro da fazenda, que indica o economista-chefe e sócio do Itaú e membro do think tank liberal Instituto Millenium, Ilan Goldfajn, para a presidência do BCB. Se pode se questionar se houve alguma ruptura institucional nessa transição presidencial, mas ela não ocorreu no plano da política monetária. Da sua concepção no governo de Itamar Franco, no governo ascendente e no descendente de FHC, nos dois governos Lula, durante o mandato completo e o incompleto de Dilma Rousseff e no de Michel Temer, a política monetária sofreu pequenas variações, mas sua essência não foi alterada, enquanto instrumento de manutenção do poder e do reconhecimento social da moeda, ela também foi meio para garantir a captura do fundo público brasileiro pelo capital rentista e financeiro.

O Plano Real foi desenvolvido a partir de ideias ortodoxas e heterodoxas. A parte heterodoxa refere-se especialmente à neutralização da inércia inflacionária por meio da URV. A parte ortodoxa está nas taxas de juros elevadas, no sistema de metas para a inflação e na abertura econômica. São elementos ortodoxos porque visam justamente à redução do poder de

ação e da intervenção estatal sobre a instrumentalidade monetária, privilegiando os mecanismos reguladores do mercado. Estabelecido o tripé econômico durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, este foi mantido por Luiz Inácio Lula da Silva, que na campanha e nas nomeações da sua equipe econômica, sinalizou a continuidade para os investidores e credores da dívida pública brasileira. Apesar do governo, dada a sua base de sustentação e constituição históricas, ter dado maior atenção à questão social, ter ampliado o investimento público por meio do BNDES e do PAC, a gestão Lula manteve a ortodoxia na base das condições de possibilidade de suas realizações, o respeito ao sistema de metas de inflação, de superávits primários e do câmbio flutuante foram aperfeiçoados e até acentuados durante a sua gestão. Daí que não se pode falar em neodesenvolvimentismo ou pós-neoliberalismo enquanto uma ruptura ou superação do padrão de acumulação neoliberal que teria ocorrido durante o desenvolvimento do lulismo. Do contrário, como a derrocada austera de Dilma Rousseff demonstrou, as medidas de desconcentração de renda e ampliação de políticas sociais e investimentos públicos só foram possíveis graças a uma combinação de fatores conjunturais¹³⁰ que, quando esgotados, a fizeram ter que optar entre uma real ruptura, cuja base não tinha o mais remoto conhecimento, ou a implementação das medidas de austeridade fiscal, cuja base nem para isso foi suficiente.

Entender porque determinados homens e mulheres tomam determinadas decisões em determinados momentos é importante, mas é necessário entender também porque foram aqueles homens e mulheres que tiveram que ou que puderam tomar aquelas decisões naquele momento. Para Filgueiras (2014), o modelo liberal-periférico do Brasil se estruturou a partir do governo Collor, tendo por base pelo menos cinco dimensões da organização econômico-social e política do país: 1) as lutas de classes entre capital e trabalho se tornaram mais favoráveis ao primeiro polo, em razão do aumento do desemprego e do enfraquecimento dos sindicatos decorrente da reestruturação produtiva; 2) a abertura comercial e financeira, conjugada com as privatizações, deslocou a hegemonia econômica e política do capital

¹³⁰ “[...] esse melhor desempenho teve como condição uma conjuntura internacional favorável, que permitiu uma melhora radical do balanço de pagamentos e da vulnerabilidade externa conjuntural do país. Isso permitiu a flexibilização do regime de política macroeconômica, com manutenção das metas de inflação e redução das taxas de juros, além de diminuição dos superávits fiscais primários e maior gasto do Estado e intervenção do câmbio para a constituição de reservas. Adicionalmente, essa conjuntura permitiu o crescimento real dos salários e a expansão da política social que, com a ampliação do crédito, dinamizaram o mercado interno. No entanto, a crise mundial, com a piora da conjuntura internacional e seus desdobramentos da crise soberana dos países da zona do euro, interrompeu o que, para muitos, parecia ser a constituição de um novo modelo de desenvolvimento, de um desenvolvimentismo renovado. A natureza dependente do capitalismo brasileiro, em especial, do atual padrão de desenvolvimento, ficou evidente. O governo Dilma, com as mesmas estratégias e política ditas “desenvolvimentistas” do governo Lula, colheu resultados iguais ou piores que os dois mandatos de FHC em quase todos os indicadores macroeconômicos” (FILGUEIRAS, 2014, pp. 37-8).

industrial e do capital estatal para o capital financeiro; 3) a abertura comercial e financeira reforçou o caráter de agroexportador e de plataforma de acumulação para o capital financeiro internacional da economia brasileira; 4) a estrutura e o funcionamento do Estado foram redefinidos pelo processo de privatização das empresas estatais e a rolagem da dívida pública foi incorporada ao circuito do capital financeiro em escala internacional e 5) o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores e dos sindicatos decorrentes do processo de reestruturação produtiva, somado ao arrefecimento da organização política, implicaram em um forte transformismo do Partido dos Trabalhadores e de suas lideranças. Segundo Marques (2015, pp. 195-6)

O transformismo aqui advém de uma aceleração final da fusão com o bloco dominante, como bem expressa a “Carta ao Povo Brasileiro” assinada pelo candidato, assegurando em junho de 2002 ao mercado financeiro “o respeito aos contratos e obrigações do país”; assim como, da institucionalização do poder político excedente, voltado para a compra de alianças e lealdades dos segmentos sociais sobre os quais originou-se.

Assim, a relação entre o governo e os movimentos sociais teve uma natureza instrumental, servindo para a sua autolegitimação. “É sobre este solo histórico, adverso ao trabalho e potencializador de suas fragilidades, que a democracia de cooptação encontra sua viabilidade triunfante” (MARQUES, 2015, p. 189)¹³¹. O PT fez o papel de uma esquerda para o capital, embora tivesse um simbolismo associado ao seu passado de lutas trabalhistas, a política econômica e monetária foram totalmente conformadas.

A política monetária no Brasil expressa, portanto o caráter específico de manifestação e resolução das lutas de classes nessa particularidade. Essa dimensão da organização econômica é praticamente autônoma dos anseios e dos desejos da classe trabalhadora. A direção colegiada do BCB, um grupo de homens desconhecidos da maioria da população, decide pela manutenção ou variação da taxa básica de juros por meio do Copom e pela gestão das divisas internacionais. Esse colegiado de desconhecidos tem o poder de tomar decisões

¹³¹ Segundo Florestan Fernandes (2005, p. 416), “A cooptação se dá sempre implicando a mesma coisa: a corrupção intrínseca e inevitável do sistema de poder resultante. Além disso, a cooptação se converte no veículo pelo qual a variedade de interesses e valores em conflito volta à cena política, nela se instala e ganha suporte e rejeição. Desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação. Nesse desfecho, as vantagens alcançadas pela unificação e pela centralização dos interesses e do poder burgueses se consolidam, mas são orientadas numa direção que antes não se fazia visível (embora talvez estivesse latente no substrato plutocrático da consciência burguesa). Com todas as suas limitações e inconsistências, o padrão composto e articulado da hegemonia burguesa pode demonstrar, então, toda a sua utilidade como uma “ponte” entre classes e estratos de classe burgueses nacionais e estrangeiros, um elo flexível, que facilita a distribuição de todos no espaço político “revolucionário” e a fruição desigual do poder ou de suas vantagens entre os mais iguais”.

que vêm a implicar em disponibilidades e indisponibilidades de bilhões de dólares em apenas um dia. Do mesmo modo, as suas instituições foram, em sua maioria, desenvolvidas durante a ditadura militar, estabelecidas por Decretos-leis, depois Medidas Provisórias. Embora a primeira impressão seja de que as decisões do BCB e as diretrizes da política monetária são determinadas a partir de fundamentos meramente técnicos, elas na verdade estão subordinadas ao padrão de acumulação capitalista instaurado no Brasil a partir de 1991.

A política monetária brasileira é funcional ao favorecimento da fração de classe capitalista dos rentistas e financeiros, que nunca antes na história universal conheceram juros reais assegurados tão altos quanto os pagos pelo país combinados com as garantias em reservas internacionais e saldos da balança de pagamentos como o Brasil. O processo de redemocratização não alterou a abertura democrática do centro decisório da política monetária. Nem mesmo com a ascensão do PT não houve qualquer sinalização nesse sentido, as definições e deliberações sobre política monetária continuaram sendo objeto das análises e decisões de homens ligados ao mercado financeiro internacional e a grandes conglomerados bancários. Não é por acaso que o FSE, depois DRU, seguiu sendo renovado governo após governo, até ser ampliada em 30% a desvinculação de receitas pela EC nº 93 de 2016, até 2023.

Ainda em 1980, diante das manifestações de massa promovidas pelos trabalhadores organizados, em especial no ABC paulista, J. Chasin (2000a) chamava a atenção para a necessidade de um programa econômico alternativo que liquidasse o arrocho e orientasse no sentido da destruição progressiva das bases em que se sustenta(va) a subordinação da economia brasileira aos polos hegemônicos imperialistas, “[...] uma estrutura fundiária latifundiária, prioritariamente voltada à exportação ou à especulação da terra, e na “modernização” monopolista. Um programa econômico, portanto, da perspectiva das maiorias que isole, pois, os antagonistas minoritários da democracia” (p. 105). Para o filósofo brasileiro, a luta pela democracia concreta era a luta por um programa econômico alternativo.

Um programa econômico evidentemente que tem por princípio a liquidação da super-exploração do trabalho. Conseqüentemente uma plataforma da perspectiva das massas trabalhadoras, que, ao nortear, um reordenamento da organização da produção, o faça no sentido de que sejam atendidas prioritariamente as demandas das maiorias, sendo assim capaz de atrair para si o apoio dos setores econômicos engajados ou engajáveis no departamento de produção de bens operários, o que compreende a pequena e média burguesia nacional. Mesmo porque, obviamente, o movimento das massas trabalhadoras não está, atualmente, direcionado no sentido de pôr em causa o capitalismo no Brasil, mas propugnando uma reorientação nos rumos das atividades produtivas é no que importa o derrube do arrocho, e não em um impossível aditamento distributivista mais “generoso” à atual política

econômica, geradora intrínseca da super-exploração do trabalho (CHASIN, 2000a, p. 105).

Um programa econômico alternativo nesse sentido, que teria por eixo fundamental os trabalhadores da cidade e do campo não foi posto em relevo durante os movimentos e disputas que ensejaram o processo de redemocratização. Embora a Constituição Cidadã tenha representado um avanço em campos importantes dos direitos civis, políticos e sociais, ela é representante dos limites da sucessão transada que não colocou em cheque a estrutura econômica que teve como forma política correspondente a ditadura militar. Se as bases não foram alteradas, não é de se estranhar a desfiguração que a Constituição sofreria ao longo dos anos 1990, 2000 e 2010, assim como os dispositivos que se tornaram letra morta. Sem um programa econômico alternativo nucleado pela perspectiva do trabalho, sem a luta pela democracia concreta, os limites da ação política dos governos petista foram o distributivismo enquanto foi possível¹³², onde em níveis de miserabilidade acachapantes sem dúvida tem sua importância concreta inegável, mas foi um caminho com prazo de validade curto, com alcance limitado e insuficiente frente às necessidades humanas da maioria da classe trabalhadora brasileira.

¹³² Ainda em 1989, ao analisar a campanha eleitoral petista e o distributivismo anunciado, Chasin (2000e, p. 264) avaliou que: “Trata-se do desejo e da proposta de um capitalismo mais justo, isto é, de um capitalismo honesto que não prime pela desconsideração dos humildes; para quem, em última análise, a pobreza também seja mácula. A seu modo e em grau mais fundo, o PT, com seu capitalismo mais justo e humano, supostamente realizável por atos certos da vontade política, sucumbe ao velho mal da esquerda, feito prisioneiro no artil da completação do sistema do capital. Finalização, porém, sob a peculiaridade de aromas ricardianos, pois visceralmente comprometida com o distributivismo. Mais do que isso, que tem no distributivismo sua espinha dorsal, a essência mesmo de sua impostação moralista. Em realidade, distributivismo e moralismo aparecem fundidos em monobloco, de tal sorte que um é o substrato do outro e vice-versa; ambos, para a efetivação, pensados como filhotes políticos, ou seja, dispositivos institucionais que perfazem o corretivo das tendências cegas e perversas do capital em fluxo desabrido. Dito de outro modo, a boa política emenda os males naturais da mecânica produtiva do capital. Há mesmo a dizer que, para o sentimento ideológico petista, o distributivismo e o moralismo, por mais escandaloso que isso seja, funcionam como uma verdadeira aproximação do socialismo, ultrapassando de muito os limites do pensado como o imediatamente possível das mediações táticas que arrancam para vir a dar passagem a algo para muito além de si. Não há exagero em afirmar que, para o PT real o socialismo é simplesmente a universalização das virtudes do moralismo e do distributivismo, tornadas políticas dominantes”.

CONCLUSÃO

Partimos da constatação na introdução de nosso trabalho de que não é possível teorizar autonomamente o político. Assim, as formas políticas são sempre determinadas a partir de certas condições de possibilidade. Longe de representar um determinismo, isso apenas refere-se ao fato de que determinados fenômenos expressam um conteúdo historicamente determinado e específico. A análise da política monetária brasileira no período pós-ditatorial nos levou ao desvelamento de seu condicionamento pelos limites e contradições próprias da acumulação capitalista e da forma equivalente geral requerida para a expressão do valor e reprodução deste, a moeda. Também revelou os traços específicos da particularidade histórica de seu desenvolvimento num momento marcado pela reestruturação produtiva do capital, ofensiva neoliberal e financeirização sem precedentes das economias capitalistas. Por fim, também revelou as suas raízes no processo de entificação capitalista pela via colonial, cujos traços de subordinação ao capital externo, dependência e vulnerabilidade econômica ante o mercado de capitais internacional foram evidenciados. O caráter autocrático das formulações e decisões que afetam a maioria das disposições sobre a política monetária é instituído por uma estrutura de classes sociais determinada por uma forte concentração da propriedade e consequente desigualdade social monumental.

A consideração dos meios de luta pela classe trabalhadora depende da avaliação das condições concretas, não de formas políticas autonomizadas, assim, embora a Constituição Federal de 1988 tenha marcado um novo período em termos de conquistas de direitos civis, políticos e sociais, o solo material em que deveria ser implementada é marcado por iniquidades e desigualdades de poder econômico e político que não foram suplantadas com a queda do regime ditatorial.

Ao analisarmos a gênese, estrutura e função social da política monetária brasileira e suas instituições, observarmos que não é mera coincidência cronológica que seus traços tenham sido delineados e definidos durante o período bonapartista da autocracia burguesa. Essa estrutura se mantém de modo isolado e resguardado de qualquer participação popular, sendo seus órgãos principais, a diretoria colegiada do BCB e o Copom, apresentados como instituições técnicas, que tomam decisões baseadas em dados e fatos, não em preferências políticas. Essa falsa neutralidade desmorona quando se percebe a funcionalidade da política monetária ao rentismo financeiro e à segurança da reprodução do capital externo aplicado no Brasil, mesmo que em desfavor das necessidades e anseios da maioria da classe trabalhadora brasileira.

A compreensão da gênese, estrutura e função das formas políticas e das instituições estatais pode permitir a elaboração da ação organizada dos trabalhadores que não se deixe enganar por véus formais e que não estabeleça qualquer tipo de relação idólatra com qualquer meio de luta. A fusão entre luta econômica e política por meio do entendimento dos limites e possibilidades de cada dimensão em determinado tempo e lugar é o caminho que pode ser frutífero para renovar as combatidas forças sociais do trabalho, enfraquecidas e desoladas por décadas de sedimentação do ideário neoliberal e capitulação de organizações e lideranças de esquerda.

Na forma dinheiro, especialmente na forma do capital fictício que se torna a base do capital financeiro, por meio do qual o dinheiro aparece autonomizado dos processos produtivos, e processo de valorização do capital pela exploração do trabalho torna-se fugidio, temos a forma mais fetichizada da mercadoria e do valor. Nessa relação, o dinheiro parece tomar vida própria, assim como parece se autogerar, sem ter qualquer vinculação com a valorização pelo processo de trabalho. A análise da forma valor e da forma dinheiro, ainda em seu momento mercantil, nos permitiu compreender a essência do fetiche e, assim, não é mais estranho à razão que, numa economia cada vez mais financeirizada e tecnológica, o capital organizado e por meio de sua súcia política busque constantemente a flexibilização e eliminação dos direitos do trabalho e dos direitos sociais. Tal empreitada, longe de expressar apenas más intenções ou ganância de alguns indivíduos, expressa antes o caráter estranhando que a produção assume no modo de produção capitalista, onde o capital não pode se conservar sem se valorizar e a produção é orientada para este fim, para o lucro na forma monetária.

O dinheiro tem sua origem na necessidade de expressão dos valores de trocas na forma equivalente geral, portanto, tem origem endógena, e, contemporaneamente requer um sistema complexo de ordenamentos e acordos internacionais que garantem a validade social das diferentes moedas nacionais.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, a crise da economia brasileira se expressou também na forma da crise monetária, na qual a moeda nacional chegou a perder seu espaço para diferentes quase-moedas. O Plano Real, após diferentes tentativas heterodoxas e ortodoxas de solução, todas reproduzindo o modo autocrático de imposição política de medidas econômicas na particularidade brasileira, conseguiu restabelecer o reconhecimento social da moeda nacional brasileira. Mas o fez na perspectiva do capital e da fração de classe dominante na economia brasileira e mundial, a grande oligarquia financeira mundializada. Com o Real, o Brasil resolve um problema de décadas, que garante amplo apoio popular aos seus pais políticos, afinal, a inflação e depois a hiperinflação penalizavam os trabalhadores e

os mais pobres. Mas, por outro lado, o Real confirmou a inserção subordinada e historicamente estabelecida do Brasil no circuito mundial do capital, ao mesmo tempo em que o fez confirmando o recrudescimento neoliberal da economia brasileira, iniciando diferentes processos de reformas e emendas constitucionais que desde então vêm, em sua maior parte, favorecendo o capital ante o trabalho no Brasil.

A moeda e a política monetária necessária têm de corresponder às necessidades da reprodução capitalista, mas, constatada sua não neutralidade, esta assim como outras políticas que são necessitadas contraditoriamente pelo capital, como as políticas sociais e do trabalho, essa forma de regulação pode confirmar ou não determinado modo de inserção particular de uma economia no processo global de reprodução do capital. No caso brasileiro, a política monetária confirmou sua inserção subordinada, vulnerável e dependente, foi acomodada e acompanhada por um processo incessante de ajustes fiscais e cujo alívio ocorrido em meados dos anos 2000 chegou ao fim. Assim, passados mais de 20 anos da introdução do Plano Real, vivenciando novo período recessivo e de estagnação, medidas de austeridade fiscal seguem sendo a tônica vencedora do discurso político, a crise fiscal do Estado segue sendo a culpada, assim como os supostos excessos de direitos dos trabalhadores. O rentismo segue lucrando com as altas taxas de juros e dormindo tranquilo com a garantia de reservas internacionais de centenas de quase quatro centenas de bilhões de dólares e de uma política monetária publicamente inquestionável a seu favor.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana Moreira. O real e o monetário em economia. In: SILVA, Maria Luiza Falcão (Org.). *Moeda e Produção: Teorias Comparadas*. Brasília: Editora UnB, 1992.

ARIDA, Persio; LARA RESENDE, André. Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil. In: CHACEL, Julian et al. (ed.): *Brazil's economic and political future*. London: Westview Press, 1988, p. 27-41. Reproduzido como Texto para Discussão n. 85. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Janeiro/1985. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/TD85.PDF>> Acesso em: 30/11/2016.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo Dependente e Relações de Poder no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AVERBUG, Marcello. Plano Cruzado: Crônica de uma Experiência. In: *Revista do BNDES*. v. 12, n.24, p. 211-240, Rio de Janeiro, dez/2005.

_____. A Crise Brasileira de 1998/1999 – Origens e Consequências. BNDES. Textos para Discussão. Rio de Janeiro, maio – 2000.

AZPILCUETA, Martin de. *Comentario resolutorio de usuras*. Salamanca: casa de Andrea de Portonarijs, Impreffor de la S. C. C. Mageftad, 1556. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Comentario_resolutorio_de_usuras.html?id=I288AAAacAAJ&redir_esc=y> Acesso em: 26/11/2016.

_____. Commentary on the Resolution of Money. *Journal of Markets & Morality*. Volume 7, Number 1. pp. 171–312. Spring/2004.

BACHA, Edmar Lisboa. Entre a acomodação e o confronto: os dilemas da renegociação da dívida externa brasileira, 1983-1987. In: *Revista de Economia Política*, v. 8. nº 2, abril/junho/1988.

_____. Plano Real: uma avaliação preliminar. In: *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3.26, jun. 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Circular nº 2.698, de 20 de junho de 1996*. Cria a Taxa Básica do Banco Central (TBC) e o Comitê de Política Monetária (COPOM). Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45845/Circ_2698_v1_O.pdf> Acesso em: 30/11/2016.

_____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório 1998. v. 34, Brasília, 1998.

_____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 35. Brasília, 1999.

_____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 36. Brasília, 2000.

- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 37. Brasília, 2001.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 38. Brasília, 2002.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 39. Brasília, 2003.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 40. Brasília, 2004.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 41. Brasília, 2005.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 42. Brasília, 2006.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 43. Brasília, 2007.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 44. Brasília, 2008.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 45. Brasília, 2009.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 46. Brasília, 2010a.
- _____. *Relatório de Gestão das Reservas Internacionais*. v. 2. Brasília, jun./2010b.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 47. Brasília, 2011.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 48. Brasília, 2012.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 49. Brasília, 2013.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 50. Brasília, 2014.
- _____. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relatório Anual. v. 51. Brasília, 2015.
- _____. *Histórico da Composição do Conselho Monetário Nacional (CMN)*. 2016a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composi%C3%A7%C3%A3o_CMN.pdf> Acesso em: 30/11/2016.
- _____. *O Banco Central do Brasil - Bacen*. 2016b. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bacen.asp>> Acesso em: 30/11/2016.
- BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARBOSA, Ruy. *Discurso na Imprensa Nacional*. In: *Obras completa de Rui Barbosa*. Vol. XVII. 1890. Tomo I. A Constituição de 1891. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BECKER, Gary. *The economic approach to human behavior*. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

_____. *A treatise on family*. Cambridge, Ma, US: Harvard University Press, 1993.

BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. Kitchener, ON, C: Batoche Books, 2000.

BODIN, Jean. *Six Books of the Commonwealth*. Abridged and translated by M. J. Tooley. Oxford: Kemp Hall Bindery, 1955.

BORTONE, Elaine de Almeida. *A Participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

_____. Estado, aparelho privado de hegemonia e empresariado: o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). In: *Colóquio Internacional: Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, 2015*, Rio de Janeiro. Colóquio Internacional: Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, 2015.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Anais do Senado Federal*. 13ª a 18ª Sessões Extraordinárias. v. 12. nº 2. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois congelamentos de preços no Brasil: Plano Cruzado e Plano Bresser. *Revista de Economia Política (Impresso)*, v. 8, p. 48, 1988.

_____. O décimo-primeiro plano de estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). *Combate à inflação e reforma fiscal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

_____. A descoberta da inflação inercial (Economia Contemporânea). *Revista de Economia Contemporânea (Impresso)*, v. 14, p. 167-192, 2010.

BRISO NETO, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas de financeiras da ditadura militar (1961-1966)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. *A Política Monetária: um ensaio de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. *A Oferta de Moeda*. Lisboa: Editora Estampa, 1978c.

_____. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

_____. A moeda na obra de Marx: concepção e método. In: SILVA, Maria Luiza Falcão (Org.). *Moeda e Produção: Teorias Comparadas*. Brasília: Editora UnB, 1992.

_____. Marx's Contribution to the Search for a Theory of Money. MOSELEY, Fred (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. 6. Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, Abr. 2006.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil - Suas Riquezas Naturaes, Suas Industrias*, 1909, 3 vol. edição fac-simile: Rio de Janeiro, FIBGE, 1986.

CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. "Hasta cuando?" A propósito das eleições de novembro. In: *Nova Escrita/Ensaio*. São Paulo. 1982.

_____. As máquinas param, germina a democracia! In: CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominen, 2000a.

_____. Conquistar a democracia pela base. In: CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominen, 2000b.

_____. A miséria da república dos cruzados. In: CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominen, 2000c.

_____. A sucessão transada. In: CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominen, 2000d.

_____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições Ad Hominen, 2000e.

_____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

COLE, G. D. H. *The Second International 1889-1914*. London: Macmillan Co Ltd, 1963.

CONSIDERA, C. "Preços, Mark up e Distribuição Funcional da Renda na Indústria de Transformação: Dinâmica de Longo e de Curto Prazo, 1959/80". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11 (3), Dezembro-1981.

COOPER, George. *The Origin of Financial Crisis*. Central Banks, credit bubbles and the efficient market fallacy. Hampshire: Harriman House Ltd, 2008.

COPÉRNICO, Nicolau. A theory concerning the minting of money. In: REISS, Timothy J; HINDERLITER, Roger H. *Money and Value in the Sixteenth Century: The Monete Cudende*

Ratio of Nicholas Copernicus. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 40, No. 2. pp. 293-313. Apr. - Jun/1979.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

COSTA, M. H. M.. A diferença entre as categorias alienação e estranhamento nos manuscritos de 1844 de Karl Marx. *Verinotio (Belo Horizonte)*, v. 3, p. 3-13, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: COUTINHO, C. N; RIBEIRO, G. P; NETTO, J. P; KONDER, L; HENRIQUES, L. S; Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CROMPTON, Rosemary. GUBBAY, Jon. *Economy and class structure*. New York: St. Martin's Press, 1978.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

DUMÉNIL, Gérard; LEVY, Dominique. *Capital Resurgent: Roots of Neoliberal Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 2004.

ENGELS, Friedrich. On the political action of the working class. *Collected Works v. XX*. Londres: Lawrence & Wishart, 1986a.

_____. The Republic in Spain. *Collected Works v. XXIII*. Londres: Lawrence & Wishart, 1988a.

_____. A critique of the draft social-democratic programme of 1891. *Collected Works v. XXVII*. Londres: Lawrence & Wishart, 1990a.

_____. Carta para Karl Kautsky de 25 de março de 1895. *Collected Works v. L*. Londres: Lawrence & Wishart, 2004a.

_____. Carta para Richard Fischer de 2 de fevereiro de 1895. *Collected Works v. L*. Londres: Lawrence & Wishart, 2004b.

_____. Carta para Paul Lafargue de 3 de abril de 1895. *Collected Works v. L*. Londres: Lawrence & Wishart, 2004c.

_____. Carta a Wilhelm Bracke de 11 de outubro de 1875. In: MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. Prefácio (1895). In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. vol. 1. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.

_____. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. *Margem Esquerda*, v. 23, p. 32-38, 2014.

FISHER, Irving. *The Purchasing Power of Money: its determination and relation to credit interest and crises*. 2. ed. New York: The Macmillan Company, 1920.

FOLEY, Duncan K. Rationality and ideology in economics. *Social Research*, Vol. 71, No. 2, "The Worldly Philosophers" at Fifty (SUMMER 2004), pp. 329-342.

_____. Marx's Theory of Money in Historical Perspective. In: MOSELEY, Fred (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

FRIEDMAN, Milton. *The Optimum Quantity of Money and Other Essays*. New York: Macmillan and Co Ltd, 1969.

FULLARTON, John. *On the regulation of currencies*. 2. ed. London: John Murray, Albemarle Street, 1845.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, Olímpio J. de Arrouxelas. Concentração industrial no Brasil segundo os censos, 1907-1980. *Revista Análise Econômica*. Porto Alegre, RS. nº 15, ano 9, março 1991.

GARCIA, M. A. M.. Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920). In: MARCONDES, R.L.;REGISTRO, T.C.;GUAZZELLI, A. M.C.. (Org.). *Ribeirão Preto: a cidade como fonte de pesquisa*. 1ed.Ribeirão Preto: Prefeitura do campus USP - Ribeirão Preto/Seção de Atividades Culturais, 2015.

GONTIJO, Cláudio. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. *Revista de Economia Política*. Vol. 27. Nº 3 (107), pp. 413-430, julho-setembro/2007.

HAMBLOCH, Ernest. *Tradução do Relatório sobre as condições econômicas e financeiras do Brasil*. Londres: Departamento de Negocios de Ultramar, 1924.

HAZELL, A. P. Two Typical Theories of Money: The Quantity Theory of Money from the Marxist Stand-piont. In: *Journal of Political Economy*, Vol. 7, No. 1. pp. 78-85. Dec., 1898.

HEINRICH, Michael. *An Introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.

HODGSON, G. On the Limits of Rational Choice Theory. *Economic Thought*, 1(1), 94-108, 2012.

HUME, David. *Essays, Moral, Political, and Literary*. Liberty Fund Inc., 1987.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1824. Parte 2ª - Decretos, Caratas Imperaes e Alvarás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886a.

_____. *Collecção das Leis do Império do Brazil. Parte 1ª - Decisões do Governo do Império do Brazil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. v. 3*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

ITOH, Makoto. The New Interpretation and the Value of Money. MOSELEY, Fred (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

KALECKI, Michael. Class Struggle and the Distribution of National Income. *Kyklos*, 1971, vol. 24, issue 1, pages 1-9.

KANE, Cheikh; MORISETT, Jacques. Who Would Vote for Inflation in Brazil? An Integrated Framework to Inflation and Income Distribution. *Pollicy Research Working Papers*. Contry Operations. The World Bank, Sep/1993.

KAUTSKY, Karl. *The Class Struggle*. Londres: The Twentieth Century Press Limited, 1912.

KEYNES, John Maynard. *A Tract on Monetary Reform*. London: MacMillan and Co Ltd, 1924.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAILDER, David. British Monetary Orthodoxy in the 1870s. In: *Oxford Economic Papers* New Series, Vol. 40, No. 1. pp. 74-109. Mar-1988.

_____. Bullionist Controversy. In: EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (orgs.). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. First Edition. London: Palgrave Macmillan, 1987.

LARA RESENDE, André. A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. *Revista de Economia Política*, Vol. 5, n. 2, abril-junho/1985.

LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto Operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

LÊNIN, V. I. *O estado e a revolução*. Tradução de J. Ferreira. Porto: Vale Formoso, 1970.
_____. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIEBKNECHT, Wilhelm. *Social-Democracy in Germany. German Elections*, Justice, 16th July 1898, p.5. Atualizado em 09/02/2005. Disponível em
<<https://www.marxists.org/archive/liebknecht-w/1898/06/elections.htm>> Acesso em: 26 de março de 2015.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Sobre a Particularidade como categoria da Estética. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUZ, Nícia Vilela. História - A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 5, p. 31-43, dec. 1968.

_____. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978.

MAGANE, Felipe Toledo. Democracia, Impunidade e Tortura: O Estado Democrático de Direito 'Abrasileirado'. *Verinotio (Belo Horizonte)*, v. 17, p. 73-84, 2014.

MARQUES, Morena Gomes. *Em busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da Estratégia Democrático-Popular*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARX, K. The English Bank Act of 1844. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. Vol. 16. London: Lawrence and Wishart, 1980a.

_____. *Para a crítica da economia política; Salário preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. Resolutions concerning the agenda of the Lausanne Congress. In: *Collected Works* v. XX. Londres: Lawrence & Wishart, 1985a.

_____. Proposals of the Standing Committee on the Programme of the Geneva Congress. *Collected Works* v. XX. Londres: Lawrence & Wishart, 1985b.

_____. Value, price and profit. *Collected Works* v. XX. Londres: Lawrence & Wishart, 1985c.

_____. Report of the General Council of the Fourth Annual Congress of the International Working Men's Association. *Collected Works* v. XXI. Londres: Lawrence & Wishart, 1985d.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro Segundo. O Processo de Circulação do Capital. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1985e.

_____. A miséria da filosofia. São Paulo: Global, 1985f.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Vol. 4. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Vol. 5. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.

_____. Ergänzungen und Veränderungen zum ersten Band des „Kapitals“ (Dezember 1871-Januar 1872). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe** (MEGA). Band 6. Berlin: Dietz Verlag, 1987a.

_____. On the Hague Congress. *Collected Works*. v. XXIII. Londres: Lawrence & Wishart, 1988a.

_____. Political Indifferentism. *Collected Works*. v. XXIII. Londres: Lawrence & Wishart, 1988b.

_____. General rules of the International Working Men's Association. *Collected Works*. v. XXIII. Londres: Lawrence & Wishart, 1988c.

_____. Carta para Friedrich Bolte em 23 de novembro de 1871. *Collected Works*. v. XLIV. Londres: Lawrence & Wishart, 1989a.

_____. Economic Manuscript of 1861-63 (Continuation). *Collected Works*. v. XXXII. Londres: Lawrence & Wishart, 1989b.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Vol. 1. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Vol. 2. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Glosas críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”. In: *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. Entrevista de Karl Marx a R. Landor. In: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. “A correspondência entre Vera Zaslitch e Karl Marx”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. “Carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*, 1877”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro 1: processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013c.

_____. ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Resolutions of the General Congress held at the Hague. Collected Works v. XXIII*. Londres: Lawrence & Wishart, 1988a.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza. Visconde de. *Autobiografia. Exposição aos credores e ao público seguida de o meio circulante no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks/Estaleiro Mauá, 1998.

MCCULLOCH, John Ramsay. *A Treatise on Metallic and Paper Money and Banks*. London: Longman, Brown, Green, Longman, and Roberts, 1858.

MENGER, Carl. *Principles of Economics*. Auburn, Ala: Ludwig von Mises Institute, 2007.

MERCADANTE, Aloizio. *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula (2003-2010)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP. 2010.

MISES, Ludwig von. *Bureaucracy*. Grove City, PA: Libertarian Press, 1996.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *A relação entre moeda e valor em Marx*. In: *Revista de Economia Política*. Vol. II. nº 2 (42). abril/junho/1991.

_____. Ricardo e Marx sobre o Valor e a Moeda. In: SILVA, Maria Luiza Falcão (Org.). *Moeda e Produção: Teorias Comparadas*. Brasília: Editora UnB, 1992.

_____. *A Questão da Complementariedade das Funções da Moeda: Aspectos Teóricos e a Realidade das Hiperinflações*. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre. (14)1: 117-143.1993.

_____. As Controvérsias Monetárias do Século XIX. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, (15)1: 80-97, 1994.

_____; SAAD FILHO, Alfredo. Reconhecimento Social da Moeda: Observações sobre a Inflação e a Estabilização de Preços no Brasil. *Revista de Economia Política (Impresso)*, São Paulo, v. 21, n.2(82), p. 24-42, 2001.

MOSELEY, Fred. Money has no price: Marx's Theory of Money and the Transformation Problem. MOSELEY, Fred (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MUNHOZ, D. G. Inflação brasileira os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea*. nº 1. Jan.–Jun. de 1997.

MURTINHO, Joaquim. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda Joaquim Murтинho, no Anno 1900. Rio, Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1754/index.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

MUSTO, M. “Introdução”. In: MUSTO, M. (Org.). *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NORMAN, George Warde. Replies to the Committee on Banks of Issue. In: GREAT BRITAIN. PARLIAMENT. HOUSE OF COMMONS. *Parliamentary Papers: 1780-1849*, Volume 4. London, 1840. London: Pelham Richardson, 1841.

_____. *Letter to Charles Wood, Esq., M. P.* Chairman of the Committee of the House of Commons on Bank of Issue.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de Greves, Transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007. In: *Lua Nova*, 76, pp. 119-168, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. M. C.. A Economia Brasileira: Crítica À Razão Dualista. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo - SP, v. 2, p. 3-82, 1972.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAÇO-CUNHA, E. Movimento real da forma política em Marx: elementos para a crítica dos aparelhos repressivos como síntese do estado capitalista. In: Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente, 9., 2015. Niterói. Anais... NIEP-Marx: 2015a.

_____. Engels, marxólogo: dialética e política. Verinotio (Belo Horizonte), v. 20, p. 151-162, 2015b.

_____. Que fazer da burocracia de estado? Do indiferentismo às reciprocidades. Administração Pública e Gestão Social, v. 8, p. 15-26, 2016.

_____; REZENDE, T. D. H. . Via colonial e cogestão pública na democracia dos proprietários. In: *V Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social*, 2015, Lavras. V Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social, 2015.

_____. Participacionismo e Miséria Brasileira: A Participação nas Condições de Possibilidade do Capitalismo no Brasil. In: VII Encontro de Administração Política (VII EAP), 2016, Juiz de Fora. *Anais do VII Encontro de Administração Política*, 2016.

PAISH, George. “Great Britain's Capital Investments in Other Lands.” *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. 72, no. 3, 1909, pp. 465–495. Disponível em: www.jstor.org/stable/2340356. Acesso em 31/10/2016.

PELÁEZ, Carlos Manuel. As Consequências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal do Brasil entre 1889-1945. In: *Revista Brasileira de Economia*. 25 (3):5/82. Rio de Janeiro, jul./set. 1971.

_____; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. In: FLEISCHER, S. R.; CRUZ, N.M. (Org.) ; BERNARDINO-COSTA, J. (Org.) ; CRUZ, T. (Org.) ; FIGUEIREDO, A. (Org.) . *Tensões e experiências: Um retrato das trabalhadoras domésticas em Brasília e Salvador*. 1. ed. Brasília/DF: Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, 2011.

PIO, Carlos. A estabilização heterodoxa no brasil: idéias e redes políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo , v. 16, n. 46, p. 31-54, Jun/2001.

PIRES, Rogério Brittes W. Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 347-391, nov. 2014.

PLATÃO. *A República*. Vol. 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965a.

_____. *A República*. Vol. 2. São Paulo: Difusão Européias do Livro, 1965b.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008a.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008b.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. Lua Nova, São Paulo, n. 15, p. 41-81, out. 1988.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO FILHO, A. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: PUC/SP, 1998.

REISS, Timothy J; HINDERLITER, Roger H. Money and Value in the Sixteenth Century: The Monete Cudende Ratio of Nicholas Copernicus. In: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 40, No. 2. pp. 293-313. Apr. - Jun/1979.

REZENDE, C. C. Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. São Paulo: Unesp, 2010.

REZENDE, T. D. H.. Da Legitimidade Democrática à Efetividade Social: análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. *Sociedade em Debate (UCPel)*, v. 22, p. 135-168, 2016.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. The Price of Gold. In: RICARDO, David. *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Edited by Piero Sraffa with the collaboration of M. H. Dobb. Vol. III. Pamphlets and Papers 1809-1811. Indianapolis: Liberty Fund, 2004a.

_____. The High Price of Bullion 1810-11. In: RICARDO, David. *The Works and Correspondence of David Ricardo*. Edited by Piero Sraffa with the collaboration of M. H. Dobb. Vol. III. Pamphlets and Papers 1809-1811. Indianapolis: Liberty Fund, 2004b.

RICARDO, Moses. *No. XVIII. David Ricardo, Esq.* In: The Annual Biography and Obituary for the year 1824. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green. Paternoster-Row, 1824.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a Primeira Sessão Plenária da Cúpula Ibero-Americana. Cádiz-Espanha, 17/11/2012. Disponível em < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-primeira-sessao-plenaria-da-cupula-ibero-americana-cadiz-espanha> > Acesso em 30/11/2016.

_____. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante abertura da Reunião Ministerial - Granja do Torto. Granja do Torto, 27 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-reuniao-ministerial-granja-do-torto>> Acesso em 30/11/2016.

_____. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sessão solene destinada a inaugurar a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados, 02 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-solene-destinada-a-inaugurar-a-2a-sessao-legislativa-ordinaria-da-55a-legislatura-do-congresso-nacional-camara-dos-deputados>> Acesso em 30/11/2016.

RUBIN, Isaak I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Editora Polis, 1987.

SAAD FILHO, Alfredo Antônio. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2015.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. *Arroubos Econômicos, Legitimidade Política: uma análise da moratória da dívida externa de 1987*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____; FONSECA, Pedro Cezar D. Arroubos econômicos, legitimação política: uma análise da moratória da dívida externa de 1987. In: *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº 4 (145), pp. 788-806, outubro-dezembro/2016.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANSI, Roger. Feitiço e fetiche no Atlântico moderno. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 123-153, jan. 2008.

SAY, Jean-Baptiste. *A Treatise on Political Economy; or the production, distribution, and consumption of wealth*. Philadelphia: Lippincott, Grambo & CO., 1851.

SAYAD, João. *Dinheiro, dinheiro: Inflação, desemprego, crises financeiras e bancos*. São Paulo: Portfolio Penguin, 2015.

SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. Edited from manuscript by Elizabeth Boody Schumpeter. Taylor & Francis e-library, 2006.

SCHWARTZ, Anna J. Banking School, Currency School, Free Banking School. In: EATWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (orgs.). *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*. First Edition. London: Palgrave Macmillan, 1987.

SILVA, José Bonifácio D'Andrada e Silva. *Sobre a escravatura*. Representação á Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil. Paris: Typographia de Fimin-Didot, 1825.

SILVA, Luiz Afonso Simoens da. *Moeda e crise econômica global*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores. 22 de junho de 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 30/11/2016.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural: 1996a.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

_____. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 4ª. ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

SINGER, Paul. "O Brasil No Contexto Do Capitalismo Internacional 1889-1930." *Revista Mexicana De Sociologia*, vol. 36, no. 3, 1974, pp. 547–593. Disponível em: www.jstor.org/stable/3539491. Acesso em 15/10/2016.

SOUZA FILHO, Rodrigo. *Gestão Pública e democracia: a burocracia em questão*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

TEIXEIRA, Francisco J. S. *Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, Mário Lisboa. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: Luciana Jaccoud. (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, v. , p. 91-126.

_____. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição / Mário Theodoro* (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília : Ipea, 2008.

TOOKE, Thomas. *An Inquiry into the Currency Principle; the connection of the currency with prices, and the expediency of a separation of issue from banking*. London: Printed by A. Spottiswoode, 1844.

TORRENS, Robert. *The Principles and Practical Operation of Sir Robert Peel's Act of 1844 explained and defended*. 2. ed. London: Longman, Brown, Green, Longmans, and Roberts, 1857.

VOLCKART, Oliver. Early beginnings of the quantity theory of money and their context in Polish and Prussian monetary policies, c. 1520-1550. *Economic History Review*, L, 3, pp. 430-449, 1997.

WEBER, Max. *Economy and society*. Los Angeles: University of California Press, 1978.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras: 2004.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *Evolução Social do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

WESTON, George M. *The Progress of Slavery in the United States*. Washington, D. C., Published by the author, 1857.

Legislação consultada

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm> Acesso em: 10/09/2016.

_____. Decreto Nº 3.403, de 24 de Novembro de 1888. Permite ás companhias anonyms, que se propuzerem a fazer operações bancarias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em moeda corrente, e dá outras providencias. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3403-24-novembro-1888-542102-publicacaooriginal-49437-pl.html>> Acesso em: 13/09/2016.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Decreto nº 165, de 17 de Janeiro de 1890. Provê á organização de bancos de emissões. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-165-17-janeiro-1890-502656-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 1162, de 12 de dezembro de 1890. Altera a relação dos arts, 20 (ilegível) e 206 do Código Criminal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=64667>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 1.362, de 14 de fevereiro de 1891. Providência sobre a organização das sociedades anônimas. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=53869&norma=69713>> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Lei nº 427, de 9 de dezembro de 1896. Determina que o Tesouro assumira a responsabilidade exclusiva dos bilhetes bancários atualmente em circulação e regula a substituição dos mesmos e o resgate do papel-moeda. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-427-9-dezembro-1896-540241-publicacaooriginal-40207-pl.html>> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Lei nº 559, de 31 de dezembro de 1898. Orça receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1899, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-559-31-dezembro-1898-540114-publicacaooriginal-39900-pl.html>> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Decreto nº 2.986, de 28 de agosto de 1915. Autoriza o Presidente da República a realizar operações de crédito no país e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2986-28-agosto-1915-574919-publicacaooriginal-97996-pl.html>> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 4.269, de 17 de janeiro de 1921. Regula a Repressão do Anarchismo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4269-17-janeiro-1921-776402-publicacaooriginal-140313-pl.html>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 4.635-A, de 8 de janeiro de 1923. Autoriza o Governo a liquidar e a consolidar por partes a dívida fluctuante do Tesouro Nacional, apurada até o dia 31 de dezembro de 1922. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4635-a-8-janeiro-1923-566572-republicacao-90152-pl.html>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4682.htm> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925. Manda conceder, anualmente, 15 dias de férias aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo de ordenado, vencimentos ou diárias e dá outras providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=44832>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 5.221, de 12 de agosto de 1927. Determina que no crime definido no decreto n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890, a pena será de prisão celular e o crime inafiançável, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562987-publicacaooriginal-87102-pe.html>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto nº 19.688, de 11 de Fevereiro de 1931. Manda adquirir, por compra., o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do estoque, comprado pelo Estado de São Paulo, por força do empréstimo de * : 20.000.000, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19688-11-fevereiro-1931-514620-republicacao-82871-pe.html>> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm> Acesso em: 30/10/2016.

_____. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm> Acesso em: 15/10/2016.

_____. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4728.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974. Altera a constituição e a competência do Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6045.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-lei nº 1.795, de 8 de julho de 1980. Altera a composição da Diretoria do Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1795.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto nº 88.008, de 29 de dezembro de 1982. Altera a composição da Diretoria do Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=88008&tipo_norma=DEC&data=19821229&link=s> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto nº 91.148, de 15 de Março de 1985. Dispõe sobre a diretoria do Banco Central do Brasil - BACEN. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91148-15-marco-1985-441430-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto nº 91.961, de 19 de novembro de 1985, Dispõe sobre a diretoria do Banco Central do Brasil - BACEN. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D91961.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2283.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2288.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986. Estabelece normas sobre a desindexação da economia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2290compilado.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-Lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987. Dispõe sobre o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2335.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-Lei nº 2.336, de 15 de junho de 1987. Altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2336.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto-Lei nº 2.337, de 18 de junho de 1987. Altera os artigos 13 e 14 do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2337.htm>. Acesso em: 30/11/2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em:
30/11/2016.

_____. Medida Provisória da nº 32, de 15 de janeiro de 1989. Institui o cruzado novo,
determina congelamento de preços, estabelece regras de desindexação da economia e dá
outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1988-1989/032.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990. Institui o cruzeiro, dispõe sobre a
liquidez dos ativos financeiros, e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/168.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990. Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos
ativos financeiros e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8024.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e
dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Medida Provisória nº 294, de 31 de janeiro de 1991. Estabelece regras para a
desindexação da economia e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/294.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991. Estabelece regras para a desindexação da
economia e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8177.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993. Altera a moeda nacional,
estabelecendo a denominação cruzeiro real para a unidade do sistema monetário brasileiro.
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/336.htm> Acesso em:
30/11/2016.

_____. Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1º de março de 1994. Acrescenta os arts.
71, 72 e 73 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/ECR/ecr1.htm> Acesso em:
30/11/2016.

_____. Medida Provisória nº 457, de 27 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre o Programa de
Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor
(URV) e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/434.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 8.697, de 27 de agosto de 1993. Altera a moeda nacional, estabelecendo a
denominação "cruzeiro real" para a unidade do sistema monetário brasileiro. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8697.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei nº 8.800, de 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização
Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá

outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8880.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. Estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3088.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 30/11/2016.

_____. Emenda Constitucional nº 72 de 02 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: <
<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=246850&norma=266514>> Acesso em: 15/11/2016.

_____. Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016. Altera o Ato das disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm> Acesso em: 30/11/2016.